

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

VALÉRIA URBANAS

A reforma Sampaio Doria em textos e traços de humor: imprensa e história da educação

São Paulo
2019

VALÉRIA URBANAS

A reforma Sampaio Doria em textos e traços de humor: imprensa e história da educação

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Cultura, Filosofia e História da Educação.

Linha de pesquisa: História da Educação e Historiografia

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ângela Borges Salvadori

São Paulo
2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

Ur Urbanas, Valéria
A Reforma Sampaio Doria em textos e traços de humor: imprensa e história da educação / Valéria Urbanas; orientadora Maria Ângela Borges Salvadori. -- São Paulo, 2019.
205 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Cultura, Filosofia e História da Educação) -- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Humor. 2. Voltolino. 3. Imprensa. 4. Periódicos. 5. Reforma Sampaio Doria. I. Salvadori, Maria Ângela Borges, orient. II. Título.

URBANAS, Valéria. **A reforma Sampaio Doria em textos e traços de humor**: imprensa e história da educação. 2019. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Cultura, Filosofia e História da Educação.

Linha de pesquisa: História da Educação e Historiografia

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ângela Borges Salvadori

Aprovada em: / /

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

AGRADECIMENTOS

A dissertação significou para mim um ganho intelectual e acadêmico indiscutível. Porém, tenho que ressaltar que representou, acima de tudo, um sentimento muito pessoal de superação. Sou professora e tenho orgulho disto. A carreira de um professor de rede pública de ensino é árdua, na maioria das vezes sem perspectivas concretas de progresso profissional, o que torna o cenário muitas vezes desolador e a sensação de uma luta vã. Mas é uma profissão que traz consigo a possibilidade de mudar a realidade, senão de muitos alunos, de pelo menos um, o que nos faz permanecer e insistir no caminho docente. A pesquisa, à medida que tomava consistência e acenava para um bom resultado, representou ânimo e confiança para minha vida profissional e pessoal.

Posso dizer que me considero uma pessoa privilegiada em ter participado de um programa de pós-graduação do porte e da qualidade que a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo proporciona. A todo instante, este sentimento de estar fazendo parte de algo valoroso e precioso me acompanhou, o que suavizou os momentos de dúvida e insegurança.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Ângela Borges Salvadori, devo a mais profunda gratidão. Sua orientação sempre atenta e segura trouxe alívio em muitas ocasiões. Posso afirmar que suas correções, firmes e alicerçadas, mostraram o que é o ofício do historiador, do qual espero ter aprendido os primeiros passos. Em momentos de apuro, em que trabalho, leituras, idas a arquivos, família e tantos outros afazeres provocaram desânimo, seu bom humor vinha na medida certa, juntamente com palavras de incentivo. Creio que, em nenhum momento de minha vida, houve uma pessoa que tanto elogiou e reconheceu meus esforços.

Foi muito gratificante perceber que o mundo da pesquisa acadêmica é feito de solidariedade e de generosidade em compartilhar saberes. Aos professores doutores que encontrei nas disciplinas cursadas, sou grata pela atenção e apreço em ajudar na construção da pesquisa. Cito em especial a Prof.^{ra} Dr.^a Maurilane de Souza Biccas, da FEUSP, e o Prof. Dr. Ricardo Sequeira Bechelli, da FFLCH, pela delicadeza com que acolheram minhas dúvidas.

Sinto que fui especialmente honrada com a generosidade e profissionalismo dos professores doutores Bruno Bontempi Jr. e Elias Thomé Saliba que, no Exame de Qualificação do Mestrado, leram com atenção meu relatório, fazendo indicações preciosas quanto a um direcionamento mais preciso, à pertinência de um recorte temporal mais curto, e a sugestões bibliográficas. Meu agradecimento a eles e ao Prof. Dr. André Luiz Paulilo e à Prof.^{ra} Dr.^a Louisa Campbell Mathieson por aceitarem participar da Banca Examinadora da dissertação.

Devo agradecer a boa vontade de pessoas que tão bem me recepcionaram nos arquivos pesquisados, em especial à Joana Darc Moreno de Andrade e ao Rizio Bruno Santana, da Biblioteca Mário de Andrade, Seção de Obras Raras e Especiais, sempre pacientes e disponíveis. Da mesma forma, à Lígia Mércia Faitarone, do Núcleo de Biblioteca e Hemeroteca do Arquivo do Estado de São Paulo, que sem nenhum tipo de objeção, enviou por e-mail os arquivos digitalizados do periódico *O Parafuso*, sem o qual minha peregrinação teria sido maior.

Às minhas colegas professoras, que considero mulheres guerreiras, deixo uma menção em homenagem à categoria e que deram sua contribuição na forma de elogios à minha pessoa, mostrando-se orgulhosas por eu estar representando nossa escola em uma pesquisa acadêmica. À minha mais recente amizade, Ana Carolina, também orientanda da professora Maria Ângela, que em nenhum momento me perdeu de vista, sempre enviando mensagens carinhosas e de incentivo.

E por fim, meu agradecimento à minha querida filha Ana, que me ilumina hoje e sempre, tornando minha labuta diária mais doce. Tão jovem e madura, sua presença e palavras de estímulo, foram primordiais na finalização deste desafio. E à minha querida mãe Hilda, amiga e companheira em momentos difíceis, que nunca me abandona, meu muito obrigado pelo seu constante incentivo na pesquisa e na vida.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objeto de estudo o uso da linguagem humorística como forma de expressão crítica às mudanças na estrutura de ensino propostas pela Reforma Sampaio Dória, aprovada pela Lei n.º 1.750, em 8 de dezembro de 1920. A maior parte do material de humor selecionado apresenta-se na forma de caricaturas e charges de autoria do caricaturista Voltolino – pseudônimo usado com mais frequência pelo ítalo brasileiro Lemmo Lemmi –, constituindo-se assim no *corpus* documental mais relevante. A linguagem de humor configurou-se em um recurso de comunicação que foi usado com frequência por periódicos de humor e de variedades. Foram analisados três periódicos, por veicularem um volume maior de caricaturas de Voltolino referentes à reforma, e que trouxeram o tema da educação com algum destaque: *A Cigarra*, *Vida Paulista* e *O Parafuso*. Além do humor gráfico, foram elencados textos e versos irônicos ora aludindo diretamente à reforma do ensino, ora a questões correlatas, tais como o analfabetismo, a formação dos professores e a didática dos lentes. O humor de Voltolino demonstrou ser um veículo sagaz de crítica ao fazer uso do recurso de inversão, colocando o leitor em contato com as contradições presentes em discursos políticos. A compreensão dessa linguagem humorística foi realizada no diálogo com a grande imprensa e por meio do trato que ela dispensou às polêmicas suscitadas pela reforma. Para tanto, foram analisados os jornais *O Estado de S. Paulo*, *A Gazeta*, *Correio Paulistano* e *O Combate*. Desta forma, procurou-se olhar o humor dentro de sua historicidade.

Palavras-chave: Humor. Voltolino. Imprensa. Periódicos. Reforma Sampaio Doria.

ABSTRACT

This research has as object of study the use of the language of humor as a form of critical expression to the changes in the structure of education proposed by Reforma Sampaio Dória, approved by Law no. 1.750, on December 8, 1920. Most of the selected humor material comes in the form of caricatures and cartoons by the cartoonist Voltolino – pseudonym most commonly used by the italian-brazilian Lemmo Lemmi – thus constituting the most relevant documentary corpus. The humor language has been set into a communication feature that was often used by humoristic and variety journals. Three periodicals were analyzed, which presented a larger volume of cartoons of Voltolino, and which brought the theme education with some highlight: *A Cigarra*, *Vida Paulista* and *O Parafuso*. In addition to the graphic humor, ironic texts and verses were also mentioned, alluding directly to the education reform, or to issues related to it such as illiteracy, teacher training, didactic teaching. Voltolino's humor proved to be a shrewd vehicle of criticism by making use of the inversion feature, placing the reader in touch with the contradictions present in political discourses. The understanding of this humorous language was realized in the dialogue with the great press and in the treatment that it dispensed to the controversies raised by the reform. For that, the newspapers were analyzed *O Estado de S. Paulo*, *A Gazeta*, *Correio Paulistano* and *O Combate*. In this way, we sought to look at humor within its historicity.

Keywords: Humor. Voltolino. Press. Periodicals. Sampaio Doria Reform.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações técnicas	23
Quadro 2 – Presidentes do Brasil quadriênios 1914-1918 e 1919-1922 / Presidentes do estado de São Paulo e secretários quadriênios 1916-1920 e 1920-1924	24
Quadro 3 – Distribuição e temática dos quadros de humor n’A Cigarra	43
Quadro 4 – Lista parcial de professores em exercício no Grupo Escolar de Sorocaba	119
Quadro 5 – Episódios e datas referenciados na análise de caricaturas deste capítulo	131

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Il Pasquino Coloniale, edição 684, 27 de novembro de 1920, p. 14.....	13
Figura 2 – Capa d’A Cigarra, ano VI, n. 111, 1º de maio de 1919.....	25
Figura 3 – Cabeçalho d’A Cigarra, ano VI, n. 109, 1º de abril de 1919, p. 17	26
Figura 4 – A Cigarra, ano VI, n. 123, 1º de novembro de 1919, p. 23	27
Figura 5 – A Cigarra, ano VI, n. 111, 1º de maio de 1919, p. 14.....	28
Figura 6 – A Cigarra, ano VI, n. 110, 15 de abril de 1919, p. 17.....	29
Figura 7 – A Cigarra, ano VI, n. 111, 1º de maio de 1919, p. 42.....	30
Figura 8 – A Cigarra, ano VI, n. 111, 1º de maio de 1919, p. 22.....	31
Figura 9 – A Cigarra, ano VI, n. 111, 1º de maio de 1919, p. 34.....	32
Figura 10 – A Cigarra, ano VI, n. 111, 1º de maio de 1919, p. 15	33
Figura 11 – A Cigarra, ano VIII, n. 164, 15 de julho de 1921, p. 27.....	33
Figura 12 – A Cigarra, ano VIII n. 159, 1º de maio de 1921, p. 19.....	34
Figura 13 – A Cigarra, ano VIII, n. 161, 1º de junho de 1921, p. 16.....	35
Figura 14 – A Cigarra, ano VII, n. 127, 1º de janeiro de 1920, p. 63.....	35
Figura 15 – Capa d’A Cigarra, ano VI, n. 117, 1º de agosto de 1919	37
Figura 16 – Capa d’A Cigarra, ano VIII, n. 158, 15 de abril de 1921	40
Figura 17 – A Cigarra, ano VIII, n. 158, 15 de abril de 1921, p. 14.....	41
Figura 18 – O Estado de S. Paulo, 22 de dezembro de 1921, p. 10.....	43
Figura 19 – A Cigarra, ano VIII, n. 158, 15 de abril de 1921, p. 27.....	45
Figura 20 – A Cigarra, ano VIII, n. 159, 1º de maio de 1921, p. 22.....	47
Figura 21 – A Cigarra, ano VIII, n. 162, 15 de junho de 1921, p. 32.....	49
Figura 22 – Vida Paulista, ano II, n. 2, 3 de novembro de 1920, p. 8	51
Figura 23 – Vida Paulista, ano II, n. 5, 1 de dezembro de 1920, p. 6.....	52
Figura 24 – Vida Paulista, ano II, n. 1, 1 de outubro de 1920, p. 3.....	53
Figura 25 – Vida Paulista, ano II, n. 1, 1 de outubro de 1920, p. 2.....	54
Figura 26 – Vida Paulista, ano II, n. 6, 16 de dezembro de 1920, p. 9.....	56
Figura 27 – Vida Paulista, ano II, n. 6, 16 de dezembro de 1920, p. 9.....	58
Figura 28 – Vida Paulista, ano II, n. 6, 16 de dezembro de 1920, p. 9.....	58
Figura 29 – Vida Paulista, ano III, n. 9, 1º de fevereiro de 1921, p. 10.....	59
Figura 30 – Vida Paulista, ano II, n. 5, 1 de dezembro de 1920, p. 5.....	60
Figura 31 – Vida Paulista, ano II, n. 2, 15 de outubro de 1920, p. 4.....	62
Figura 32 – Vida Paulista, ano II, n. 2, 15 de outubro de 1920, p. 7.....	63
Figura 33 – O Parafuso, ano V, n. 165, 7 de outubro de 1919, p. 5	66
Figura 34 – O Parafuso, ano V, 14 de janeiro de 1919, p. 3	67
Figura 35 – O Parafuso, ano V, 8 de julho de 1919, n. 152, p. 5	68
Figura 36 – O Parafuso, ano V, n. 28 de outubro de 1919, p. 20.....	70
Figura 37 – O Parafuso, ano V, n. 154, 22 de julho de 1919, p. 20.....	71
Figura 38 – O Parafuso, ano V, n. 154, 22 de julho de 1919, p. 2.....	72
Figura 39 – O Parafuso, ano V, n. 144, 13 de maio de 1919, p. 20.....	73
Figura 40 – O Parafuso, ano V, n. 131, 11 de fevereiro de 1919, p. 6.....	74
Figura 41 – O Parafuso, ano V, n. 154, 22 de julho de 1919, p. 13.....	76
Figura 42 – O Parafuso, ano V, n. 158, 19 de agosto de 1919, p. 16	78
Figura 43 – Capa d’O Parafuso, ano V, n. 152, 8 de julho de 1919	80
Figura 44 – Capa d’O Parafuso, ano VI, n. 204, 14 de julho de 1920.....	82
Figura 45 – O Parafuso, ano V, n. 156, 5 de agosto de 1919, p. 17	83
Figura 46 – O Parafuso, ano V, n. 153, 15 de julho de 1919, p. 5.....	84
Figura 47 – O Parafuso, ano V, n.157, 19 de agosto de 1919, p. 13	85

Figura 48 – O Parafuso, ano V, 26 de agosto de 1919, p. 14.....	86
Figura 49 – A Cigarra, ano VI, n. 115, 1 de julho de 1919, p. 25.....	88
Figura 50 – A Cigarra, ano VI, n. 115, 1º de julho de 1919, p. 17.....	89
Figura 51 – A Cigarra, ano VII, n. 136, 2 de maio de 1920, p. 43.....	94
Figura 52 – A Cigarra, ano VII, n. 144, 15 de setembro de 1920, p. 28.....	95
Figura 53 – A Cigarra, ano VIII, n. 165, 1º de agosto de 1921, p. 37.....	96
Figura 54 – Vida Paulista, ano II, n. 18, 16 de junho de 1921, p. 8.....	98
Figura 55 – Vida Paulista, ano II, n. 2, 3 de novembro de 1920, p. 1.....	104
Figura 56 – O Parafuso, ano V, n. 165, 7 de outubro de 1919, p. 6.....	108
Figura 57 – O Parafuso, ano VI, n. 163, 23 de setembro de 1920, p. 9.....	110
Figura 58 – O Parafuso, ano V, n. 171, 18 de novembro de 1919, p. 4.....	116
Figura 59 – O Parafuso, ano V, n. 134, 5 de março de 1919, p. 14.....	118
Figura 60 – O Parafuso, ano VI, n. 184, 26 de fevereiro de 1920, p. 1.....	123
Figura 61 – Il Pasquino Coloniale, edição 684, 27 de novembro de 1920, p. 13.....	125
Figura 62 – A Cigarra, ano VIII, n. 160, 15 de maio de 1921, p. 22.....	131
Figura 63 – A Cigarra, ano VIII, n. 160, 15 de maio de 1921, p. 25.....	137
Figura 64 – A Cigarra, ano VIII, n. 160, 15 de maio de 1921, p. 29.....	139
Figura 65 – A Cigarra, ano VIII, n. 161, 1º de junho de 1921, p. 25.....	144
Figura 66 – A Cigarra, ano VIII, n. 161, 1º de junho de 1921, p. 35.....	146
Figura 67 – A Cigarra, ano VIII, n. 164, 15 de julho de 1921, p. 17.....	147
Figura 68 – A Cigarra, ano VIII, n. 159, 1º de maio de 1921, p. 26.....	148
Figura 69 – Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500.....	150
Figura 70 – Vida Paulista, ano II, n. 5, 1º de dezembro de 1920, p. 1.....	152
Figura 71 – Vida Paulista, ano II, n. 6, 16 de dezembro de 1920, p. 4.....	155
Figura 72 – Capa da Vida Paulista, ano II, n. 16, 16 maio de 1921.....	159
Figura 73 – Vida Paulista, ano II, n. 16, 16 de maio de 1921, p. 5.....	161
Figura 74 – Vida Paulista, ano II, n. 16, 16 de maio de 1921, p. 5.....	162
Figura 75 – Vida Paulista, ano II, n. 16, 16 de maio de 1921, p. 8.....	165
Figura 76 – Vida Paulista, ano II, n. 17, 1º de junho de 1921, p. 8.....	166
Figura 77 – O Parafuso, ano VI, n. 196, 19 de maio de 1920, p. 1.....	168
Figura 78 – Vida Paulista, ano II, n. 5, 1º de dezembro de 1920, p. 5.....	169
Figura 79 – Vida Paulista, ano II, n. 16, 16 de maio de 1921, p. 6.....	171
Figura 80 – Capa d'O Parafuso, ano V, n. 138, 2 de abril de 1919.....	173
Figura 81 – Capa d'O Parafuso, ano VI, n. 195, 12 de maio de 1920.....	177
Figura 82 – O Parafuso, ano VI, n. 226, 15 de dezembro de 1920, p. 11.....	179
Figura 83 – O Parafuso, ano VI, n. 195, 12 de maio de 1920, p. 17.....	181
Figura 84 – A Cigarra, ano VIII, n. 160, p. 24.....	185
Figura 85 – Il Pasquino Coloniale, edição 687, 18 de dezembro de 1920, p. 13.....	191
Figura 86 – D. Quixote, n. 186, 1 de dezembro de 1920, p. 27.....	192
Figura 87 – Careta, n. 776, 5 de maio de 1923, p. 31.....	193

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A CIGARRA, VIDA PAULISTA E O PARAFUSO: OS IMPRESSOS E SEUS PERFIS	23
1.1 A Cigarra – “Revista de Maior Circulação no Estado de S. Paulo”	25
1.1.1 Voltolino n’A Cigarra	38
1.2 Vida Paulista – “Litteratura, Humorismo e Esporte”	50
1.2.1 Voltolino na Vida Paulista	60
1.3 O Parafuso – “Semanário de Combate”	65
1.3.1 Voltolino n’O Parafuso	77
2 EDUCAÇÃO EM REVISTA	87
2.1 A Cigarra	87
2.2 Vida Paulista	98
2.3 O Parafuso	108
3 ECOS DA REFORMA SAMPAIO DÓRIA EM PÁGINAS DE HUMOR	125
3.1 A Cigarra - As crianças “proibidas” de entrar na escola e o futuro de “vadiagem”	130
3.2 Vida Paulista – Os grupos escolares e a República	152
3.3 O Parafuso – os políticos analfabetos	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
FONTES	194
REFERÊNCIAS	197

INTRODUÇÃO

Figura 1 – *Il Pasquino Coloniale*, edição 684, 27 de novembro de 1920, p. 14



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A charge que abre a introdução deste trabalho é de autoria de Voltolino, vulgo usado pelo caricaturista, desenhista e ilustrador João Paulo Lemmo Lemmi (1884-1926), um dos mais importantes desenhistas de humor da imprensa paulista no início do século XX. Foi publicada no jornal *Il Pasquino Coloniale*, semanário satírico publicado entre 1909 e 1941 cujos textos eram, praticamente todos, veiculados em italiano.

Na charge, ao centro, está Washington Luís, alongado em relação às outras personagens. A figura notadamente mais extensa, em se tratando de um humor crítico, poderia se referir ao autoritarismo com que as escolas estrangeiras foram tratadas pela reforma e, seguindo uma tendência identificada em Voltolino, ao modo centralizado de governar de Washington Luís. O gesto de puxar a orelha da “*scuola straniera*” lembra a atitude disciplinadora de um professor; a escola estrangeira é representada por uma mulher com machado na mão, atrás da qual há outra mulher, representando a “*scuola nazionale*”. Ambas lembram os estereótipos presentes nas imagens de professoras. O fato de estarem do mesmo lado, em oposição a Washington Luís, sugere que enfrentavam dificuldades similares, postas pela reforma, na lida contra o analfabetismo. A cena da professora segurando o machado, permite algumas suposições: está a defender-se de Washington Luís, atacar o monstro/analfabetismo, ou ambos?

Voltolino, além deste primeiro exemplo, desenhou muitas outras charges tratando da reforma Sampaio Dória e dos personagens políticos ligados a ela, no intervalo que compreende sua proposição a partir do projeto de lei n.º 47, com entrada na Câmara dos Deputados em 5 de novembro de 1920, a aprovação na forma da Lei n.º 1.750 em 8 de dezembro de 1920, até a regulamentação por meio do Decreto n.º 3.356, em 31 de maio de 1921. Além do semanário em italiano, Voltolino publicou suas charges e caricaturas em vários outros periódicos da época. Com maior presença estão aquelas dadas a ver em *A Cigarra*, *Vida Paulista* e *O Parafuso*, que forneceram o corpus documental desta dissertação.

Humor e reforma Sampaio Dória da instrução pública paulista compõem o eixo deste trabalho, como sugere a charge inicial, datada de novembro de 1920. Buscamos, especialmente nas páginas de humor desses três periódicos, analisar as repercussões satíricas da reforma, temática que, todavia bastante estudada, tem seus ecos jocosos e as críticas que imagens e textos de humor fizeram a ela ainda pouco conhecidos.

Embora o corpus principal da pesquisa seja proveniente das três revistas, outras fontes foram também importantes para a construção do trabalho, como o jornal de língua italiana *Il Pasquino Coloniale* e as charges de Voltolino nele veiculadas. Também os jornais diários *O Estado de S. Paulo*, *A Gazeta*, *Correio Paulistano* e, em algumas passagens, *O Combate*, foram usados para entender os argumentos presentes no debate educacional travado na imprensa, os quais foram mote para o humor crítico do chargista. Assim, Voltolino, pseudônimo de Lemmo Lemmi, foi se constituindo no fio condutor que amarra a dissertação, definindo o conjunto documental utilizado a partir dos periódicos citados, marcados por sua presença.

A Cigarra, *Vida Paulista* e *O Parafuso* são periódicos distintos, diferindo entre si nos conteúdos abordados, diagramação, linguagem visual e escrita, publicidade e no uso das caricaturas e charges referentes à reforma. *A Cigarra* foi um periódico de longa duração, e no período analisado tratou a cidade de São Paulo como vitrine da modernização, dialogando com as camadas médias e altas da sociedade paulista. *Vida Paulista* procurou dar visibilidade às formas de lazer e cultura do período, buscando atingir um público-alvo variado e interessado nas novidades sociais; adotou alguma inflexão crítica aos atos do governo, mas evitou nomear políticos. *O Parafuso*, contrariamente às outras duas revistas, definiu seu perfil como crítico sarcástico do cenário político, referindo-se jocosamente aos chefes políticos locais e a representantes da oligarquia tradicional, enfatizando sua defesa dos pobres.

As primeiras aparições de Voltolino ocorreram no periódico de humor *Cara Dura*, em língua italiana, que abordava a difícil condição de vida do colono italiano e cujas publicações aconteceram no período de 1900 a 1906. O *Cara Dura* era estampado na tipografia do imigrante

alemão Emilio Riedel, com quem Voltolino teria aprendido as primeiras lições do traço. *Cara Dura* foi substituído pelo periódico *Tira Prosa*, conduzido pelos redatores Alessandro Pini e Giuseppe Pellegrini, com quem Voltolino aprendeu o valor da escrita irônica (BELLUZZO, 1992). Em 1907, Voltolino foi convidado a participar de um novo semanário humorístico, dirigido por Arturo Trippa e Ermano Borla, o *Il Pasquino Coloniale*, publicação que acompanhou a adaptação da colônia italiana no Brasil, atuando nesse periódico até sua morte em 1926 (BELLUZZO, 1992). Voltolino atuou ainda na imprensa carioca, com passagens em *O Malho*, *O Gato* e *Dom Quixote*. Entre 1911 e 1917, integrou a revista literária, artística e satírica *O Pirralho*, propriedade de Oswald de Andrade, emprestando seu talento para compor o personagem ítalo-brasileiro *Juó Bananére* e demais desenhos de teor político-satírico (BELLUZZO, 1992). A partir de 1914, colaborou com a revista *A Cigarra*, cujos desenhos adquirem um traço mais fino. Suas caricaturas estiveram presente n’*O Queixoso*, periódico fundado com a intenção de criticar Altino Arantes, então candidato a presidente do Estado de São Paulo (BELLUZZO, 1992). Em 1916, emprestou seu traço às publicações d’*A Vespa*, periódico fundado para combater o “cacaísmo”, nome dado na época à política familiar dos Rodrigues Alves, usando o pseudônimo Cam e Lulu. N’*O Parafuso*, assinava com os pseudônimos Cam e Tom. Voltolino também esteve presente no jornalismo diário colaborando no *Estadinho* – vespertino de *O Estado de S. Paulo* –, e *A Gazeta* (BELLUZZO, 1992).

Voltolino, suas charges e caricaturas foram objetos de várias pesquisas, o que confirma sua relevância para a produção de conhecimento histórico. Marcia Yumi Takeuchi (2009) analisou caricaturas e charges presentes nas revistas ilustradas brasileiras, refletindo sobre a influência dessa iconografia na construção de imagens estereotipadas sobre o imigrante japonês, incluindo em sua tese desenhos de Voltolino. Carvalho (2009), ao analisar a imprensa negra como instrumento de reivindicação de direitos e combate à exclusão do negro em São Paulo, utilizou o chargista para identificar críticas bem humoradas sobre a modernização da cidade e as complicações decorrentes. Vilhena (2007) realizou um estudo do processo de urbanização na cidade de São Paulo por meio da análise de charges, dentre elas, de Voltolino, presentes em jornais e revistas. Rodrigues (2015) analisou cartas em dialeto caipira, buscando identificar as representações da cidade moderna em contraposição o perfil do homem do interior, contemplando também as imagens de Voltolino em conjunto com as fontes escritas. Brunelli (2007) partiu da análise de peças publicitárias produzidas por Voltolino – chocolate Lacta, guaraná Espumante e cigarros Sudan Extra – para identificar o surgimento de uma linguagem artística moderna.

A produção de Voltolino, presente em abordagens diversas, tais como a modernização urbana de São Paulo, a construção de identidades brasileiras e paulistas, a representação de imigrantes e estrangeiros na cidade, as relações entre cidade e campo e os estereótipos culturais e étnicos, ratificam sua importância para a historiografia. Entretanto, sua utilização na historiografia da educação ainda é inédita, embora tenha produzido quadros de humor com alusões diretas e indiretas à reforma, abordando inclusive pontos de vistas diferentes da imprensa dita séria. Não só o humor visual de Voltolino se referiu à reforma, mas também a sátira política na forma de textos em gêneros diversos – entrevistas, memórias, denúncias, versos, paródias.

O foco deste trabalho são as repercussões humorísticas da Reforma Sampaio Dória. Reconhecida pela historiografia da educação como a primeira reforma que propôs a modernização do ensino no período, serviu de ponto reflexivo para outras reformas da instrução pública primária em diferentes estados e é considerada marco para o movimento escolanovista. Seu aspecto central, tratado pela consagrada historiografia da educação, foi a tentativa de solucionar o problema do alto índice de analfabetismo com a criação do ensino primário de dois anos, fato que provocou críticas e debates, embora suas medidas tenham abrangido mudanças mais amplas, relativas à escola normal, abrangendo aspectos pedagógicos e administrativos (MEDEIROS, 2005). O ensino primário de dois anos, proposto por Sampaio Dória, apesar da condição provisória defendida pelo reformador, teria agradado Washington Luís, então presidente do Estado de São Paulo (1920-1924), por dar uma solução ao analfabetismo sem investimentos governamentais (ANTUNHA, 1976).

A medida da redução teve por consequência a transferência dos 3º e 4º anos da antiga configuração do ensino primário de quatro anos para o chamado ensino médio, pertencente, após a reforma, ao nível secundário. Uma vez que estes anos haviam sido extirpados do nível primário, o governo estabeleceu uma taxa de matrícula. O projeto original de Sampaio Dória previa o ensino primário de dois anos apenas para as escolas isoladas, alocadas na zona rural, além de manter a gratuidade no ensino primário e tê-lo estendido a 7 anos nos grupos escolares. A Comissão de Instrução Pública alterou o projeto, mantendo a proposta de 7 anos, porém, dividindo o ensino em três etapas – ensino primário de 2 anos, ensino médio de 2 anos e ensino complementar de 3 anos (MEDEIROS, 2005). A redução do ensino primário a dois anos atingia a estrutura e funcionamento dos grupos escolares, vistos até então como ícones da instrução pública paulista e instituição modelar (CARVALHO, 2010; MATHIESON, 2017).

Em análise recente, Mathieson (2017) indica que as críticas publicadas na imprensa atribuíram ênfase à inconstitucionalidade da taxa, mais do que a redução em si, adotando um

enfoque jurídico na crítica à reforma, discussão esta encetada também na Câmara de Deputados e tratada pela Comissão de Justiça, Constituição e Poderes. Outra ressalva feita à redução e à supressão dos últimos anos, transformados em ensino secundário, atendia ao raciocínio de que, se o ensino de dois anos era tempo suficiente – defendido pelo próprio Sampaio Dória –, não ficavam claros os motivos para se manter o conseguinte “ensino médio” e o seu posterior ensino complementar (ANTUNHA, 1976).

Entre os argumentos a favor da reforma, destaca-se o de que, na configuração em que se encontrava, a instrução pública era duplamente inconstitucional, já que a constituição estabelecia ensino obrigatório e gratuito, e em realidade grande parte das crianças estavam desassistidas no direito à escolarização (MATHIESON, 2017). A reforma encampou forte tendência nacionalista, dando relevância à formação cívica do cidadão – por meio da qual aprenderia a importância do exercício do voto –, semelhantemente aos valores defendidos e irradiados pela Liga Nacionalista de São Paulo, da qual Sampaio Dória era um dos fundadores (BOTO, 1994/1995). O núcleo da reforma pretendia “abrasileirar os brasileiros através da alfabetização e da educação moral e cívica e, por outro, de integrar o imigrante estrangeiro”, (CARVALHO, 2010, p. 103).

Contrariamente à crítica humorística depreendida da figura 1, no humor de Voltolino apresentado nas revistas ilustradas analisadas – *A Cigarra*, *Vida Paulista* e *O Parafuso*, todas editadas em língua portuguesa – não foram feitas alusões às escolas estrangeiras na sua relação com a Reforma Sampaio Dória. A historiografia sobre a reforma aponta que um dos objetivos, de natureza nacionalista, era colocar a língua portuguesa definitivamente como a língua pátria – dentro e fora da escola –, conforme explicitado nas alíneas b e c, inciso segundo, parágrafo segundo, artigo 5º (Título IV, “Do Ensino Particular”) da Lei nº 1.750:

b) de ministrar ou fazer ministrar o ensino em vernaculo, salvo o de linguas estrangeiras; c) de incluir no programma, em numero de aulas que o governo determinar o ensino de portuguez, por professores brasileiros natos ou portuguezes natos, e o de geographia e historia do Brasil, por professores brasileiros natos, uns e outros de competencia reconhecida (SÃO PAULO, 1920).

Essas imposições colocadas em forma de lei às escolas estrangeiras, inclusive com multas aplicadas no caso de descumprimento, geraram a ironia posta pela caricatura, o que demonstra a existência de outros julgamentos a respeito das medidas de caráter nacionalista da reforma, não tão favoráveis, e também do desrespeito em relação ao imigrante.

As opiniões sobre a reforma proposta por Sampaio Dória foram bastante distintas, entremeadas em argumentos contra e a favor, afinal, ela traria impactos significativos na vida dos profissionais ligados ao sistema de ensino – professores, diretores, inspetores –, e também

na vida familiar – pais e alunos. Os questionamentos a respeito do projeto de lei n.º 47, iniciados na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, foram captados pela imprensa da época, suscitando elogios e desaprovações expressas por intelectuais que escreviam para jornais e revistas. A hipótese desse trabalho é de que a linguagem humorística permite uma outra mirada sobre as tensões geradas em torno de determinados tópicos da reforma, podendo contribuir para uma compreensão ampliada na historiografia educacional, agregando-se ao já conhecido a análise do humor referente à temática da instrução pública, em especial, com relação à natureza das críticas.

Retornando à figura 1, a tradução do título e da legenda trazem mais algumas informações. O título “A nova lei sobre instrução elementar” atesta que o motivo central da caricatura diz respeito a aspectos da lei propostos pela reforma. As legendas, por sua vez, trazem uma primeira fala, do presidente do Estado Washington Luís, que aparenta estar se dirigindo à escola estrangeira, mais do que à nacional: “*Vamos cuidar de você de agora em diante*”. A segunda fala parte do monstro/analfabetismo – “*Menos mal! Menos um inimigo*” – e parece se referir a Washington Luís, satirizando o fato de que o governo, que deveria ser o mais comprometido com o combate ao analfabetismo, fazia exatamente o oposto.

Elencar essa caricatura, na introdução, atendeu a alguns objetivos; de início, mostrar que as representações a respeito da reforma foram variadas. A maioria das críticas humorísticas à reforma veiculadas pelas três revistas analisadas não fez menção às medidas nacionalistas, o que tanto sugere um apoio a elas, quanto indica que esta não era a tópica mais destacada pelos diferentes comentaristas. O exemplo demonstra que a irreverência do humor, em especial o imagético, põe a descoberto as contradições das ações políticas e o ponto de vista de grupos não alinhados ao discurso oficial. Também sugere que a análise das charges e caricaturas deve investigar as relações entre as produções de humor, o perfil editorial dos periódicos e o público leitor. Na caricatura da figura 1, a correlação é percebida de forma mais clara, já que o periódico italiano defendia-se da reforma naquilo que lhe era mais caro, e ao seu público leitor, no tocante à instrução: manter as raízes culturais e suas identidades preservadas.

Bakhtin (2013), ao analisar as festas populares da praça pública medieval descritas nas obras de Rabelais, identificou que o riso advindo das manifestações do baixo corporal significava a libertação do medo, “o medo do poder divino e humano, dos mandamentos e proibições autoritárias” (BAKHTIN, 2013, p. 78). A vitória sobre o medo transfigurava-se na “forma do monstruoso cômico, dos símbolos do poder virados do avesso” e ainda, “tudo que era temível, tornava-se cômico” (BAKHTIN, 2013, p. 79). “A face risonha” das festas

populares, segundo o autor, “opunha-se à imobilidade conservadora” e “punha ênfase na alternância e na renovação, inclusive no plano social e histórico” (BAKHTIN, 2013, p. 70).

Considera-se que a proposição de Bakhtin pode ser estendida ao humor encontrado nas revistas analisadas, que colocavam personalidades políticas, envolvidas direta e indiretamente na reforma, em contextos ridicularizantes, causando um efeito de “destronamento”, termo este usado por Bakhtin (2013, p. 79). Essas produções cômicas não eram motivadas pelo medo, mas, semelhantemente a um dos aspectos do riso da praça pública medievo-renascentista, ao ridicularizar, davam a ver o desejo de mudança.

A análise das caricaturas e charges políticas demanda considerá-las dentro das polêmicas do momento, no entrecruzamento entre elas e as demais notícias publicadas em outros veículos de imprensa, de caráter mais “sério”, bem como a partir da linha editorial dos periódicos que as veicularam. Relativamente à linha editorial, Capelato (1994, p. 21) afirma que “a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social” e recomenda que o historiador leve em consideração “a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social” (CAPELATO, 1994, p. 21). Logo, imprensa e jornalistas são, respectivamente, produto e ação que se forjam na prática social de seu tempo.

Identificar perfis editoriais, pautas das edições e a correlação entre caricaturas e as intenções dos redatores no planejamento de suas inserções constitui-se em tarefa complexa. De modo a ampliar o entendimento dessa correlação, intentamos traçar algumas características dos periódicos no capítulo 1 – “*A Cigarra, Vida Paulista e O Parafuso* – os impressos e seus perfis” – explorando os conteúdos, a materialidade e publicidade, conseqüentemente, vislumbrando também características do público leitor. Nesse capítulo, também procuramos analisar as criações de Voltolino em cada revista, ora com certa autonomia, cujos quadros eram a única forma de crítica à reforma e temas subjacentes, ora com imagens que se articulavam claramente ao texto opinativo.

Apesar das particularidades, foi possível traçar algumas aproximações entre a natureza das revistas e as criações do caricaturista, assim como identificar quais temáticas da reforma foram priorizadas por cada uma. Também foi possível notar uma tendência nas produções de Voltolino – independente do estilo do periódico – a dar visibilidade às conseqüências sociais decorrentes das ações e omissões políticas. Nessas ocasiões, suas imagens mostravam, paralelamente ou ao fundo da temática principal, a presença dos desfavorecidos – o trabalhador pobre e sua família, a mãe em apuros com seu filho no colo, a criança pobre mal vestida e

descalça, o morfético, o caipira –, ou, ainda, daqueles que sofriam as consequências do mau uso do dinheiro público.

Durante sua carreira como caricaturista, Voltolino teve passagens por vários periódicos, além dos que abordamos nesta pesquisa. Afonso Schmidt, em matéria especial do *Jornal de Notícias* a respeito da vida de Voltolino, fez observações sobre o trabalho do caricaturista, que reiteram sua predileção pelos tipos populares e o desdém pelo universo dos afortunados:

Ele não foi o fixador das elegâncias urbanas. Sua mão desprezava a linha ondulada das “melindrosas” da época, que hoje, eram parecidas com suas irmãs de outros países. O artista se comprazia com as linhas fortes dos tipos de rua, das figuras características do nosso meio, dessas que de certa forma encarnam a época, a tendência, o aspecto às vezes fugidio de uma grei (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1949, p. 5).

Sobre a popularidade de Voltolino e a repercussão de seu trabalho junto aos leitores, afirma:

Durante os períodos de agitação política, seus calungas é que faziam barulho. Naquele tempo, o povo ainda não se desabafava escrevendo frases nos muros. Também não era preciso, o povo tinha Voltolino. **Suas críticas, publicadas pelos jornais, eram repetidas nos salões, nos cafés, nos bondes, nas esquinas, por toda parte** (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1949, p. 5, grifo nosso).

As palavras de Afonso Schmidt, acima grifadas, reportam-nos a outra característica das produções cômicas, referente à sua circulação ampla e ao diálogo com diferentes grupos sociais. Trata-se, conforme Saliba (2002, p. 28) já havia advertido, de considerar o humor como expressão da vida coletiva: “As representações humorísticas, nas suas inúmeras formas e procedimentos, forjam-se nos fluxos e refluxos da vida, no tecido histórico e social – já que cada sociedade cria e inventa seus próprios espaços de repressão e transgressão”.

Analisar os quadros de humor de Voltolino exigiu atenção constante às datas de inserção e, a partir daí, à localização das polêmicas na imprensa diária, em grande parte alimentadas pelas sete conferências proferidas por Sampaio Dória na defesa da reforma, também publicadas em matutinos, e que suscitaram as imagens de humor crítico. A figura 1 exemplifica esse movimento metodológico: veiculada em 27 de novembro de 1920, foi criada na fase final das discussões empreendidas pelos deputados da Câmara Legislativa Estadual a respeito da reforma da instrução pública, proposta pelo projeto de lei n.º 47. No início de dezembro de 1920, o projeto passaria para a apreciação no Senado, mas já estava dada por certa sua aprovação e a conversão em lei.

A linguagem de humor, aqui tratada como objeto de pesquisa, tem como suporte jornais e revistas, veículos que tratam de assuntos do momento, mas que podem ser articulados a fatos inscritos no passado recente. A necessidade, posta pela pesquisa, de compreender o perfil de

cada revista, exigiu que a análise recuasse um período suficiente para aquilatar as respectivas características. Nesse sentido, o recorte tem como ponto inicial o ano de 1919, cuja análise subsidiou o levantamento do perfil de cada periódico, e que se mostrou especialmente rico na temática da educação, especialmente no periódico *O Parafuso*. O ano de 1919 foi subsequente à resposta de Sampaio Dória, por meio da Carta Aberta, à pergunta formulada por Oscar Thompson¹ em Carta Circular da Diretoria Geral da Instrução Pública, “Que fazer para educar esses milhares de menores que, crescendo analfabetos, constituirão elementos negativos do nosso progresso?” (THOMPSON, 1918 apud CARVALHO, 2010, p. 97).

O ano de 1920 foi percebido, na análise dos periódicos, como um interregno em que a temática da instrução e a sua relação com o ideário de formação do cidadão brasileiro foram mais recorrentes, devido aos eventos que ensejaram a reforma: a posse de Washington Luís na presidência do Estado de São Paulo, a escolha de Sampaio Dória como Diretor da Instrução Pública, a realização do recenseamento escolar e a identificação do alto número de crianças analfabetas apartadas da escola, levando, por último, à criação do projeto de reforma e sua aprovação. O ano de 1921 foi palco, principalmente, das polêmicas suscitadas pelas mudanças de última hora implementadas na reforma durante sua regulamentação. O recorte temporal é, portanto, de 1919 a 1921.

A presença da educação e da formação do cidadão em cada periódico, ora em uma abordagem séria, ora na forma de humor, levou à organização do capítulo 2, “Educação em revista”, com intuito de delinear algumas das representações veiculadas sobre instrução pública e seus sujeitos. Esse capítulo, assim como o primeiro, auxiliou na elaboração das hipóteses acerca dos aspectos da reforma escolhidos por cada veículo para criticá-la por meio do humor de Voltolino. Na sequência, o capítulo 3, “Ecos da Reforma Sampaio Dória em páginas de humor” trata dos quadros de humor com alusões diretas à reforma.

Voltolino se manteve fiel à tradição da imprensa brasileira, existente desde os seus primórdios, de abrir espaço ao humor sarcástico e irônico voltado contra as mazelas políticas. Afinal, como afirma Ana Maria Belluzo (1992, p. 207), “o início da atividade de Voltolino encontra já mais de meio século de experiência caricatural no país”.

Ana Luiza Martins (2011) destaca que o gênero caricatura no Brasil derivou de uma experiência de “crítica jocosa” que se delineara já nos tempos coloniais, inaugurada por escritores tais como Gregório de Matos (1633-1696), o Boca do Inferno, e Antonio Manoel de Almeida (autor de *Memórias de um Sargento de Milícias*), observadores perspicazes de uma

¹ Diretor Geral da Instrução Pública entre 1916 e 1920.

sociedade repressora e injusta. Dessa “oralidade jocosa”, que permeava a comunicação popular, passou-se ao “desenho satírico”, multiplicado nos impressos do período imperial (MARTINS, 2011, p. 520). Ainda segundo a autora, a presença da caricatura no Brasil foi impulsionada com a vinda de artistas alemães, tais como Henrich Fleuiss, Carl Fleuiss e Carl Linde ao Rio de Janeiro em 1859, e do piemontês Angelo Agostini em 1854, os quais, utilizando a pedra litográfica como técnica de reprodução, ampliaram as formas de comunicação impressa, em um território ainda atrasado no uso de prelos (MARTINS, 2011).

Belluzo (1992) lembra a influência da caricatura francesa na produção brasileira, ambas calcadas na proximidade com a realidade social e cultural:

As características próprias da linguagem caricatural indicam a grande abertura para o tempo e para o espaço cultural onde são realizadas: linguagem imediata, apoiada na vivência do artista, sendo inerente a seu processo de configuração e aproximação à vida real, ao tempo presente (BELLUZZO, 1992, p. 209).

Por fim, ressaltamos a importância da imprensa como fonte para a história da educação. Na obra *Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)*, Robert Darnton e Daniel Roche (1996), ao inquirirem “qual o papel que a tipografia desempenhou na Revolução Francesa?”, sinalizaram para a importância da palavra impressa, do ponto de vista da construção do conhecimento histórico, não apenas como simples registro, mas como elemento atuante e constitutivo dos acontecimentos (DARNTON; ROCHE, 1996, p. 14). Deste modo, nos alinhamos também a uma tendência mais recente da historiografia educacional brasileira, que investiga a imprensa em geral tanto como veículo de divulgação de acontecimentos e suas representações, quanto em seu papel formativo e educativo (BASTOS, 2002; GONÇALVES NETO, 2002).

1 A CIGARRA, VIDA PAULISTA E O PARAFUSO: OS IMPRESSOS E SEUS PERFIS

Realizamos, neste capítulo, uma análise da materialidade, dos conteúdos e da publicidade contidos nos periódicos – *A Cigarra*, *Vida Paulista* e *O Parafuso* – com vista à elaboração de uma visão mais geral acerca do projeto editorial dessas publicações e respectivos públicos leitores. A análise se inclina na direção das imagens veiculadas – fotos, desenhos, capas, reclames, caricaturas – uma vez que a dissertação tem por objeto a repercussão humorística da Reforma Sampaio Dória, com predominância do humor gráfico e, portanto, uma atenção voltada para as intencionalidades presentes no discurso imagético.

Partimos do princípio de que jornais e revistas não são suportes neutros, portanto, essa sondagem contribui para o entendimento do humor gráfico veiculado por cada um dos periódicos acerca da Reforma Sampaio Dória. Buscamos, deste modo, problematizar as perspectivas que os redatores adotaram para realizar as críticas à reforma em páginas de humor. Conforme afirmado na introdução, o fio condutor da dissertação é o trabalho do caricaturista Voltolino, embora outras produções de humor sejam contempladas. A seguir, inserimos duas tabelas² com o objetivo de facilitar a visualização das informações técnicas de cada periódico, semelhanças e especificidades, bem como dos principais políticos sobre os quais se debruçaram esses impressos.

Quadro 1 – Informações técnicas

Periódico	<i>A Cigarra</i>	<i>Vida Paulista</i>	<i>O Parafuso</i>
Proprietário e diretor	Gelásio Pimenta (proprietário e diretor)	Luiz Feezarolotti Júnior	Benedito Andrade (Diretor e redator)
Período de publicação	1914-1975	1920-1926	1915-1922
Periodicidade	Quinzenal	Quinzenal	Semanal
Tiragem	25.000 exemplares	Não temos esta informação	Entre 10.000 e 30.000 exemplares
Número de páginas	50 a 100 páginas	18 páginas	16 páginas
Preços	\$400 (avulso)	\$400 (avulso)	\$400 (avulso)
Conteúdo	Diversificado/Variadas artes (teatro, música, cinema), saraus, literatura, contos, humor, crônica (editorial), esportes, vida social;	Diversificado/Variadas artes (teatro, música, cinema), saraus, literatura, contos, humor, crônica (editorial), esportes, vida social;	Forte inclinação para a crítica política e social; esportes;
Caricaturistas	Voltolino, Belmonte J.Carlos	Voltolino, Belmonte	Voltolino, Storni, Umberto Della Latta (anúncios)

Fonte: elaborado pela autora

² O quadro foi elaborado com auxílio de bibliografia e complementos advindos da pesquisa direta com as fontes. Ver Cruz (1997).

O próximo quadro tem por finalidade auxiliar o leitor na identificação das principais personalidades envolvidas no humor gráfico, suas posições em cargos públicos e suas relações dentro da oligarquia política.

Quadro 2 – Presidentes do Brasil quadriênios 1914-1918 e 1919-1922 / Presidentes do estado de São Paulo e secretários quadriênios 1916-1920 e 1920-1924

Presidente do Brasil	Presidente do Estado de São Paulo	Secretário de Negócios e do Interior (Instrução Pública)	Secretário da Fazenda	Secretário da Justiça e Segurança Pública	Diretor Geral da Instrução Pública
Wenceslau Brás (1914-1918)	Altino Arantes (1916-1920) (Queixada)	Oscar Rodrigues Alves (Cacá ou Príncipe Cacá)	Cardoso de Almeida (Dr. Cartola)	Eloy Chaves (Dr. Sorriso); Herculano de Freitas (Dr. Charuto)	Oscar Thompson
Rodrigues Alves (falecido em jan. 1919), substituído por Epitácio Pessoa (1919-1922)	Washington Luís ³ (1920-1924)	Alarico Silveira	Rocha Azevedo	Cardoso Ribeiro	Sampaio Dória

Fonte: elaborado pela autora

O objetivo deste primeiro capítulo, portanto, é apresentar uma visão mais geral dos três periódicos investigados na dissertação, identificando-lhes os principais contornos e buscando traços que possam demarcar a especificidade do perfil de cada um deles.

³ As informações relativas aos nomes dos secretários nomeados por Washington Luís foram obtidas por meio da revista *A Vida Moderna*, edição 382, publicada em 6 de maio 1920, nas páginas 20 e 21.

1.1 A Cigarra – “Revista de Maior Circulação no Estado de S. Paulo”

Figura 2 – Capa d’A Cigarra, ano VI, n. 111, 1º de maio de 1919



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A *Cigarra* foi um periódico consagrado consolidado e que encontrou um caminho próprio de comunicação com o público leitor. Em linhas gerais, pode-se afirmar que, em relação à estrutura da revista, as edições contavam com uma capa primorosa, quase sempre de figuras femininas – figura 2 – sinalizando sua atenção para esse público. Após a capa, a revista reservava várias páginas para os principais anunciantes. Em seguida, as edições traziam a “*Chronica*” – figura 3 – em cujo cabeçalho o periódico informava o número da edição, data, logotipo, periodicidade, valor avulso e da assinatura, assinatura para o estrangeiro, diretor-proprietário – Gelásio Pimenta – e o epíteto “*REVISTA DE MAIOR CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE S. PAULO*”.

Figura 3 – Cabeçalho d'A *Cigarra*, ano VI, n. 109, 1º de abril de 1919, p. 17



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A crônica, algo parecido com os editoriais dos atuais jornais, exprimia a opinião do veículo relativamente a um tema, polêmica, ou fato do cotidiano que teria atraído o grande público. A leitura sistemática das crônicas e outros conteúdos apontam para alguns valores presentes ao longo das edições. A diagramação da revista era de três colunas, com exceção da crônica, publicada em duas colunas.

A crônica do número 109 – figura 3 – comemorou, com um texto autoelogioso, o sexto ano de vida da revista; o cronista discorreu sobre os desafios enfrentados pelo veículo no ano de sua inauguração, 1914, início da Primeira Guerra Mundial, entre eles, a “desorganização comercial” do país e a “alta do papel” (A CIGARRA, 1919, p. 17). Em determinado trecho, o cronista fez um apontamento sobre o público alvo, a quem, entre outros fatores, atribuiu os bons resultados da revista:

Essa victoria que nos ensoberbece, e que não deixa de representar por sua vez **a cultura de uma fina parte de nossa sociedade**, devemos confessar gostosamente, não foi devida sinão ao acolhimento generoso e espontaneo que lhe deu de começo, e que vem sempre mantendo, **a elite dos paulistas** (A CIGARRA, 1919, p. 17, grifos nossos).

De fato, a revista parecia se dirigir à “elite dos paulistas”, usando uma linguagem rebuscada, outra característica flagrante das crônicas e demais textos. Verifica-se a ampla cobertura, por meio de fotos, dos eventos nos quais os industriais, os altos comerciantes, o presidente do estado e seus secretários, estavam presentes. As legendas que acompanhavam as fotos costumavam trazer adjetivos portentosos dirigidos aos sujeitos. Além de sinalizar para o conteúdo de suas páginas, essa estratégia também enaltecia o leitor, igualmente adjetivando-o como parte de uma elite.

Percebe-se que, ao longo das edições, texto e imagens se complementavam, articulando-se em um discurso que pretendeu enaltecer o Estado de São Paulo e o Brasil. O nacionalismo

era uma forte marca da revista. A revista trazia amplas coberturas sobre eventos cívicos realizados por escoteiros – figura 4 – e pelas forças públicas – figuras 5 e 6.

Esse nacionalismo também celebrava o progresso da indústria e do Estado, publicando inúmeras fotos dos industriais que participavam da “*Exposição Industrial em São Paulo*”. Crespo (2004), em trabalho que comparou revistas mexicanas e brasileiras nas primeiras décadas do século XX, entre elas a *Revista do Brasil* e *A Cigarra*, apontou nesta última uma linguagem elogiosa, que enaltecia os vencedores:

Inspirada pela Primeira Guerra, a “cigarra” fútil e contemplativa dos primeiros números tornou-se guerreira: passou a lutar pelos valores da Pátria e do nacionalismo e pela grandeza do Brasil, buscando construir e veicular uma imagem de incontestável esplendor para o país. *A Cigarra* falava a linguagem dos vencedores. O elogio, tônica de sua linha editorial, passou a destinar-se particularmente à valorização de São Paulo, seus políticos, suas indústrias e empresários, contribuindo para o que a Revista do Brasil desenvolveria com refinado apuro: o nacionalismo paulista (CRESPO, 2004, p. 693).

Figura 4 – *A Cigarra*, ano VI, n. 123, 1º de novembro de 1919, p. 23



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Figura 5 – *A Cigarra*, ano VI, n. 111, 1º de maio de 1919, p. 14



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Figura 6 – *A Cigarra*, ano VI, n. 110, 15 de abril de 1919, p. 17



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Figura 7 – *A Cigarra*, ano VI, n. 111, 1º de maio de 1919, p. 42



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A seção “*Collaboração das Leitoras*” – figura 7 – publicava cartas, na maioria de mulheres, nas quais eram descritos os “perfilados” por quem as missivistas estavam enamoradas: descrevia-se o rosto, os dentes, as mãos, o andar e o modo de se vestir; este padrão descritivo aponta para os referenciais de boa aparência da época, de uma classe urbana e em condições de consumo. Nas missivas enviadas à revista, ainda constavam o momento e o local onde se viram pela primeira vez, às vezes as profissões e empregos dos perfilados, ou, ainda, à qual escola os mesmos pertenciam, no caso de alunos e alunas. Essa seção foi tomando um maior número de páginas e às vezes era colocada no início das edições, após os principais anunciantes e antes da crônica, denotando sua importância e apelo comercial.

A revista deu atenção especial à literatura ao veicular, na maioria de seus números, sonetos, poesias e contos, produzidos por diversos colaboradores, dentre eles, Coelho Neto, Martins Fontes, Julio Dantas, Olavo Bilac, Monteiro Lobato, Guilherme de Almeida, Mário de Andrade, Menotti Del Pichia, etc.⁴ A presença de nomes consagrados na literatura e no jornalismo, igualmente conhecidos por suas posturas nacionalistas, constituía-se em argumento de venda usado pelos periódicos.

As crônicas, na maioria das vezes, não continham assinaturas, assim como outros artigos. Cabem, neste momento, algumas considerações sobre a questão da autoria. Dentro do período analisado, flagramos uma primeira autoria de crônica na edição 139, primeiro número

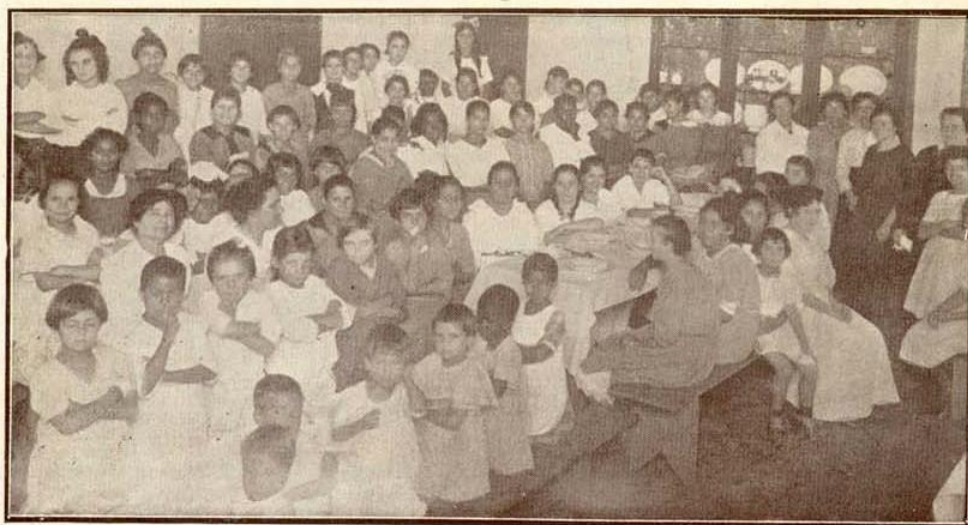
⁴ Os três últimos citados, Guilherme de Almeida, Mario de Andrade e Menotti Del Pichia, faziam parte do grupo de modernistas da literatura, tinham uma ampla rede de relações sociais e tramas de sociabilidade que ajudavam, e muito, a conseguir espaço em diferentes publicações; Oswald de Andrade, que fundou o periódico *O Pirralho*, com recursos do pai. Ver Rodrigues (2015).

de julho de 1920, cuja página número 17 foi assinada por Leo Vaz⁵. O teor crítico às autoridades republicanas talvez possa explicar a presença da assinatura.

Crespo (1990), ao contrapor linhas editoriais de três periódicos – *O Pirralho*, *A Cigarra* e *A Vida* –, afirmou que tratar as “questões relativas à autoria não é tarefa simples”, mesmo porque considera que “jornais e revistas são grandes mosaicos” (CRESPO, 1990, p. 64). A autora explica o porquê de considerar as fontes da imprensa enquanto registro das ideias de uma época e da relatividade da autoria:

Uma das razões está no fato de que trabalhar com revistas implica assumir a existência do redator anônimo. Outra, talvez mais importante, está em que, numa análise que propõe conhecer e compreender a época escolhida através dos seus próprios registros, a autoria propriamente dita perde muito da importância. Mais que os autores, importa o material que produziram. E será a análise desse material que propiciará o **conhecimento das ideias do período, filtradas pela individualidade de seus autores**, enquanto homens da época (CRESPO, 1990, p. 65, grifo nosso).

Figura 8 – *A Cigarra*, ano VI, n. 111, 1º de maio de 1919, p. 22



Outro aspecto da festa que acaba de ser realizada no Asylo D. Analia Franco, tirado no salão de refeições, vendo-se muitas das orphans amparadas por aquelle estabelecimento de caridade

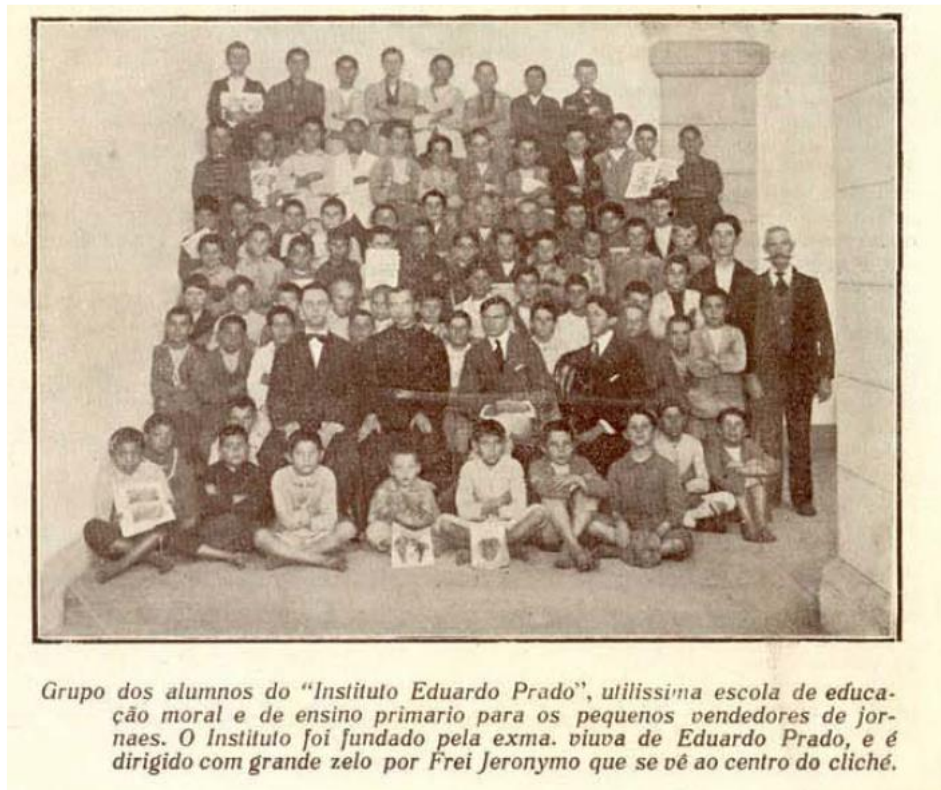
Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A infância era retratada com frequência pela revista. Fotos de escoteiros e de alunos de grupos escolares; de órfãos amparados por entidades filantrópicas – figura 8; dos pequenos

⁵ Leo Vaz foi autor do livro *Professor Jeremias*, publicado em 1920, romance editado por Monteiro Lobato, uma das obras de maior tiragem na década de 1920 e que conferiu notoriedade ao autor e ao editor. Ver *Antonio de Sampaio Dória e a Modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX* (MEDEIROS, 2005, p. 252).

vendedores de jornais – figura 9; de crianças “robustas” de famílias proeminentes – figuras 10 e 11. Fica evidenciado que a redação valorizava assuntos relacionados à infância. Essas fotos, a postura das crianças e os comentários inscritos nas legendas indicam alguns valores e atributos que a revista associava à infância: disciplina, “*educação moral*”, “*robustez*”, “*saúde*”.

Figura 9 – *A Cigarra*, ano VI, n. 111, 1º de maio de 1919, p. 34



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Figura 10 – *A Cigarra*, ano VI, n. 111, 1º de maio de 1919, p. 15



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Figura 11 – *A Cigarra*, ano VIII, n. 164, 15 de julho de 1921, p. 27



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A revista contava no início de 1919 com, aproximadamente, 42 anunciantes, número que somente se fez crescer ao longo dos anos, indicando seu sucesso editorial. A análise da publicidade presente no periódico fornece indícios de uma preocupação generalizada com a saúde e com a beleza feminina; também sugere a capacidade econômica que o público leitor possuía de consumir os produtos anunciados. Nos textos publicitários, os depurativos do sangue e produtos à base ferro prometiam a prevenção de doenças, bem como garantir força e vitalidade: “Ferros Nuxados faz Homens Fortes, Audazes e Vigorosos – Homens com Energia e Poder Necessários para Sahir Victoriosos em Todos os Passos de Sua Vida” (A CIGARRA, 1919, p. 6).

As crianças também eram protagonistas dos anúncios. Os textos publicitários – assim como as legendas das fotos de crianças – indicavam o modelo de infância idealizado pelo público leitor e pelos anunciantes: a criança forte e saudável – figura 12 –, com vistas a servir a Pátria no futuro – figura 13.

Figura 12 – *A Cigarra*, ano VIII n. 159, 1º de maio de 1921, p. 19

224, 152

Creanças amamentadas sob a acção salutar do “Lactifero,,

José, com 4 ½ mezes de idade, filho do sr. Avelino Fontes de Oliveira e da d. Carmen Osuna de Oliveira, residentes á Alameda Franca n. 129, nesta capital.



O Justo entusiasmo de mães que sabem compreender sua verdadeira missão

Estas mães, que pela primeira vez amamentam com seu proprio leite, tem hoje o prazer de apresentar-vos nesta pagina retratados seus queridos e sadios filhinhos e proclamam: bem alto que essa felicidade só deve ao “Lactifero” – o poderoso especifico da secreção lactea, de que fazem uso.

Um offerecimento espontaneo, bem prova o grande valor do “Lactifero”.

O “Lactifero” é um preparado benfeitor porque proporciona a sublime tarefa da amamentação materna, dá ás creanças o abençoado alimento natural, e Deus, na sua infinita bondade, tambem compensa todo esforço estico com o bem-estar da consciencia que é a maior riqueza deste mundo.

Encontrareis o “Lactifero” nas boas farmacias e drogarias.



Egon Schmidt, com 7 mezes de idade, filho do sr. Max Schmidt e de d. Anna Schmidt, residentes á rua Voluntarios da Patria n. 374, nesta capital.

Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Figura 13 – *A Cigarra*, ano VIII, n. 161, 1º de junho de 1921, p. 16

“É grande a nação que tiver filhos fortes”

Esta é a máxima que deverá ser inscripta em todas as “cartas-magnas” das nações. — Educar a prole é o dever mais sagrado dos paes. — Não basta, porém fazer do “Bêbê” um bonequinho de graças e carinhos. — É preciso fazê-lo forte, de modo a vir a ser também o orgulho da sua patria. — Os americanos, tão grandes e tão poderosos, assim pensam e procuram distrahir os seus filhos com brinquedos que os fortifiquem.



Estes brinquedos interessantes são os velocipedes, tricicletas, bicycletas, Scuders, Automoveis, Voadores, patins e outros em exposição nas

Galerias Edison
Rua 15 de Novembro, 55 S. PAULO
Gustavo Figner

A maior casa existente no Brasil em artigos para presentes — Cinco andares repletos das ultimas novidades, servidos por confortavel elevador e Telephone em todas as secções.

**Rua 15 de Novembro, 55 S. PAULO
GUSTAVO FIGNER**

Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Figura 14 – *A Cigarra*, ano VII, n. 127, 1º de janeiro de 1920, p. 63

A asneira do moleque Benjamin



Mamãe: Moleque! Apanha para não seres zovoadado quando eu te mandar comprar pó de arroz é para não trazeres imitações, e sim, o legitimo Pó de Arroz Lady.

Benjamin: — Ahn!... Ahn!... A casa e rotu tava paricido...

Chiquinho: — Bem feito! Tava paricido porque tu não enxergas direito. O Pó de Arroz Lady é o melhor e não é mais caro. Chucha, moleque!

Encontra-se nas casas: Edison, Lebre, Fachada e Baruel. - S. Paulo

Mediante um sello de 200 réis mandaremos um catalogo illustrado de Conselhos de Belleza e uma amostra do Lady. Caixa grande 2\$500, pelo correio 3\$200, em todas as casas do Brazil — Deposito: Perfumaria Lopes, Uruguayana, 44 — Rio.

Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Na categoria cosmética, sobressaíam-se os produtos que prometiam uma *cúti*s mais “bela”, estes em grande número. A *cúti*s ideal seria branca, sem rugas, sardas ou manchas, uma “*pelle* lisa, fina e macia”. Um anúncio se destacou pela discrepância de imagens usadas para fazer vender um pó de arroz – figura 14 –, diferentemente dos demais, que usavam fotos de mulheres belas.

O moleque Benjamin está levando palmadas com uma escova por ter comprado o pó de arroz errado. Da maneira como o quadro se apresenta, recorda os velhos moldes escravistas: a mãe e o filho, Chiquinho, são brancos e bem vestidos; Benjamin é negro, está descalço – símbolo da escravidão e da pobreza. A fala de Benjamin é incorreta, e a menção de ter se enganado com os rótulos do produto indica que o personagem é analfabeto; a ilustração do anúncio associa a condição de analfabetismo à imagem de escravo. Ainda, observa-se um cachorro, à direita, em pé sobre duas patas, trocando do menino que apanha e que, por sua vez, encontra-se na posição que seria mais natural no animal. Esses detalhes, acrescidos do exagero no desenho dos pés e outros traços físicos, mostram a criação de uma propaganda publicitária que pretende fazer rir por meio do uso de estereótipos.

O quadro como um todo sinaliza que o autor da ilustração parte de uma concepção de supremacia racial e cultural de um grupo sobre outro, provavelmente compartilhada pelo anunciante e, quiçá, pelo público ao qual era endereçada tal publicidade. Afinal, uma das funções do pó de arroz era tornar a pele mais alva. A questão que se coloca é porque a revista aceitou um anúncio dessa natureza. Aventamos duas possibilidades: a razão comercial, visto que os anunciantes deveriam ser uma das grandes fontes de renda e sobrevivência dos periódicos; a outra hipótese é que os dirigentes da revista compartilhavam da aceitação de tais concepções.

Figura 15 – Capa d'A Cigarra, ano VI, n. 117, 1º de agosto de 1919



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A capa do número 117 – figura 15 – trouxe um desenho assinado por *D. Paes*. A grande maioria das capas d'A *Cigarra* eram fotos de belas mulheres, com acessórios e vestimentas elegantes. A capa retrata, além do contraste entre ricos e pobres, a atitude esnobe da mulher, a ponto de ignorar crianças descalças e precariamente vestidas em meio ao frio. A irreverência, certa ironia, encontra-se no andar do cachorro agasalhado, observado pelo olhar das crianças maltrapilhas.

Podemos ponderar sobre o objetivo desse humor: uma crítica social mais ampla à desigualdade social, ou ainda a crítica à frivolidade feminina, que, segundo Luca (1999), havia naquele tempo. Por outro lado, a natureza dessa capa aponta para a ambiguidade da revista em vários aspectos, inclusive no que se refere à mulher; a revista parecia oscilar entre o discurso

moderno, ao retratar um perfil feminino urbano, burguês, elegante e europeizado, e o conservador, que pregava uma educação feminina tradicional. Este último pode ser exemplificado com no trecho do artigo abaixo, intitulado “A educação da mulher”, que evocava a representação tradicional da mulher:

As ecriptoras norte-americanas Anna Dichiuson e Grace Greenhood e muitas outras que se têm occupado largamente do assumpto da educação da mulher concluem por aconselhar os seguintes preceitos:

Ensinae á mulher:

A cozinhar e fazer um pão de família;

A fazer camisas de homem;

A não se pintar;

A lavar e engomar a sua roupa;

A cortar o seu próprio vestido e o dos filhos [...] (A CIGARRA, 1919, p. 40).

Outras vezes, parecia defender o voto feminino, conforme o artigo “Suffragio feminino” no qual o editor descrevia, em tom elogioso, a participação de operárias e donas de casa francesas, em uma espécie de “ensaio” de sufrágio feminino promovido pelo diário *Excelsior*, ocorrido durante as eleições francesas (A CIGARRA, 1920, p. 45). O artigo revela algumas representações projetadas na possibilidade do voto feminino, relacionando-o com as mesmas preocupações que uma mulher tem com os filhos e o ambiente doméstico:

Era de ver com que cara séria examinavam as listas geraes dos candidatos para fazer a sua escolha, e muitas delas as levavam para melhormente estudar e para dar o seu voto por correspondência. Em uma das praças, graciosa “sufragista” arengava á multidão, e respondia a algumas objecções sahidas das satyras masculinas. O voto das mulheres, dizia ella, significa a lucta contra a carestia da vida, contra o alcoolismo, contra as habitações duvidosas, contra as escolas sem hygiene, contra as falsificações e o “acaparement” das substancias alimentícias, contra os perigos sociaes que dizimam a raça” (A CIGARRA, 1920, p. 45).

Essa ambiguidade também poderia ser uma estratégia para agradar diferentes leitores; nem muito moderna em conteúdo, nem muito conservadora. Assim, a redação abrangeria diferentes gerações. Cabe frisar que as revistas ilustradas e de variedades eram empreendimentos comerciais (COHEN, 2015), portanto, com necessidade de ampla vendagem e publicidade. Apesar da dimensão comercial possivelmente ditar a dubiedade de postura diante de vários assuntos, notamos que a preocupação com a formação das futuras gerações poderia ser um dos princípios norteadores da revista.

1.1.1 Voltolino n’A *Cigarra*

O humor gráfico de Voltolino não foi encontrado na revista durante os anos de 1919 e 1920. Entretanto, surge de maneira frequente no periódico em 1921, o segundo ano da

administração de Washington Luís, que iniciara seu mandato como presidente do Estado de São Paulo no dia 1º de maio de 1920.

Do período analisado – 1919 e início de 1921 –, a pesquisa depreende que a revista procurou manter um bom relacionamento com a classe política e com as classes mais abastadas, adulando-as com fotos e comentários elogiosos. Talvez por isso não tenha ocorrido o uso de caricaturas e charges como recurso comunicacional de crítica nesse período.

Em rara ocasião, na crônica de 15 de março de 1919, manifestou-se uma crítica debochada à classe política, comparando-a ao jogo fantasioso dos festejos carnavalescos:

Mas não se queira recriminar sem mais exame o se ter feito a política um carnaval permanente, em que lucra mais quem mais sabe disfarçar, quem mente mais, quem mais caras de papelão ou de seda póde oppor ao seu semblante natural, quem mais guincha em falsete, louvando ou apupando uma figura, para logo desdizer-se, com momices de clown ou donaires de princesa. Não (A CIGARRA, 1919, p. 11).

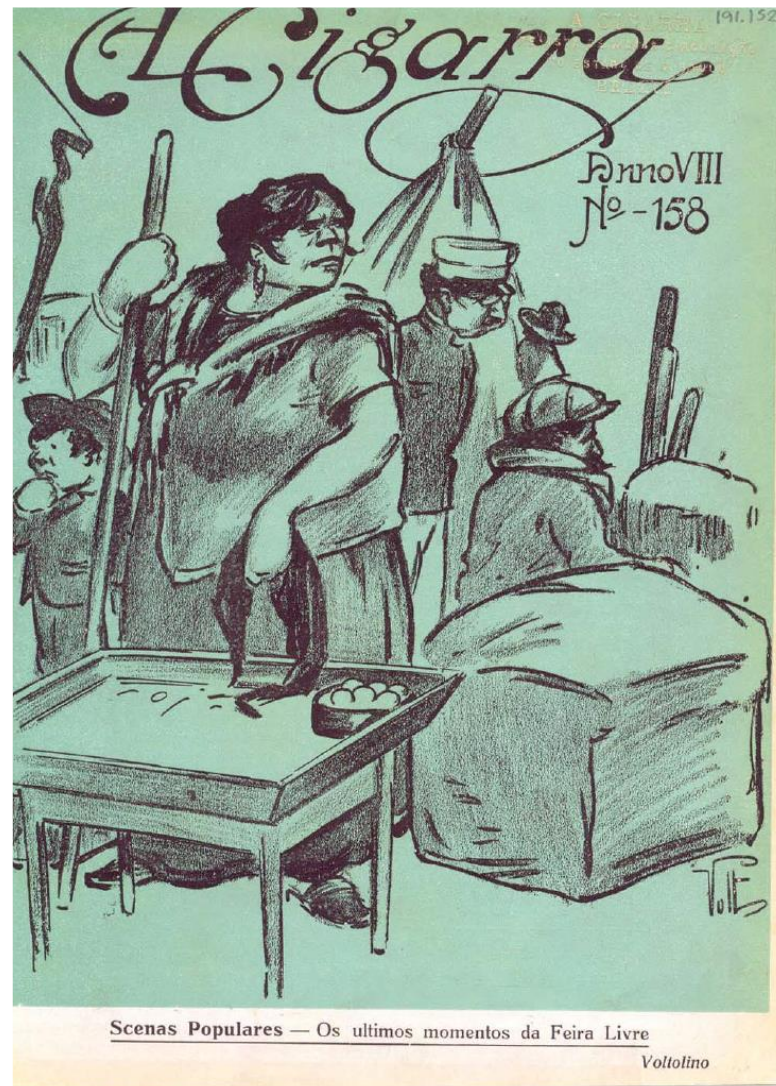
Porém, mais adiante, a crônica atribui os males da política à apatia do povo brasileiro e à ausência de vontade política na formação de partidos:

Todos sabem e repete-se a cada passo, que o nosso mal na política é a **indiferença popular**. Não há partidos que combatam, não ha blancos nem colorados, porque todos são candidos como a própria indiferença (A CIGARRA, 1919, p. 11, grifo nosso).

No decorrer do ano de 1921, a revista parece adquirir uma inclinação mais política, devido às imagens humorísticas de Voltolino e à presença de artigos mais críticos ou irônicos. A maioria das crônicas não levavam assinaturas, nem costumavam ser ofensivas; porém, algumas foram assinadas por Léo Vaz, e estas costumavam ser mais críticas. Isso nos levar a pensar na possibilidade de que a revista autorizava os ditos mais “ácidos” com relação à política desde que assinados pela personalidade que os desenhava ou escrevia.

Nota-se que o autor único de uma sequência de quadros satíricos, durante o ano de 1921, foi Voltolino. Belluzzo (1992), ao analisar a atuação de Voltolino no decorrer da Primeira República, desde as suas primeiras aparições, pontuou sua ampla produção em jornais e revistas, indicando sua presença ora como simples colaborador, ora como definidor de uma temática: “Se em algumas publicações citadas Voltolino é simplesmente colaborador, em outros seu desenho é instância definidora do programa do periódico, particularmente no caso das pequenas publicações que reúnem grupos de opinião” (BELLUZZO, 1992, p. 49).

Figura 16 – Capa d'A *Cigarra*, ano VIII, n. 158, 15 de abril de 1921



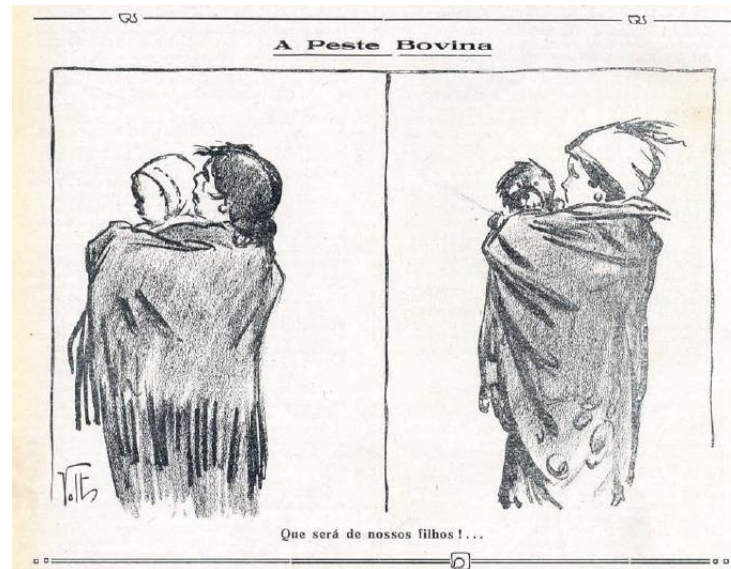
Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Um exemplo que difere das capas femininas privilegiadas pelo periódico foi a capa da edição 158, de 15 de abril de 1921 – figura 16 –, com um desenho realizado por Voltolino. O desenho trazia a legenda “Scenas Populares – os últimos momentos da feira livre” (A CIGARRA, 1921, p. 1). Este foi o primeiro trabalho de uma série realizada pelo caricaturista para *A Cigarra* durante o ano de 1921. Uma das conclusões de Belluzzo (1992) sobre as produções do humorista diz respeito à natureza da relação entre periódicos e produtores de humor gráfico:

Os veículos divulgadores, revistas e jornais, que garantem a circulação de suas representações visuais, por outro lado, as **subordinam ao ponto de vista editorial**, conferindo-lhes as qualidades do trabalho na imprensa. E porque o produto final desta atividade é o conjunto da revista ou jornal, enquanto trabalho de um grupo, a sua contribuição – isto é, o seu desenho – será de certo modo parcial: a capa-abertura do noticiário da semana, destacando o evento mais significativo contido no corpo da

revista; o desenho-comentário da ocorrência polemizada no texto editorial; o desenho propiciando a entrada de mais uma; o desenho-cabeçalho fixando as colunas da publicação (BELLUZZO, 1992, p. 49, grifo nosso).

Figura 17 – *A Cigarra*, ano VIII, n. 158, 15 de abril de 1921, p. 14



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Na mesma edição, a revista inseriu, antes da crônica, outro desenho de Voltolino, intitulado “*A Peste Bovina*” – figura 17 –, mostrando duas mães segurando seus filhos. Uma, representativa da classe pobre e a outra, da classe rica. A legenda trazia os seguintes dizeres: “Que será de nossos filhos!...” (A CIGARRA, 1921, p. 14). O bizarro fica por conta da imagem do filho de cada uma das mães: o filho da mulher pobre é um bebê, enquanto o “filho” da mulher rica é um cachorrinho. É sugestivo que, a partir de um tema de saúde pública, o caricaturista Voltolino tenha realizado um desenho que à primeira vista parece ressaltar a discrepância econômica entre dois grupos situados nos extremos da sociedade paulistana da época. Deduz-se, de certa forma, que havia um apontamento para a injustiça social.

A peste bovina assolou o Brasil durante o primeiro semestre de 1921⁶ e foi pauta do jornal *O Estado de S. Paulo*, de maneira frequente, durante o mês de abril de 1921. No dia 7 de abril de 1921, o jornal trouxe uma matéria envolvendo a Sociedade Paulista de Agricultura e possíveis especialistas com intuito de discutir a peste, suas causas e soluções (O ESTADO DE S. PAULO, 1921, p. 3-4). Além da caricatura de Voltolino a respeito desse tema, *A Cigarra*

⁶ A doença teve início nas áreas de abrigo de gado de Osasco, alastrando-se para outros municípios de São Paulo (Itu, São Roque e São Miguel). Entrou no Brasil pelo porto de Santos, com a chegada de zebuínos reprodutores vindos da Índia, tornando-se mais aguda durante o primeiro semestre de 1921. Ver Riet-Correa et al. (1996).

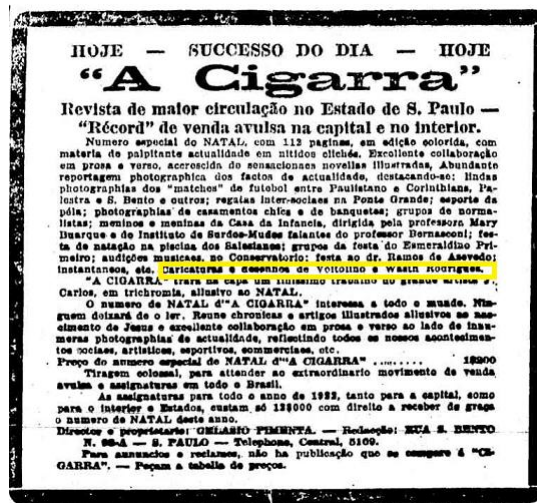
trouxe um artigo intitulado *Vinhetas*, cujo tema também era a peste bovina: “veio ninguém sabe de onde, como as terríveis pestes da idade media” (A CIGARRA, 1921, p. 21). A temática sobre a peste foi iniciada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 27 de março de 1921, na seção “*Noticias Diversas – A peste bovina*”. O matutino havia alertado o governo a respeito da possível emergência da peste bovina com base em uma denúncia, feita por criadores, da morte de mais de 200 animais na região de Cotia e Carapicuíba. Desta forma, entende-se que havia uma crítica à negligência do governo, que permitiu o alastramento da doença entre os animais.

Algumas leituras são possíveis a partir do quadro desenhado por Voltolino. Dentre algumas hipóteses, destacamos: a crítica social propriamente dita, em razão do contraste econômico entre as pessoas da sociedade paulistana da época, e, nesse sentido, uma crítica política também; a crítica dirigida às classes mais abastadas, representadas aqui na figura feminina implicitamente preocupada com o seu animal de estimação, imagem que ressaltou um descaso pelo lado humano implicado na situação de peste bovina; a futilidade da mulher de posses, esta última já criticada anteriormente pela capa abertura da edição 117, apresentada na figura 14; ou, ainda, todas as suposições juntas.

Refletindo sobre a frequência de produções de Voltolino n’*A Cigarra* – principalmente entre os meses de abril a julho –, convêm indagar se, além da pretensão crítica a determinados assuntos, não haveria também a intenção comercial. Conforme comentários de Afonso Schmidt⁷ (1949) no *Jornal de Notícias*, o trabalho de Voltolino tinha um grande apelo popular, o que nos leva a pensar que sua presença também fazia parte de uma estratégia de vendas; a própria inclinação do periódico para a postura de crítica política também pode se constituir em estratégia comercial. A próxima imagem, um anúncio – figura 18 –, veiculado no matutino *O Estado de S. Paulo*, reitera o argumento de que citar a presença de Voltolino e de suas caricaturas representavam um diferencial.

⁷ Os comentários estão na introdução deste trabalho: “Durante os períodos de agitação política, seus calungas é que faziam barulho. Naquele tempo, o povo ainda não se desabafava escrevendo frases nos muros. Também não era preciso, o povo tinha Voltolino. **Suas críticas, publicadas pelos jornais, eram repetidas nos salões, nos cafés, nos bondes, nas esquinas, por toda parte**” (SCHMIDT, 1949, p. 5, grifo nosso).

Figura 18 – O Estado de S. Paulo, 22 de dezembro de 1921, p. 10



Fonte: Acervo Estadão – O Estado de S. Paulo

Retornando à sequência de humor gráfico de Voltolino veiculado pela *A Cigarra*, chamou nossa atenção a quantidade de caricaturas e charges por edição e por temática. De abril a julho foram veiculadas em média 5 caricaturas por edição; a edição 162 trouxe 7 caricaturas, perfazendo 44 caricaturas nesse intervalo. Em todas há um núcleo comum: a figura de Washington Luís, os problemas enfrentados pelo seu governo e sua mensagem presidencial dirigida à Câmara Estadual em 14 de Julho de 1921. O quadro a seguir tem por objetivo a visualização da quantidade de quadros de humor, sua distribuição e as temáticas envolvidas.

Quadro 3 – Distribuição e temática dos quadros de humor n’A Cigarra

Edição	Data	Título/legenda da caricatura	Tema	Localização
158	15/04/1921	<i>Scenas populares – os últimos momentos da feira livre</i>	A crise dos preços alimentícios	Capa
		<i>A peste bovina - que sera de nossos filhos!...</i>	A peste bovina	p. 14
		<i>O Combate à peste bovina – el valiente torero</i>	A peste bovina	p. 27
159	01/05/1921	<i>S. Paulo Hospitaleiro</i>	Hipótese: Alusivo ao possível exílio de Guilherme II no Brasil	Capa
		<i>A peste bovina e a prefeitura</i>	Peste bovina em São Paulo	p. 21
		<i>À espera do Kaiser</i>	Visita de Guilherme II ao Brasil	p. 22
		<i>O Descobrimento do Brasil</i>	Crítica à oligarquia paulista na política	p. 26

160	15/05/1921	<i>O Papão das crianças</i>	Reforma Sampaio Dória	p. 22
		<i>O governo de S. Paulo/o homem dos sete instrumentos</i>	Crítica à Washington Luís e sua forma centralizadora e autoritária de governar	p. 24
		<i>As crianças/é proibido saber ler</i>	Reforma Sampaio Dória	p. 25
		<i>A causa da encrenca</i>	Reforma Sampaio Dória	p. 29
		<i>A peste bovina</i>	Peste bovina em São Paulo	p. 33
161	01/06/1921	<i>Estrada de rodagem</i>	Construção da estrada São Paulo-Campinas	p. 19
		<i>Antes da Idade Escolar</i>	Reforma Sampaio Dória	p. 25
		<i>O sucesso do governo</i>	Peste bovina	p. 26
		<i>O serviço sanitário</i>	Suspensão das obras do leprosário Santo Ângelo;	p. 30
		<i>S. João</i>	Reforma Sampaio Dória	p. 35
162	15/06/1921	<i>O soviet das vacas</i>	A peste bovina	p. 21
		<i>A esthetica do jogo no sertão</i>	Não identificado	p. 26
		<i>A espanhola e a cancha da emigração</i>	Não identificado	p. 28
		<i>Club Militar</i>	Apoio de Hermes da Fonseca a Ruy Barbosa	p. 31
		<i>Pisando no galho seco</i>	A política de Washington Luís	p. 32
		<i>Concordando com Dr. FabioMendonça</i>	Críticas ao Serviço Sanitário	p. 34
		<i>A higiene paulista</i>	Críticas ao Serviço Sanitário	p. 36
163	01/07/1921	<i>Regimem do mé</i>	Crítica ao governo Washington Luís e à passividade do povo	p. 17
		<i>O fracasso governamental</i>	Empréstimo que o governo de Washington Luís fez no exterior; gastos com as estradas de rodagem; sobretaxa cobrada aos agricultores;	p. 22
		<i>Ultimas nomeações</i>	Não identificado	p. 23
		<i>Ao som da marcha triumphal da Aida</i>	Serviço Sanitário	p. 28
		<i>Da terra à lua</i>	Política de Washington Luís	p. 31
164	15/07/1921	<i>A reforma do ensino</i>	Reforma Sampaio Dória	p. 17
		<i>O prato político/ Angu de caroço</i>	Oligarquia paulista na política	p. 22
		<i>Infelizmente não foi possível...</i>	Serviço sanitário e a gripe	p. 24
		<i>O café</i>	Mensagem presidencial citando os preços do café	
		<i>As supresas da politica</i>	Apoio de Hermes da Fonseca a Ruy Barbosa	p. 31

Fonte: elaborado pela autora

Figura 19 – *A Cigarra*, ano VIII, n. 158, 15 de abril de 1921, p. 27



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A segunda caricatura da temática “peste bovina” – figura 19 – traz Washington Luís no centro da discussão. O presidente do estado aparece vestido de toureiro, em alusão ao combate à peste que afetava o gado (epizootia). A princípio, o quadro pareceu destacar a postura de coragem e destemor diante do enfrentamento do problema. No entanto, buscando informações sobre o que a imprensa diária noticiava sobre a peste bovina, identificamos que *O Estado de S. Paulo* anunciava que um dos procedimentos de combate era a execução de cabeças de gado suspeitas de contaminação⁸. Por qual razão o caricaturista “vestiu” Washington Luís de toureiro, aludindo-o especialmente com os dizeres “*el valiente torero de Macahé*”? Entendemos que há uma ridicularização à pessoa do presidente, nascido em Macaé, região do Rio de Janeiro, e à decisão governamental, a ele atribuída, vista como exagerada em virtude do número elevado de animais sacrificados.

O riso, nessa caricatura, é provocado pela transformação de Washington Luís em outro personagem, desenhado com braços “fortes”. A crítica se amplia pela presença de uma pessoa

⁸ A enfermidade foi erradicada através de medidas de sacrifício de animais, desinfecção e controle de trânsito (RUBINO, 1921 apud RIET-CORREA et al., 1996, p. 331).

que, pela vestimenta, reporta-nos a um trabalhador rural aparentemente amedrontado com um provável exagero na “matança” dos animais. A presença da pessoa “comum” em um cenário de política desastrosa reforça a hipótese de uma inclinação do artista em mostrar quem eram os mais prejudicados pelos erros da administração pública. A desproporção entre os tamanhos dos personagens reforça o abismo entre o governo e as classes populares.

De fato, a revista se colocou, durante o ano de 1921, de maneira mais crítica em relação ao governo do presidente de estado Washington Luís. Para tanto, usou, conforme apresenta este trabalho, recursos textuais sérios, apesar de poucos, além do recurso caricatural, este com mais ênfase. Mario Pinto Serva⁹, por exemplo, redigiu críticas diretas e severas aos atos do governo. O artigo de Mario Pinto Serva fez várias acusações a Washington Luís. Dentre as críticas, a de desrespeito aos poderes constitucionais, “pois tem ditatorialmente transmitido suas ordens aos membros do Congresso”; também, a de não contribuir para a democracia do país ao adotar o “critério da reeleição integral”, considerada pelo autor como uma ação que comprometeu o Estado de São Paulo quanto aos “créditos no ambiente federal” (A CIGARRA, 1921, p. 30).

O artigo ainda menciona a trama contra a democracia brasileira, pois o Governo Federal não aprovou o voto secreto, caracterizado pelo autor como “a maior aspiração republicana do Brasil” (A CIGARRA, 1921, p. 30), insinuando que o presidente de São Paulo fora responsável por isso, e, dessa forma, aludia à postura ditatorial do governo ao pretender submeter o legislativo.

Washington Luís é também acusado por Serva de interferir “na política do interior do Estado, dando ordens diretamente aos directorios”. Em seguida, refere-se mais uma vez à atitude ditatorial do presidente quanto à reforma do ensino, “impondo a própria opinião” e “não admitindo que ninguém dela divirja” (A CIGARRA, 1921, p. 30). O artigo menciona o despreparo de Washington Luís quanto aos assuntos econômicos e financeiros, acusação que apareceria em outras caricaturas por razão da grave crise cambial enfrentada no país, resultado das políticas de valorização do café.

⁹ Mario Pinto Serva inicia sua atuação como jornalista em 1913, no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, destacando-se com artigos que abordavam problemas educacionais, com ênfase no analfabetismo; estreou no jornal *O Estado de S. Paulo* em 1915 com o artigo “*O problema da educação em São Paulo*”; a partir daí fez parte da campanha do matutino contra a alfabetização. Ver Simão (2017).

Figura 20 – *A Cigarra*, ano VIII, n. 159, 1º de maio de 1921, p. 22



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A figura 20, com o título “*Á espera do Kaiser*”¹⁰, satiriza o grupo que era o núcleo situacionista dentro do Partido Republicado Paulista (PRP) e da Comissão Diretora. A caricatura faz um deboche ao governo federal – Epitácio Pessoa – e ao governo estadual paulista. Da esquerda para a direita, identificamos: Epitácio Pessoa, presidente da República; Washington Luís, presidente do Estado de São Paulo; Virgílio Rodrigues Alves, o vice-presidente do Estado de São Paulo; Altino Arantes, presidente do Estado de São Paulo no mandato anterior (1916-1920); e por último Oscar Rodrigues Alves, naquele momento sem cargo público. Todos eram membros da Comissão Diretora do PRP. Oscar Rodrigues Alves – o Kaká – apareceu em várias caricaturas de Voltolino, à semelhança de um grilo e usando uma coroa. O objeto era uma alusão à ideia de “aristocracia”, talvez devido ao poder político e ao tradicionalismo do clã dos Rodrigues Alves dentro da República, grupo que representava a ala situacionista do PRP.

Voltolino, criador dessas charges, colaborou com o jornalismo que se posicionava contra o clã Rodrigues Alves, cujo elo entre o jornalismo e a política era a figura de Júlio de Mesquita – proprietário do matutino *O Estado de S. Paulo*. Júlio Mesquita, enquanto deputado estadual e membro do PRP, participou da primeira ruptura dentro do partido, ao propor, junto

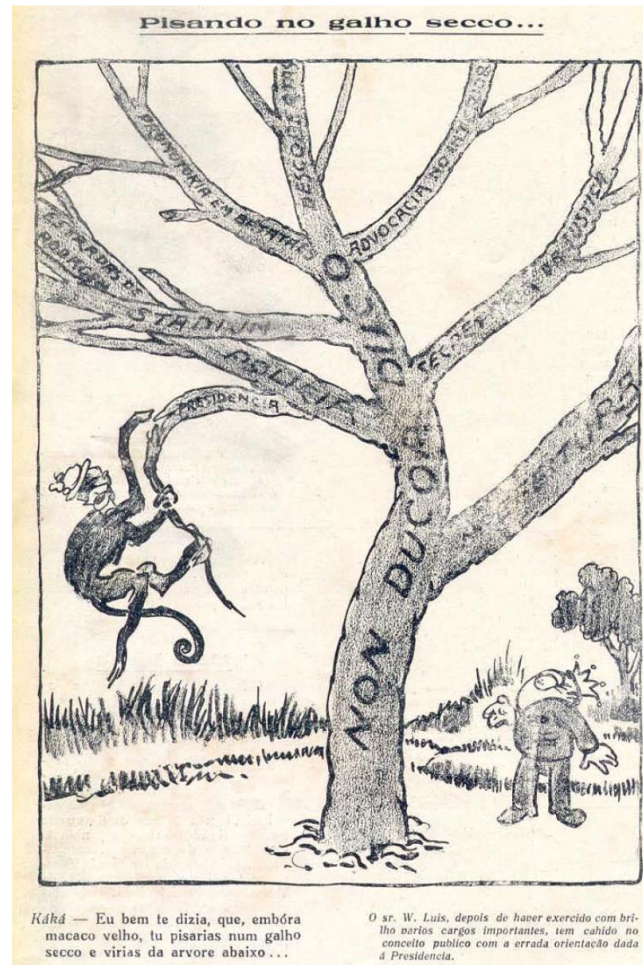
¹⁰ Guilherme II, último imperador alemão, considerado responsável por precipitar a Alemanha na Primeira Guerra Mundial; foi deposto da posição ao final da guerra; exilou-se na Holanda; conhecido por suas declarações anti-semitas (SCHWARZ-LÜPKE, 2014).

com o grupo “dissidente”, a revisão constitucional. Em matéria especial intitulada “*Centenário Julio Mesquita*”, veiculada pel’*O Estado de S. Paulo* em 18 de agosto de 1962, expôs, do ponto de vista jornalístico, de que forma o partido se cindiu, e a organização em torno dos grupos dissidente e situacionista, cujos representantes maiores eram o clã Rodrigues Alves, Altino Arantes – amigo íntimo dos filhos do “velho” Rodrigues Alves –, Jorge Tibiriça e Lacerda Franco.

Os três últimos, segundo o matutino, participaram de um conluio que impediu a candidatura de Ruy Barbosa à presidência da República após a morte de Rodrigues Alves pai, presidente eleito para o mandato 1919 a 1922 e que não chegou a tomar posse. A morte de Rodrigues Alves e a situação inusitada enfrentada pelo país foi um fato lembrado pelo jornal como prova de que o grupo situacionista impediu a candidatura de Ruy Barbosa por ele representar o grupo dissidente, também designado pelas narrativas históricas de revisionistas¹¹ (O ESTADO DE S. PAULO, 1962, p. 39).

¹¹ Grupo de intelectuais que defendiam a revisão da Constituição Federal, tendo como expoente Ruy Barbosa; na campanha civilista de 1910 e na candidatura à presidência em 1919, Ruy Barbosa destacou a necessidade da revisão como solução para os problemas políticos engendrados pela Política dos Governadores, pelo coronelismo e pelo voto não secreto (SILVA, 2003).

Figura 21 – *A Cigarra*, ano VIII, n. 162, 15 de junho de 1921, p. 32



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A figura 21 mostra um humor gráfico que mais uma vez se constitui em uma crítica à Washington Luís e à maneira como orientava o seu governo. Nessa caricatura, Washington Luís foi transmutado em um “mico” em concordância com os comentários de Kaká – Oscar Rodrigues Alves –, que se refere a ele como “*macaco velho*”, devido à sua comprovada experiência política. Porém, o “*macaco velho*”, apesar da experiência, comete vários erros, representados pelos galhos com inscrições que reportam às principais ações polêmicas do governo; o conjunto de erros resulta em “*pisar no galho seco*”, apesar dos conselhos de Kaká, conforme sugerido pelo quadro satírico. O galho seco nos leva a cogitar sobre pretensões de Washington Luís à presidência do país.

Essa caricatura, analisada em conjunto com a crônica de abertura da edição 162 *d’A Cigarra* e outros textos críticos presentes na revista, indica o clima de insatisfação e decepção com o governo de Washington Luís, ao contrário da expectativa positiva que vigorava em seu

início. Sentimentos transmitidos pelo periódico, mas também representativos da percepção que as camadas urbanas estavam nutrindo na ocasião.

A crônica de abertura do número 162 inicia seus comentários críticos ao governo de Washington Luís citando o livro *O culto da incompetência*, de Emile Faguet. Assim como em outros artigos, menciona a centralização de poder nas mãos de Washington Luís, umas das principais críticas ao seu governo, e possivelmente a razão apontada por muitos para os erros cometidos em diferentes áreas: “enfeixou nas mãos todas as rédeas da governança” (A CIGARRA, 1921, p. 19).

Nessa mesma crônica, a reforma da Instrução Pública é comentada como uma das áreas em que Washington Luís não deixou que ninguém interferisse, nem os devidamente entendidos – Sampaio Dória –, fato que resultou no afastamento do diretor da Instrução Pública:

Na Instrução Publica por exemplo, que era uma panela em que todos queriam mexer, não consentiu ele que ninguém tocasse, e tratou de mex-ela sósinho, sem cuidar do ponto e do tempero, que são coisas de que nunca entendeu. Houve um momento em que um dos seus escolhidos, hábil talvez no manejo, teve a audácia de querer espiar para dentro da panela e avilstrar algum molho que lhe parecia aplicável. Foi quanto bastou para que o instruso pulasse fora, castigado pela sua impertinência... [...] Para o presidente é condemnavel tudo que não tenha origem direta na sua vontade (A CIGARRA, 1921, p. 19).

A frase em latim “NON DUCOR DUCO” – figura 21 – no tronco da árvore se traduz por “não sou conduzido, conduzo”. Havia sido introduzida por Washington Luís no brasão de armas da cidade de São Paulo, quando prefeito, por meio de um concurso (LUCCA, 1998), e acabou se tornando mote de piadas e charges.

Concluimos que o uso das caricaturas de Voltolino *n’A Cigarra* fez parte de uma inflexão crítica assumida pela revista, em relação ao governo de Washington Luís, a partir de março de 1921, contrariamente à postura amigável dirigida pela mesma aos políticos durante o ano anterior.

1.2 Vida Paulista – “Litteratura, Humorismo e Esporte”

Na crônica de abertura de sua primeira edição, o periódico *Vida Paulista* anunciava aquela que seria uma das principais marcas de seu programa: provocar o riso do público leitor e eventualmente de políticos; para tanto, ressaltava o baixo valor pago para tal “benefício”, conforme excerto abaixo:

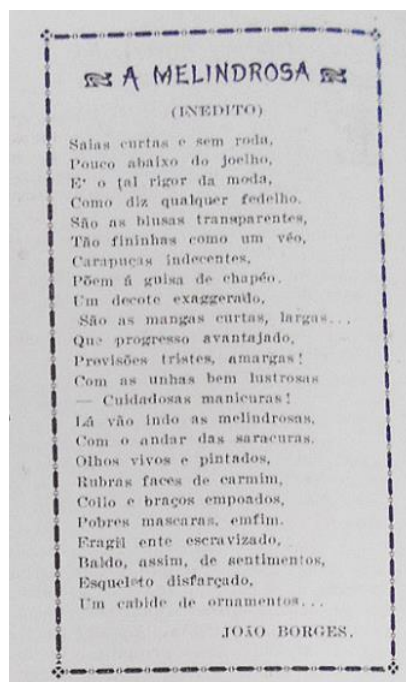
O preço? Uma ninharia. Quatrocentos reis! Haverá alguém em todo São Paulo, que não possa dispor dessa somma insignificante, dessa somma que não alterará absolutamente as suas finanças e que, no entanto, será um pouco de seiva, um pouco

de vida desta “vida”!: o burguês, o operário, o almofadinha, a melindrosa... quatrocentos réis! São Paulo será paralisado em consequência de tanto riso. A Light parará os seus bondes, devido a invasão de riso em todas as ruas. Sorrirão todos, o Dr. Washington, o Dr. Alarico, o Dr..., todos, todos... o próprio Dr. Sorriso [...] (VIDA PAULISTA, 1920, p. 5).

A crônica dava pistas de quais eram os públicos que o redator pretendia atingir: “o burguês, o operário, o almofadinha, a melindrosa...”, um público variado em gosto e condição socioeconômica; a menção ao almofadinha e à melindrosa, estereótipos dos novos estilos de vida social, sinalizava para um público mais jovem, afeito aos entretenimentos sociais do período.

Outras referências a esses estereótipos foram encontradas ao longo da edição – figuras 22 e 23. Dessa forma, a revista mostrava a intenção de participar das discussões acerca das mudanças de comportamento sociais, que giravam em torno principalmente do novo estilo feminino: no vestir, nas atitudes e na relação com os homens. As reflexões sobre essas mudanças, confrontando o moderno e o tradicional, estiveram presentes nos três periódicos analisados, cada um a sua maneira. No *Vida Paulista*, as observações a esse respeito eram sempre por um viés humorístico e na forma de caricaturas.

Figura 22 – *Vida Paulista*, ano II, n. 2, 3 de novembro de 1920, p. 8



Fonte: Seção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Mário de Andrade

Figura 23 – *Vida Paulista*, ano II, n. 5, 1 de dezembro de 1920, p. 6



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Outra característica, insinuada pela crônica, era tornar os políticos alvos de humor e, como asseverou ironicamente, “talvez fazê-los rir” das piadas nas quais estariam envolvidos (VIDA PAULISTA, 1920, p. 5), citando assim alguns nomes proeminentes: Washington Luís – presidente do governo de São Paulo –, seu secretário de Negócios do Interior – Alarico Silveira –, pasta que abrangia a Instrução Pública; por último, o Dr. Sorriso, apelido dado a Eloy Chaves, caracterizado com frequência por Voltolino, no periódico *O Parafuso*, com um sorriso amplo e constante. A alusão, nessa mesma crônica, a somente um dos secretários de Washington Luís, Alarico Silveira, poderia se explicar pela eminência do assunto educação no período 1920-1921, decorrente dos trâmites da reforma – Projeto de Lei Nº 47/1920, Lei Nº 1.750/1920 e Decreto nº 3.356/1921.

O subtítulo do periódico anunciava a pauta a ser seguida e a natureza dos conteúdos: “*Revista Illustrada. – Humorismo, Literatura e Sport*”; o subtítulo e a primeira crônica demonstram que a redação colocou o humor como sua forma primeira de abordagem, inclusive de fatos políticos, mas sem abandonar a crítica aos últimos.

Figura 24 – *Vida Paulista*, ano II, n. 1, 1 de outubro de 1920, p. 3

LINDAS GUARNIÇÕES
PARA SERVIÇO DE CHA'

De tecidos irlandezes em bonitos tons de azul, verde, rosa ou amarelo, com desenhos brancos de fino gosto. Acabamos de receber grande stock.

GUARNIÇÃO toalha 160x160, 6 guardanapos	45\$
GUARNIÇÃO toalha 160x200, com 6 guardanapos	55\$
GUARNIÇÃO toalha 160x250 com 12 guardanapos	70\$
TOALHAS avulsas, brancas com barras de cor, tamanho 120x120	11\$

Possuimos o mais rico e variado stock de linhos irlandezes, adamacados em toalhas e guardanapos, marcados pelos menores preços possiveis como nossos freguezes poderão verificar em nossa LOJA.

MAPPIN STORES

Modelo de prata e diploma de honra na Exposição Municipal de 1918

A Elegancia na difficil arte de bem vestir, é uma das mais puras tradições Paulistas. Incontestavelmente faz parte do nosso genio e da nossa gloria. Dedicar-se a ella, aperfeiçoa-la ainda mais, eleva-la ao requinte o mais apurado da perfeição e do bom gosto, é o mesmo que amar e ilustrar este querido torrão Paulista.

Casa Excelsior

Fonte: Seção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Mário de Andrade

Os anúncios mais importantes, na maioria das vezes de meia página, eram colocados após a capa e antes da crônica. Lojas como *Mappin Stores*, *Casa Excelsior* e *A Metropole*, indicavam que o periódico pretendia alcançar um grupo social mais sofisticado em termos de consumo e vestimenta, e claramente um público urbano – figura 24. O anúncio de empresas tais como *F. Matarazzo E Cia.* e *Banco de Napoles* – figura 25 – permite supor que havia uma proximidade de relações entre dirigentes do periódico e os grandes empresários da época. O cabeçalho do periódico não registrava o nome do diretor ou diretores da publicação¹². A obra

¹² A revista *Vida Paulista*, analisada por este trabalho, tem semelhança com um periódico de mesmo nome, publicado no período entre 1903 a 1905, com uma segunda fase em 1908. Este segundo, anterior, também *Vida Paulista*, teve por proprietários Arlindo Leal (diretor literário) e Peregrino de Castro (diretor artístico) e subtítulo *Semanário Ilustrado de Humorismo, Crítica e Arte*. Ver Souza (2013, p. 62). Apesar de uma proposta editorial semelhante – abordagem com humor e crítica –, não encontramos laços que unissem os dois impressos; contudo, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, ambos são disponibilizados na forma digitalizada, como se fizessem parte de uma mesma coleção. Notamos, também, por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que as edições de 1908 contam com o nome de “*L. LEMMI (voltolino)*” no cabeçalho da capa na condição de “*Collaboração artística*”, juntamente com “*HENRIQUE TAVOLA*”. A segunda fase do periódico (1908) mostra no cabeçalho que Arlindo Leal continua a ser o diretor (e possivelmente o proprietário), juntamente com outro também diretor *Alberto Andrade*; notamos ainda que esta segunda fase teve seus primeiros exemplares (janeiro de

São Paulo em Revista: Catálogo de Publicações da Imprensa Cultural e de Variedades Paulistanas, 1870-1930 (CRUZ, 1997, p. 267) nos forneceu a informação de que o diretor da revista era Luiz Feezarolotti Júnior.

Figura 25 – *Vida Paulista*, ano II, n. 1, 1 de outubro de 1920, p. 2

F. MATARAZZO & CIA

Sede central: Rua Direita n. 15 – S. PAULO ☞
 Telegrammas: "Matarazzo" – Caixa postal, 86

Filias: Santos, Rio de Janeiro, Curitiba, Antonina,
 Buenos Aires, Rosario de Sta. Fé ☞☞☞☞

ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS:

Machos Matarazzo, S. Paulo e An- tonina.	Arquiteto e Escultor "Matarazzo". Refinação de açúcar.
Fábrica Tecelagem, Malharia e Tri- nagem "Maringápolis".	Fábrica de vidro, vidros, vidros, grãos e telas/telex em S. Carlos.
Fábrica Tecelagem e Retanagem de Bejuvânia.	Molho de Sal.
Fábrica de Sabão "Sol Levante".	Sabão "Matarazzo".
Fábrica de Óleo "Sol Levante".	Fábrica de farinha com Pasta Grossa.
Estabelecimento Metrópolises.	Companhia de Navegação a Vapor "F. Matarazzo".

BANCO DE NAPOLES
 Instituto de Emissão do
 Reino da Itália.

Autorizado pela disposição da lei
 de 1.º de Fevereiro de 1916, n. 24,
 e do real decreto regulamentar para ex-
 ecução e serviço de rescaldo, au-
 toriza, sempre e transmissível ao Bel-
 lo, das economias das instituições
 Italianas, nomeadas, a partir de 1.º de
 Junho de 1915 assim:

Correspondente oficial
 para os Estados de São Paulo e
 Paraná.

F. MATARAZZO & Cia.
 Agência para S. Paulo e Santos da
 Sociedade General Italiana Transac-
 cionária — "La Velce".

Fonte: Seção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Mário de Andrade

Algumas seções foram constantes entre as 20 páginas do periódico, principalmente as que tratavam dos encontros sociais da juventude e das famílias proeminentes econômica e politicamente. A seção "*Notas Sociais*", por exemplo, esteve presente em todas as edições, marcando outra característica da revista: relatar, em linguagem coloquial, os flertes ocorridos nos bailes do *Harmonia* e do *Trianon*, as pequenas gafes cometidas entre jovens que queriam impressionar o sexo oposto; por meio dessa seção, o periódico também dava publicidade às cerimônias de batismo e casamento de membros de famílias importantes, às quais era convidado a enviar um representante para as respectivas coberturas.

Outra seção fixa era o "*Museu da Vida*", cujo conteúdo parecia ter por objetivo fazer troça de pessoas que tinham notoriedade nas rodas sociais mais ricas, como no exemplo abaixo, em que médicos e políticos são citados; assim, a revista abria espaço para um diálogo zombeteiro com as elites intelectualizadas e com pessoas de influência política, abordando temas que variavam sobre aspectos das vestimentas a novidades científicas:

1908) em média com 9 páginas, e ao final do ano contava com cerca de 40 páginas; nesta segunda fase, identificamos que Voltolino desenhava suas charges em forma de "quadrinhos", que levavam sua assinatura no canto inferior direito; estes apresentavam um traço diferente das imagens com as quais este trabalho lidou nos periódicos *A Cigarra*, *Vida Moderna* (1919-1920) e *Parafuso*.

Acabam de dar entrada no museu da “Vida”:

A gravata “paralela” com que o dr. Josué de Camargo compareceu a um dos últimos cursos da Avenida;

O novo systema de aproveitar um boá adoptado pelas senhoritas Pacheco e Silva;

O museu scientifico que o dr. Passos Cunha apresentou para se inscrever no concurso da Faculdade;

O enthusiamo do dr. Rubião Meira no dia das eleições;

A nova combinação de calças e sapatos á fantasia que o dr. José Líbero pretende lançar como moda;

Um livro de pilherias pertencente à biblioteca do dr. José Luiz Guimarães;

A coleção, ultimamente adquirida, de operações cirúrgicas, do dr. França Filho” (VIDA PAULISTA, 1921, p. 6).

O Dr. Rubião Meira, citado na seção “*Museu da Vida*” acima transcrita, foi alvo de outro comentário da revista – em número posterior –, desta vez quanto à sua vitória nas eleições para deputado. Nessa segunda passagem, o periódico demonstrou uma tendência crítica às tradicionais oligarquias políticas e suas formas de manipulação eleitoral; o excerto abaixo aponta para uma postura de aplauso ao novo, à oposição política e à celebração da derrota das “recomendações da comissão diretora”:

Ecos da ultima eleição federal. Em quase todos os districtos desta capital, o dr. Rubião Meira obteve maioria, em confronto com os da chapa oficial. No districto da Consolação, onde estiveram presentes os chefes locais: dr. Secretário da Fazenda; dr. Olavo Egydio, chefe político da capital, - é que o governo “levou na cabeça”. Eis a prova:

Rubião Meira, 1064 votos.

Chapa oficial, o mais votado 293 votos.

De duas uma: ou aquelles chefes e chefão protegeram o candidato opositorista, contrariamente ás recomendações da commissão directora e do governo, ou o eleitorado não lhes liga a mínima importância, desprestigiando-os, desta forma. E acrescente-se que os distribuidores de cédulas da chapa oficial foram s. exas... (VIDA PAULISTA, 1921, p. 13).

A seção “*Pingos de Arte*”, cujo título era escrito em letra caligráfica, trazia conteúdos ligados à ciência e à arte, expostos em linguagem mais formal e acadêmica, com reflexões voltadas à atualidade. Essa seção era assinada pelo pseudônimo “*Orpheus*”.

A seção “*Tal Azar*” relatava situações que resultaram em um insucesso da parte de algum conhecido das rodas sociais ou político:

Figura 26 – *Vida Paulista*, ano II, n. 6, 16 de dezembro de 1920, p. 9



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A seção “*Orgão Politico*”, assim como outras seções, tinha sua abertura identificada por uma espécie de “vinheta” – figura 26. Os tipos das letras sugeriam um movimento trêmulo, como a indicar que a temática era cercada de tensões. A figura do caipira tocando sanfona não era gratuita e possivelmente trazia uma simbologia; um dos possíveis significados à época era a representação do homem inculto (MATHIESON, 2017, p. 73), personagem frequente nas piadas que envolviam a modernidade, os novos costumes urbanos e as fraudes políticas. Nas caricaturas de Voltolino, o caipira surge em algumas ocasiões, chamado de “*Géca*”, e tinha algumas falas, dialogando com políticos; ora o caipira se apresentava como o “observador” incômodo das falcatruas políticas, ora como vítima do descaso. Sua presença parecia ser um dos artifícios humorísticos usados para lembrar os leitores da existência de uma grande parte da população, esquecida pelas autoridades públicas e que, inversamente do que muitos acreditavam, consciente das “malandragens” políticas.

Na seção “*Orgão Politico*”, o periódico dava espaço a uma linguagem mais crítica, conforme exemplo abaixo:

Vamos assistir de “palanque”, a mixórdia política estadossa represenual, no tocante á renovação da ação federal, embora não existam partidos, no Estado, pois só existe um – o Partido Republicano Paulista... É que, como ninguém ignora, ainda que ingênuo ou desconhecedor das tricas, no terreno das competições, no terreno da supremacia do mandonismo, os nossos “pró-dromos”, andam numa dobadoura infernal, “mordendo-se” pela imprensa veladamente, por intermédio de...correligionarios dedicados a soldo...Não queremos, com isso, dizer que sejam todos do mesmo estojo e jaez, que rézem pela mesma cartilha condenável (VIDA PAULISTA, 1920, p. 9).

Também por meio dessa seção, a redação posicionava-se criticamente quanto ao exclusivismo do Partido Republicano e da Comissão Diretora no governo de São Paulo, às “barganhas” existentes na tentativa de reeleição da bancada paulista na Câmara Legislativa Federal, e, por conseguinte, ao desrespeito ao princípio democrático da decisão pelo voto:

É voz corrente que o governo e, **ipso facto**, a comissão directora, do Partido Republicano Paulista, está resolvido a reeleger toda a nossa bancada federal, a fim de não desgostar os inúmeros candidatos á chapa oficial, dedicados correligionários da situação e que são portadores de bagagens apreciáveis ao partido que apoia o governo, incondicionalmente.

Não resta qualquer duvida que são eles os aspirantes, dignos de não serem contrariados. E que, porisso, se não deve desgostal-os, preterindo-os ou fazer-se selecção, quando sabido é que o numero delles ultrapassa o das nossas cadeiras da nossa representação federal. Ate ahi vae tudo muito bem. **O que não está, é resolver-se o assumpto magno, á revelia do eleitorado, assim como quem comanda “molóca” de escravos, em senzalas...**

Os tempos são outros e, além do mais, isto, aqui, quer nos parecer, é república, e democrática, salvo erro ou omissão... (VIDA PAULISTA, 1920, p. 11, grifo nosso).

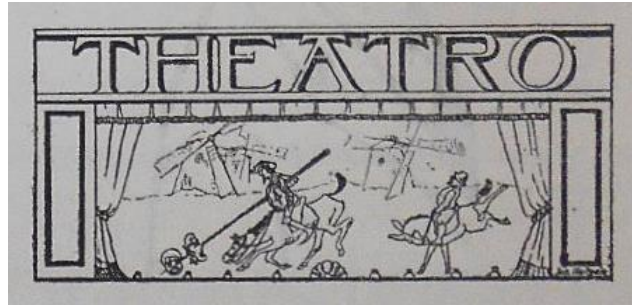
Outra característica da revista era trazer em espaços diversos – sem uma seção definida – a presença de contos, histórias ficcionais de leitura rápida e que tinham relação com a própria trama social e amorosa da época; dessa maneira, a revista seguia sua proposta de ser um periódico literário e de entretenimento. Como exemplo, podemos citar o conto “*Uma Paixão*”, cujo conteúdo versava sobre a paixão que a jovem Gilberta despertou no personagem Nogueira. O sentimento teve início numa “*sauterie*” do Trianon. No decorrer do conto, o personagem Nogueira afirmou que seu amor arrefeceu, pois Gilberta, envaidecida de sua formosura, “*esqueceu que era mulher e deixou-me conhecel-a*”. O personagem gabou-se que Gilberta passou a adorá-lo, mas que ele não queria mais pedi-la em casamento. A história termina com Gilberta entrando em um chá dançante no mesmo Trianon, acompanhada de outro rapaz, rico, e que em realidade era seu noivo. O Nogueira, arrasado, torna a ficar apaixonado pela Gilberta. O conto é assinado por Jean la Gorge.

Assim, por meio de um conto breve, contextualizado nos espaços sociais e de entretenimento da época, o autor abordou o assunto recorrente das “transgressões” femininas e criou um desfecho vitorioso à mulher; o conto contrapõe a voz conservadora, representada pelo personagem Nogueira, a uma forma diferenciada de pensar o destino da mulher, fora dos moldes tradicionais. A análise desse texto literário sinaliza para um posicionamento menos conservador adotado pela revista na lida com os debates sobre a mudança dos papéis femininos e masculinos, em voga no período. Sinaliza, também, para a tentativa de diálogo com um público leitor alinhado com ideais de mudança quanto a comportamentos e formas de pensar a sociedade.

Voltava-se também o periódico para um público leitor atento a outras expressões artísticas, além da literatura, em especial o teatro e o cinema. De fato, a revista contemplava as produções teatrais brasileiras – *Casino Antarctica, Palace, Royal* – e as apresentações de “companhias” europeias, ao tecer comentários e críticas em seção específica, cuja abertura se dava com a vinheta abaixo – figura 27. O desenho/abertura fazia menção aos personagens D.

Quixote e Sancho Pancho, da obra *D. Quixote de La Mancha*, do autor espanhol Miguel de Cervantes, e ao episódio em que ambos encontram os moinhos de vento.

Figura 27 – *Vida Paulista*, ano II, n. 6, 16 de dezembro de 1920, p. 9



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Figura 28 – *Vida Paulista*, ano II, n. 6, 16 de dezembro de 1920, p. 9



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Os cinemas e “fitas” também eram citados em seção específica – figura 28. Cinemas tais como *Central*, *São Pedro* e *Pathé* eram mencionados, sobretudo como cenários da “sociedade elegante” e “*selecta*”. Em algumas publicações, eram mencionadas a presença de “*senhorinhas*” que ornamentavam as frisas e camarotes. A presença feminina também foi sugerida pelo desenho moça que compra os ingressos.

Figura 29 – *Vida Paulista*, ano III, n. 9, 1º de fevereiro de 1921, p. 10



Fonte: Seção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Mário de Andrade

Outra seção humorística era intitulada “*Cartas do Bô Ritiro*”, anunciada pela vinheta acima – figura 29 –, onde resgatava-se a linguagem macarrônica de Juó Bananére, personagem criado por Marcondes Machado e ilustrado por Voltolino, que alcançou grande sucesso nas páginas do periódico *O Pirralho*.

Em vista da pouca informação a respeito dos condutores da revista, seus distribuidores, seus colaboradores – a maioria dos textos levava pseudônimos – e da tiragem da mesma, perguntamo-nos da sua importância naquele período em que havia uma diversidade de periódicos. A presença de Voltolino na *Vida Paulista* seria um indício da importância da revista, pressuposto considerado na análise de algumas “chamadas” publicadas, entre as quais o da *Vida Paulista*. Localizamos chamadas da revista nos jornais *A Gazeta* e *O Combate*, ambas destacando a presença do trabalho de Voltolino:

“VIDA PAULISTA” Circulou hoje mais um numero desta excelente revista, que, no gênero, é a melhor de S. Paulo, inserindo sempre escolhida colaboração, **boas secções humorísticas e espirituosas “charges” de Voltolino**. O numero de hoje não desmerece dos anteriores, tanto no texto como nas gravuras” (*A GAZETA*, 1921, p. 4, grifo nosso).

“VIDA PAULISTA” O numero 6 da Vida Paulista, que está circulando desde hontem, demonstra esplendidamente, o seu progresso: Apresenta-nos um texto muito variado, cheio de charges estupendas, engraçadas pilherias, chroniquetas, silhuetas, sueltos, anedotas, etc. **A capa, sobre os acidentes de automoveis, é de Voltolino**” (*O COMBATE*, 1920, p. 1, grifo nosso).

1.2.1 Voltolino na *Vida Paulista*Figura 30 – *Vida Paulista*, ano II, n. 5, 1 de dezembro de 1920, p. 5

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Um dos diferenciais do periódico *Vida Paulista*, se comparado com outros, era trazer uma caricatura, de Voltolino ou de Belmonte¹³, em meio à diagramação da crônica. No recorte que analisamos – 1919 a 1921 –, as capas do periódico e as caricaturas presentes nas crônicas eram na sua maioria criação de Voltolino. A figura 30, por exemplo, foi criada pelo caricaturista, apesar de não conter sua assinatura; traz Washington Luís personificado de caipira, cantando uma modinha sugestiva, relacionada à falta de verbas do seu governo: “Meu dinheiro tá cabando, Já num chega nem p’ru gasto; meu dinheiro já tá pôco, só dá p’ru alugué do pasto” (VIDA PAULISTA, 1920, p. 5).

¹³ Benedito Bastos Barreto (São Paulo-SP, 1897 – São Paulo-SP, 1947). Caricaturista, desenhista, pintor, ilustrador, escritor, jornalista, historiador. Inicia sua carreira em 1912, publicando suas primeiras caricaturas na revista paulista *Rio Branco* e paralelamente colabora na revista carioca *D. Quixote*. Durante seus primeiros anos de trabalho publica em diferentes periódicos paulistas e, em 1921, emprega-se na recém-inaugurada *Folha da Noite*, substituindo Voltolino (1884-1926). Nesse periódico passa a utilizar o pseudônimo Belmonte como assinatura de seus desenhos e em 1925 cria o personagem *Juca Pato*. Ver Belmonte (2017).

Conforme já indicado na seção “Voltolino n’A *Cigarra*” desta dissertação, o governo de Washington Luís foi marcado por diversas críticas advindas da imprensa, em textos e caricaturas, particularmente, em relação às contas públicas, à negociação de empréstimos internacionais e às flutuações do câmbio; inclusive, a falta de dinheiro foi uma das justificativas para a redução do tempo do ensino primário de 4 para 2 anos, em face da impossibilidade de se construir mais escolas para receber o grande número de crianças sem acesso à alfabetização (ANTUNHA, 1976).

Na maioria das vezes o assunto das crônicas não se articulava ao tema abordado na caricatura. Retornando à análise da figura 30, destacamos seu título, “*O estouro das verbas*”, e o fato de Washington Luís ter sido travestido na imagem de um caipira. A caricatura permite mais de uma leitura: o governante cantando uma modinha caipira sobre um assunto de alta gravidade sugere a falta de seriedade na lida com o dinheiro público; é possível pensar, ainda, que, a presença do estereótipo do caipira e da fala errada formavam, naquele período de tramitação do projeto de reforma da instrução pública pela câmara legislativa, uma imagem recorrente, que consubstanciava o grande problema a ser resolvido – analfabetismo – por um governo bastante desequilibrado na questão econômica. Talvez, também, seja uma referência crítica ao grupo dos proprietários de terras do interior do Estado, sintetizando na imagem do político caipira uma tradição fundiária e, simultaneamente, ridicularizando-a por meio das roupas pouco finas, do cachimbo na boca, dos pés descalços e da viola a ser tocada enquanto o dinheiro acaba.

As críticas relacionadas às diferenças sociais e aos “esquecidos”, assim como aos políticos, ocorriam por meio das caricaturas de Voltolino e, raras vezes, de Belmonte, que neste periódico parece ter se dedicado mais às caricaturas de costume. Um exemplo do trabalho crítico de Voltolino, de cunho social, é o desenho a seguir – figura 31.

Figura 31 – *Vida Paulista*, ano II, n. 2, 15 de outubro de 1920, p. 4



Fonte: Seção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Mário de Andrade

O desenho é parcialmente compreendido ao lermos uma pequena nota irônica, publicada no canto direito inferior da mesma página, acerca de uma tentativa de ampliar o serviço de ornamentação da cidade – viaduto do Chá e Alameda Barão de Limeira – para embelezá-la durante o trajeto do rei Alberto da Bélgica:

O Coimbra das bandeirinhas, imaginando estar ainda a servir o governo passado, para a chegada do Rei Alberto e ia preparando aquellas bellas obras d'arte no Viaducto do Chá e na Alameda Barão de Limeira. O Prefeito, porém, resolveu tirar do programma as festas do divino e as bandeirinhas novas desapareceram. É a tal coisa – Nova gente, nova lei” (VIDA PAULISTA, 1920, p. 4).

O humor de Voltolino, unido à leitura da nota, permite algumas interpretações: o Viaduto do Chá, além de se constituir parte do trajeto de um rei em visitação ao Estado, era também, ironicamente, o “*lar do lixeiro da zona*”, dos despossuídos e suas famílias. A crítica à má administração e às injustiças sociais é apontada na imagem e na escrita: a menção à corrupção na prefeitura anterior – de Washington Luís –, que dava margem ao uso inadequado do dinheiro público. No caso em questão, o elogio foi concedido à prefeitura daquele ano, que não permitiu que os serviços públicos prestados se estendessem além do acertado – *as festas do divino*; a crítica política iniciada pela nota foi ampliada pela imagem de Voltolino, ganhando uma conotação social ao mostrar que o mau uso do dinheiro público tinha como uma das principais consequências as precárias condições de vida dos pobres da cidade. Na imagem, nota-se a presença de crianças que se divertem; porém, além dos diferentes destinos a que se presta um mesmo espaço público, sugerido pelo caricaturista, outros contrastes surgem: duas crianças estão bem trajadas e calçadas, enquanto a terceira, aparece descalça e vestida com

simplicidade; e por fim, se houve a contenção de uma verba pública, foi aquela que serviria a uma festa popular – a festa do divino.

Figura 32 – *Vida Paulista*, ano II, n. 2, 15 de outubro de 1920, p. 7



Fonte: Seção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Mário de Andrade

Na mesma linha de crítica às diferenças sociais e aos contrastes nas condições do viver, selecionamos a imagem da figura 32. As *Galerias Edison*, local de comércio que atendia a um público consumidor elitizado, que se referenciava na moda europeia e cultivava valores ligados a um certo conceito de civilização e ao gosto pelas artes clássicas e símbolos da modernidade. Em contraponto, contemplando a vitrine, a presença de um personagem cujo modo de vestir, tipo de chapéu e rosto sem barbear remetem à imagem de uma pessoa ligada à simplicidade de hábitos e a poucos recursos; a contemplação e as mãos entrecruzadas sugerem admiração pelos símbolos de riqueza e status social – cartola, fraque, bengala, peles –, ou talvez o desejo pela ascensão social que os mesmos representavam.

As duas últimas imagens parecem dialogar com determinado público leitor: aquele em condições de compreender as mensagens da caricatura, que vão além de uma simples ilustração de situações de vida, carregando observações sobre condições do viver e as tensões geradas por estas distinções; suscitavam, portanto reflexões e sentidos sobre o que era justo e injusto socialmente. A própria citação de Hegel na legenda supõe que o leitor da revista pertença a um grupo mais afeito às leituras, ainda que aquela que se apropria de uma ideia central, ou uma frase de impacto, e que se torna “lugar-comum” dentro de um determinado grupo social.

As legendas presentes nas produções de Voltolino tinham um importante papel no quadro caricatural como um todo, pois guiavam interpretações e completavam sentidos. Belluzzo (1992), ao analisar o projeto gráfico de Voltolino, ressaltou a capacidade de comunicação social do caricaturista/jornalista, construída por meio da convivência, fato que permitia a inserção em seus desenhos, título e legenda, códigos comuns, facilitando o entendimento do leitor. Nos próprios termos de Belluzzo (1992, p. 256, grifo nosso):

Buscando o segundo sentido das expressões, Voltolino ludibriava a língua instituída, a gramática, a ordem, instaurando por debaixo da ordem lógica um sentido contrário, elaborado com base na experiência comum. **A experiência comum**, a convivência são pressupostos de seus desenhos. Eles supõem um **código prévio**, que permite ao leitor colher “intencionalidades” no discurso. De um lado o leitor conhece o código do artista, do outro, o artista elabora a sua mensagem a partir da convivência. Sentidos subentendidos, significações não explícitas, abertura na construção do desenho são espaços da mensagem a serem preenchidos pelo leitor que, se torna participante de sua construção.

Em outra passagem, a autora sublinha “o caráter atual das imagens de Voltolino” (BELLUZZO, 1992, p. 241), e afirma:

Tais imagens respondem às necessidades simbólicas e atendem à urgência de comunicação social, ampliando e atualizando o repertório de signos visuais, através da criação de novas representações e da identidade de diversos setores da sociedade. Como elemento central do modo de figuração caricatural, a personagem – ser de ficção – esclarece as relações sociais que presidem a elaboração da caricatura. Revela ainda em que sentido é possível compreender a linguagem como um produto social: como resultado de relação entre grupos ou classes, não como produto de um grupo. **A caricatura evidencia esse encontro social: confronto, comparação, oposição, divergência e também afinidade, solidariedade.** O desenho caricatural é um paradoxo: crítica e riso, negação e reconciliação, agressão e condescendência” (BELLUZZO, 1992, p. 241, grifo nosso).

Dentro do recorte analisado, foram identificadas no periódico várias produções de Voltolino, embora muitas delas, como já afirmado, sem a sua rubrica; a autoria é identificável pelo traço característico e pela forma de abordar as temáticas, frequentemente tendo como pano de fundo os “esquecidos” pelas autoridades políticas e aqueles que sofriam com a negligência e incapacidade dos serviços públicos – escolas, serviço sanitário, segurança, transporte de bonde e trem, correio, etc.

1.3 O Parafuso – “Semanário de Combate”

“Pygmeus! Pygmeus! Pygmeos!

*Ó, vós que governaes pelo terror
Que não tendes no peito um coração
Que sugaes todo o sangue da nação
Pygmeos, chatins, ó bonzos sem valor;*

*Ó vós que daes o fel em vez do amor
Á Pátria e que a infamaes pela traição,
De operarios o bando matador
E rasgadores da Constituição;*

*Decretastes o sitio e, vingadores,
Impusestes á imprensa brasileira
O gladio poderoso dos censores,
Dessa gente servil e interesseira!”*

(O PARAFUSO, 1919, p. 4).

O periódico *O Parafuso* apresentava-se como um “semanário de combate”. A análise de seu conteúdo e caricaturas ratifica a ideia de que o periódico propunha-se a revelar as mazelas do governo e as injustiças contra os grupos mais empobrecidos da sociedade paulista. O soneto acima, escrito por Pellico Junior e publicado na edição de 4 de fevereiro de 1919, refere-se às arbitrariedades políticas. O título pejorativo é endereçado aos políticos, “*Pigmeus! Pigmeus! Pigmeus!*”.

O termo pigmeu – povo da África central conhecido pela baixa estatura – foi usado no sentido figurado como indicativo de “pequenez” de caráter e ausência ética no trato das questões públicas. Outros termos, como “*chatins*” – segundo o *Dicionário Priberam de Língua Portuguesa* (2008-2013) significa negociante desonesto –, e “*bonzos*” – hipócrita –, são exemplos de um estilo mais agressivo de escrita. Brás Ciro Gallota (1997) observou que *O Parafuso* fez uso de termos que remontam à “oralidade masculina”, citando expressões tais como “caftem político”, “pederasta passivo”, “chaga gangrenosa e fétida”, “aborto moral”, todas alusivas às personalidades políticas (GALLOTA, 1997, p. 35).

Em outras passagens do soneto, os versos mencionam desrespeito às diretrizes republicanas, “*rasgadores da Constituição*”, e condenam o estado de sítio – decretado por Wenceslau Brás¹⁴ –, bem como a censura imposta à imprensa por Altino Arantes entre novembro de 1917 e fevereiro de 1918. Segundo Gallota (1997), *O Parafuso* e seu proprietário e editor Benedicto de Andrade, vulgo Baby, sofreram perseguições intensas durante o estado

¹⁴ Presidente da República no quadriênio 1914-1918.

de sítio, fato que o obrigou a mudar-se para o Rio de Janeiro, de onde continuou editando a revista¹⁵. Segundo o autor, Baby volta a São Paulo em 1918 e funda o periódico *A Rolha*, com os subtítulos: “*Semanário Independente... enquanto puder*” e “*Semanário em substituição a O Parafuso enquanto durar o Estado de Sítio*”, de teor político mais atenuado. Com o final do Estado de Sítio, a partir de 1919, o periódico retorna ao nome original *O Parafuso* (GALLOTA, 1995).

Os versos publicados nessa edição exemplificam que o periódico usou, como parte característica de seu perfil, o humor, a ironia, e sobretudo a sátira para criticar e ridicularizar os políticos por meio de uma linguagem de origem popular e contrária aos moldes acadêmicos. Ao mesmo tempo em que denunciava as más ações das autoridades, enfatizava a situação de miséria e abandono da maioria da população, principalmente a mais pobre.

Figura 33 – *O Parafuso*, ano V, n. 165, 7 de outubro de 1919, p. 5



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Surgem, assim, na figura 33, por meio do desenho, críticas ao serviço de saúde pública, ao sistema público de educação e à carestia de vida. O título dos quadrinhos indica outra postura do periódico: a crítica à República, aqui referenciada como “*Republica Theocratica*”, sugerindo um governo que age sozinho, com autoridade absoluta.

Ao denunciar a carestia de vida, a impossibilidade da educação escolar e o abandono dos doentes à própria sorte, o periódico chamava a atenção do público leitor para as injustiças

¹⁵ O número 82 do periódico havia sido impresso no Rio de Janeiro; o cabeçalho desta edição traz a data Rio, 19 de Janeiro de 1918; a crônica deste mesmo número confirmou que a impressão ocorreu na então capital brasileira devido às apreensões da edição 81.

sociais, a seu ver, consequências da política baseada na troca de favores e no clientelismo. *O Parafuso* revelava os constantes conluíus dos membros da Comissão Diretora do PRP para a alternância em cargos públicos importantes. Em muitas ocasiões, conclamava a ação do povo para eliminar tais “chagas”. O editor costumava colocar frases de incentivo à iniciativa popular, principalmente no momento em que Ruy Barbosa tinha novamente a chance de tornar-se presidente da República, como candidato da dissidência do partido republicano em substituição a Francisco de Paula Rodrigues Alves. Frases como “Todos admiram Ruy; quantos têm um voto para lhe dar?”, “Quem não é eleitor não póde protestar contra maus governos” (O PARAFUSO, 1919, p. 3-4), ou, ainda, “Quer um bom presidente? Habilite-se a dar-lhe um voto” (O PARAFUSO, 1919, p. 6), eram inseridas no rodapé das páginas, demonstrando mais uma inovação na comunicação com o leitor.

As caricaturas foram amplamente utilizadas, geralmente em sintonia com os editoriais e na maior parte das vezes ridicularizando os políticos e seus conchavos. No recorte estudado, a totalidade das caricaturas foi obra de Voltolino, algumas assinadas com o pseudônimo *Cam*, outras sem assinatura, porém identificáveis por meio do estilo do desenho. Várias foram as capas satíricas criadas por Voltolino.

Figura 34 – *O Parafuso*, ano V, 14 de janeiro de 1919, p. 3



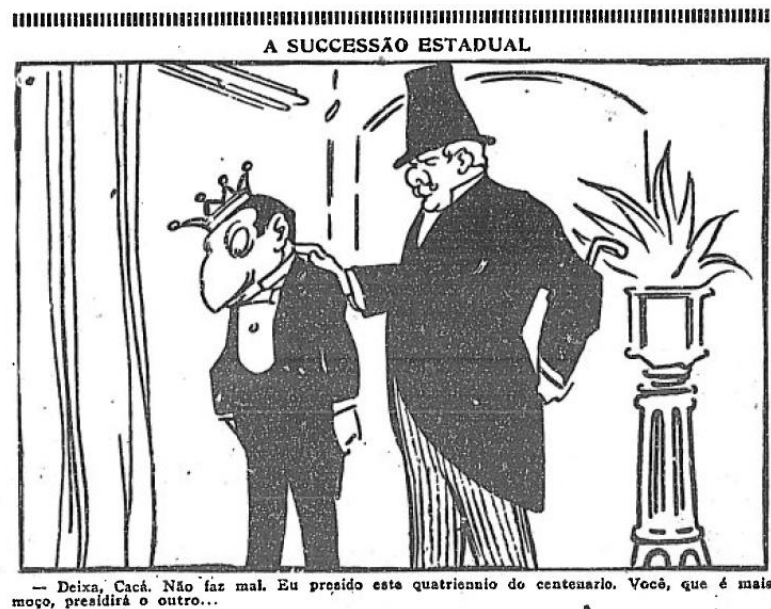
S. Exa. continúa a passar
muito bem...

Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A figura 34, assinada por *Cam*, tem relação com as suspeitas, frequentemente levantadas pela revista, de que o estado de saúde do presidente do Brasil, Francisco de Paula Rodrigues Alves, era muito grave, e que estaria sendo ocultado da imprensa.

A caricatura mostra um dos filhos, Oscar Rodrigues Alves, usando pedaços de madeira para manter o presidente em pé. Ao fundo, o irmão, Eduardo Rodrigues Alves, junto com outra pessoa, maneja um guindaste mecânico, com a mesma intenção. Os esforços familiares exagerados para camuflar o real estado de saúde do chefe do clã unem-se à legenda “S. Exa. Continua a passar muito bem...” (O PARAFUSO, 1919, p. 3), acentuado a farsa. A caricatura evidencia, por meio da imagem que faz rir, o desejo dos descendentes, aqui representados pelos filhos, de continuar no esteio da força política paterna prestes a findar. A leitura da imagem sugere algumas críticas: ao filhotismo presente no jogo político estadual e federal, às práticas nepotistas dos Rodrigues Alves, referidas com frequência pelo periódico como “*cacaísmo*”; à presença de facções de poder dentro do PRP; à fraqueza dos herdeiros políticos, assentados em redes de influência, mais do que na própria competência. Francisco de Paula Rodrigues Alves faleceu em 16 de janeiro de 1919¹⁶.

Figura 35 – *O Parafuso*, ano V, 8 de julho de 1919, n. 152, p. 5



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

¹⁶ Epitácio Pessoa foi eleito pelo Congresso Nacional para substituir Francisco de Paula Rodrigues Alves na presidência do Brasil (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, 2017). Rui Barbosa era o candidato que representava a dissidência do Partido Republicano Paulista; segundo *O Parafuso* (1919), Ruy Barbosa fora vetado por representar os revisionistas, grupo que defendia a revisão da constituição.

Outro tema político amplamente discutido pelo periódico foi a sucessão estadual que ocorreria após o quadriênio de Altino Arantes (1916-1920). Foram apresentadas várias interpretações sobre os consensos e divergências em torno do nome do candidato ao cargo; mostravam-se os conchavos, preferências, e assim expunha-se a existência de agrupamentos de interesses no partido. A figura 35 mostra o “Cacá” – Oscar Rodrigues Alves – a compor uma cena com Cardoso de Almeida – o “dr. Cartola”.

Referente à figura 35, *O Parafuso* já havia notificado em editoriais e demais textos que o nome de “Cacá” não tivera boa recepção por parte dos membros do partido e da Comissão Diretora, e que a preferência era por Cardoso de Almeida. Assim, no quadro “*Successão Estadual*”, Oscar Rodrigues Alves aparece como o “pequeno príncipe”, “desapontado” com a perda do objeto ambicionado; a figura e gesto paternais de Cardoso de Almeida, assim como a legenda – “Deixa, Cacá. Não faz mal. Eu presido este quadriênio do centenário. Você, que é mais moço, presidirá o outro...” (O PARAFUSO, 1919, p. 5) –, dão destaque à camaradagem que regia a alternância política. A legenda coloca em evidência outras questões acerca da sucessão: estar em cargos de liderança no ano de comemoração da Independência. Assim, na linguagem da caricatura, várias mensagens são encampadas, apontando razões que nem sempre o texto sério conseguia abranger.

O Parafuso usava “apelidos” para referir-se aos políticos que eram os alvos mais constantes de suas críticas. De acordo com Brás Ciro Gallota (1997), estes apelidos não haviam sido criados pelo periódico. Eram usados por outros veículos de humor, tais como *O Queixoso*, *A Vespa*, *O Pirralho* (GALLOTA, 1997, p. 111). Voltolino integrava os apelidos às legendas que faziam parte de suas criações. Os políticos satirizados pela revista e pelo traço de humor ganhavam uma personalidade caricatural marcada por algumas particularidades: ora adereço – coroa, cartola e casaca –, ora a estatura, ou uma fisionomia fixada, enfim, aspectos que facilitavam a identificação pelos leitores. Esses “tipos” políticos pareciam ganhar autonomia e surgiam nas criações que Voltolino fazia para outros periódicos, como n’*A Cigarra* e *Vida Paulista*, porém em contextos críticos e temáticos diferentes.

Figura 36 – *O Parafuso*, ano V, n. 28 de outubro de 1919, p. 20



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

É notória n’*O Parafuso* a articulação entre pauta, editoriais, textos, humor gráfico e até a publicidade – figura 36 –, arranjo nem sempre presente em outros periódicos. As caricaturas de Voltolino, na revista *A Cigarra*, pareciam ter um papel crítico por si mesmo, em meio a reportagens que não tinham relação com a temática desenvolvida por elas, salvo poucas exceções. Já n’*O Parafuso*, capa, editoriais e caricaturas referiam-se a um tema comum, que poderia ser encontrado na mesma edição ou na subsequente.

O reclame da figura 36, realizado em épocas de eleição, tem um viés político, apesar de ser uma publicidade do chocolate Lacta. Quem oferece o chocolate ao eleitor usa cartola e roupas que lembram uma “casaca”. O possível eleitor tem aparência facial distorcida, é calvo, usa roupas largas e tem mãos desproporcionais. Os braços estendidos lembram “sonâmbulos”, aparentemente alusivos à manipulação do eleitorado no momento do voto (ainda não secreto). Essa articulação entre conteúdos, caricaturas e reclames nos leva a pensar nas intencionalidades do periódico e, assim, do editor, em comunicar-se com o público leitor e com o eleitor, dirigido pelo desejo de mudança da realidade social e política.

O periódico dispunha de seções fixas, como a esportiva e a carta de leitores – “*Caixa d’O Parafuso*”. Algumas seções surgiam, abordando as temáticas da pobreza e das injustiças sociais, repetiam-se por alguns números e depois deixavam de ser veiculadas, dando lugar a outras. Em alguns números, o periódico trouxe uma seção intitulada “*A vida das classes pobres: O Inquerito d’O Parafuso*”, iniciada em 15 de Julho de 1919, edição 153, iniciando com os seguintes dizeres:

Iniciamos hoje uma série de reportagens referentes á situação econômica menos favorecida da fortuna, visando com ellas unicamente este fim: pôr o público que nos lê ao par das necessidades populares e demonstrar que dentro do nosso programma de combate a todas as bandalheiras dos potentados sem vergonha, cabe também a defesa enérgica e sincera daqueles que vegetam e sofrem durante a vida inteira (O PARAFUSO, 1919, p. 6).

Em seguida, a reportagem apresenta o depoimento de um sargento da Força Pública, cujo nome o periódico afirma não revelar para não prejudica-lo. O sargento relata que seu rendimento mensal – “128\$000 mensaes” – era insuficiente para fazer face às despesas de alimentação e aluguel, e muito menos para manter uma família (O PARAFUSO, 1919, p. 6). A título de comparação, um professor, segundo a “*Tabella dos vencimentos annuaes*” presente no Anuário de 1919, ganhava 4:200\$000 anuais, ou seja, 350\$000 mensais (SÃO PAULO, 1919, p. 199).

O conhecimento do salário de alguns trabalhadores permite cotejamentos com o valor dos espaços de publicidade em jornais e revistas. *O Parafuso* parece ter sido um dos poucos que publicaram a tabela de preços de seus espaços de publicidade – figura 37.

Figura 37 – *O Parafuso*, ano V, n. 154, 22 de julho de 1919, p. 20

A Revista de maior circulação no Estado de S. Paulo	
Preços dos annuncios	
GAPA	TEXTO
Pagina externa... 250\$000	Uma pagina... 300\$000
Pagina interna... 200\$000	Meia pagina... 150\$000
	Rodapés... 50\$000
	Quadrádhos no texto 20\$000
TIRAGEM 15.000 EXEMPLARES	

Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

O Parafuso contava com uma publicidade fiel que, mesmo em tempos de perseguição da censura, continuava a ocupar seus espaços (GALLOTA, 1997). Havia anúncios de página inteira, de poucas empresas tais como cigarros *Sudan*, *Lacta* e *Hotel D’Oeste* – figura 38 – além

de pequenos anunciantes, divididos em três colunas e que ocupavam no máximo duas páginas, uma no início e outra no final da edição – figura 39.

Figura 38 – *O Parafuso*, ano V, n. 154, 22 de julho de 1919, p. 2

<p>CASA LEBRE CAMISARIA E ARTIGOS FINOS PARA HOMENS Gravatas Camisas Últimas Novidades</p>	<p>CASA GARCIA Importação especial de VIDROS para VIDRAÇAS GARCIA & COMP. Tollas maldonadas e extrajagoras - Es- peelhos, Papéis pintados, Molduras para quadros e Estampas Jardas de vidro de vidro esmaltadas Mosaicos, Opacos, Resplendor, Placas de crystal, vidros para vidraças. Vi- trais para igrejas e tudo o que diz respeito a labores em vidro Telephone: 2288 - S. PAULO TIRAV. DA SOT. 21 - R. DO CARMO, 14</p>	<p>Amaral, Simões, Gregori & C. Engenheiros Civis, Electricistas e Constructores SECÇÃO COMMERCIAL: Commissões, Representações, Importações, Compra e vendas de Imoveis. LARGO DA SE', B. 4.º andar—Jáca 4 Telephone: Central 1054. SÃO PAULO</p>
<p>Dr. Desiderio Stapler Operações MOLENTIAS DE SENHORAS CONSULTAS DE 1 AS 7 HORAS Rua B. Hametallage N. 4</p>	<p>YORK e aromatico</p>	<p>CASA "Pereira Coutinho" MOLHADOS FINOS M. MARQUES & Cia. Telephone: 800 Central RUA JOSÉ BONIFACIO N. 11</p>
<p>PILULAS ANTE-HEMORRHOIDARIAS de J. R. SA CARVALHO CURAM GARANTIDAMENTE TODOS OS PERIDOS HEMORRHOIDARIOS Venda em todas pharmacias e drogarias.</p>	<p>FABRICA DE SAHO SAHCA "METHOPOL". - MOLHADOS FINOS POR ATACADO. A. Scavone & Irmãos Importadores-Industriais RUA QUIRINO DE ANDRADE, 11. Caixa Postal, 1801 Telephone, 5225 S. PAULO</p>	<p>DR. MAX RUDOLPH Medico-Quirurgico-Pediatico Formado em Albranca e no Brasil CONSULTORIO: Rua Libero Dalard N.º 100 Telephone: Central 5248 RESIDENCIA: Rua Ministro Godoy N.º 18 Telephone: Cidade 4544 Consultas das 8 ás 5 horas.</p>
	<p>Fatima Veado Cigarras de luxo</p>	

Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Figura 39 – *O Parafuso*, ano V, n. 144, 13 de maio de 1919, p. 20



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Outras seções transitórias seguiam a mesma linha de defesa dos desafortunados e denúncias de exploração por parte de empregadores. Foi o caso da seção “*A Escravidão em São Paulo*”, em que o periódico relatava os tempos difíceis vividos pelos operários em ambiente de trabalho. Assim, evidenciava as injustiças do mundo do trabalho perpetradas pelos donos das indústrias. A caricatura abaixo, assinada por *Cam – Voltolino* – expressa, de maneira hilária, o tema da exploração do trabalho e do trabalhador, várias vezes abordado pelo periódico, incluindo, neste caso, o presidente do estado e seus secretários.

Figura 40 – *O Parafuso*, ano V, n. 131, 11 de fevereiro de 1919, p. 6



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

O empresário da Sorocabana – José Giorgi –, com chicote na mão, à maneira de um feitor, conduz uma multidão de “escravos” para o trabalho na ferrovia; o riso acontece pela presença, na linha de frente, dos principais políticos paulistas, atacados frequentemente pela revista em letras e traços: Oscar Rodrigues Alves (Cacá), Antonio Pádua Sales¹⁷ – designado frequentemente como Jeca Tatu, e, nessa caricatura, assim aparece –, Altino Arantes (Queixada), Cardoso de Almeida (Dr. Cartola). A figura atrás de Altino Arantes, com cartola e monóculo, é Herculano de Freitas, secretário de Justiça e Segurança Pública, apelidado de “Sr. Charuto”.

E, deste modo, o periódico ia desvendando uma realidade social e econômica, presente em São Paulo, diferente daquela propalada por revistas como *A Cigarra*; ao invés do desenvolvimento industrial e arquitetônico, e dos elogiosos dizeres que acompanhavam as fotos dos protagonistas desta “pujança”, *O Parafuso* mostrava o lado sofrido da população, as iniquidades da política e o mau uso do dinheiro do “*Thesouro*”. Importante observar que Voltolino trabalha bastante com a ambiguidade, como se pode ver nessa caricatura; ao destacar um empresário da ferrovia chamando-o de “senhor de escravos”, sinaliza para o tratamento dado aos trabalhadores, representados em condições precárias nas fileiras à esquerda. Simultaneamente, ao colocar na primeira fila os políticos locais, enfatiza sua submissão aos

¹⁷ Antonio Pádua Sales foi deputado federal por São Paulo (1894-1896), ministro da Agricultura do presidente Delfim Moreira (1918-1919), deputado estadual em duas legislaturas e senador estadual em quatro; além de importante produtor de café, teve papel de destaque na direção do Partido Republicano Paulista (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, 2017).

interesses do grande capital em detrimento do interesse da maioria. Ao mesmo tempo em que denuncia uma realidade ligada ao mundo do trabalho, também faz chacota com os políticos, subalternizando-os.

O lado negativo dos grandes eventos publicados e engrandecidos pela *Cigarra*, como a Exposição do Palácio das Indústrias, também vinha à tona, apesar das pautas díspares entre os dois periódicos. Na edição 153, de 15 de julho de 1919, o periódico publica a entrevista de um industrial cujas iniciais eram V.B. e que alegou não participar da exposição devido à exploração a que estava sujeito, à concorrência com “falsificadores” e “fazendas nacionais que passavam por estrangeiras”, “uma exibição de produtos falsificados” (O PARAFUSO, 1919, p. 13). Ao invés de dignificar o desenvolvimento de São Paulo, mostrava o pauperismo da maioria. Nas palavras de Ciro Bras Gallota (1997, p. 11): “O PARAFUSO trazia a público temas e questões que as imagens da Belle Époque pareciam camuflar”.

As reportagens/denúncias vinham em matérias diversas, sem assinatura, ou com pseudônimos engraçados, tais como “*Ninguém*”, autor das *Cartas ao Sr. Washington Luis* (O PARAFUSO, 1920, p. 15), ou “*Joven Spartacus*”. Outro pseudônimo era o de “*Petrovitch Thernich*”, que assinava a seção “*Cartas de um Bolchevista*”. Na edição de 14 de Junho de 1919, a seção trazia como tema “*A Miséria e a Higiene*”; afirmava-se que miséria e falta de higiene estavam presentes nas “massas”, por conveniência dos “ricos senhores da terra”. Em certa passagem Petrovitch Thernich diz que:

Essas elegantes senhoras estrangeiras – italianas, quer dizer o Fanfulla – que nas praias de Santos vestem so aprimoradamente, se tivesse ficado na Italia teriam apodrecido na ignorância e na miséria. Hoje, ostentano lo chic curopco. Amanhã, quando o comunismo vier abolir o direito de propriedade e a exploração do homem pelo homem, não serão só ellas que serão bellas e seductoras. Sel-o-ão todas as jovens que se estiolam nos teares para fazer a fortuna dos Crespi, dos Matarazzos e dos Pereira Ignacio. Mas, haverá apenas uma diferença (O PARAFUSO, 1919, p. 18).

Outra seção de teor satírico em relação à política era intitulada “*As entrevistas d’O PARAFUSO*”, na qual personalidades políticas eram entrevistadas. Os diálogos entre entrevistado e entrevistador tinham um caráter fictício, porém assentados em fatos reais; as falas eram “francas” e revelavam os reais interesses por trás dos conchavos, resultando no ridículo em torno da hipocrisia política. Na edição 152, o entrevistado foi o deputado estadual Joaquim Gomide; a entrevista começa com os seguintes dizeres: “O Sr. Joaquim Gomide é o mais innocuo entre os lycurgos estaduais”, dando o tom satírico no trato das personalidades políticas (O PARAFUSO, 1919, p. 7).

Figura 41 – *O Parafuso*, ano V, n. 154, 22 de julho de 1919, p. 13



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

O periódico acusava frequentemente a imprensa de ser comprometida com o governo e com os poderosos, mais do que com revelar as verdades que beneficiariam a população – vide figura 41. A caricatura acima traz várias simbologias. A imprensa independente está representada por um cão com aspecto feroz, talvez em alusão ao próprio estilo agressivo do periódico; o animal está entre duas oferendas: uma caixa com a inscrição “*mensagem presidencial*”, cheia de possíveis presentes; do outro lado, ao qual o cachorro se volta, está o petisco que os cães costumam apreciar, o osso, com a inscrição “*independência*”. Associar a imagem do osso à independência de imprensa também tem seus significados: dura e difícil é a tarefa do veículo que escolheu não coadunar com o governo. A caricatura faz alusão à imprensa que se vende e a que não se sujeita à tal prática, esta última, comprometida com o Zé-povo.

O Parafuso, em matéria publicada em 19 de janeiro de 1918 – período posterior à censura da qual foi alvo –, revelou a sua opinião a respeito de outros veículos:

O gabinete de censura foi fundado especialmente para O COMBATE e O PARAFUSO: O Estado e O Diário Popular são conservadores. O Correio, o Jornal do Commercio, A Platea, A Gazeta, A Nação, A Capital e outras folhas clandestinas são sucursais dos elogios pagos pelo Thesouro do Estado (O PARAFUSO, 1918, p. 6).

Em reportagem intitulada “*O que a imprensa diária encobre – Um funcionário da Polícia ladrão*”, o periódico denunciava que a imprensa “*venal*” não noticiava os erros dos filhos de famílias poderosas:

Não é a primeira vez que censuramos a conducta canalha da imprensa diária de aluguel, ocultando miseravelmente factos vergonhosos, quando os protagonistas são endinheirados ou filhos de senadores ou deputados [...] O facto mais banal que ocorre com um pobre diabo é logo domínio publico. [...] Basta porem que um desses “meninos bonitos” provoque desordens nos “bordeis de luxo”, quebre a cabeça, e puxe faca ou revolver, para que o escândalo seja abafado, desconhecido aos leitores (O PARAFUSO, 1919, p. 9).

Sérgio Miceli (1977), em estudo sobre a trajetória de escritores provenientes de famílias oligárquicas empobrecidas e sua relação com a imprensa profissional, num momento em que a hegemonia oligárquica sofre cisões, assevera que o espaço jornalístico tornou-se campo de disputas entre facções políticas, informação que torna verossímil as acusações d'*O Parafuso* contra alguns matutinos:

O controle dos jornais constituía um dos principais móveis da luta em que estavam envolvidas as diversas facções oligárquicas. Um jornal era forçosamente o porta-voz de grupos oligárquicos, seja daqueles que estavam no poder (a “situação”), seja daqueles que estavam momentaneamente excluídos do poder. Tal vínculo aparece de modo explícito nos inúmeros relatos que mostram presidentes da República envolvidos em manobras visando submeter a imprensa aos interesses políticos da facção a que pertenciam: negociatas para aquisição de jornais, utilização de “testas de ferro”, concessão de subvenções especiais, e prebendas de toda ordem que eram concedidos aos polígrafos mais apreciados pelo público, etc. (MICELI, 1977, p. 73).

O Parafuso também tinha como linha editorial a crítica à Igreja e à aproximação de Altino Arantes a mesma. Além do uso do apelido “Queixada”, Altino Arantes era chamado pelo periódico de *jesuíta*. Em algumas caricaturas, Voltolino desenhava-o vestido de membro da ordem para enfatizar sua ligação com o clero. Na edição de 7 de outubro de 1919, o governo de Altino Arantes foi amplamente criticado pela doação de dois mil contos para a construção da catedral:

É afrontoso! O governo explora a miséria do professorado publico e quer dar dois mil contos a d. Duarte! Esfomeia a soldadesca em que se apoia e põe uma fortuna nas mãos dos padres! Mata á mingua os morpheticos e os tuberculosos, ou para socorrel-os pede esmolos, e tem dinheiro para a Cathedral! Encarcera os loucos porque não póde ampliar o Juquery, mas póde erguer um templo ao obscurantismo! Em vez de abrir escolas, para ilustrar o povo, constróe uma igreja, para o embrutecer! Toma o dinheiro com que regularizaria a Sorocabana e enfia-o nas unhas do clero ladrão! (O PARAFUSO, 1919, p. 10).

1.3.1 Voltolino n' *O Parafuso*

De 44 edições analisadas em 1919 – coleção não completa –, Voltolino realizou 16 capas, além de caricaturas internas. De 30 edições analisadas durante o ano de 1920 – coleção não completa –, a quantidade foi de 13 capas, além das caricaturas internas. Essa produção esteve mais concentrada no segundo semestre de 1919 e no primeiro semestre de 1920,

considerando nosso recorte de pesquisa – 1919 a 1921. Em 1921, ano que o periódico encerrou suas atividades, concluímos que o caricaturista não trabalhou para o semanário, apesar dos poucos exemplares de que dispomos para análise.

Esse pequeno balanço, que não considera a presença de Voltolino desde o início d’*O Parafuso* em 1915, tem por objetivo pontuar a ampla participação que o caricaturista tinha no semanário; a frequência no tempo e no espaço do periódico, inclusive o protagonismo em várias capas, sugerem uma parceria de trabalho, possivelmente pautada nas afinidades com relação a concepções políticas e um olhar voltado para as injustiças sociais e para os pobres.

Voltolino, nas páginas d’*O Parafuso*, parecia estar “mais à vontade” para realizar as inversões hierárquicas que conduziam ao riso, criando quadros vexatórios na lida das sucessões à presidência do estado e do país. Colocar políticos proeminentes na condição de funcionários-escravos – figura 40 – dialoga com o riso popular dos folguedos medievo renascentistas da praça pública, presentes nas obras de Rabelais e analisadas por Bakhtin (2008).

O periódico costumava chamar alguns políticos de analfabetos, como, por exemplo, Virgílio Rodrigues Alves. Conforme excerto abaixo – do texto “*O Crime de Arara*”, de 2 de fevereiro de 1920 – referiu-se a Lacerda Franco da seguinte maneira:

O feudo da sórdida politicagem de um coronelão analfabeto - Araras - teve também o seu carnaval registado em todos os jornaes da Capital. [] O sr. Lacerda Franco, senador do Estado, analfabeto, retrogado, de physionomia e sentimentos facinorosos, tem sido até agora o Cacique da tribu que se capacitou proprietária e autonoma no districto (O PARAFUSO, 1920, p. 7).

Pádua Salles também foi lisonjeado com o epíteto *Jeca Tatu*, conforme próxima imagem.

Figura 42 – *O Parafuso*, ano V, n. 158, 19 de agosto de 1919, p. 16

**Com que cara estará o snr.
Geca Tatú Padua Salles?**

Quem déra, que fossemos advinhos. Estariamos agora, com uma penna de gallinha, pintando a cara com que ficou o sr. Geca-Tatu Padua Salles, quando soube da sua “barracão”, para presidente de S. Paulo. Bem feito, Geca coió sem sorte. Quem mandou se deixares levat pelas promessas. Não eras como o Virgilio, senador? Não fazias parte da C. D.? Bem feito! Porque abandonastes o certo pelo duvidoso? Sabias como todos nós que o Conselheiro não tomaria posse da presidencia da Republica. O PARAFUSO tinha prophetisado. Porque não recusastes o presente de gregos que te legavam?

Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Ao chamar Pádua Salles de Jeca Tatu e Lacerda Franco de analfabeto, o periódico pode ter aberto a oportunidade para Voltolino colocar, de maneira mais marcante, a presença do “caipira”, ou do homem do interior, em suas caricaturas. A presença do caipira ou a associação a ele, usada muitas vezes por Voltolino, sinaliza para uma ambiguidade do caricaturista, uma maneira de indicar algo mais interiorano, conservador, em oposição ao cosmopolitismo da metrópole. Assim, texto e imagem colocavam determinado grupo político na mesma categoria de ignorância a que a maioria da população rural brasileira era colocada pelas classes política e ilustrada.

Mathieson (2017), ao pontuar vozes dissonantes durante o período de realização do recenseamento (junho a setembro de 1920), identificou dois artigos de Paulo Pestana no jornal *O Estado de São Paulo*. O jornalista, contrário à ideia de alfabetização em dois anos, usa, para ilustrar a inoperância dessa proposta, o povo rural e sua oralidade viciada. Segundo a autora, o jornalista usou o personagem Jeca Tatu como exemplo, que “simbolizava o paulista inculto” (MATHIESON, 2017, p. 73).

Figura 43 – Capa d’*O Parafuso*, ano V, n. 152, 8 de julho de 1919



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Na edição 152 – figura 43 –, o caricaturista colocou os principais políticos do PRP e da comissão diretora no contexto de uma barraca de atirar a bola em bonecos, comum em quermesses, parques de diversões ou circo, em particular nas cidades do interior. Os bonecos a serem alvejados são os secretários e aliados do governo de Altino Arantes, alguns identificáveis¹⁸: na fileira de cima, o primeiro da esquerda para a direita é Herculano Freitas – secretário da Justiça e Segurança Pública de São Paulo; o segundo, possivelmente, é Antonio de Pádua Salles, ministro da Agricultura de Delfim Moreira¹⁹ (1918-1919); o terceiro da esquerda para a direita é Albuquerque Lins, e o quarto da esquerda para a direita é Rodolpho

¹⁸ A identificação dos personagens nas caricaturas é feita a partir do cruzamento com as fotos dos políticos presentes no próprio *O Parafuso*, *A Cigarra*, *Vida Moderna*; além disso, as crônicas d’*O Parafuso* muitas vezes estavam articuladas à capa desenhada por Voltolino, e nelas também se faziam críticas diretas, mencionando o nome dos políticos caricaturados e seus apelidos. A obra de Ana Maria de Moraes Belluzzo – *Voltolino e as raízes do Modernismo* – ajudou a corroborar a identificação de políticos.

¹⁹ Delfim Moreira presidiu o Brasil após o falecimento de Francisco de Paulo Rodrigues Alves em 16 de janeiro de 1919; governou entre 15 de novembro de 1918 e 28 de julho de 1919. (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, 2017).

Miranda. Na fileira de baixo, da esquerda para a direita, temos: Washington Luís, Oscar Rodrigues Alves e Cardoso de Almeida. É perceptível que Altino Arantes veste o uniforme de funcionário do circo. Na linguagem caricatural, as metáforas também se constituíram em um recurso frequente na tradição brasileira, à medida que “transformam aspectos da cultura oficial em episódios disparatados” (BELLUZZO, 1992, p. 221).

Nesse caso, o jogo da sucessão estadual tem por analogia uma barraca de quermesse, talvez um espaço circense. É possível levantar algumas hipóteses quanto à intencionalidade do caricaturista e da redação: sugestão de que a política é um terreno escorregadio, em que acordos ocultos e preferências momentâneas colocam os próprios políticos em situação incerta, alvos de golpes repentinos e imprevisíveis, o que denotaria uma crítica à forma de se fazer a política estadual, sem transparência e sem parcerias confiáveis; por extensão, crítica ao caráter dos políticos paulistas; atribuição de passividade, ou mesmo de falta de esperteza, frente ao jogo político, por meio da transfiguração de políticos em bonecos inertes.

Talvez o elemento mais discrepante nessa capa/caricatura seja a presença do *Géca*, em primeiro plano juntamente com Altino Arantes. A disposição das figuras não é gratuita e também guarda uma intencionalidade que podemos perscrutar fazendo indagações: lembrar o leitor que questões políticas deveriam se fazer em torno do coletivo, do povo, aqui representado pelo caipira? Ou, ainda, e simultaneamente, alertar para o jogo das individualidades e dos particularismos, próprio das oligarquias políticas? Belluzzo (1992) indica que uma importante característica das caricaturas criadas por Voltolino era evidenciar a esfera política como palco de vontades e vícios inadequados na lida com a coisa pública:

Reduzidos, pela transfiguração caricatural, às suas idiossincrasias e a seus tiques, os representantes da política paulista personalizam a ordem. Individualizam-se à sua maneira pessoal, segundo suas disposições de temperamento. Encarnam o governo e a ordem como desígnios particulares. O sentido de suas representações caricaturais indica as distâncias entre o indivíduo e o grupo ou entre o pequeno grupo e o conjunto social (BELLUZZO, 1992, p. 107).

O *Géca* foi representado aqui com aspecto de ingenuidade, aguardando as orientações de Altino Arantes/funcionário, com menção especial à cartola: “- Não me amasse a cartola”; a referência ao acessório pelo periódico/cartunista também suscita indagações: evidenciar que a verdadeira preocupação dos políticos era manter intacta sua posição de dominação e distinção, cujo símbolo era a cartola? Segundo Belluzzo (1992), a obra de Voltolino “inclui personagens distraídas e ingênuas” e que “pessoas distraídas e ingênuas já são cômicas na vida real” (BELLUZZO, 1992, p. 242). Porém, levando em conta o perfil combativo d’*O Parafuso*, é

impossível pensar que a presença do *Géca* era somente um recurso cômico. Trata-se de um quadro satírico, que, bem ao estilo do periódico, pretendia ridicularizar os políticos.

Por fim, é importante lembrar que o efeito de um humor satírico, portanto depreciativo, segue alguns pressupostos, conforme advertido por Deligne (2011, p. 36), ao discorrer sobre o conceito de *schlagbild* (tradução literal: “imagem que impressiona”): “Entretanto, para ser eficiente, a sátira não necessita apenas do talento do artista. Ela depende igualmente de um público que saiba apreciar as agressões maldosas e perceber as alusões”.

Figura 44 – Capa d’*O Parafuso*, ano VI, n. 204, 14 de julho de 1920



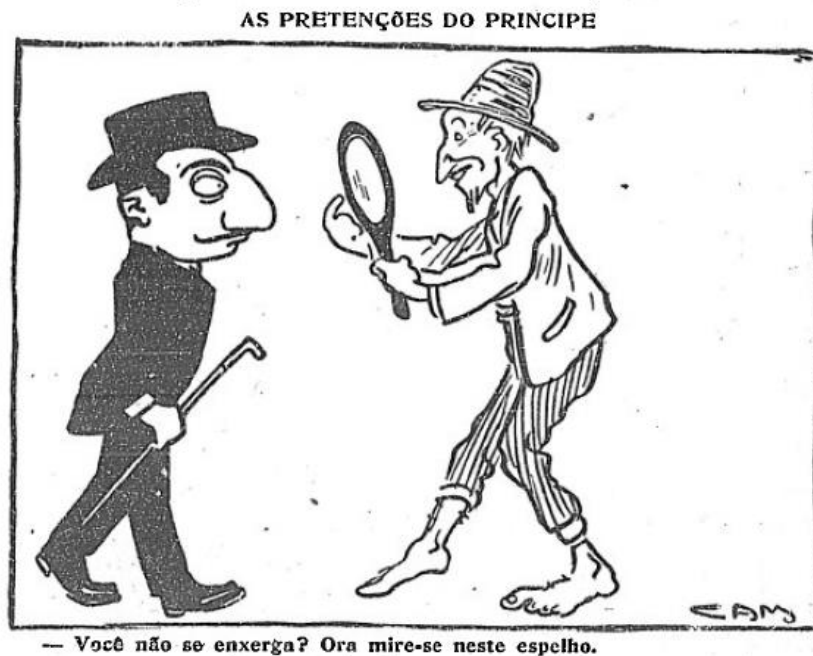
Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Não só o caipira esteve presente nas caricaturas de Voltolino n’*O Parafuso*. No período analisado, o “povo” apareceu, como no exemplo acima – figura 44 –, semelhante ao caipira, devido ao chapéu e aos pés descalços. Essa representação parece ter tido a intenção de enfatizar a magreza do povo, aludindo à fome e à carestia de vida. Esta era noticiada com insistência pelo periódico, ao atacar os “açambarcadores” – uma espécie de intermediário entre produtores e

consumidores, aqui tratados de maneira agressiva – da sociedade paulista, que tornavam os preços de alimentos ainda mais caros.

O personagem à esquerda é Freitas Vale, proprietário da Vila Kirial, tema já abordado em outra caricatura de Voltolino na *Vida Paulista*. Freitas Vale está vestido com roupas e acessórios espalhafatosos. A frase à direita e abaixo dá as pistas do estranho vestuário de Freitas Vale: “O programa do caften das artes”. O semanário costumava usar a expressão “*o caften das olygarquias*”, em referência ao jogo político cercado de interesses, falta de princípios e venda de si a qualquer preço. O significado da palavra *caften*, no *Dicionário Priberam de Língua Portuguesa* (2008-2013) é “indivíduo que explora prostitutas ou prostitutas”. Washinton Luís segura uma imensa lista de luxos, comidas de banquete, mordomias e privilégios. É possível que a lista tenha sido entregue por Freitas Vale a Washington Luís, lembrando os banquetes fartos da Vila Kirial e mesmo os inúmeros outros realizados em homenagem a políticos, industriais, visitantes advindos de cortes reais, às custas do dinheiro público. O quadro é emblemático do contraste econômico da sociedade paulistana da época analisada.

Figura 45 – *O Parafuso*, ano V, n. 156, 5 de agosto de 1919, p. 17



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A presença do caipira, o homem do interior, surgiu em outros cenários e outras versões, a exemplo da sátira contra políticos. Em conversa com Oscar Rodrigues Alves, segurando um espelho, inquire, jocosamente: “Você não se enxerga? Ora mire-se neste espelho”, sugerindo a

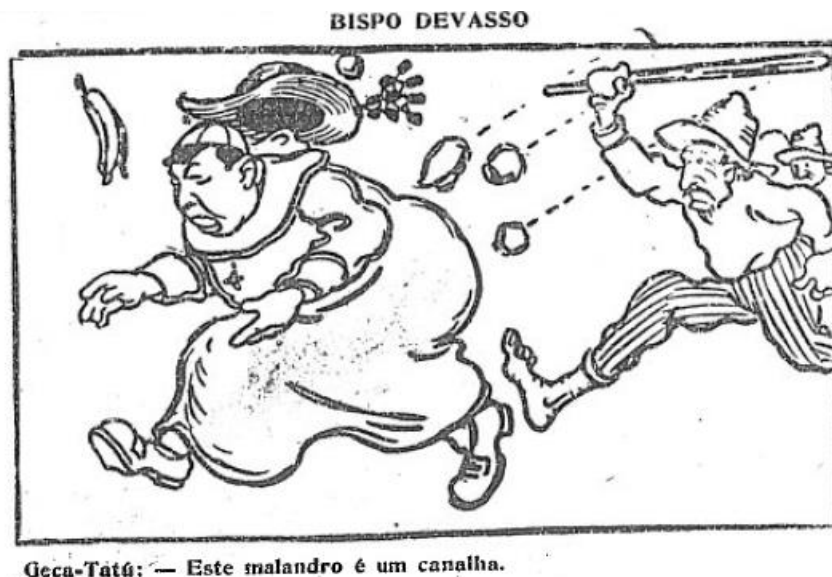
“insignificância” do político – figura 45. De acordo com Belluzzo (1992, p. 106), Voltolino “combateu a política familiar dos Rodrigues Alves e as pretensões políticas do Dr. Oscar”. Deste modo, desenhava-o na forma “diminuta de um grilo” (BELLUZZO, 1992, p. 107). O caipira pergunta e observa Oscar Rodrigues Alves com expressão satírica, a caçoar a respeito de uma “pretensão” que, da maneira como o humor foi construído, sugere a pouca chance do político conseguir realizar. O título “*As pretensões do príncipe*” fez uso do epíteto com o qual Oscar Rodrigues Alves era referenciado pelos veículos que pretendiam fazer-lhe uma crítica satírica. “Príncipe Cacá”, segundo a edição especial “*Centenário de Julio Mesquita*”, publicado em 18 de agosto de 1962 pelo matutino *O Estado de S. Paulo*, foi o apelido que a oposição havia dado a Oscar Rodrigues Alves, por conta do seu apelido familiar Cacá (O ESTADO DE S. PAULO, 1962, p. 51). *O Parafuso*, em artigo intitulado “*A futura edilidade*”, publicado na mesma edição da caricatura, fez menção às eleições de vereadores e de prefeitos, a ocorrer no dia 30 de outubro de 1919; nele, o periódico instava profissionais liberais, negociantes e operários a fazerem o alistamento, “porque só poderão votar os eleitores qualificados e diplomados ate o dia 30 de setembro”, Assim, o artigo advertia os eleitores a não deixar o campo livre para os que “qualificam eleitores para servirem os seus interesses pessoais” (O PARAFUSO, 1919, p. 17). Esse artigo, associado a outras charges, indicam que o periódico acreditava que Oscar Rodrigues Alves tinha planos de ocupar a prefeitura da capital, daí o mote para o humor gráfico.

Figura 46 – *O Parafuso*, ano V, n. 153, 15 de julho de 1919, p. 5



Às vezes, o caipira surgia fazendo críticas e comentários depreciativos à Sorocabana, famosa pelos atrasos e pelos prejuízos causados aos agricultores – figura 46. O empilhamento de sacas e caixas próximo às linhas férreas sugere que produtos agrícolas estavam aguardando há muito tempo a chegada do transporte ferroviário. O título do quadro, “*Greve na sorocabana*”, foi propositadamente colocado pelo humor, para enfatizar os longos períodos de espera, situação que fazia cogitar-se uma paralização dos serviços. A postura do “caipira”, apoiado à bengala e de cachimbo na boca, sugere paciência e resignação diante de uma situação que não se altera. A fala do caipira, “*qual greve, isto sempre andou assim...*”, reafirma a persistência do serviço deficitário.

Figura 47 – *O Parafuso*, ano V, n.157, 19 de agosto de 1919, p. 13



Geca-Tatú: — Este malandro é um canalha.

Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Em outras ocasiões, o caipira vinha com o nome “*Geca-Tatu*” – figura 47 –, a defender os bons costumes do “*bispo devasso*” e fazendo justiça com as próprias mãos. O anticlericalismo era marcante nas produções de Voltolino n’*O Parafuso*. Na edição 156, de 12 de agosto de 1919, anterior ao desenho de humor, a revista havia acusado o bispo de Campinas D. João Nery, de desonrar “uma menor na sacristia da Igreja em Santa Rita de Cassia” (*O PARAFUSO*, 1919, p. 12). Segundo Belluzzo (1992, p. 79), Voltolino desenhava os clérigos em oposição aos preceitos religiosos, “re-enviando-os aos argumentos da sua própria instituição”.

Todas essas representações do homem simples guardavam intencionalidades, mesmo que as circunstâncias variassem. Apontamos algumas possibilidades: mostrar aos leitores, por

meio do humor, o fracasso republicano no dever de ofertar escolaridade e melhores condições de vida à parte mais vasta do Estado e do Brasil, a população agrária; apontar os contrastes da sociedade e a negligência das autoridades; usar a figura do caipira em situações ora de esperteza, ora de vitimização, direcionando a culpabilização pelo “atraso” do país de volta ao polo responsável, o político.

Figura 48 – *O Parafuso*, ano V, 26 de agosto de 1919, p. 14



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Voltolino também representou o público infantil: seja o “menor” das ruas, a criança em meio à família pobre, a criança de colo, os pequenos sapateiros e jornaleiros – figura 47. Talvez em decorrência daquele momento, em que muito se discutia sobre a crise do sistema de ensino público, o analfabetismo e o futuro da nação, tanto a figura da criança, como a do caipira, estiveram presentes com alguma frequência nas produções n’*O Parafuso*.

2 EDUCAÇÃO EM REVISTA

Este capítulo apresenta uma série de críticas, paródias, caricaturas, piadas e denúncias em tom sério que se referiram à educação, aos seus sujeitos – tais como os lentes, suas didáticas e formas de avaliação dos alunos –, à formação dos professores, ao analfabetismo e ao analfabeto publicadas nos periódicos apresentados no capítulo 1. A análise desse material permitiu levantar algumas hipóteses acerca dos pontos de vista a partir dos quais cada um abordou – e criticou – o sistema de ensino público paulista, interpondo suas opiniões.

2.1 A *Cigarra*

“A escola é um santuário como a igreja. O alfabeto que a criança soletra contém, de baixo de cada letra, uma virtude, cujo tênue fulgor ilumina suavemente o coração” (A CIGARRA, 1920, p. 24).

Conforme indicado no capítulo “*A Cigarra, Vida Paulista e o Parafuso: os impressos e seus perfis*”, *A Cigarra* demonstrou ter dado relevância aos assuntos relacionados à formação do futuro cidadão. Considerando as palavras em epígrafe, escritas por Emilio Castelar, depreendemos que a redação pretendia enfatizar o papel primordial da escola, espaço “sagrado”, na formação de homens virtuosos. O vínculo entre escola e moral é evidente.

Nesse sentido, em concordância com o estilo e recursos da revista, foram publicadas fotos de espaços e pessoas que tinham relação com a instrução, a disciplina e os bons exemplos entre as crianças: instituições de amparo a órfãos, alunos de escolas variadas, formatura de normalistas, desfiles e ações dos escoteiros.

As escolas estiveram no periódico com frequência, muitas vezes palco de visitas de políticos, particularmente, nesse caso, a Escola Normal da Praça da República. Escolas particulares eram contempladas, como a foto de alunas do Colégio Anglo Sul-Americano, evidenciando o valor atribuído à educação da iniciativa privada, tal como o caso da figura 49. Por outro lado, observando os dizeres da legenda, “o systema de ensino é baseado nos mais modernos methodos pedagógicos”, “proporciona também aulas preparatórias a cursos de Farmacia e escola Normal” (A CIGARRA, 1919, p. 25), é possível que tal foto tivesse o objetivo de fazer a publicidade da escola, dirigindo-se a uma elite social e econômica.

Figura 49 – *A Cigarra*, ano VI, n. 115, 1 de julho de 1919, p. 25



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público de Estado de São Paulo

No caso da escola pública, quando retratada, observamos o predomínio dos grupos escolares. A figura 50 mostra o Grupo Escolar da Mooca por ocasião da homenagem realizada a Oswaldo Cruz, ao ser inaugurado o retrato do cientista. O corpo docente e administrativo aparecia em destaque. Chama a atenção o número de crianças presentes na foto, se comparado ao grupo de alunas do Colégio Sul Anglo-Americano.

Figura 50 – *A Cigarra*, ano VI, n. 115, 1º de julho de 1919, p. 17



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público de Estado de São Paulo

No intervalo analisado, 1919 a 1921, *A Cigarra* publicou somente artigos sérios – sem relação com o humor – relativamente à Instrução Pública. O número 134 trouxe um artigo de Maria Luiza Rocha, uma das poucas autoras encontradas na revista, que analisa um decreto expedido pelo governo do Paraná, com o qual foram exonerados cerca de 100 professores –

adjuntos dos Grupos Escolares e professores interinos que ocupavam cadeiras vagas – em função de corte de gastos. A autora expressa sua indignação perante uma ação considerada incompatível com os ideais de “*nação culta*”:

Mal grado nossos preceitos de nação culta, **o analfabetismo é o gérmen que ainda vegeta nos recantos do Brasil**, ameaçando rasgar no seio da infância os caminhos tortuosos da mais obscura ignorância, que legará mais tarde terrível **pecha á nossa Patria** (A CIGARRA, 1920, p. 58, grifo nosso).

O artigo traz a voz de determinado grupo da sociedade, os letrados, e os valores atrelados ao ideal de “*nação culta*”, vinculados à educação escolar. A autora fala de outro grupo, os analfabetos, e estes tinham uma localização precisa, encontravam-se “*nos recantos do Brasil*”. Podemos considerar que os recantos do Brasil diziam respeito ao homem do interior, ao homem dos sertões, vinculados à terra e à sobrevivência agrária. O analfabetismo é referido como doença, usando-se o termo “*gérmen*”; e, por fim, foram mencionados o principal dano causado pelo analfabetismo para a infância – “*os caminhos tortuosos da obscura ignorância*”, e o mal causado ao coletivo: a pecha de país dos analfabetos. O pano de fundo de toda argumentação é a crítica à economia de verbas que o governo paranaense fazia na esfera da instrução pública.

A autora também relacionou a escolarização com a defesa da Pátria:

É essa cegueira que lhes vai dictando decretos absurdos e os leva a desviar do caminho da instrução milhares de seres em que a **Patria confia e de quem espera a defesa** para os momentos dolorosos que lhe possam advir no futuro (A CIGARRA, 1920, p. 58, grifo nosso).

E, por fim, fez a crítica ao mau uso do dinheiro público:

Gastam-se sommas fabulosas com banquetes, recepções, requintes de diplomacia balofa, em que se **escôam os fundos da nação**, á medida que os déficits se multiplicam, consomem-se verbas colossais com ostentações, baboseiras e gulodices **e suprimem-se escolas por economia!**... (A CIGARRA, 1920, p. 58, grifo nosso).

Consideramos que este artigo é significativo quanto à posição da redação sobre escolaridade e analfabetismo, pois mostra a existência de críticas à administração pública e ao uso indevido do dinheiro público, gasto em frivolidades ao invés de ser investido na instrução, porém sem citar nomes de políticos. Observamos que críticas ao baixo investimento em instrução pública estavam circulando na imprensa, conforme indicado pelo artigo. Entendemos que, ao abrir espaço para esse tipo de texto, ainda que lhe demarcando a autoria, a revista se posicionava tanto na defesa da educação quanto na crítica às políticas públicas adotadas, ainda que de modo indireto, sem acusar especialmente uns e outros. Consistiria talvez em uma estratégia, à medida que se marcava uma posição editorial sem indispor-se nominalmente com políticos locais.

Em outro artigo intitulado “*A Instrução*” – sem assinatura de autor – a revista noticia a campanha contra o analfabetismo, referindo-se ao recenseamento escolar – “em 18 de junho de 1920 foi dada a ordem de execução do recenseamento” (MATHIESON, 2017, p. 42). O artigo, abaixo transcrito, usa conceitos de Emilio Bacelar²⁰, escritor e filósofo espanhol, para enaltecer o valor da escola e da leitura no combate à criminalização social:

A propósito da campanha iniciada neste Estado contra o analfabetismo, achamos oportuno lembrar aos nossos leitores os seguintes conceitos de Emilio Castellar: “Em cada creança que damos instrução ganhamos um homem. De cada cem ladrões oitenta nunca foram á escola, não sabem ler e assignam-se com uma cruz abaixo do escripto. A ignorância engendra o crime; a ignorância é a sombra onde começa o abysmo; em que se arrasta a razão, em que a honradez perece. Todo homem que abre um livro, nelle encontra as azas onde galgar as alturas, onde a alma se move com liberdade. A escola é um santuário como a igreja. O alfabeto que a creança soletra contem, de baixo de cada letra, uma virtude, cujo ténue fulgor ilumina suavemente o coração. Demos pois á creança, livros adequados. Caminhemos deante dellas com uma lâmpada nas mãos, como guias. A ignorância produz o erro, o erro produz o crime. **A falta de instrução dá á sociedade homens animaes, cérebros incompletos, instinctos fataes, cegos terríveis, que caminham às tontas no mundo moral.** Illuminar os espíritos é nosso primeiro dever; façamos que o espirito mais vil se converta em luz. Devemos cultivar as inteligências; o germen tem direito a ser fructo e quem não pensa não vive. A escola, finalmente, converte o cobre em ouro e a ignorância transforma o ouro em cobre” (A CIGARRA, 1920, p. 24, grifo nosso).

Destaca-se o trecho grifado, em cuja análise podem ser consideradas algumas conjunturas: a justificativa dada à importância da instrução se baseia na crença de que há intrinsecamente ou naturalmente uma propensão humana para o mal, para a falta de “*moral*” e para o “*crime*”, se não forem lapidados pela instrução. Estes homens, sem instrução, seriam “*homens animaes*”, termos que confirmam o preconceito contra o analfabeto. As expressões que acompanham essa noção de “*homens animaes*” – “*cérebros incompletos, instinctos fataes, cegos terríveis, que caminham às tontas no mundo moral*” – atribuem aos analfabetos a incapacidade de raciocínio. Outra crença subjacente parece ser a de que o aprendizado formal – escola, livros – era o único caminho capaz de evitar “*cérebros incompletos*”.

Outros termos usados no artigo, tais como “*cegos terríveis*”, “*illuminar os espíritos*”, “*façamos que o espirito mais vil se converta em luz*”, reportam aos princípios de valorização da razão e do saber, e, seu oposto, à obscuridade da ignorância, simbolicamente representado pela

²⁰ Emilio Castellar y Ripoll (1832-1899), escritor, filósofo, jornalista, foi um dos presidentes republicanos da Espanha durante o processo de mudança de regime político da Monarquia para a República (7 de setembro de 1873 - 3 de janeiro de 1874); fundador do jornal *La Democracia* (1864); defensor do sufrágio universal, da liberdade religiosa e do serviço militar obrigatório (ARCHONTOLOGY, 2009). É possível que as obras e pensamentos de Emilio Castellar y Ripoll tenha chegado ao Brasil por meio da coleção de livros editada na Argentina pelo jornal *La Nación*, intitulada *Biblioteca de La Nación* (1904-1920) (OLIVEIRA, 2010).

“cegueira”. O artigo é enfático na valorização do livro, da leitura e, por conseguinte, do conhecimento adquirido pela via do letramento e da escolarização. Depreendemos que, ao reproduzir um trecho das reflexões do autor espanhol sobre a escola e a leitura, a redação estava informando suas próprias convicções, e, principalmente, a crença na relação entre analfabetismo e criminalidade.

A valorização de um saber adquirido pela leitura e, por conseguinte, pela escolarização apontam para a inexistência de um olhar que reconheça outras formas de saber, como o conhecimento prático. Tal artigo é representativo de uma visão que hierarquiza a partir do saber formal e, dessa forma, facilita relações de poder e subordinação no plano político e social. Essas considerações dialogam com Edward P. Thompson quando o autor reflete sobre como os saberes mais práticos e cotidianos são menosprezados pela escola, e como tal postura se constitui em uma forma de controle sobre os pobres (THOMPSON, 2002).

Em outro artigo, intitulado “*Uma campanha de cultura*” – edição 144, 15 de setembro de 1920 –, o autor, Asterio Belem, teceu comentários sobre o resultado do recenseamento escolar e usou a mesma analogia à cegueira ao se referir aos analfabetos: “sem os livros veem-se os olhos fechados para o universo exterior...” (A CIGARRA, 1920, p. 28). Mais adiante, destaca a leitura como atividade que desenvolve o cérebro, em abordagem semelhante ao texto analisado anteriormente:

“Pode-se vencer sem o livro; mas é mais fácil vencer com elle”. Quanto mais a humanidade se adianta em todos os processos de indústria, lavoura e de commercio, tanto mais necessário se vai tornando saber-se ler, pois a leitura, como uma maravilhosa e salutar **gynastica intellectual**, dá ao homem uma visão mais larga e experiente e arma-o de **capacidade de raciocinar** e labutar, creando em cada individuo um centro de iniciativa e de resistência organizada para a lueta do trabalho (A CIGARRA, 1920, p. 28, grifo nosso).

Em artigo intitulado “*Dois Nomeações*”, o periódico elogia as nomeações dos diretores do Serviço Sanitário e da Instrução Pública, respectivamente, Arruda Sampaio e Sampaio Doria.

Tão felizes como o Dr. Washington Luís na escolha dos seus secretários, têm sido estes na nomeação de seus auxiliares. Basta citar duas das que o dr. Alarico Silveira acaba de fazer: a do director do Serviço Sanitário e a do director da Instrucção Publica. Ambos obedeceram ao elevado critério que tem presidido todos os actos do novo Governo, nos quaes se revela claramente o desejo patriótico de applicar com honesto rigor o regimen democrático. Era natural, portanto, que essas nomeações fossem recebidas com a sympatia e os applausos que despertaram por toda parte” (A CIGARRA, 1920, p. 43)

O artigo destaca a independência das nomeações:

Uma coisa dessas duas acertadas nomeações resulta: é a disposição em que estão o dr. Washington Luís e seus secretários de agir com absoluta independência, na pratica

san das verdadeiras normas democráticas, até agora inéditas entre nós, dando valor aos que realmente o têm e aproveitando para desempenho do seu criterioso programma aqueles que sejam, de facto, **capazes de agir com a mesma independência e o mesmo acerto**, visando unicamente o nosso engrandecimento e o nosso bem estar. Basta isso para que seja digno de nossa confiança (A CIGARRA, 1920, p. 43, grifo nosso)

Nesse período, a redação apresentava uma postura de apoio ao governo de Washington Luís. A indicação de seu secretariado recebia elogios por parte da imprensa por ter mostrado independência em relação à Comissão Diretora do PRP. No artigo acima, a redação d'*A Cigarra* demonstrou, de maneira menos acintosa, a desaprovação pelo jogo de influências costumeiramente usado pelos membros dessa comissão, restringindo-se a mencionar a independência de Washington Luís. No humor gráfico, a revista permitiu a alusão aos componentes da direção do partido, representados pelos tipos caricatos criados por Voltolino, como mostram as figuras 20 e 21 no primeiro capítulo.

Figura 51 – A Cigarra, ano VII, n. 136, 2 de maio de 1920, p. 43

1920 - 136

a Cigarra

Duas nomeações

○○○

TÃO feliz quanto o dr. Washington Luís na escolha dos seus secretários, têm sido estas as nomeações dos seus auxiliares. Basta citar duas das que o dr. Alarico Silveira acaba de fazer: a do director do Serviço Sanitário e a do director da Instrução Publica. Ambos obedeceram ao elevado critério que tem presidido a todos os actos do novo Governo, nos quais se revela claramente o desejo patriótico de applicar com honesto rigor o regimen democratico. Era natural, portanto, que essas nomeações fossem recebidas com a sympathia e os applausos que despertaram por toda a parte.

Para substituir o eminente scienista que, dentro em pouco, levará ao Japão o attestado vivo da nossa capacidade — tão ignorada uma e tão injustamente contestada outra — levando ouvidos ás suggestões ambiciosas da politica estreita, que tam-nha entretas cria d'boa administração, o Governo foi buscar no remanso do seu gabinete de estudos um homem capaz de corresponder d'confiança de que se faz depositario, que tem idéas próprias e energia necessaria para aproveitá-las.

Para fazer-se uma idéa do que é o novo director do Serviço Sanitário, não é preciso ter acompanhado a sua vida desde longos annos, nem viver na sua intimidade. Basta conversar com elle algumas horas e conhecer o seu plano de administração. Distincto e modesto até na maneira de vestir e falar, o dr. Arruda Sampaio é dessas creaturas ágeas que conquistam desde logo admiração, infundindo ao mesmo tempo respeito. E o seu programma, vasto e complexo, é o melhor attestado do seu espirito culto e empreendedor.

Culto e empreendedor é tambem o director da Instrução Publica. Para prova-lo, bastam de sobra todos esses trabalhos que a proposito da educação popular o dr. Sampaio Doria tem feito na escola, na tribuna e na imprensa. O discurso que elle pronunciou, ao tomar posse do elevado cargo para o qual o Governo acaba de o chamar, é uma declaração de guerra formal ao analfabetismo, feita em tom que bem revela a confiança que elle tem nas forças que possui. Vale por um programma inteiro a uma bellissima proffissão de fé.

Moço, cheio de enthusiasmo pela causa da instrução, á qual tem con-

sagrado o melhor dos seus esforços, confiante e seguro na campanha em prol do rearguimento do caracter nacional, em que tem trabalhado com ardor verdadeiramente patriótico, ninguém melhor do que o dr. Sampaio



O dr. Antonio do Sampaio Doria, novo director geral da Instrução Publica. ¶



O dr. Arruda Sampaio, novo director do Serviço Sanitário.

Doria para pôr em pratica, na Instrução Publica, as idéas do novo Governo, que são, aliás, as suas.

Uma crêza dessas duas acercladas nomeações resulta: é a disposição em que estão o dr. Washington Luís

e seus secretários de agir com absoluta independencia, na pratica das verdadeiras normas democraticas, até agora inúteis entre nós, dando valor aos que realmente o têm e aproveitando para desempenho do seu criterioso programma aquellos que sejam, de facto, capazes de agir com a mesma independencia e o mesmo acerto, visando unicamente o nosso engrandecimento e o nosso bem estar. Basta isso, para que seja digno da nossa inteira confiança.

Um Governo assim merece as bençãos do povo paulista.

¶

Casamento curioso

Nos Estados Unidos talou-se muitissimo, no começo deste seculo, do casamento de Mr. Dailon Morgan, sobrinho do multimilionario Mr. Pierpont Morgan, com uma menina japonesa, de 21 annos, chamada Juki Kato, filha do mais rico commerciante do Japão, Objiro Kato.

O juvenil casal chegou a Nova York a 26 de Fevereiro, e na Grande Estação Central produziu muito offeito a figura original da noiva, com o seu limbo purpura e os seus minuculo topalinho de bambô. A noiva chegava, apenas, ao cotovello de seu marido.

A linda japonesa sabe bordar na perfeição, pintar sobre porcellana, e conhece toda a historia épica do Japão desde o tempo dos Samurais.

E' budhista e nãoconhece outra lingua sendo a japoneza.

O que mais chama a attenção neste casamento é a mais perfeita igualdade d'elle. Porque, se é bem certo que a noiva tem approximadamente metade da estatura do noivo, este possui, em troca, metade dos milhões d'ella. É uma coisa compeña a outra.

¶

A origem fabulosa e ridicula que os homens têm tido no mal phisico neste mundo, é causa de innumeraveis erros, absurdos e terrores que infestam o genero humano e agravam a sua miseria. O sulor da organização e sensibilidade corporal igualmente o é go bem e do segundo como occasião, meio, instrumento, vehiculo e conductor de bens graças a especies.

M.

Figura 52 – A Cigarra, ano VII, n. 144, 15 de setembro de 1920, p. 28

A Cigarra

Uma campanha de cultura

□□ □□

A Directoria de Instrução Pública do Estado acaba de publicar o resultado total do seu trabalho de recenseamento escolar, recentemente realizado em S. Paulo. O recenseamento veio revelar-nos uma proporção afflictiva de crianças analfabetas de varia idade em nossa população. A cifra é, sem rebuços, na simplicidade silenciosa e irretorquível dos numeros, já divulgados pela imprensa, simplesmente desoladora. Ninguém, por pessimista que fosse, ao ver a actividade em que nos esfalamos no trabalho diurno de espalhar escolas e fundar novas casas de ensino, poderia jamais suppor que um tão alto contingente de menores analfabetos existisse no Estado, dando-nos agora a provar uma dolorosissima decepção, tal a de reconhecer que, si muito temos feito, muito mais ainda nos falta fazer, com o intuito de lavar da joven civilização paulista, tão prospera e tão viçosa, a mancha negra do analfabetismo. E' incrível que, vindo de ha tanto, levantando em cada bairro, á proporção que da terra surgem novas casas, outras escolas, quer mandadas pelo governo, quer pela iniciativa particular, ainda tenhamos a registrar, em nossa estatística infantil, o elevado coeffericiente que se acaba de constatar.

Tal facto vem reaffirmar a inadiavel necessidade de lutar-se sem treguas pelo ensino no Estado, cujo progresso depende da alfabetisação do povo. Sem os livros, vêm-se os olhos fechados para o universo exterior dentro do qual tem de desenvolver-se a nossa actividade e crear fundações sobre as quaes se estabelecem o conforto e a felicidade da vida.

«Póde-se vencer sem o livro;

mas é mais facil vencer com elle.» Quanto mais a humanidade se adianta em todos os processos de industria, de lavoura e de commercio, tanto mais necessario se vae tornando saber-se ler, pois a leitura, co-

o Brasil, é o do ensino, aquelle que mais urgentemente reclama dos governos uma solução efficaz e immediata.

Si em nosso Estado, que é considerado como um dos mais prosperos da União, se verifica a grande somma de analfabetos que o recenseamento acaba de constatar, imaginem os outros Estados, alguns delles desprovidos de meios de communicções, ou os seus centros urbanos desligados inteiramente das capitães e a lutar, tambem, com outros problemas em cuja natureza se comprehendem os flagellos naturaes de molestia, as difficuldades financeiras, os maus governos, a politicagem!

O recenseamento escolar de S. Paulo é obra rapida e perfeita desse pugillo de funcionarios que, nem bem sahidos das nossas escolas normaes, são collocados, através de provas reaes de valor e de preparo, á testa do ensino em nossos estabelecimentos primarios. E' admiravel e digno de louvor o esforço e a dedicacão por elles expendidos na organisação desse balanço cultural. Quem dispõe, como dispomos, de um elemento assim, entusiasta, joven e forte, póde, com segurança, affrontar o problema que a occasião nos apresenta. S. Paulo dará, estamos certos, um combate efficaz e de resultados immediatos, ao analfabetismo, de modo a poder a sua instrução publica figurar dignamente ao lado do seu constante progresso material.

Nem outra formidavel empreza se espera ver realisada em nosso Estado, dentro mesmo deste quadriennio, que tem a felicidade de contar, na gestão da pasta do Interior, com o auxilio e o esforço esclarecido de um dos mais bellos espiritos da nova geração pensante do Brasil.

ASTERIO BELEM.



As Eleitas

Para Annita Malfatti

Ao luar de evocações lendarias, idealizo,
Num recanto celeste, a mansão das Eleitas.
Mulheres que, talvez, por um simples sorriso,
São hoje, em lyras de ouro, immortaes e perfeitas.

Não fôra o occasional clarão desse improviso,
E a que destino inglorio estariam sujeitas!
Beatriz não ganharia a luz do Paraíso,
Eleonora e Natercia eram visões desfeitas,

O' musas-noivas, sempre virgens! Em memoria
Dos momentos de vossa anonymia, quando
Não se desencantara ainda a vossa gloria,

— Protegeei, consolae, inspiraee das alturas,
A infinita legião dos que soffrem cantando,
Para immortalizar vossas irmãs obscuras.

PAULO GONÇALVES

mo uma maravilhosa e salutar gymnastica intellectual, dá ao homem uma visão mais larga e mais experiente e arma-o de capacidade para raciocinar e labutar, creando em cada individuo um centro de iniciativa e de resistencia organizada para a lucta do trabalho.

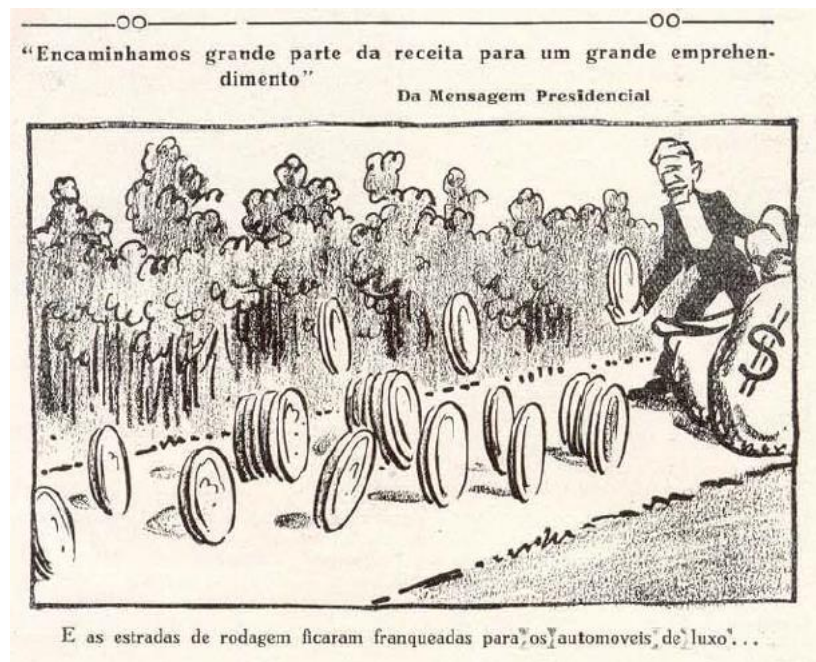
O primeiro problema, pois, que se depara a S. Paulo, como a todo

Chá da India TETLEY O seu sabor ganha o favor

Assinalamos que a redação vinha apresentando críticas esparsas, por meio de textos, quanto ao uso inadequado das verbas públicas, relacionando-o ao baixo investimento na Instrução Pública, porém sem citar nomes de políticos. Uma das poucas críticas diretas a Washington Luís foi realizada no artigo intitulado “*Instrução Pública*”, mais uma vez salientando o uso incorreto do dinheiro público:

Cuida-se geralmente que esta questão de ensino obrigatório é coisa nova. O próprio sr. Washington Luís acha até que é uma novidade de mau gosto, porque, segundo critério de s. exa. o que se deve tornar obrigatório é o analfabetismo. O seu pensamento não é precisamente este, mas quasi. Opina ele que a renda do Estado necessita ser applicada em obras de luxo, embora supérfluas, e que só os sobejos das rendas, se os houver, é que podem ser applicados na Instrucção Publica, que é questão sempre adiável (A CIGARRA, 1921, p. 37).

Figura 53 – *A Cigarra*, ano VIII, n. 165, 1º de agosto de 1921, p. 37



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Na mesma edição do artigo “*Instrucção Pública*” – número 165 –, foi veiculada uma charge de Voltolino – figura 53. Trata-se de um dos poucos exemplos encontrados n’*A Cigarra* em que texto e charge figuram na mesma página, complementando, dessa forma, a reprovação a Washington Luís no quesito uso do dinheiro público. A charge ampliou a crítica ao desperdício do dinheiro público, mostrando, por meio da imagem, um exemplo “*das obras de luxo*”, ou seja, as estradas de rodagem, antes apenas insinuadas pelo artigo. A introdução à charge e a legenda direcionam a interpretação, guiando o leitor. A introdução diz respeito a uma passagem da mensagem de Washington Luís à Câmara de Deputados, realizada em 14 de julho

de 1921. O humor reside no uso de moedas, em alusão ao dinheiro público, no formato e movimento que lembram pneus de carros. As moedas/pneus também aludem à classe social que se beneficiaria com as estradas de rodagem: aqueles que podiam comprar “*automoveis de luxo*”.

Em 1º de maio de 1921, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou texto/mensagem sobre a inauguração, naquele mesmo dia, da estrada de Rodagem São Paulo - Campinas. Em tom laudatório, o texto refere-se a Washington Luís enaltecendo a iniciativa em prol de um maior desenvolvimento do estado e da nação, ideia proposta primeiramente no governo Rodrigues Alves, quando Washington Luís ainda era deputado estadual. Segundo o artigo, Washington Luís também tivera a ideia de usar os penitenciários na construção dessa estrada de rodagem, iniciada em 1916 no governo de Altino Arantes; o artigo traçou os detalhes da construção da estrada onde, de fato, foram utilizados os presos, que eram deslocados à medida em que a estrada avançava, sendo construídos alojamentos para o pernoite. Entretanto, segundo o texto, o “*braço livre*” acabou sendo responsável pela maior parte da construção da estrada (O ESTADO DE S. PAULO, 1921, p. 3).

No conjunto de críticas a Washington Luís e à postura dos governos em relação à instrução pública, a revista contou com o apoio de leitores, conforme carta publicada na seção “*Collaboração das Leitoras*”:

Lendo, no ultimo numero d’A Cigarra, as espirituosas charges com que esta importante revista fulminou o desastrado presidente Washington Luís, que tem anarchisado tudo com a sua ignorancia encyclopédica, não posso deixar de enviar os meus calorosos cumprimentos ao ilustre redactor, pela sua **independência** e pela feição desassombrada e livre que está imprimindo á Cigarra. Apreciei também os artigos que sahiam sobre o mesmo assumpto. Si A Cigarra já era querida e apreciadíssima, com a bôa campanha que agora faz, sera muitíssimo mais.

O governo tem errado tanto e são tão poucos os orgams da imprensa que lhes tomam conta, num legitimo direito, que era mesmo necessário que A Cigarra sahisse a campo, para dar a corajosa batalha, e de viseira erguida como se apresentou. Bravo! Bravo! Bravo!

Como professora, exercendo o magistério ha perto de doze anos, agradeço a defesa da Cigarra em beneficio da nossa classe. – Uma professora” (A CIGARRA, 1921, p. 49, grifo nosso).

Mesmo considerando a possibilidade de que essas missivas, ou parte delas, fossem escritas pela própria redação (SALVADORI, 2012), o fato é que a data em que a carta foi publicada coincide com o período em que Washington Luís foi criticado pela sua maneira centralizadora de governar. Além disso, a reforma estava sendo criticada por meio das imagens de Voltolino, com foco no artigo 9º e no parágrafo subsequente, que regulamentaria a preferência pela faixa etária de 11 e 12 anos nos casos de vagas remanescentes, após a matrícula obrigatória de crianças de 9 e 10 anos.

Nos artigos de educação selecionados pela redação d' *A Cigarra*, percebemos a presença de concepções sobre a escolarização e a leitura, consideradas como instrumentos capazes de transformar mentes, moldar o caráter e garantir sujeitos disciplinados e trabalhadores.

2.2 *Vida Paulista*

“Uma das aulas mais sérias era a do lente, deputado, perfumista, adegueiro, ex-major da Guarda Nacional, presidente de mais de duzentas associações, poeta muito conhecido que se chamava Jacques D'Avray”²¹ (VIDA PAULISTA, 1921, p. 6).

Talvez o único conteúdo portador de uma linguagem séria e de crítica mais contundente, como observado no capítulo 1, era o da seção “*Orgão Político*”. As demais, inclusive a crônica, salvo algumas exceções, tinham um tom galhofeiro e inofensivo. Assuntos relacionados à escola e à educação em geral ganharam essa mesma forma de tratamento. É o caso, por exemplo, de uma pequena nota em que o periódico fez uso do humor para tratar do tema da reforma, sugerindo que a medida, ao invés de promover a educação e a ascensão social, levaria à manutenção das hierarquias e desigualdades vigentes:

Realizava-se, no Gymnasio, mais uma aula do quarto anno e o professor Luiz Antonio, tecendo os mais rasgados elogios ao projeto de reforma da instrucção. E depois de varias considerações: - A instrucção deveria ser administrada de acordo com a posição dos alumnos. O filho do sapateiro, deve ser sapateiro. O filho do medico, medico; do jornalista, deve trabalhar em jornal; o do advogado deve estudar direito e assim por deante. Um dos alumnos, não dos mais applicados, interrompe: - Mas desse modo extinguir-se-iam os padres...” (VIDA PAULISTA, 1920, p. 4).

Figura 54 – *Vida Paulista*, ano II, n. 18, 16 de junho de 1921, p. 8



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

²¹ *Memórias de um Gymnasiano – Tragedia em um prólogo e muitos actos, I ACTO*, assinadas por Alfanete.

A caricatura acima – figura 54 –, também de Voltolino, fazia a crítica a mais um serviço deficiente das autoridades públicas: a lentidão das comunicações via correio. A mãe carrega um bebê no colo e a correspondência, pelo texto que acompanha a imagem, era endereçada ao Grupo Escolar, provavelmente tratando de matricular o filho. A resposta da outra mulher confirma a lentidão do correio, mas também se refere à matrícula tardia, na época estabelecida como obrigatória para a faixa etária de 9 e 10 anos. Desse modo, entendemos que há também uma crítica à reforma.

Mostrava também, pelo traço de Voltolino, o público que mais fortemente padecia das inoperâncias dos serviços públicos: a camada mais pobre, aqui depreendida pela caracterização das roupas e pela expressão “sofrida” das personagens. As expressões das personagens pobres, algo que lembra desânimo e resignação, habitavam com frequência a caracterização dos estratos populares no traço de Voltolino, como a sugerir que a vontade popular não tinha nem respaldo, nem espaço para atuação.

Em outra passagem, a revista deu publicidade a um evento promovido pela Liga Nacionalista em prol das “*suas escolas*”:

O Municipal de novo “embaindeirado em arcos” acolheu, qual manto protector, o escol da nossa elite, que alli se reuniu para abrilhantar o grande baile promovido pela Liga nacionalista em benefício das suas escolas (VIDA PAULISTA, 1920. p. 7).

Valeria Medeiros (2005, p. 158), ao estudar as atas das sessões da comissão de instrução da Liga Nacionalista, identificou que a associação controlava “em torno de 30 a 40 escolas, conforme registro da ata da quinta sessão (11/2/1920)”. Ainda segundo a autora: “As escolas da Liga Nacionalista destinavam-se, principalmente, aos trabalhadores analfabetos, homens e mulheres, assim como aos já alfabetizados, conforme informação anterior” (MEDEIROS, 2005, p. 141).

No tocante à temática escola/educação, a revista publicou com frequência uma seção humorística intitulada “*Memórias de um Gymnasiano – Tragedia em um prólogo e muitos actos*”, assinada por Alfenete. Escrita no formato de peça teatral – prólogo, I Ato, II Ato e assim sucessivamente –, tratava principalmente da relação entre professores, alunos e as peraltices destes no ambiente escolar. Um dos pontos centrais do texto humorístico era a alusão frequente ao “lente-poeta” Jacques D’Avray, pseudônimo do político e mecenas Freitas Valle, o qual, além de poeta, escreveu peças teatrais (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE ARTE E CULTURA BRASILEIRAS, 2019); esse fato pode ter sido o mote para o humorista ter escrito o texto em formato teatral.

Esse quadro humorístico e memorialista pode ter sido criado para pilheriar Freitas Valle, embora sua análise auxilie a compor algumas representações existentes na época sobre os professores; em algumas passagens do memorialista Alfenete, os lentes eram ludibriados pelos alunos, que criavam estratégias para evitar as “*notas más*”.

O prólogo inicia com as seguintes palavras: “Aos 11 anos, o meu mais risonho sonho era entrar para o gymnasio. Estudava a matéria de exame de admissão com afinco e vontade, sendo o segundo do curso em que me preparava” (VIDA PAULISTA, 1921, p. 6).

Mais adiante, no “primeiro ato”, o aluno/narrador comenta que só havia sido “*leccionado por professoras e professores de a, b, c*”, e que acabou por acostumar-se aos “*lentes*” e ao clima de seriedade que impunham. Assim, essa autobiografia escolar, tratada com humor, revelava o que pode ter sido a experiência individual de muitos pequenos alunos na transição pelas etapas escolares da época: ensino primário, curso preparatório, ensino secundário.

Nesse primeiro ato, uma passagem se destaca:

Havia aulas quietas, séveras, nas quaes nós não piavamos, mas também havia aulas em que a conversa e brincadeira eram francas.
 Uma das aulas mais sérias era a do lente, deputado, perfumista, adegueiro, ex-major da Guarda Nacional, presidente de mais de duzentas associações, poeta muito conhecido que se chamava **Jacques D’Avray**.
 Nós tínhamos verdadeiro respeito pelo homem, e trabalhávamos para vêr quaes seriam os “*corrigidores*”, que faziam esse serviço ao lente.
 No seu segundo dia de aula, já eramos obrigados a trazer todos os livros, sob pena de... “*nota má*” (VIDA PAULISTA, 1921, p. 6).

Esse excerto chama a atenção para a multiplicidade de ocupações de Freitas Valle, além do magistério: de político a soldado, de presidente de “*duzentas associações*” a poeta. Freitas Valle foi de fato um professor ginasiario: ingressou por concurso, em 1895, na cadeira de Francês e Literatura em um Ginásio de Estado, lecionando até 1936, quando se aposentou como docente.

A realidade de múltiplas funções pode ter sido vivenciada por outros lentes. Esta característica profissional reforça algumas denúncias realizadas pel’*O Parafuso* quanto às licenças de professores que, segundo o periódico, afastavam-se do cargo docente para se dedicarem a outras atividades melhor remuneradas.

O segundo ato continua no tom humorístico, relatando o uso de grãos de bico e chumbinho durante as aulas de desenho, atirados pelos alunos no quadro-negro e claraboia, enquanto o professor estava de costas. Em outro trecho do segundo ato, o autor descreve a “*epidemia do encomprimento de calças*, por mim aproveitada para evitar o “*trote*”, que

geralmente se toma no dia de estréia da primeira calça comprida” (VIDA PAULISTA, 1921, p. 12), revelando alguns costumes e rituais que faziam parte da cultura escolar.

O terceiro ato inicia com os seguintes dizeres:

Nesse ano foi nomeado, “ad cavationem” do lente-poéta, um novo professor de gymnastica, ex-maestro, em substituição ao que se aposentára, no fim do ano anterior. A princípio queria que todos ficassem sérios, o que provocava uma vontade de rir muito acentuada; mas pouco a pouco, foi perdendo o respeito, a ponto de, no final do anno, termos tomado conta dele (VIDA PAULISTA, 1921, p. 8).

A expressão “*ad cavationem*”, conversão humorística para o latim do termo “cavação” – espécie de gíria então muito utilizada pelo humor para indicar uma conduta irregular, de infração a regras e leis –, parece insinuar que o *lente-poeta* possuía influência na escola, a ponto de favorecer a designação de um novo professor de ginástica, “*ex-maestro*”, em substituição ao que havia se aposentado. A piada se faz mais uma vez em torno de uma formação profissional incompatível com a função docente: aulas de ginástica realizadas por um ex-maestro, insinuando-se a existência de compadrio na ocupação das cadeiras e apontando o nome de Freitas Valle como agenciador dessa prática.

Freitas Valle era, nesse período, deputado estadual de São Paulo. Participou da Comissão de Instrução Pública e Higiene durante o trâmite de aprovação e regulamentação da Reforma Sampaio Dória, na Câmara de Deputados e Senado. Posicionou-se a favor do governo de Washington Luís, defendendo a constitucionalidade das medidas que propunham a redução do ensino primário para dois anos, a transformação dos dois últimos anos em ensino médio e a aplicação da taxa de “matrícula” para o último, conforme discurso realizado na Câmara dos Deputados e publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (O ESTADO DE S. PAULO, 1920, p. 3). Foi proprietário da Vila Kyrial, sua residência e ponto de encontro de intelectuais e artistas, onde eram promovidos saraus e conferências, prática social comum entre as famílias da elite local de tradição oligárquica. Nessas ocasiões, Freitas Vale recebia políticos importantes do período, tais como Washington Luís e Altino Arantes.

As piadas em torno dos variados exercícios profissionais de um lente e, por conseguinte, da ausência de uma formação pedagógica, demonstra que o tema estava sendo problematizado a ponto de se tornar objeto jocoso em textos de humor. Do conjunto documental levantado, percebemos que uso da hierarquia e compadrios, no ambiente escolar, são insinuados pelas variadas formas de humor – principalmente n’*O Parafuso* e na *Vida Paulista* –, estabelecendo-se aproximações com as práticas de nepotismo político comuns à época e sugerindo sua reprodução nas nomeações de cargos nas escolas.

O quarto ato continua com bem humoradas revelações sobre as condutas dos docentes em sala de aula e que dão a entender que havia professores que não cumpriam os horários:

Vou primeiro tocar nas aulas de um lente muito bom. A sua primeira aula começou cinco minutos antes da hora de acabar, e terminou dez minutos depois da mesma hora, no meio de historietas, que o velho mestre tem farta collecção (VIDA PAULISTA, 1921, p. 8).

Esse texto de humor acaba por fazer denúncias quanto à conduta displicente de alguns professores displicentes quanto ao horário de início e fim da aula e quanto aos conteúdos a serem ministrados. O termo “*historietas*” sugere temas não pertinentes à lição, mais relacionados com aspectos particulares da vida dos professores.

No ato seguinte, o memorialista afirma que os alunos fundavam “*sociedades*” com o objetivo de ludibriar os lentes. O uso de um único mapa, apresentado pelos membros da sociedade, sem que o professor percebesse, sugere novamente a displicência no ato de ensinar, beirando o pouco caso com a produção do alunado:

Fundámos, para as aulas de geographia, uma sociedade, com o pomposo nome de “Sociedade Vence Tudo”, com o fim de proporcionar aos sócios, mappas de geographia, que eramos obrigados a trazer quando chamados. Ora, como fazíamos os mapas sem nome, podiam servir para qualquer um. Para ser sócio, bastava ter um apellido. Eu era “Mãe Benta”, o secretario” (VIDA PAULISTA, 1921, p. 10).

Esse tipo de piada, em forma de reminiscências do passado, colocava em evidência as incertezas quanto ao profissionalismo dos lentes e suas capacidades didática e pedagógica. Vislumbramos, por esses exemplos humorísticos, suspeitas quanto às formas do ensinar, que foram problematizadas em páginas da imprensa, ultrapassando o círculo dos educadores. Aparentemente, as preocupações com a formação dos professores estavam sendo socialmente compartilhadas por meio da imprensa da época, bem como a indicação frequente de certo desleixo por parte dos docentes.

Temos por hipótese que as críticas endereçadas aos lentes do ginásio em forma de humor, como os referidos acima, podiam ser as mesmas dirigidas aos lentes das Escolas Normais. Tanuri (1979) identificou a presença de críticas mais acirradas às escolas normais, à medida em que o pensamento escolanovista avançava com seus referenciais:

Na medida em que o movimento escolanovista colocava em evidência as ciências que deveriam fundamentar a Pedagogia e na medida em que trazia um novo equacionamento aos problemas de natureza intra-escolar (métodos e técnicas didáticas, processo ensino-aprendizagem, programas escolares), esse movimento fornecia elementos para uma revisão crítica dos padrões de escola normais existentes. Se como foi mencionado, já de há muito a escola normal era objeto de críticas, devido ao seu reduzido caráter profissional, nos anos vintes essas críticas ganham maior firmeza e precisão, sendo acompanhadas de novas exigências relativas à formação do professorado (TANURI, 1979, p. 155).

Por meio do humor, percebemos que métodos de ensino, conteúdos e critérios para exames e notas estavam sendo alvo de questionamentos por outros setores sociais além daqueles diretamente vinculados ao mundo escolar.

Figura 55 – *Vida Paulista*, ano II, n. 2, 3 de novembro de 1920, p. 1

Fonte: Seção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Mário de Andrade

A capa do número 2 da revista – figura 55 –, criada por Voltolino, explica em partes a evidência do nome de Freitas Valle no quadro humorístico “*Memórias de um Gymnasiano – Tragedia em um prologo e muitos actos*” (VIDA PAULISTA, 1921, p. 6). Com a legenda “A despedida do rebento”, o quadro caricatural é rico em detalhes, porém, a cena como um todo reporta ao período monárquico.

A figura sentada no trono, o “rei”, é Freitas Valle; usa coroa, seu trono está situado em um nível mais elevado, e seus pés estão sobre uma almofada. O personagem à sua frente, em atitude de respeito e submissão, segurando um “mico” e com um papagaio ao ombro, é seu filho, Cyro de Freitas Valle; ambos usam roupas próprias à hierarquia dos tempos de monarquia. Há uma mulher representada como escrava, na função de abanar o soberano, cuja presença reforça ainda mais a ambientação de soberba monárquica. Alguns elementos destoam da cena imperial: o personagem à direita, com cachimbo, próximo ao baú e a uma gaiola com mais um pássaro, talvez um carregador das bagagens de Cyro Freitas; um avião passa próximo, com mais dois personagens distribuindo folhetos onde se lê a palavra “*reberos*”.

A caricatura faz alusão a algumas particularidades das festas promovidas por Freitas Valle na Vila Kyrial, nas quais sentava-se em uma cadeira elevada em relação aos demais convidados; era considerado um mecenas e colaborou na carreira de vários artistas, daí o mote para a construção de um cenário de poder. Os folhetos com a inscrição “*reberos*” aludem à obra de Freitas Valle intitulada *Reberos*, seus primeiros versos, publicados aos 18 anos. Essa obra recebeu duras críticas, o que obrigou o autor a recolher todos os exemplares à venda; a partir desse episódio, Freitas Valle adotou o heterônimo Jacques D’Avray e passou a escrever somente em francês (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE ARTE E CULTURA BRASILEIRAS, 2019). A própria ambientação da caricatura lembra a monarquia francesa.

Ao lado do título da capa, “UMA FESTA KYRYAL”, acima e à direita do desenho, foram reproduzidos trechos de jornais:

DR. CYRIO DE FREITAS VALLE – 15 (A) – No nocturno de luxo embarcou hontem para essa capital o sr. dr. Cyro de Freitas Valle da delegação do Brasil em Vienna, que ate agora desempenhava o cargo de official de gabinete do dr. Azevedo Marques, Ministro das Relações Exteriores.

O sr. Cyro de Freitas Valle, que parte para a Europa pelo “Almanzora”, em 17 de Novembro próximo futuro, demorar-se-á ahi ate o fim do mez, em visita a seu progenitor deputado Freitas Valle, regressando então ao Rio, a fim de despedir-se de seus amigos. (dos jornaes) (VIDA PAULISTA, 1920, p. 1).

Notamos que a imagem criada à luz dos dizeres dos jornais coloca em questão várias críticas: a figura do rei é associada à ideia de poder e, nesse caso, de influência; o filho, por sua vez, já ocupava um cargo de “*oficial de gabinete*” do ministro de Relações Exteriores, Azevedo

Marques, e passou a fazer parte da delegação do Brasil em Viena, com viagem marcada para a Europa, algo que sugere tráfico de influências em favorecimento de parentes. Das notas jornalísticas, destacam-se as viagens luxuosas pagas pelo dinheiro público.

A presença de um personagem popular à direita – talvez um operário das linhas de trem, ou ainda um trabalhador portuário –, com expressão aborrecida, a olhar de braços cruzados, enfatiza algo recorrente em Voltolino: o contraste de realidades, confrontando modos de vida luxuosos com a simplicidade e condições precárias da maioria. O jogo de temporalidades e espaços torna a imagem portadora de várias mensagens: fatos passados particulares, fatos políticos do presente e contextos históricos nacionais e europeus se articulam produzindo as ideias de soberba, uso de influências, privilégios, desigualdades econômicas e sociais.

Freitas Valle foi alvo de humor no periódico entre os meses de novembro e dezembro de 1920, e, mais extensivamente, no quadro “*Memórias de um gymnasiano*”, em 1921. As referências humorísticas de novembro e dezembro de 1920 coincidem com o momento em que o deputado analisava e discursava sobre a aprovação da reforma em trâmite na Câmara Legislativa, no que tange às polêmicas acerca da constitucionalidade das propostas: divisão do ensino primário e redução para dois anos, transformação dos terceiros e quartos anos em ensino médio e cobrança de uma taxa na matrícula deste último. Suas análises e defesas da reforma foram publicadas em outros periódicos (O ESTADO DE S. PAULO, 1920, p. 3-4).

Outra pequena nota fez menção a Freitas Valle, desta vez ironizando passagens específicas de seus discursos:

O deputado Freitas Valle, (presidente da Comissão de Instrução!) falando ha dias, na Camara, sobre o projecto da reforma do ensino, “proferiu” a phrase que, sem commentarios, publicamos a seguir: “sendo a constituição uma verdadeira synthese da definição dos deveres e da consagração dos direitos políticos”(VIDA PAULISTA, 1920, p. 6).

A ironia possivelmente recai sobre a frase em que o deputado cita a constituição como “*synthese da definição dos deveres e da consagração dos direitos políticos*”, sobre a qual a revista evita tecer comentários. É plausível pensar que a redação, apesar de não declaradamente, considerasse que os direitos políticos não estavam sendo garantidos pela reforma, já que esteve em debate na imprensa diária a natureza jurídica da reforma, a sua inconstitucionalidade, referente à taxação do ensino médio (MATHIESON, 2017).

Em relação ao tema escola/educação, a revista publicou, em sua edição número 20, de 16 de julho de 1921, nas páginas 8 e 9, um resumo da mensagem presidencial de Washington Luís à Câmara Legislativa, em 14 de julho de 1921, na qual o presidente do Estado faz um “balanço” de seu governo. Entre os tópicos escolhidos pela redação sobre a mensagem

presidencial, há um trecho que se refere especificamente à Lei n.º 1.750, de 8 de dezembro de 1920:

S. exa. falou dos serviços prestados pelas várias repartições da Secretaria da Justiça durante o anno e passando a tratar da instrucção publica:

A Lei 1.750 de 8 de dezembro de 1920, que reformou a instrucção publica no Estado, já se acha em plena execução na parte em que não dependeu de regulamentação: está em adiantada applicação no período de transição a que ella obriga e aguarda-se á execução completa, em todas as suas partes, para se installar então a Faculdade de Educação.

Assim as escolas normaes estão todas sob um mesmo typo, ficando completamente unificado o ensino superior no Estado, supprimidas por esta forma as distincções entre professores normalistas, primários e complementaristas.

As escolas complementares completando, como seu nome indica, o ensino médio, que por sua vez desenvolve e amplifica o ensino primario, não faz professores: prepara os alumnos para o ensino secundário e para que pössam se diplomar professores nas escolas normaes. Nestas as disciplinas são as mesmas, salvo as qualidades pessoaes de cada um, sejam sufficiente, e por consequencia, obriga-a a frequencia para receber o ensino. E, como todos, que attingirem á maior idade, terão passados pelos 9 a 10 annos do ensino obrigatório, teremos que, dentro de determinado lapso de tempo, não haverá analphabetos em S. Paulo. Ora, como esse é o nosso ardente desejo, pomos na sua realização o melhor dos nossos esforços de administradores. E havemos de alcançar tal desiderato, sem mutilar o ensino, visto que a reforma, longe de supprimir qualquer cousa no nosso aparelho da instrucção publica, aumentou-o muito, criando o ensino médio que é mais que os 3.º e 4.º annos de grupo escolar; acrescentou um anno ao ensino complementar, ampliou o ensino normal e criou a Faculdade de Educação. Estes cursos, porém, que não são primarios e não são obrigatorios, poderão ser frequentados mediante o pagamento de taxas, por assim dizer insignificantes (VIDA PAULISTA, 1921, p. 8-9).

O original do discurso possui 148 páginas. Além do tema reforma da instrução, a redação do periódico pontuou a “*formidável crise*” pela qual o governo passava, suas consequências e o clima de insatisfação gerada na sociedade:

[...] baixa quasi repentina do preço das mercadorias de exportação, que originou a alta taxa do ouro; a carestia da vida, pela apparente a valorização dos generos do paiz, das terras e das casas, mas, em realidade, pelo enfraquecimento desmedido do valor acquisitivo do nosso dinheiro produziram a formidável crise, em que nos debateremos ainda por algum tempo, **trazendo um máu estar geral, que incommoda a todos, as apprehensões angustiosas, que torturam e que excitam, os sofrimentos que abatem e desorientam, causando, por vezes, até o pânico.** Tal crise nenhum governo poderia ter evitado (VIDA PAULISTA, 1921, p. 8-9, grifo nosso).

Essas passagens, extraídas do próprio discurso de Washington Luís e que, portanto, não se tratam de palavras escritas pela redação²², ajudam a esclarecer o grau de insatisfação com a administração de Washington Luís. O periódico *Vida Paulista* foi o único, dentre os três estudados nesta pesquisa, que publicou trechos do discurso do presidente.

²² Trata-se da mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 14 de julho de 1921, pelo Dr. Washington Luís Pereira de Souza, Presidente do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1921, p. 122-123).

A redação da *Vida Paulista* adotou o humor para abordar assuntos relativos à educação, mas nem por isso deixou de trazer problemáticas importantes, como certa falta de compromisso com a aprendizagem dos alunos, o magistério como uma das várias funções exercidas pelos professores e a influência de lentes a ditar substituições de outros professores. O periódico satirizou em particular Freitas Valle, por meio do humor de Voltolino, colocando em dúvida sua imagem de pessoa comprometida com a cultura e pondo em destaque a soberba das recepções na Vila Kyrial e o tráfico de influência em benefício de parentes.

2.3 O Parafuso

“Não é preciso nenhum cidadão brasileiro cursar o 3.º e 4.º anos para ser “troço” na vida”!²³ (O PARAFUSO, 1920, p. 11).

Figura 56 – *O Parafuso*, ano V, n. 165, 7 de outubro de 1919, p. 6

Na reunião dos alunos realizada no dia 21, para a eleição do paranympho, resultou um empate. O dr. Caldas obteve 25 votos. Outro tanto conseguiu, sabe a cabala como, o dr. Bernardes.

O paranympho victorioso?
Nenhuma duvida tenho eu. O dr. Bernardes, o “príncipe de Itapetininga”, está eleito paranympho da turma. Eleito uma ova! O que está é nomeado, visto que a sua escolha não é o reflexo da sympathia dos alumnos que se despedem desta Itapetininga infeliz, sem prestimo, assolada pela phylloxera do “prestismo” açanbarcador.

NICK HOLMES.

Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A pequena nota acima – figura 56 –, assinada por Nick Holmes, sugere que a eleição do paraninfo da Escola Normal de Itapetininga foi resultado de uma manipulação que acabou por beneficiar o dr. Bernardes, o “príncipe de Itapetininga”. O periódico usava com frequência o epíteto *príncipe* ao se referir a um filho de chefe político. Assim também o fazia com o “príncipe Cacá”, Oscar Rodrigues Alves, filho de Francisco de Paula Rodrigues Alves, eleito presidente da República por duas vezes.

No caso acima, alguns termos e expressões deram um tom de humor à denúncia, característica marcante do periódico, como já mencionado no capítulo anterior. Assim, nesse exemplo, os textos pareciam sérios, devido à gravidade da denúncia e, ao mesmo tempo, debochados, ao rebaixarem os protagonistas por seus maus atos. Conforme sugerido na nota, o resultado da eleição de um paraninfo não refletiu a preferência dos alunos. O termo “*Cabala*”,

²³ Documento histórico, Carta dirigida a Washington Luís.

segundo o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (2008-2013), pode significar “combinação secreta para prejudicar alguém”, o que denota alguma manipulação de votos.

A cidade de Itapetininga, citada por duas vezes no texto, era reduto da família Prestes, mais precisamente, do coronel Fernando Prestes de Albuquerque e sede da Escola Normal Secundária de Itapetininga. Em pesquisa no Anuário de 1919 (SÃO PAULO, 1919, p. 276), encontramos os nomes dos professores Antonio Pereira Caldas Junior e Francisco de Paula Bernardes Junior, os quais são mencionados como candidatos a paraninfo. O jogo de palavras entre “*prestimo*” e “*prestismo*” reforça a ideia de que o trecho jocoso referia-se às influências de Fernando Prestes no Grupo Escolar de Itapetininga. Ainda segundo o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (2018), a palavra *préstimo* tem como um dos significados “o que há de útil, de meritório ou de proveitoso em alguma pessoa ou coisa”. Fernando Prestes²⁴, nesse período, ocupava a função de senador estadual na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Com essa linguagem, o periódico denunciava a influência da família Prestes no espaço escolar e a pretensão de membros ligados a ele de ocupar o lugar de paraninfo, posição relacionada a uma distinção pública supostamente reconhecida.

O rebaixamento ocorre pela comparação depreciativa que o periódico faz entre o poder do “*prestismo*” à filoxera, pulgão que ataca as vinhas, unindo ambos à acepção de praga. “*Philoxera*” significa “pequeno inseto hemíptero que ataca videira” (DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2018). O autor da nota, Nick Holmes, reporta o leitor ao detetive inglês Sherlock Holmes, famoso pela solução de casos cujo culpado era o indivíduo menos suspeito e pela técnica constante de investigar minúcias que revelavam as intenções do assassino. Mais uma alusão humorística de que o periódico “enxerga” além das aparências, desvendando os conchavos políticos. No caso do *prestismo*, o periódico sugere a ingerência de chefes políticos locais no espaço escolar.

²⁴ Fernando Prestes foi um dos maiores chefes políticos quando do advento da República; foi deputado federal por São Paulo 1897- 1898; presidente do Estado de SP 1898-1900; deputado federal por São Paulo 1901-1905; presidente de SP 1910 como vice de Albuquerque Lins quando este se afasta do cargo para ser vice de Ruy Barbosa na Campanha Civilista; senador estadual 1913-1916; membro da comissão diretora do Partido Republicano Paulista de 1914-1922 (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, 2017).

Figura 57 – *O Parafuso*, ano VI, n. 163, 23 de setembro de 1920, p. 9



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A caricatura acima – figura 57 – reitera que havia um conhecimento sobre as obras de Conan Doyle e seu principal personagem, Sherlock Holmes, referenciado novamente em contexto investigativo pelo desenho.

A Escola Normal parecia ser alvo de crítica da redação, senão constante, com alguma frequência. As críticas se faziam na perspectiva política, ou seja, relacionando diretores e professores a chefes políticos locais. As críticas à instrução pública foram intensificadas em fins de 1919 e durante o ano de 1920, principalmente, no que concerne à formação do professorado. O ano de 1920 foi aquele em que se realizou o recenseamento escolar cujo resultado justificou a realização da reforma Sampaio Doria. Dos três veículos analisados, *O Parafuso* apresentou um maior número de artigos relativos à instrução pública, indicando que esse tema era considerado importante pela redação.

No próximo exemplo, o redator tornou a vincular a Escola Normal de Itapetininga ao chefe político local, Fernando Prestes; neste caso, Pedro Voss²⁵ é mencionado como instrumento de suas vontades. Alguns trechos do editorial do número 150, com o título “*Regulo de Itapetininga*”, explicitam isto:

Por si só não é um mau regulo o sr. Fernando Prestes, de Itapetininga. [...] Entretanto, o certo é que o sr. Prestes, no seu feudo, tem sido um elemento pernicioso, com todos os defeitos que os seus amigos lhe negam. Politiqueiro, assola Itapetininga de forma a torná-la inhabitavel para os que não rezam na sua igreja, e faz da Escola Normal,

²⁵ Pedro Voss foi diretor da Escola Normal Secundária de Itapetininga. Ver Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1919, p. 276).

tendo como instrumento o sr. Pedro Voss, um prolongamento do cito de sua fazenda” (O PARAFUSO, 1919, p. 3).

Outras denúncias relativas às Escolas Normais abordavam aspectos relacionados à didática dos lentes, à sua arrogância em sala de aula e ao assédio a alunas. Nesse sentido, a crítica também adentra o questionamento da real qualidade do ensino na formação dos professores, além do caráter político que vinha se apresentando. Essas denúncias indiciam as tensões existentes nas relações entre professor e aluno.

Com o título “*O cháos pedagógico – Uma queixa contra a Normal de São Carlos*”, uma carta enviada à redação, contendo denúncias, foi publicada. O periódico costumava inserir cartas de pessoas comuns, que, aparentemente, recorriam ao semanário em busca de justiça: Sr. Redactor – Acompanhei com interesse a serie de entrevistas sobre a odyssea de alunos e professores normalistas que v.s. publicou, e posso garantir-lhe que nunca a sua revista foi tão justa como quando deu isso á luz da publicidade (O PARAFUSO, 1919, p. 15).

O missivista, aproveitando a “boa vontade” da revista em relação “a tudo que se prende á educação publica”, fez o seguinte relato, a respeito de um lente da Escola Normal de São Carlos:

Há um lente que fala tão baixo, tão baixo, que nem os alunos da primeira fileira ouvem o que ele diz. Quando ele escreve no quadro, tem o cuidado de interpor-se entre este e aquelles, de maneira que seu trabalho resulta inútil. Mas o mais grave de tudo é que de quando em vez o lente explica suas lições passeando pela sala e ahi o desastre é completo, pois que as sapaterras dele fazem um nhéque nhéque tão barulhento que quase ensurdece os alumnos da sua sala e os das salas vizinhas, com grave prejuízo para o andamento das aulas e para os tympanos dos que lhe assistem (O PARAFUSO, 1919, p. 15).

Em outubro e novembro de 1919, o periódico havia publicado uma série de três entrevistas concedidas por um professor normalista à redação: 21 de outubro – edição inexistente no Arquivo Público do Estado de São Paulo –, 28 de outubro e 04 de novembro. Esse conjunto resultou no que o missivista chamou de “odyssea de alumnos e professores normalistas”.

Na entrevista de 28 de outubro, o professor – cujo nome não é revelado –, inicia seu depoimento ressaltando a parcialidade dos critérios de avaliação adotados por alguns lentes. Os erros apontados eram de difícil comprovação, o que levava muitos a pensar que a tal “prova perfeita” nunca ocorreria. Além disso, alguns deles se compraziam em dar notas baixas a partir de regras do “puro vernáculo” que, aparentemente, eles próprios inventavam (O PARAFUSO, 1919, p. 15).

O depoimento menciona que os diretores nada faziam diante de queixas dos alunos. O excerto abaixo indica a existência de uma imagem de perfeição associada ao professor da Escola Normal, mas nem sempre compartilhada pelo alunado:

– E como é que a lei dá direitos aos alumnos e nada faz por garantir-lh’os? – Não sei. O que sei é que eles não têm a menor garantia e que um ou outro que reclama vê tudo frustrado. Os diretores das Escolas não se abalançam a revogar as decisões dos lentes culposos, porque entendem que fazel-o seria desprestigial-os, e desprestigiar um homem desses é coisa que nem de brinquedo se deve conceber; seria crime, seria sacrilégio. O que é preciso, acima e apesar de tudo é que eles apareçam aos olhos dos rapazes como sêres diferentes do comum dos homens – impecáveis, infalíveis, perfeitos, divinos... (O PARAFUSO, 1919, p. 15).

O professor menciona que havia muitas exceções, mas os bons lentes tinham seu trabalho comprometido devido ao excesso de programa a cumprir e a falta de tempo para tanto. Ao final, periódico e depoente concordam com a necessidade de uma “*reforma radical*” na Instrução Pública.

A entrevista reinicia na edição posterior, datada de 4 de novembro de 1919. O dito professor abandonou a profissão, após inúmeras dificuldades, desde desafetos com “chefes políticos” locais até a demora em receber o salário. Ao procurar outros empregos, atestou que sua formação como professor, em quatro anos de estudo na Escola Normal, proporcionara uma formação genérica e deficiente. O texto usa termos que oscilam entre o dramático e o cômico, referindo-se à Escola Normal como “*purgatório*” e ao magistério como “*inferno*” (O PARAFUSO, 1919, p. 7).

O professor lamenta o que parecem ter sido as consequências de seu primeiro relato: alguns lentes da Escola Normal, como ele diz ironicamente, “*vestiram a carapuça*”, se enxergaram nas críticas que o professor fez anteriormente, e, não podendo se defender diretamente a ele – já que provavelmente não houve menção de nomes –, descontaram sua ira nos alunos. A forma como o professor se refere aos lentes é bastante irônica: as “*divindades*”. De maneira engraçada, o professor diz que o remédio para os males podia ser encontrado na farmácia – espaço “*plebeu demais*”; o remédio calmante são os próprios alunos, “*supositório sedativo*”, “*receptáculo de descomposturas*” e “*depósito de notas baixas*” (O PARAFUSO, 1919, p. 7).

Em seguida, ao falar da carreira de magistério, o professor relata uma série de ações de “*perseguição*” promovidas pelo chefe político local, dificultando o início de sua atuação como professor: obstáculo ao aluguel de uma casa para iniciar as aulas, indicação dos piores alunos para frequentar a escola, menção do seu nome para o inspetor escolar. Este último – “recomendar” o nome do professor ao inspetor escolar – fornece pistas do significado que o

trabalho do inspetor escolar exercia com relação aos professores, não como apoio pedagógico, e sim como um possível algoz, uma “calamidade”.

Ao que tudo indica, esse professor foi nomeado para iniciar em uma escola no interior – escola isolada –, região mais suscetível ao jogo do poder local. Mencionando o uso de “caixões de kerozene” no lugar de mesas, novamente enfatiza-se a precariedade das escolas fora das zonas urbanas. Esse trecho remete às análises de Souza (1998), para quem a estruturação dos grupos escolares se deu apenas nos grandes centros urbanos, pois a política da reforma de 1892 privilegiou as cidades em detrimento da zona rural, esta última o reduto de 70% da população. As escolas das zonas rurais ou de bairros distantes – escolas isoladas – foram tratadas com descaso e falta de qualidade, ao contrário dos grupos escolares. Conforme a autora, as escolas isoladas, apesar de sua importância, sofreram as consequências do descaso político:

A necessidade das escolas isoladas era um fato incontestável. Durante as primeiras décadas deste século elas sobreviveram à sombra dos grupos escolares nas cidades, nos bairros e nos campos. Apesar de elas serem consideradas tão necessárias, os grupos foram mais beneficiados, e nelas continuou predominando a carência de tudo: materiais escolares, livros, cadernos, salas apropriadas e salário para os professores (SOUZA, 1998, p. 51).

Após retorno à capital, outra denúncia é feita com relação às dificuldades em receber o salário que, de acordo com o professor, além de ser “pequeno”, dificilmente era pago se o professor estivesse em uma cidade onde não houvesse “*Collectoria Estadual*”. Esse último empecilho resultou na desistência de ser professor, e outro martírio começa com a procura de emprego.

A partir daí, é denunciada a má formação do professor; diante da possibilidade de se tornar um “auxiliar”, cada função solicitada pelo possível empregador colocou em destaque alguma deficiência advinda do curso de quatro anos na Escola Normal que, de acordo com o teor do texto, aparentemente tudo queria abranger, fato que prejudicava o aprendizado efetivo, tornando-o superficial.

A matemática aprendida não foi suficiente para desenvolver o raciocínio e capacitar para a solução de cálculos de juros necessária ao trabalho no comércio; o francês não passou da leitura de “Corneille, Racine e Lafontaine” – textos aparentemente infantilizados; com relação ao inglês, o aprendizado também não passou de memorização de algumas frases. Quanto ao português, o tempo não foi suficiente para aprender “peroração, elocução, argumentação, complicação”. Enfim, o texto faz críticas ora a conteúdos prolixos e ininteligíveis, ora a conteúdos superficiais e infantilizados. O tempo insuficiente é referenciado várias vezes, em relação ao conteúdo a ser ensinado. Bontempi (2008), ao analisar o inquérito sobre a instrução

pública promovido pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 1914, identifica, dentre os vários problemas discutidos, o apontamento da “sobrecarga dos programas nas escolas normais”, uma das razões que, segundo os debatedores, impedia a adequada formação cívica (BONTEMPI JR., 2008, p. 5).

A entrevista prossegue com o professor afirmando que, por falta de opção, voltara ao magistério. Relata que havia encontrado tudo mudado:

Enquanto eu lutava pela vida, acabou-se todo o dinheiro que o governo vinha botando fora em festas, em negociatas, em pandegas, no diabo. Appelou-se então, como sempre, para um “regimen de economias”. Aos nossos impagaveis estadistas ocorreu um remédio heroico: limitar as despesas que se faziam com a educação popular. Calculo feliz, sem duvida: para o governo nada há que se compare ao embrutecimento do povo (O PARAFUSO, 1919, p. 8).

A entrevista termina com mais comentários sobre as irregularidades na Instrução Pública: inoperância dos concursos, interferência dos chefes políticos contrários à contenção de nomeações devido ao valor eleitoral que possuíam para os chefes políticos e apadrinhamento político para nomeações em regiões mais próximas. A riqueza de detalhes presente nas entrevistas sugere sua veracidade. Entretanto, há uma semelhança suspeita entre termos usados pelo professor e a linguagem utilizada pelo periódico, especialmente, em trechos de crítica aos políticos e à instrução pública enquanto espaço de relações de compadrio.

Por outro lado, mesmo no caso de uma entrevista fictícia, os fatos arrolados parecem próximos de certos calvários do professorado e que chegaram ao nosso conhecimento pela via literária ou da imprensa. As entrevistas trataram de questões que já haviam sido abordadas e propagadas pelo Inquérito da Instrução Pública realizado pelo matutino *O Estado de S. Paulo* em 1914. *O Parafuso*, ao retomá-las na forma de denúncias, colocava-as novamente em pauta, com a particularidade de atualizá-las na perspectiva da má administração pelas autoridades. O relato do calvário do professor, editado por um periódico que tinha tiragem significativa, faz ponderar sobre a circulação, entre público leitor – e, portanto, sujeitos não pertencentes ao campo educacional –, de percepções relativas a métodos de ensino e sua ineficácia. Algumas questões já vinham, há muito, sendo tema do humor no traço e no texto. Havia também outro tema, de natureza política, que possivelmente induzia a revista a procurar enfatizar “escândalos” na Instrução Pública: o Secretário do Interior no governo de Altino Arantes entre 1916 e 1920 foi Oscar Rodrigues Alves, o “Cacá”. O periódico foi um crítico agressivo do clã rodriguessalvista e do grupo situacionista do PRP.

Tratando-se de instrução pública, o periódico parecia querer retirar a aura de reverência que por muito tempo cercou a Escola Normal, os lentes, os grupos escolares e seus respectivos

diretores, revelando fatos que estavam na contramão da qualidade propagada e do alto compromisso moral e cívico com a educação escolar que representavam. Em reportagem intitulada “*O Escândalo das Licenças*”, o periódico chama a atenção para o uso indevido desse recurso por funcionários públicos, entre os quais professores, afastando-se de seus empregos para tratar de outros interesses, e, assim, ganhar mais:

São burocratas, professores, serventários da justiça e outros avançadores nos dinheiros do Thesouro, ou que lhes é garantido pela vitaliciedade das funções, gozando licenças intermináveis, com ou sem vencimentos, mas com prejuízo para os serviços que lhes foram confiados (O PARAFUSO, 1919, p. 18).

Com o título “*Instrução... para inglez vêr*”, o periódico criticou os discursos elogiosos referentes às Escolas Normais, que produziam uma imagem de “*fachada*” e poucos resultados práticos:

Quem ouve falar nas escolas normaes de S. Paulo lá fora, no sul e ao norte do Brasil, tem a impressão de que o ensino aqui é ministrado de fórma a contentar os mais exigentes pedagogistas. Engano. É que, quando, fora das fronteiras paulistas, se costuma discretear ou escrever sobre o nosso ensino, os incensadores assalariados dos nossos homens e das nossas coisas, têm uma adjectivação abundante e empolada para qualificar as escolas normaes, principalmente as de S. Paulo, a maior “*fachada*” que se conhece em matéria de instrução. Dahi a fama que se tornou tão grande que chegam a chamar de iconoclastas impiedosos aquelles que se arriscam a desmontar todo o aparelho artificial do nosso ensino publico” (O PARAFUSO, 1920, p. 12).

O texto continua as críticas, e toma como exemplo de falha na formação do professor a forma de avaliar o aluno ao final do curso nas Escolas Normais, as chamadas “*provas de preparo*”. Segundo a revista, o exame deveria ser oral, pois a avaliação escrita dava ensejo à “*cola entre estudantes*” (O PARAFUSO, 1920, p. 12).

Contudo, a maioria dos textos críticos relativos à educação escolar tinha um endereço certo: as autoridades públicas, os conluios políticos, o nepotismo e o clientelismo.

Figura 58 – *O Parafuso*, ano V, n. 171, 18 de novembro de 1919, p. 4



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A caricatura acima, de Voltolino, com o título “*Dois pesos e duas medidas*”, destacava a diferença de importância atribuída pelo governo entre a Força Pública e a Instrução Pública, esta última representada pela figura do professor. A caricatura pode ter sido uma crítica à postura de desvalorização do governo para com o sistema de educação pública como um todo, ou para com o professorado em específico. A legenda parece indicar a segunda hipótese.

O personagem central é Altino Arantes, presidente do estado de São Paulo. Na charge, Altino Arantes oferece um ramalhete de flores, um dentre outros que já estavam a decorar o altar da Força Pública, indicando uma sequência de favorecimentos ao setor. Em contrapartida, o altar do professorado aparenta estar esquecido. Os dois altares têm dimensões diferentes, um maior e mais alto, enquanto o outro se assemelha a um caixote velho e rachado. Altino Arantes aparece com a cabeça em tamanho desproporcional, além do queixo proeminente, pelo que era alvo, inclusive, do apelido “Queixada”, com que o periódico costumava referir-se ao presidente.

O quadro caricatural mostra o funcionário da Força Pública em postura altiva e orgulhosa, condizente com a condição de superioridade conferida pelo governo. O professor foi desenhado de forma a enfatizar enfraquecimento e envelhecimento: pouco cabelo, olhos

inexpressivos, postura curvada. Enquanto um deles segura uma baioneta, o outro uma vareta, talvez para equilibrar-se no altar, mais uma alusão à força do primeiro e fraqueza do segundo.

Algumas denúncias tiveram como alvo os grupos escolares e seus diretores. Segundo o periódico, as pessoas envolvidas, vítimas de irregularidades, vinham relatar o ocorrido à redação. Uma das denúncias está transcrita abaixo:

“Graves Irregularidades
No Grupo Escolar de Ipaussú
Qual será o resultado da sindicância do dr. Oscar Guilherme?

Para o dr. Thompson ler

Pessoas chegadas de Ipaussú, estiveram em nossa redacção relatando-nos o que se segue:

A politicagem no Grupo Escollar de Ipaussú é um facto. Professores e professores que não se curvam á prepotência desabusada do director do Grupo, ou se removem ou se exoneram. A falta – nem é preciso que haja falta – por parte dos professores, é motivo para reprehensões, e picuinhas por parte do director.

Basta dizer que as perseguições aos professores chegou ao ponto de ser necessária a abertura de um inquérito policial.

Como o director relapso fosse accusado pelas columnas d’O Parafuso procurou vingarse acusando de uma suposta falta um professor. Assim é que no dia 7 de Setembro, o livro de ponto, appareceu rasgado.

[] Dahi a ida do sr. Oscar Guilherme, inspector escolar, a Ipaussú. A população de Ipaussú, dada a recepção que teve o sr. Oscar de Guilherme por parte do chefe político Henrique da Cunha Bueno **et caterva**, não espera coisa nenhuma que venha por termo á sórdida politicagem desenfreada pelos tiriricas lacerdistas.

O escândalo assumiu proporções tão degradantes, que o professor Alipio de Ramos removeu-se para Capão Redondo de Paranapanema. O professor Antonio Martins, pediu a sua exoneração, como também duas professoras que abandonaram o magistério. Os nossos visitantes retiraram-se exclamando: - E ainda há quem queira ser professor nesta terra!...” (O PARAFUSO, 1919, p. 16, grifo nosso).

Na reportagem “*Graves Irregularidades no Grupo Escolar de Ipaussu*”, o periódico destacou a perseguição que o diretor do grupo fazia aos professores, acusando-os de faltas nem sempre ocorridas, fato que gerou um inquérito policial e a visita do inspetor da região, dr. Oscar Guilherme. Desta forma, o periódico jogava luz sobre as tensões e disputas entre os membros da hierarquia escolar e possíveis influências externas à estrutura escolar.

Em seguida, o periódico vinculou o conflito ocorrido entre professores e diretor, a um quadro maior de disputas de chefes locais, ao citar “*a recepção que teve o sr. Oscar de Guilherme por parte do chefe político Henrique da Cunha Bueno et caterva*”. A expressão *et caterva*, citada acima, em tradução livre pode significar “o resto”, mais uma vez aludindo à cooptação política na região. As ingerências de Lacerda Franco na região de Ipaussu e no grupo escolar foram insinuadas pela revista, sem maiores elementos que confirmassem a acusação.

Outra denúncia relativa aos Grupos Escolares é a que segue:

Figura 59 – *O Parafuso*, ano V, n. 134, 5 de março de 1919, p. 14

Os escandalos contra a lei. No grupo escolar de Sorocaba

As leis e regulamentos da Instrução Publica, não pôdem co-existir no mesmo grupo escolar professores ligados por laços de parentesco. As razões dessa norma são obvias: visa ella evitar olygarchias professoraes com o seu cortejo de favoritismos e inconvenientes.

Para dar mais uma amostra da moral do Cacá, abaixo publicamos a lista de corpo docente do grupo escolar de Sorocaba. Por ahi se vê como se cumprem as leis e regulamentos da Instrução Publica. Analyze o leitor o escandalo:

Nomes dos professores	Parentesco
Professores:	
Director: Luiz de Campos	Pae do prof. Aristides de Campos e sobrinho de D. Angelina Grohmann.
Aristides de Campos	Filho do director, marido de D. Angelina Grohmann, genro de D. Escholastica de Almeida, sobrinho de D. Maria de Almeida, primo de D. Pedrina Barboza.
D. Angelina Grohmann	Nôra do Director, mulher do prof. Aristides, filha de D. Escholastica de Almeida, sobrinha de D. Maria A. de Almeida, prima de D. Pedrina Barboza.
D. Escholastica Almeida	Mãe de D. Angelina, sogra do filho do director — Aristides — irmã de D. Maria A. de Almeida, tia de D. Pedrina Barboza.
D. Maria A. Almeida	Irmã de D. Escholastica, tia do prof. Aristides e D. D. Angelina e Pedrina.
D. Pedrina Barbosa	Sobrinha de D. D. Escholastica e Maria A. Almeida, prima do prof. Aristides e D. Angelina.
D. Orsila Amaral	Irmã de D. Jordina Amaral e prima irmã de D. Maria José Loureiro.
D. Jordina Amaral	Irmã de D. Orsila Amaral e prima de D. Maria José Loureiro.
D. Maria José Loureiro	Prima de D. D. Orsila e Jordina Amaral.
Director Joaquim Silva	Marido de D. Isaura Vieira da Silva, cunhado de D. Isouraida Vieira Soares.
Prof. ^a Isaura Vieira da Silva	Mulher do director, irmã da prof. ^a Isouraida V. Soares, prima irmã de D. Francisca Nogueira Soares.
Prof. ^a Isouraida V. Soares	Irmã de D. Isaura, cunhada e prima do director, prima de D. Francisca N. Soares e tia por afinidade de D. Maria E. Soares.
D. Francisca N. Soares	Prima irmã das prof. ^{as} Isaura e Isouraida e tia de D. Maria E. Soares.
D. Maria Elisa Soares	Sobrinha por afinidade de D. D. Isouraida e Francisca Soares e prima irmã das prof. ^{as} Leonor e Alzira A. de Almeida.
D. Alzira A. Almeida	Irmã de D. Leonor de Almeida e prima irmã de D. Maria E. Soares.
D. Leonor Almeida	Irmã de D. Alzira e prima de D. Maria E. Soares.
Joaquim Isidoro Marins	Pae de D. Judith A. Marins.
D. Judith A. Marins	Filha do prof. Joaquim I. Marins.
Achilles de Almeida	Marido de D. Anna Zizina de Arruda e cunhado do prof. José Odin de Arruda.
José Odin de Arruda	Irmão de D. Anna Zizina de Arruda e cunhado do prof. Achilles.
D. Anna Zizina Arruda	Mulher de Achilles de Almeida e irmã de José Odin de Arruda.

Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A figura 59 traz mais uma denúncia a respeito dos grupos escolares. Dessa vez, é o Grupo Escolar de Sorocaba, com o título “*Os escândalos contra a Lei*”. A matéria mostra a infringência das leis da Instrução Pública no que se refere à presença de parentesco entre professores e diretores. Mostra que os vínculos pessoais eram determinantes nas nomeações, muito mais que quaisquer qualidades do professorado ou obediência à legislação. Desse modo, o artigo levantou suspeita sobre os grupos escolares, usados como espaço de nepotismo. Além de denunciar o descumprimento de leis e regulamentos, o alvo parece ter sido o Secretário de Negócios do Interior, Oscar Rodrigues Alves, jocosamente chamado de “*Cacá*”. O clã dos Rodrigues Alves – pai, filhos e tio –, foi alvo constante de ataques pelo periódico. Mais uma vez, um problema relacionado com a estrutura hierárquica escolar, na interpretação do periódico, ganha uma perspectiva política.

Em pesquisa no Anuário da Instrução Pública de 1919, foram encontrados alguns dos nomes listados pelo periódico, conforme segue abaixo, fato que proporciona alguma credibilidade à denúncia; os laços de parentesco são possíveis devido à presença de sobrenomes iguais.

Quadro 4 – Lista parcial de professores em exercício no Grupo Escolar de Sorocaba

<i>Adjuntos e substitutos efectivos em exercício:</i>	
Aristides de Campos	complementarista
Angelina Ghromann	Complementarista
Escolática Rosa de Almeida	Normalista
Maria A. de Almeida	Concurso
Jordina Amaral	Normalista primária
Maria José Loureiro	Complementarista
Orsila Amaral	Complementarista

<i>Substitutos efectivos em disponibilidade:</i>	
Pedrina Barbosa	normalista primária

Fonte: São Paulo (1919, p. 426-427).

O título da matéria, “*Os escândalos contra a lei*”, foi tipografado em letras garrafais, em contraste com os tipos do texto; almejava-se chamar a atenção, tanto pela desproporção entre os tamanhos das letras, como pelo modo com que o conteúdo foi comunicado. A escolha de termos tais como “oligarchias professoraes com o seu cortejo de favoritismos e inconvenientes”, de conotação política, usada para julgar uma situação da esfera da educação com o objetivo de construir semelhanças com as práticas políticas de compadrio e nepotismo, características da “*moral do Cacá*”. Segundo o periódico, Oscar Rodrigues Alves dizia com frequência estar “moralizando” a Instrução Pública, pertencente à Secretaria de Negócios do Interior, pasta que estava sob sua responsabilidade.

Todavia, em pesquisa no jornal *Correio Paulistano*, encontramos o nome de D. Angelina Grohmann, nomeada professora adjunta do Grupo Escolar de Sorocaba conforme decreto assinado e publicado pelo jornal em 10 de março de 1914 (CORREIO PAULISTANO, 1914, p. 5), fato que dá legitimidade à sua posição na escola. Os demais nomes não foram encontrados

no matutino. A escolha do *Correio Paulistano* se deve ao fato do jornal publicar nomeações, exonerações, licenças e demais movimentações de professores.

Outra denúncia no âmbito escolar, veiculada pelo periódico, dizia respeito à relação professor e aluno, e vinha ao encontro do perfil de defesa dos fragilizados perante uma autoridade abusiva. Foi publicada a carta de um pai que reclamava dos maus tratos aplicados no filho pela professora:

Sr. Redactor d'O PARAFUSO, desejo que o seu conceituado semanário, seja o intérprete junto aos poderes competentes, de uma brutalidade que se repete a miude no Grupo Escolar da Moóca. Vejo-me obrigado a retirar o meu filho daquela casa de ensino em virtude dos maus tratos que lhe são aplicados pela professora Hermínia Tripoli" (O PARAFUSO, 1919, p. 8).

Segundo a matéria, o Sr. Américo Gomes procurou a redação da revista para relatar a brutalidade da professora com seu filho e outros alunos. Como prova de tal acusação, o pai mostrou as marcas de beliscões e as feridas na cabeça em seu filho. A redação do periódico o orientou a escrever a carta da qual retiramos o trecho acima.

A mencionada professora fez parte do quadro docente do Grupo Escolar Oswaldo Cruz, sito à Rua da Mooca, conforme registrado no Anuário da Instrução Pública de 1919 (SÃO PAULO, 1919, p. 315). No Anuário, consta que Hermínia Trípoli foi professora adjunta do grupo em questão na condição de *complementarista*, algo que confere alguma veracidade à denúncia. Havia distinções entre as formações das professoras de instrução primária, conforme Leonor Maria Tanuri (1979, p. 184) aferiu:

O curso complementar previsto na Reforma “Caetano de Campos” de 1890 teria a finalidade de aprofundar os ensinamentos primários para preencher a lacuna entre o ensino preliminar e o secundário. Contudo, em 1895, foi-lhe atribuída competência para diplomar professores para o magistério primário, conforme anteriormente indicado. Assim ele funcionou até 1911, quando as escolas complementares foram convertidas em escolas normais primárias ou secundárias. Somente em 1917, ao curso complementar anexo a uma escola normal foi novamente atribuída a competência para completar o ensino primário e preparar candidatos à matrícula no primeiro ano do curso normal.

Houve mais de uma denúncia – *O Parafuso* e *A Rolha* – referente a maus tratos em alunos e, por conseguinte, indícios acerca de abuso do autoritarismo e da inadequação da postura pedagógica de professores. Indiretamente, a formação do professor foi colocada em questão pelas “denúncias” d’*O Parafuso*. Tais episódios, apesar de provenientes de casos particulares, passavam a ter uma visibilidade maior quando reproduzidas por um veículo da imprensa tal qual *O Parafuso*. Dessa forma, essas notícias colaboravam na composição de algumas das representações negativas construídas na época a respeito do professor, e que foram incorporadas em traços cômicos, a exemplo da charge da figura 57. Contribuíam para isso

outras matérias veiculadas pel’*O Parafuso*, que colocavam em dúvida a competência das Escolas Normais em formar professores.

Honorato (2017), em estudo sobre a constituição da biblioteca da Escola Normal e complementar de Piracicaba, identificou a demora na construção desse espaço; também observou que a seleção inicial de livros para constar na biblioteca pouco contribuía para a formação pedagógica, a qual, conclui, era incompleta:

O fato é que, na Escola Complementar de Piracicaba, durante sete anos, os professores formaram quatro turmas de complementaristas, que lecionavam no magistério primário sem que tivesse existido uma adequada biblioteca escolar para que desenvolvessem consultas, leituras e estudos aprofundados. Ou seja, a escola carecia de um espaço para potencializar a cultura pedagógica, científica e literária (HONORATO, 2017, p. 182).

A suspeita quanto à inadequada formação dos professores foi estendida também à categoria de inspetores escolares e mestres de pedagogia. Na reportagem “*Um interessante episódio da Instrução Pública*”, publicada em 28 de Julho de 1920 e assinada por XXX, escrita em tom de deboche, o periódico recorda o leitor sobre a vinda do pedagogo italiano Ugo Pizolli, em 1914. O artigo relembra que Ugo Pizolli havia sido convidado por Altino Arantes – Secretário do Interior no governo estadual de Rodrigues Alves entre 1912 e 1916 –, por ocasião da instalação do “gabinete experimental de pedagogia da Escola Normal Secundária” (O PARAFUSO, 1920, p. 12), com objetivo de prestigiar o evento e posteriormente ministrar um curso. Foram convidados diretores e professores de pedagogia das escolas normais secundárias e primárias, inspetores escolares e diretores de grupos. Ao final do curso, Altino Arantes sugeriu a realização de um exame, diante de uma bancada que reuniria Oscar Thompson, Carlos Gomes Cardim, Franco da Rocha, Ugo Pizolli e Chrisostomo Junior – o então diretor Geral da Instrução Pública –, com intuito de “conferir diplomas aos aprovados” (O PARAFUSO, 1920, p. 12). O texto usa de humor para retratar a celeuma que se instalou nesse momento: “Gente grossa foi tratando de escapar ao fiasco! Mestre de nomeada, arrepriaram carreira! Muita gente prosa blasphemou contra o Altino...” (O PARAFUSO, 1920, p. 12).

Em especial, são citados os inspetores gerais, que se recusaram a participar do tal exame. O periódico relaciona nomes de diretores de grupos escolares que teriam assumido seus cargos por pertencerem à “*panelinha*” de Oscar Thompson, o “*ex-açambarcador de empregos*” (O PARAFUSO, 1920, p. 12). Identificamos que os nomes citados pelo periódico constam no Anuário da Instrução Pública de 1919. Em seguida, a matéria esclarece a razão de recordar tal acontecimento, pois o texto tinha por objetivo instar o novo diretor geral da Instrução Pública – Sampaio Doria – a criar espaço para competências:

Não caro leitor, a coisa não deve ser assim. O sr. Washington, ao escolher a começar pela escolha dos seus secretarios, adoptou um único criterio: o da competencia. A directoria geral se já não está deve aparelhar-se para poder offerer ao Secretario informes seguros sobre a competencia e sobre os conhecimentos de directores e professores. Essa repartição de há muito está transformada numa especie de dependência da repartição de ESTATISTICA, quando não é, para, como fórum criminal, viver inquirindo vexatoriamente e a processar os professores. Si é para isso, - que sejam inspectores somente os BACHAREIS. Notinhas de estatisticas entre dous sorvos de café tem algum valor pedagogico? Acaba com o analfabetismo? Supre as lições-modelo como disse T.Novaes? O novo governo deve dar outra feição á directoria geral, começando por fazel-a menos dispendiosa e arredando dalli os imprestaveis, os encostados e superfluos que para alli foram para esperar a gorda aposentadoria (O PARAFUSO, 1920, p. 12).

Essa matéria d’*O Parafuso*, permeada por ironia e crítica, tem como ponto central o apelo à diretoria geral da instrução para que se voltasse para uma função importante, que era, segundo o redator, aferir a competência – vista aqui no sentido de domínio do conhecimento pedagógico – de diretores e professores. A data da publicação coincidiu com o período em que se realizava o recenseamento escolar, conduzido por Sampaio Doria. Segundo Louisa Campbell Mathieson (2017), o recenseamento compreendeu o seguinte período:

O recenseamento teve início em 15 de julho, e seu término ocorreu na capital em 5 de agosto e, nos demais municípios do estado, em 5 de setembro, embora estivesse previsto no cronograma o dia 15 de agosto para o término, com possível atraso dos dados até 20 de agosto (MATHIESON, 2017, p. 42).

Nesse sentido, as frases “*Essa repartição de há muito está transformada numa especie de dependência da repartição de ESTATISTICA*” e “*Notinhas de estatisticas entre dous sorvos de café tem algum valor pedagogico? Acaba com o analfabetismo?*” eram críticas diretas à diretoria geral, ao apuro estatístico dos Anuários de Ensino e à falta de uma prática efetiva de solução ao analfabetismo. No contexto de realização do recenseamento, e aos olhos do periódico, tratava-se da continuação de uma prática averiguadora desvinculada de soluções, e, portanto, posta em dúvida a necessidade de sua execução.

A outra crítica direta à natureza/função da diretoria geral estava presente na frase “*quando não é, para, como fórum criminal, viver inquirindo vexatoriamente e a processar os professores*”, mais especificamente dirigida aos inspetores escolares, diretamente subordinados ao Diretor Geral. O periódico reflete sobre a ausência de questões pedagógicas na relação entre inspetores e professores.

Figura 60 – *O Parafuso*, ano VI, n. 184, 26 de fevereiro de 1920, p. 1



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A figura 60 é a reprodução de uma das capas d’*O Parafuso*, criada por Cam – Voltolino. A imagem está em correlação direta com o editorial, intitulado “*O sr. Washinton vae aprender jogar foot-ball...para ser um bom presidente,*” presente na edição 184, de 26 de fevereiro de 1920. O editorial concentrou suas críticas em uma frase do discurso de Washington Luis proferido durante um banquete no Teatro Municipal, conforme segue:

Uma phrase, faz muitas vezes um estadista. E se até agora o sr. Washington Luiz, não apresentava credenciaes idoneas para lhe chamarmos estadista, depois que lemos a sua plataforma, ficamos absolutamente persuadiados de que s. exc. É o novo messias anunciado pelos graphologistas e chiromantes da alta cavação. Os nossos leitores que decórem e passem adeante esta phrase do estadista sr. Washington Luiz. “**Tem tanto valor social a criação de uma escola, como a de uma sociedade desportiva**” (O PARAFUSO, 1920, p. 3, grifo nosso).

O redator continua suas críticas a Washington Luís, afirmando que em outros países – Inglaterra e França – tal frase levaria a carreira política de quem a tivesse proferido ao ridículo. O periódico põe em dúvida a inteligência do presidente: “Entre os seus dotes intellectuais e o de uma cavalgadura não há diferença alguma” (O PARAFUSO, 1920, p. 3). O redator cita outro trecho do discurso de Wahington Luis durante o banquete no Teatro Municipal: “Antes mesmo de ser instruído, tem o homem a obrigação de ser forte” (O PARAFUSO, 1920, p. 3). Essa segunda frase foi o mote para os seguintes comentários no editorial, além de inspiração para a caricatura da capa:

O sr. Washington nomeado presidente, vae por certo exercitar-se no campo de football...para ser um bom presidente, S. exc. é instruído mas não é forte em...ideias uteis, aproveitaveis, efficazes. É preciso que s. exc. saiba como se dá um **shoot** em **goal**, um **corner-bike**, um **penalty**, para poder saber como se dará um shoot no P.R.P.; como poderá pôr fóra da linha de corner os patifes que lhe homenagearam no banquete do Municipal á nossa custa... (O PARAFUSO, 1920, p. 3).

De 30 edições analisadas durante o ano de 1920 – coleção não completa –, Voltolino realizou 13 capas para *O Parafuso*, e uma delas é a da figura 9, baseada em um tema relacionado à Instrução Pública. Desse conjunto, uma capa foi realizada por Kalixto e outra por Storni – não relacionadas à educação.

Em linhas gerais, *O Parafuso* se referiu à instrução pública em forma de denúncias, enfatizando as possíveis ligações políticas entre professores e diretores com os chefes políticos locais. A redação explorou o tema da má formação dos professores e, assim, procurou “desmascarar” grupos escolares e escolas normais, tidas como modelo do que havia de melhor em São Paulo em termos de educação e referência para a modernização do país.

3 ECOS DA REFORMA SAMPAIO DÓRIA EM PÁGINAS DE HUMOR

Figura 61 – *Il Pasquino Coloniale*, edição 684, 27 de novembro de 1920, p. 13²⁶



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A Reforma Sampaio Dória, implantada em 1920, propôs alterações significativas no sistema de instrução pública paulista, provocando, no decorrer de sua aprovação e regulamentação, ora críticas acirradas, ora defesas entusiasmadas, enfeixadas por vezes que partiram de diferentes grupos. Seus integrantes baseavam-se em concepções políticas e educacionais, como se pode constatar analisando as posições, dentre outros, da Liga Nacionalista de São Paulo e de diferentes órgãos de imprensa.

As variadas opiniões, críticas e louvores foram vislumbrados pela historiografia da educação a partir de diferentes fontes: por meio da imprensa diária da época (MATHIESON, 2017); no estudo dos anais da câmara legislativa, documentação oficial que evidenciou o “processo de discussões do projeto de lei apresentado à Assembleia Legislativa” (CARVALHO, 2011, p. 5); pela análise dos livros escritos por Sampaio Dória e contemporâneos a respeito da reforma (ANTUNHA, 1976; MATHIESON, 2013); e, ainda, pelo

²⁶ Título e legenda, respectivamente, em tradução livre: “O novo projeto de lei sobre escolaridade obrigatória e o ensino de línguas estrangeiras” e “A professora: - E ninguém se move! Talvez assim eles não nos devorem?”

exame dos estatutos, conferências e ações da Liga Nacionalista de São Paulo (BOTO, 1994/1995; MEDEIROS, 2005).

A figura 61, charge de Voltolino retirada do periódico *Il Pasquino Coloniale*, exemplifica algumas das tensões geradas pela nova legislação, e neste caso específico, em relação às escolas italianas em São Paulo, seus alunos e uma professora.

Chama-nos atenção a transfiguração da lei em um monstro, apresentado com garras afiadas – um dragão? Diferentemente da charge que inicia a introdução desta dissertação, em que o monstro é o analfabetismo, o monstro/lei aqui aparenta ferocidade e agressividade. Acua os frequentadores da “*scuola italiana*”, professora e alunos, que por sua vez apresentam expressões temerosas. A desproporção de tamanhos e de postura – um monstro furioso e grande diante de um grupo de crianças e de uma mulher evidentemente sem condições de defesa – acentua a violência tanto da reforma quanto do Estado no trato com a sociedade. A charge representa um grupo que se sentiu afrontado e ameaçado pela nova lei n.º 1.750, referente às medidas de caráter nacionalista, dirigida às escolas particulares. O inciso segundo, parágrafo segundo, artigo 5º – Título IV, Do Ensino Particular –, da Lei n.º 1.750 de 1920, dizia:

2.º - assumir o compromisso escripto: a) de respeitar os feriados nacionaes; b) de ministrar ou fazer ministrar o ensino em vernaculo, salvo o de linguas estrangeiras; c) de incluir no programma, em numero de aulas que o governo determinar o ensino de portuguez, por professores brasileiros natos ou portuguezes natos, e o de geographia e historia do Brasil, por professores brasileiros natos, uns e outros de competencia reconhecida; d) de ensinar, nas classes infantis, cantos nacionaes, approvados pela Directoria Geral da Instrucção Publica; e) de franquear o estabelacimento ás auctoridades do ensino; f) de fornecer dados estatisticos designados pelo director geral da Instrucção Publica (SÃO PAULO, 1920).

O tamanho variado das crianças dá a entender que o grupo “ameaçado” é aquele que compõe a escola como um todo. Nota-se, porém, aquelas que podem ser os menores de 10 anos, em especial atingidas pelo parágrafo quarto, que proibia esse grupo de receber o ensino em língua estrangeira: “§ 4.º - E' prohibido, nos collegios ou cursos, o ensino de lingua estrangeira a crianças menores de 10 annos de idade” (SÃO PAULO, 1920). O tom ameaçador da lei se traduzia na forma de multa, e até na interdição do estabelecimento, conforme o artigo abaixo:

§ 5.º - Os infractores destas disposições incorrerão nas penas seguintes :
 1.ª - multa de 100\$000 a 500\$000, nos casos do art. 5.º, §§ 1.º e 2.º, ns. 1.º e 3.º, e § 3.º, si, no prazo que lhes marcar a Directoria Geral, não obedecerem;
 2.ª - multa de 500\$000 a 2:000\$000, nos casos do art. 5.º, § 2.º, n. 2, letras a), c), d) e f), si, 30 dias depois de notificados, não obedecerem, dobrando-se a multa na reincidencia;
 3.ª - interdição do estabelecimento, na desobediencia ao disposto no artigo 5.º, § 4.º, e no mesmo artigo, § 2.º, letra e), emquanto não se submeterem á obrigação legal, e, por seis mezes a um anno, a cada reincidência (SÃO PAULO, 1920).

Podemos afirmar que muitos aspectos da reforma vinham se delineando no primeiro decênio do século XX, anteriormente à Primeira Guerra Mundial, e tomaram corpo após o seu advento. Havia uma consciência entre estudiosos da área do ensino de que a instrução pública primária vinha apresentando sérios problemas. As críticas ao sistema de ensino avultaram e tiveram nos anuários um repositório de grande parte delas (ANTUNHA, 1976). Vários destes problemas foram publicamente explicitados pelo Inquérito da Instrução Pública realizado em 1914, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, no qual especialistas da área colaboraram com diagnósticos e sugestões²⁷.

Durante e após a Primeira Guerra Mundial, as reflexões sobre a educação popular passam a ser cada vez mais vinculadas à questão do progresso da nação e ao trabalho. Carvalho (2010) aponta para a preocupação com a valorização da mão de obra nacional, vista como insuficiente e pouco saudável.

Segundo Hilsdorf (2003, p. 84), a escola nacionalista seria uma resposta da intelectualidade da década de 1910 ao reiterar “a valorização da cultura nacional nos confrontos com a importante presença estrangeira”. Com a participação do Brasil na guerra, recrudescem os sentimentos nacionalistas que, em certos momentos, expressaram-se na oposição entre brasileiros e imigrantes, conforme explicitado por Carneiro Leão em conferência realizada em 1916, em São Paulo:

Por que consentirmos que se perpetue esse estado de coisas? O nacional no funcionalismo e a riqueza entregue ao estrangeiro: o comércio, a indústria e, portanto, a produção e a riqueza do Brasil estão, sobretudo, em mãos dos estrangeiros [...] (LEÃO, 1916 apud ANTUNHA, 1976, p. 39).

Boto (1994/1995, p. 147) destaca que em conferência na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, ocorrida em 1915, Olavo Bilac manifestava “preocupações de natureza militar e de regeneração cívica”. Em São Paulo, foi fundada em 15 de dezembro de 1916 a Liga Nacionalista, liderada por Vergueiro Steidel (MEDEIROS, 2005, p. 85). A fundação foi noticiada pelo *O Estado de S. Paulo* em 16 de dezembro de 1916, em artigo que informava os objetivos da associação:

1º) empreender campanha pela liberdade contra atentados civis ou militares a soberania nacional;
2º) desenvolver o sentimento da unidade nacional;

²⁷ O Inquérito procurou dar visibilidade aos principais problemas presentes no ensino primário paulista, publicando no período de 27/02/1914 e 20/04/1920, entrevistas a especialistas da área de educação e suas propostas de solução, conforme segue: Oscar Thompson (27/02 e 28/02), Paulo Pestana (03/03), Ruy de Paula Souza (05/03), João Lourenço Rodrigues (07/03), Antonio Rodrigues Alves Pereira (08/03), João Chrisóstomo (10/03), Arnaldo de Oliveira Barreto (13/03), Antônio de Azevedo Antunes (16/03), José Ribeiro Escobar (20/03), Mariano de Oliveira (23/03), Pedro Voss (27/03), João Pinto e Silva (29/03), Francisco Azzi (30/03) e Ramon Roca Dordal (06/04). Ver Bontempi Jr. (2005)

3º) **obter a efetividade do voto**, mediante o registro civil da maioria cívica, o sistema do sigilo eleitoral, o imposto á abstenção, o feriado nos dias de eleição e as mais eficazes penalidade à fraude;

4º) promover a organização e desenvolvimento da defesa nacional pelo escotismo, linhas de tiro e **preparo militar** (MEDEIROS, 2005, p. 84, grifos nossos).

Obter a “efetividade do voto” dependia de um eleitorado alfabetizado, em um cenário em que a instrução paulista apresentava resultados insatisfatórios; não somente um povo alfabetizado, mas também detentor de valores cívicos, de respeito e abnegação em momentos de defesa nacional. O civismo, no sentido de cumprir as obrigações ao voto, ao serviço militar, e o culto à pátria seriam atingidos por meio da educação. Antunha (1976) recorda, novamente por intermédio das palavras de Carneiro Leão²⁸ durante conferência proferida em São Paulo em 1916, a associação entre educação e o exercício do voto:

Instruir a mocidade, formar-lhe o caráter, habilitá-la para os trabalhos da vida, que área enorme para a atividade de um administrador! **A escola ensina o caminho das urnas e prepara o alicerce da democracia**” (LEÃO, 1916 apud ANTUNHA, 1976, p. 243, grifo nosso).

Assim, a associação entre educação, civismo e trabalho ia se consolidando. Dois elementos se destacaram nesse processo de se pensar a sociedade brasileira e o futuro da nação: o brasileiro analfabeto e o imigrante, bem como seus filhos nascidos no Brasil. A historiografia da educação identificou representações depreciativas desses grupos sociais. Cavaliere (2003) recorda o medo das elites concernente às greves de operários, advindas das condições precárias de vida e fortalecidas pelas ideias revolucionárias europeias, vindas dos anarco-sindicalistas. Já Paulilo (2003, p. 99) registra as preocupações de Carneiro Leão – reformador da instrução pública no Rio de Janeiro – com o “estado da cultura nacional em 1917”.

Antunha (1976, p. 179) afirma que a primeira análise objetiva dos problemas do ensino público paulista foi realizada por Oscar Thompson, no relatório que resultou no Anuário de Ensino de 1918, no qual o diretor demonstrou oficialmente sua preocupação com o “combate ao analfabetismo”.

Na leitura do anuário, as estatísticas acerca de matriculados e não matriculados foram ressaltadas pelo diretor no sentido de mostrar que a Instrução Pública não atendia mais às necessidades daquele momento: “a Directoria geral da Instrução Publica não mais satisfaz, com a sua actual organização às exigências do ensino”, o que daria a entender que uma reforma se faria necessário (SÃO PAULO, 1918, p. 19).

No mesmo relatório, no tópico intitulado “*O Analfabetismo no Estado de São Paulo*”, a Diretoria Geral informa o número de matriculados e não matriculados: “232.621 crianças dos

²⁸ As conferências de Carneiro Leão foram compiladas em seu livro *O Brasil e a educação popular*.

7 aos 12 anos de idade frequentaram em escolas públicas e particulares e 247.543, também em idade escolar, ficaram sem escolas” (SÃO PAULO, 1918, p. 19).

Oscar Thompson havia enviado uma carta circular solicitando sugestões sobre como resolver o problema do analfabetismo (ANTUNHA, 1976). O relatório do anuário registra que Oscar Thompson havia recebido a carta aberta de Sampaio Dória e uma comunicação do Diretor do Grupo Escolar de Brodowski, parcialmente transcritas, e com um parecer de uma comissão de inspetores (SÃO PAULO, 1918).

Estes seriam alguns episódios que sinalizavam para a necessidade da mudança na Instrução Pública primária e antecederam a elaboração da reforma por Sampaio Dória e sua nomeação como Diretor da Instrução Pública de São Paulo, no governo de Washington Luís. Segundo Medeiros (2005), o principal responsável pela indicação de Sampaio Dória para o cargo havia sido a Liga Nacionalista. Uma das suas primeiras ações foi a realização do recenseamento escolar, levado a cabo entre 18 de junho e 5 de agosto de 1920, com ampla participação de instituições e pessoas para o êxito de sua execução (MEDEIROS, 2005). O resultado do recenseamento, mostrando números alarmantes de analfabetismo, justificou a elaboração do projeto de Lei n.º 47 que encerrava a futura reforma.

Segundo Mathieson (2017), a imprensa diária deu destaque às discussões ocorridas na Assembleia Legislativa Estadual, quando da análise do projeto de Lei n.º 47. As discussões na Câmara de Deputados tiveram especial repercussão na imprensa, devido aos debates suscitados sobre a inconstitucionalidade de alguns artigos, a saber, a taxaço do ensino médio e a não obrigatoriedade dos indigentes.

A acusação de inconstitucionalidade, segundo Medeiros (2005), fora levantada pelo deputado Gama Filho. Mathieson (2017) alega que o *Jornal do Commercio* pode ter estimulado o deputado a tomar esta providência, por colocar a questão da inconstitucionalidade em evidência. O tema envolveu jornais importantes da época, alguns na defesa, e outros, contra a reforma.

A aprovação final do projeto se deu após passagem no Senado Estadual e ocorreu em 8 de Dezembro de 1920. Após aprovação, a autora identifica que a imprensa deixou de se ocupar da temática reforma; segundo Mathieson (2017, p. 152), houve um “arrefecimento da pauta da reforma do ensino”, possivelmente porque sua defesa seria menos necessária após a aprovação.

O conjunto de caricaturas e charges de Voltolino sobre a reforma do ensino, nos periódicos *A Cigarra*, *Vida Paulista* e *O Parafuso*, demonstrou que o humor pautou determinados elementos da reforma em detrimento de outros. Isso sugere certa independência do humor em relação aos temas abordados pela imprensa diária. Os periódicos selecionaram

aspectos da reforma a serem criticados pela via humorística diferentemente dos selecionados pela grande imprensa. Contudo, algumas charges, trouxeram explicitamente, trechos de outros jornais, como mote para a criação das imagens humorísticas. Estas ponderações indicam que as fontes inspiradoras do humor, às vezes se baseavam no imediato, trazido pela grande imprensa, e às vezes traziam um enquadramento mais profundo, que mostrava que o tema em questão guardava raízes anteriores, políticas e sociais.

Analisaremos a seguir de que forma cada periódico pesquisado manifestou, por meio do humor, suas inquietações referentes à reforma. Consideramos importante ter como baliza para a análise a data em que o humor aparece no periódico, de forma a captar aproximações ou não com os possíveis núcleos de discussão presentes em outros veículos.

3.1 A *Cigarra* - As crianças “proibidas” de entrar na escola e o futuro de “vadiagem”

As próximas imagens, criadas por Voltolino para *A Cigarra*, trazem a criança como tema central. Consideramos que algumas delas fazem alusão às crianças menores, da faixa etária de 7 e 8 anos, estavam afastadas da escola devido à obrigatoriedade estabelecida pela reforma, que era a partir de 9 e 10 anos. Além disso, durante a regulamentação da lei, mais um obstáculo foi colocado aos menores: um dispositivo que dava a preferência de matrícula às crianças de 12 anos, no caso de vagas remanescentes. Para o periódico *A Cigarra*, este último entrave parece ter deflagrado parte das críticas humorísticas sobre a reforma.

Para uma melhor compreensão das caricaturas, é necessário trazê-las para a discussão do momento, observando a data em que foram publicadas. Para facilitar a localização no tempo e na discussão, criamos o quadro²⁹ abaixo, com os episódios que reverberaram na imprensa diária e nas páginas de humor:

²⁹ As datas referentes à tramitação do projeto de lei, sua conversão em lei e sua regulamentação foram retirados da obra de Valeria Medeiros (2005, p. 219), *Antonio de Sampaio Dória e a Modernização do Ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX*. As datas das conferências de Sampaio Dória podem ser extraídas de obras bibliográficas, porém, optamos em usar as próprias fontes consultadas, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Paulistano*. Foram localizadas a publicação, na íntegra, de seis conferências; a sexta e sétima conferências constam no quadro por terem sido mais utilizadas para o entendimento dos quadros satíricos.

Quadro 5 – Episódios e datas referenciados na análise de caricaturas deste capítulo

5 nov. 1920	Entrada do projeto de Lei n.º 47 na Câmara dos deputados;
29 nov. 1920	Entrada do projeto de Lei n.º 47 no Senado Estadual;
8 dez. 1920	Aprovação do projeto de lei n.º 47, transformado na Lei n.º 1.750;
7 abr. 1921	Sexta conferência de Sampaio Dória;
21 abr. 1921	Sétima conferência de Sampaio Dória;
2 maio 1921	Exoneração de Sampaio Dória do cargo de Diretor Geral da instrução Pública;
31 maio 1921	Término da regulamentação: Decreto n.º 3.356;

Fonte: Medeiros (2005, p. 219); O Estado de S. Paulo (1921); Correio Paulistano (1921)

Figura 62 – *A Cigarra*, ano VIII, n. 160,15 de maio de 1921, p. 22



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A caricatura acima – figura 62 – tem por título “*O Papão das Creanças*”. O personagem em destaque é o presidente do governo de São Paulo, Washington Luís, e, neste quadro de humor, também o “papão das crianças”. Sua centralidade indica que a revista pretendia responsabilizar Washington Luís pela restrição imposta pela regulamentação da reforma à matrícula daqueles que estavam abaixo da idade obrigatória (9 e 10 anos). Esse teria sido um dos motivos que levaram Sampaio Dória a se exonerar do cargo de Diretor Geral da Instrução Pública; junto com ele, exoneraram-se J. Azevedo Antunes, diretor da Escola Normal da Praça

da República e Roldão de Barros, diretor da Escola Normal do Brás, conforme nota do jornal *A Gazeta* (1921).

O jornal *A Gazeta*, em matéria de capa intitulada “*A reforma do ensino e a exoneração do diretor geral da Instrução Pública*”, publicada em 9 de maio de 1921, fornece algumas pistas sobre as circunstâncias em que se deu a emenda que determinou o alijamento das crianças de 7 e 8 anos, conforme trecho abaixo:

A lei é de 8 de dezembro do anno próximo findo. Já estava, pois, em pleno vigor quando se inauguraram os trabalhos escolares do actual anno lectivo. **Mas nem todos os professores a respeitaram no capítulo da matrícula, pois aceitaram alumnos de 7 e 8 annos**, com sacrifício dos de 11 e 12 annos, **quando o simples bom senso**, á falta da regulamentação da lei, estava a indicar que o caminho racional devêra ser o diametralmente oposto (A GAZETA, 1921, p. 1, grifo nosso).

O jornal refere-se ao artigo 4.º da Lei n.º 1.750 de 1920, que não definia as faixas etárias que poderiam matricular-se nas vagas que sobrassem, após a demanda da idade obrigatória ser atendida:

Da obrigatoriedade escolar
Artigo 4.º - São obrigados à matricula e à frequência escolar, gratuita, as crianças de 9 e 10 anos de idade, **sendo facultada, nas vagas, a matricula ás de outras idades** (SÃO PAULO, 1920, grifo nosso).

Ainda segundo a matéria publicada pel’*A Gazeta*, a solução partiu do governo, ao priorizar a matrícula das crianças de 11 e 12 anos. Assim, as menores, de 7 e 8 anos, estariam sujeitas a aguardar até atingirem a idade obrigatória. Portanto, no decreto n.º 3.356, 31 de maio de 1921 foi acrescido um parágrafo único ao artigo 9º do decreto, dando preferência às crianças de 11 a 12 anos: “§ Único. - Depois de matriculadas as crianças de 9 e 10 anos nas respectivas escolas, poderão ser preenchidas as vagas verificadas, **de preferência, por crianças de 11 a 12 anos de idade** (SÃO PAULO, 1921, grifo nosso).

Uma nova discussão foi criada na imprensa relativamente às razões que levaram o governo a optar pelas crianças de 11 e 12 anos. Identificamos, em alguns veículos da imprensa, a defesa de tal preferência – *A Gazeta* (1921), em edição de 10 de maio, e *Correio Paulistano* (1921), na capa do número de 8 de maio –, com a afirmação de que crianças de 7 e 8 anos ainda não tinham se desenvolvido o suficiente, fato que comprometeria o aprendizado. Segundo esse raciocínio, os menores poderiam aguardar a idade mais propícia ao aprendizado, que se alegava ser a de 9 e 10 anos. Assim garantiam-se as vagas da faixa etária de 9 e 10 anos, uma vez que o recenseamento apontara um número muito maior de crianças na faixa etária de 7 e 8 anos fora da escola. O *Correio Paulistano* – órgão oficial do PRP –, fez as considerações abaixo:

[...] mais conveniente seria a fixação da idade escolar em 9 e 10 anos, por procedentes motivos. Aos 7 e 8 anos em idade muito mais tenra a criança não tem o mesmo desenvolvimento para aprender e conservar que possui nos 9 e 10 e ainda porque se fixassem em 7 e 8 anos as classes de 9 e 10 não teriam escolas e ficariam irremediavelmente entregues ao analfabetismo. Enquanto que fixadas em **9 e 10 anos**, essas duas idades, mais capazes de aprender, e que segundo o recenseamento escolar feito em 1920, **montam a 178.671** seriam alfabetizados imediatamente, como seriam alfabetizados também os de **7 e 8 anos que somam, segundo o mesmo recenseamento a 256.192** quando atingissem a idade legal (CORREIO PAULISTANO, 1921, p. 1, grifo nosso).

Em outro momento, o jornal se refere ao matutino *O Estado de S. Paulo*, que se posicionou contra as últimas ações do governo no tocante às idades de matrícula, demonstrando que a temática dividiu opiniões: “Vê-se entretanto que o Estado de S. Paulo tem opinião diferente sobre esta matéria, mas temos que concluir que a orientação do governo está mais de acordo com a lei e os seus intuitos alfabetizantes” (CORREIO PAULISTANO, 1921, p. 1).

Em 9 de maio de 1921, *O Estado de S. Paulo* publicou a íntegra do artigo escrito pelo Correio Paulistano no dia anterior, com o título “*A Reforma do Ensino*”, e a introdução “*O Correio Paulistano publicou ontem a seguinte nota*” (O ESTADO DE S. PAULO, 1921, p. 4).

A *Cigarra* demonstrou discordar de tais justificativas e optou por usar as charges de Voltolino para se posicionar contra a exclusão dos menores, além de apontar como responsável Washington Luís. Desse modo, o político está no centro de vários quadros críticos sobre a reforma e outros assuntos. Voltolino criou o perfil caricato de Washington Luís com uma expressão dura e impenetrável, sobrancelhas cerradas escondendo os olhos, bigode e cavanhaque, vestes escuras, postura ereta e corpo alongado.

Na imagem da figura 62, o cenho está ainda mais franzido, com aspecto ameaçador, e o gesto parece “expulsar” as crianças, representadas com expressão de desapontamento: cabeça baixa, retornando de onde vieram após serem interdidas na entrada da escola. A graça reside na composição do quadro no seu conjunto completo – imagem e escrita –, e não nos detalhes separadamente.

O título alude à figura ameaçadora do imaginário infantil, o bicho papão. Jesus Cristo, sorrateiramente posto atrás e acima, como a observar os “pecados” de Washington Luís. O diálogo lida com o inusitado, ao inverter a lógica de que a criança deve frequentar a escola: “*Ponham-se no olho da rua! Escola não é lugar de crianças. Vão empinar papagaios!*”, diz Washington Luís/papão. Washington Luís, colocado pelo chargista em uma situação contrária ao que se esperava de um governo em relação à futura geração, teve por efeito enfatizar que as autoridades não estavam atuando em concordância com o que parte da sociedade esperava: afastar as crianças de um futuro de ignorância, garantindo-lhes a escola.

Explorando mais um pouco a imagem, percebemos um aspecto maniqueísta, onde Washington Luís representaria o mal, e Jesus, o bem. Gombrich (1999), no texto *O arsenal do cartunista*, refletiu sobre certas metáforas que, de tão usadas na linguagem e no cartum, tornaram-se “universais ou naturais”. Um exemplo disto é o contraste entre luz e escuridão, usado metaforicamente para representar a luta entre o bem e o mal (GOMBRICH, 1999, p. 138). Observe-se que as vestes de Washington Luís são escuras, e as de Jesus, brancas, elementos que reforçam a presença desta metáfora e guiam sutilmente a leitura do observador da caricatura.

O uso de crianças desapontadas e da imagem de Jesus Cristo parece ter tido a intenção de atribuir uma ação desumanizadora a aspectos da reforma da instrução pública. Cavaliere (2003) analisou a Reforma Sampaio Dória com a intenção de verificar o ponto inicial em que se tornou padrão, durante a segunda metade do século XX, ofertar à população a escola mínima de 3 horas e, nesta perspectiva, refletir sobre como os processos de massificação do ensino primário e sua falta de qualidade acabaram se tornando duas faces da mesma moeda. Um dos pontos conclusivos de sua análise refere-se à preponderância do tecnicismo na solução dos problemas educacionais, o que significa desconsiderar fatores historicamente construídos:

Crises e reformas educacionais são temas permanentes no Brasil e no mundo. Parecem fazer parte da natureza social da educação escolar. Elas evidenciam que nem sempre bastam ações racionais e competência técnica para se produzirem os resultados esperados. As inevitáveis tendências ou inércias da sociedade requerem imaginação e engenho político para que sejam vencidas (CAVALIERE, 2003, p. 42).

A preferência dada às crianças de 11 e 12 anos por meio do parágrafo único acrescido ao artigo 9º é apontada como um dos possíveis fatores que resultou na exoneração de Sampaio Dória do cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, conforme indicado pelos próprios veículos da época, como *A Gazeta* e *A Cigarra*. Medeiros (2005) reiterou, a partir dos próprios comentários de Sampaio Dória presentes em seu livro *Questões de Ensino*, de 1923, as duas razões primordiais que levaram a seu afastamento:

O que perturbaria grandemente, eram medidas como a taxa, e, ainda pior do que elas, mais tarde, a proscricção aos 7 e 8 anos de idade. Contra estas prescrições fizemos o possível. São as duas disposições infelizes entre as dezenas de reformas que se englobam na reforma. Mereciam e merecem oposições (DORIA, 1923, p. 79 apud MEDEIROS, 2005, p. 237).

O episódio da regulamentação que tornou proscritas as crianças menores, resultando no afastamento de Sampaio Dória, parece ter reacendido nos órgãos da imprensa discussões acerca da reforma. No caso específico d'*A Cigarra*, o periódico reavivou a crítica referente à cobrança da taxa de matrícula para o ensino médio (3º e 4º anos), indicando que esse ponto da reforma

não havia sido superado. A taxa de matrícula foi o motivo de maior desacordo entre àqueles que se opuseram à reforma durante os debates na Assembleia Estadual e no diálogo travado na imprensa a respeito da constitucionalidade da reforma (MATHIESON, 2017; MEDEIROS, 2005). A *Cigarra* não se posicionou a respeito nesse período – novembro de 1920, o que fez somente em maio de 1921, ao usar a linguagem do humor.

Na mesma página da charge da figura 62, o periódico trouxe um artigo refutando veementemente o dispositivo que dificultava a matrícula dos menores de 7 e 8 anos, intitulado “*Instrução Publica*”. Foi um dos poucos exemplos em que caricatura e escrita se uniram em um único espaço do veículo para tratar do mesmo assunto. Deduzimos, pela análise do perfil d’A *Cigarra*, que essa não era uma prática frequente do periódico. Como já citado anteriormente, era um procedimento comumente usado pel’*O Parafuso*. Entendemos que, ao usar as duas linguagens sobre a mesma temática, a revista pretendia imprimir uma crítica mais contundente. Segue a íntegra do artigo:

O erradíssimo proposito em que está o governo do Estado de **não admittir nas escolas primarias as creanças ate certa idade** e de manter a cobrança da taxa creada teve um eco muito desagradável na opinião publica. [...] Em consequência dessa atitude prepotente, dictarial e intransigente do Governo, o Director do Ensino dr. Sampaio Doria, pediu a sua demissão [...] Divergimos do sr. Washington Luis na questão do ensino publico. A tendência de todos os países é ampliar o mais possível o período escolar, proporcionando o mais completo ensino ás creanças [...] a opinião publica esta em unanime divergência com a orientação tomada pelo governo [...] O professorado publico sente-se ameaçado collectivamente [...] ao mesmo tempo em que ferem de frente os interesses mais sagrados de uma classe respeitável mais que qualquer outra, porque é exactamente aquella sobre a qual repousa todo o nosso futuro [...] Sendo A Cigarra uma revista literária, intimamente ligada á cultura do povo, não pode deixar ella de manifestar a sua radical divergência com o Governo do Estado no nefasto proposito em que este se acha de ferir de morte a Instrução Publica de S. Paulo (A CIGARRA, 1921, p. 22, grifo nosso).

Com esse texto, a revista demonstra sua posição quando à manutenção de cobrança da taxa de matrícula, lembrando as reações contrárias da opinião pública. Ressaltam-se as ações de cunho “*prepotente, dictatorial e intransigente do Governo do Estado*” e que levaram ao pedido de demissão de Sampaio Dória da Diretoria do Ensino. A *Cigarra* comenta sobre os prejuízos do professorado quanto às “*mudanças radicais*”, mencionando que o “*professorado publico sente-se ameaçado collectivamente*”. Estes últimos dizeres foram os únicos localizados, em meio aos conteúdos discutidos na imprensa sobre a reforma, que sugeriram a existência de uma não aceitação da mesma pelos professores, e com palavras vinculadas ao pensamento de um grupo profissional. Outro ponto em destaque é o uso do exemplo vindo de outros países que, ao contrário do Brasil, procuram “*ampliar o mais possível o tempo escolar*”.

O argumento que toma como exemplo “outros países” e suas políticas públicas de educação também havia sido citado pelo jornal *O Combate*, em matéria de capa intitulada “Ao analphabetisadores – Um grande perigo a se considerar – a desmoralização das escolas públicas”. Em certo trecho, diz: “Todos os países adoptam a idade de 7 e 8 annos para o inicio do ensino primário por motivos conhecidos. É que então as crianças aprendem com mais facilidade e aceitam rapidamente a disciplina” (O COMBATE, 1921, p. 1).

Entretanto, entendemos que, juntamente com a crítica à cobrança da taxa, alguma relevância foi conferida às questões relativas à idade ideal de ingresso na escolaridade e ao tempo reduzido atribuído ao ensino primário (dois anos), assim como uma problematização dada ao tipo de conteúdo que seria trabalhado em apenas dois anos de ensino, ou seja, discussões que pertencem ao campo pedagógico. Apesar desses argumentos, em alguns casos atrelados às questões numéricas produzidas pelo recenseamento, percebemos que alguns redatores pretenderam entrar na seara pedagógica, levando essas reflexões aos leitores. Alguns argumentos presentes nos discursos contra e a favor baseavam-se no “senso comum”, tais como “as crianças aprendem com mais facilidade” ou “em idade muito mais tenra a criança não tem o mesmo desenvolvimento para aprender e conservar que possui nos 9 e 10”, o que sugere pouca participação dos próprios especialistas nas diretrizes e rumos da reforma.

O texto “*Instrução Publica*” indicou em que patamar a revista colocava as crianças, ao afirmar que as mudanças radicais da reforma feriam “os interesses mais **sagrados** de uma classe respeitável mais que qualquer outra, porque é exatamente aquella sobre a qual repousa **todo** o nosso futuro” (A CIGARRA, 1921, p. 22, grifo nosso). Tal concepção explicaria a presença de Jesus a observar os atos presidenciais e o comentário irônico, “e é esse o Presidente de um povo *christão!*...”, sugerindo que, apesar de ser cristão, o governante adotava atitudes contrárias à orientação religiosa. Belluzzo (1992, p. 81) identificou nas produções de Voltolino “a visão sacralizadora do povo”, o que o levou “a fixá-lo inúmeras vezes na metáfora de Cristo”. Diante disso, levantamos, como outra hipótese, que a presença da imagem de Cristo na caricatura tinha também por objetivo colocar o público paulista como observador crítico da reforma, e assim pontuar o desacordo da população como um todo.

Em texto de capa, com o título “*A reforma do ensino e as matriculas no curso primário*”, o jornal *A Gazeta* de 10 de maio de 1921 trata novamente do assunto relativo às matrículas e à preferência nas idades, demonstrando a relevância que o vespertino atribuía à questão (A GAZETA, 1921, p. 1). O jornal explica que, devido à lei de reforma não ter detalhado qual seria a idade que posteriormente teria preferência de matrícula após a faixa dos 9 e 10 anos – se de 7

e 8 ou 11 e 12 –, o governo decidiu, para não haver “*balburdia*”, a preferência pelas crianças de 11 e 12 anos.

A *Gazeta* defendeu as ações do governo – vimos isto em todos os artigos do jornal referentes à reforma – afirmando que “as crianças de 7 e 8 anos podem esperar um ou dois anos”. Já as crianças de 11 e 12, o “censo verificou estarem completamente privadas de instrução” (A GAZETA, 1921, p. 1). Deste modo, o vespertino apresentava outros argumentos a favor da reforma, lembrando os números compilados pelo recenseamento e a urgência em ofertar a alfabetização para as crianças de 11 e 12 anos. Segundo o jornal, a divergência entre Sampaio Dória e o governo se deu porque o primeiro entendia que “para a matrícula em caso de vagas, não devia haver preferência, devendo ser atendidas, sem distinção, todas as crianças de outras idades” (A GAZETA, 1921, p. 1).

Figura 63 – *A Cigarra*, ano VIII, n. 160, 15 de maio de 1921, p. 25



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A charge da figura 63 foi veiculada na mesma edição da anteriormente analisada – edição 160 – e trata do mesmo assunto. A presença de mais de uma charge repudiando aquilo que a revista considerou a “não admissão de crianças até certa idade” demonstra que a redação pretendia demarcar sua posição sobre esse ponto da reforma, muito possivelmente compartilhado pelos grupos que compunham seu público leitor. Aventamos a possibilidade de que o objetivo da redação, ao pautar ostensivamente esse tópico em uma mesma edição, unindo

um texto crítico e humor gráfico, era também influenciar mudanças na regulamentação, processo ainda em andamento, já que a finalização do Decreto n.º 3356, ocorreu em 31 de maio de 1921.

O inusitado da cena é a presença do policial que segura a criança com rigor, como se estivesse tratando um delituoso, mais um exemplo do recurso de inversão que era marca registrada de Voltolino. A maneira como o quadro foi criado informa que, na prática, o governo estava agindo na contramão do que deveria ser feito para o combate ao analfabetismo. A graça reside mais uma vez na inversão dos valores: as instituições do governo, tal como a segurança pública, também agiriam inversamente, como a seguir o exemplo do poder executivo. Assim, o proscrito seria a criança que sabe ler. Ao mesmo tempo em que os veículos da imprensa traziam notas nas quais associavam a criminalidade ao analfabetismo, a charge de Voltolino, devido às estratégias de inversão, tornava “criminoso” exatamente aquele que sabe ler e escrever. Além disso, entendemos que a charge sugeria também a que o Estado, por meio da força pública, fazia exatamente o contrário do que deveria, a saber, proteger o direito dos cidadãos em geral e das crianças em particular. Desse modo, a crítica humorística se estendia à atuação precária das instituições de segurança.

Temos observado que as caricaturas se referem às mesmas questões postas pela imprensa com relação às principais polêmicas relativas à reforma. Entretanto, o poder de síntese e simbologia próprias da imagem caricatural conduz a leitura para problemáticas anteriores, como a contradição entre discurso e ação. As caricaturas, em uma abordagem bem humorada, às vezes se assemelham a uma “brincadeira”, uma troça, como a que inclui um policial a prender uma criança.

Ao mesmo tempo, mobilizam emoções e estas se articulam com valores socialmente compartilhados. Ao trilhar um caminho paralelo ao discurso sério, o humor gráfico abre diálogo com o leitor de forma mais rápida e mais compreensível, daí seu caráter popular. Como sublinhou Ana Maria Martins (2011) ao refletir sobre a evolução da caricatura no Brasil, sua proximidade com o desenvolvimento técnico da imprensa e as características do meio social e político no qual se formou notabilizaram-na como recurso recorrente de comunicação:

Interessa, porém, situar a emergência e recorrência da caricatura entre nós, confirmando sua oportunidade no país formado sob forte controle das mentes, presidido pela ordem escravocrata, de tardio conhecimento dos prelos e da liberdade de imprensa, e de expressiva população analfabeta (MARTINS, 2011, p. 520).

Figura 64 – A Cigarra, ano VIII, n. 160, 15 de maio de 1921, p. 29

A nova Constituição do Estado

ENTRE as *melhores* que a nova Constituição do Estado, em elaboração, apresenta, destaca-se esta: elevando de 50 para 60 o numero de deputados estaduais, e de 24 para 30 o numero de senadores.

Para os designios da nossa estreitíssima politica, o augmento de numero de senhores das duas Camaras estaduais é perfeito e intelligente, — obra de gente experimentada em artes complicadas dos Machiaveis indigenas.

Os homens do governo têm compromissos de collocar amigos e partidarios. Os empregos andam difficeis; as secretarias transbordam; não ha vagas na classe dos porteiros, dos prefeitos, dos delegados, dos promotores, juizes... E vae dahi a necessidade de augmento de 16 logares nas Camaras. A machina administrativa do Estado cata 16 creaturas, cata-as e nomeia-as.

depois estamos num paiz da Ordem. E a ordem manda que o povo obedeça os governos e não discuta as suas determinações. E' verdade que o povo nunca fez governo nenhum, mas é verdade tambem que o governo, feito ou não pelo povo, existe. As eleições são simples liturgias para doirarem as nomeações governamentais.

Nada de querer eleições de verdade, isto é uma manifestação de anarchismo. E depois ha cadeias e penitenciarias para trancarem os conductores dessas ideas absurdas de eleições de verdade.

Mais 16 senhores no Congresso... Dezeseis novos manequins sem idéas proprias, obedecendo, por disciplina partidaria, todas as ordens do governo. E' preciso um exemplo para illustrar esta affirmação? Ahi vae: Quando andava no Congresso estadual esse mostrego que é a reforma da Instrucção, não havia um

dezeseis logares... Mas... o que tem isso? Esses senhores tinham mesmo de ser collocados. E o povo pagaria do mesmo geito, e pagaria sem reclamar, porque toda reclamação é signal de anarchismo, e o Estado tem boas cadeias para os anarchistas.

Vinhetas

Rezam os ultimos jornaes que Enrico Caruso, o maior tenor do seculo, não morreo... por patriotismo.

Estava á Morte em Nova-York, desenganado por todas as celebridades medicas da Republica yanke, quando appareceu no seo quarto de agonía o embaixador da Italia, Rolando Ricci.

O sr. Ricci, revestido do ar austero que os homens grandes e pequenos tomam perante alguém que vae morrer, falou-lhe com solemnidade:

— «O Rei e o povo da Italia esperam ansiosamente noticias de vossa saude. Não deveis morrer!»

Quando o sr. Ricci deixou o aposento onde agonizava um dos grandes idolos do povo italiano, operou-se o milagre. Caruso sentio-se melhor, desapareceu a desesperança dos medicos e o dono da melhor garganta do seculo entrou em convalescença e curou-se.

E' esquisito, confessamos, mas aconteceu. E' verdade que não estamos mais na época das curas milagrosas pelo patriotismo, porque o patriotismo, depois de tantas guerras desencadeadas pela ambição dos governos, guerras que os desencadeadores acompanham precavidamente a distancia, vae morrendo com rapidez. No Brasil o patriotismo é problematico; á excepção dos homens que estão *patrioticamente* no governo, nas Camaras e nos logares gordos, ninguem pensa em patria e não pode pensar enquanto uma revolta de brio popular não mandar para a ilha das Enxadas a piolheira dos homens que nos governam.

Um tenor não só grande artista, mas tambem homem de espirito, recebeu certo dia a visita de um joven bastante pretencioso, o qual desejava ouvir a sua opinião a respeito de sua voz, mas que demonstrava, por tudo, que se julgava já um cantor de merito.

— Olhe!—disse-lhe o tenor, logo depois de tel-o ouvido — não me parece que a sua voz se possa adaptar ao theatro; porém...

— Porém... o que?

— Porém é esplendida para cantar em concertos de benelencia.

— Então porque?

— Porque tem uma voz qua faz mesmo... piedade!

A causa da encrenca



— Esta charge é contra mim. Fóra o Dorial!

Mas o povo é quem paga essas exorbitancias, dirás tu, leitor amigo. Logico. Querias que fossem os maganões do Governo, os subvencionadores directos de 16 boccas famintas?

Revoltas? Nem pensar nisso. O *leninismo* é uma doença perigosa; ha exercitos de bayonettas caladas e patas de cavallos para cural-a. E

depuado ou um senador que, inquirido particularmente, não fosse contra ella. «E' absurda, é cerebrina, é idiota...» Tudo isso elles disseram... Entretanto, a reforma foi votada e passou por uma maioria absoluta. Fantoches?... mas por mais que se vire, os fantoches não de ser sempre lantoches...

Mais dinheiros perdidos nesses

O texto apresentado na figura 64, “*A Nova Constituição do Estado*”, caracteriza-se por um humor crítico e sarcástico contra a classe política, traçando um paralelo entre reforma constitucional e reforma da instrução pública. Ao criticar certo momento da elaboração da nova Constituição estadual, em que é proposto o aumento do número de deputados estaduais de 50 para 60, e senadores de 24 para 30, o texto da revista *A Cigarra* põe em relevo a manipulação típica dos “homens do governo”: com a máscara discursiva de “melhoria” de serviços, aumentasse o número de correligionários e comparsas, necessário para o jogo de alianças políticas e de manutenção de privilégios.

Em determinado trecho, a revista é contundente quanto às fraudes eleitorais: “É verdade que o povo nunca fez governo nenhum, mas é verdade também que o governo, feito ou não pelo povo, existe. As eleições são simples liturgias para doirarem as nomeações governamentais” (A CIGARRA, 1921, p. 29). Em *Cidadania no Brasil*, José Murilo de Carvalho (2002) discorre sobre o exercício de cidadania no Brasil ao fazer um retrospecto histórico sobre a participação política do povo, desde o período colonial até o final da ditadura militar. Em capítulo referente ao período de 1822 a 1930, aponta a forte presença política do poder local – ampliada após a Proclamação da República – e as manipulações de voto. Em relação à influência dos poderes locais e a aliança com o governo, ele afirma:

O coronelismo não era apenas um obstáculo ao livre exercício dos direitos políticos. Ou melhor, ele impedia a participação política porque antes negava os direitos civis. Nas fazendas, imperava a lei do coronel, criada por ele, executada por ele. Seus trabalhadores e dependentes não eram cidadãos do Estado brasileiro, eram súditos dele. Quando o Estado se aproximava, ele o fazia dentro do acordo coronelista, pelo qual o coronel dava seu apoio político ao governador em troca da indicação de autoridades, como o delegado de polícia, o juiz, o coletor de impostos, o agente do correio, a professora primária (CARVALHO, 2002, p. 56).

De um só golpe, e usando ironia e sarcasmo, o texto da figura 64 destaca várias ações corruptas e nocivas ao povo: uso indevido do dinheiro público, nepotismo, manipulações eleitoreiras e falta de representatividade política; a fidelidade partidária acima do compromisso com causas sociais. Por fim, crítica o “*paiz da ordem*” que manda o povo obedecer e não discutir (A CIGARRA, 1921, p. 29).

A linguagem e o tom críticos deste artigo destoam da postura acrítica que a revista vinha adotando com relação às ações políticas. Durante o levantamento do perfil, não foi encontrado nenhum artigo alusivo às manipulações eleitoreiras da comissão diretora do PRP. Ao usar expressões tais como “*as eleições são simples liturgias*” e “*dezesseis novos manequins sem iniciativa próprias, obedecendo por simples disciplina partidária, todas as ordens do governo*”, a revista se refere à submissão dos deputados ao comando central do partido – ou a Washington

Luís. A reforma da instrução pública é chamada de “*monstrengo*”³⁰ pelo artigo, única crítica mais assertiva dirigida ao conjunto de mudanças. Ao mencionar a reforma, o artigo, que assumimos ter sido escrito pela redação, destaca o quanto deputados e senadores demonstraram o desacordo entre conversas de “bastidores” e o posicionamento de cada um no palanque do congresso, sugerindo a submissão do legislativo ao executivo estadual.

O termo “fantoques”, citado para metaforizar os deputados, foi usado por Sampaio Dória em sua sexta conferência – realizada em 7 de abril –, cujo tema central foi a educação cívica e a defesa das repúblicas escolares a serem instituídas nas escolas públicas, como medida de instrução cívica e compreensão da importância do voto. Conforme palavras de Dória transcritas pelo jornal *A Gazeta*, o valor das repúblicas escolares consistia no exercício prévio da democracia e da constituição correta do sistema republicano:

Seria, então, não só a esperança, mas a certeza de haveremos, para breve, a realidade e a pureza da Republica e para sempre expelidas do Brasil as oligarquias de conchavo e a autocracia de fantoches (DORIA, 1921 apud A GAZETA, 1921, p. 1).

Junto ao artigo sobre a nova Constituição estadual, o periódico trouxe a caricatura com o título “*A causa da encrenca*”. O personagem central é Washington Luís, que segura um jornal ou revista, que por sua vez estampa uma charge com os dizeres *República Escolar*. O personagem da charge é uma espécie de Pinóquio – nariz cumprido a comprovar que estava mentindo, cabeça altiva, ar arrogante, dedo em riste como quem quer convencer o outro de “sua verdade”, ou de seus argumentos, em suma, um gesto de mando. O jornal *O Combate*, em 27 de abril de 1921, trouxe uma matéria intitulada “*Mentiroso!*”, escrita por Carlos Escobar. O autor relata que esse termo foi inicialmente usado pelo *Jornal do Commercio* e, usando uma linguagem irônica, assim se refere a Sampaio Dória:

Porque é mentiroso o nosso menino tão sympathico? Tomou ovos podres. **Affirma, ao contrário, que os rapazes estenderam paletós á sua passagem triunfal.** Não há nenhum crime nisto. Parece que o menino olha pelos óculos de D. Quixote. Descobre gigantes onde todo mundo vê moinhos de vento (O COMBATE, 1921, p. 1).

Segundo Mathieson (2017), Sampaio Dória havia proferido oito conferências, no período entre a elaboração do projeto de reforma e sua regulamentação final, com objetivo de esclarecer vários de seus pontos e defender-se das críticas (MATHIESON, 2017, p. 156).

A caricatura da figura 64 foi criada no contexto em que Sampaio Dória era suspeito de mentir sobre ter sido alvo de vaias e ovos podres durante a sexta conferência, realizada na

³⁰ A reforma foi referida como “monstro” em algumas situações, fato que explicaria o uso do termo pel’*A Cigarra* e o que de certa forma explica porque Voltolino deu a aparência de um monstro à lei da reforma na charge do jornal *Il Pasquino Coloniale*.

Escola Normal da Praça da República em 7 de abril de 1921 e publicada na íntegra pelos jornais *O Estado de S. Paulo* (1921, p. 4), nos dias 8 e 9 de abril, e *Correio Paulistano* (1921, p. 3), no dia 8.

Nessa conferência, Sampaio Dória discursou sobre a importância de adquirir desde cedo “o habito firme de praticar a verdade, contra todas as sugestões de interesse” e a importância da educação cívica, praticada por meio da criação das repúblicas escolares nas Escolas Normais. Dedicou-se a comentar também o então recente caso ocorrido na Escola Normal da Praça da República, ao ser instalada ali uma república escolar (CORREIO PAULISTANO, 1921, p. 4). A eleição para presidente da república escolar foi vencida por uma candidata mulher, fato contestado pela minoria masculina; o protesto dos normalistas provocou a reprovação generalizada expressa em alguns jornais (A GAZETA, 1921, p. 2).

Na sétima conferência realizada por Sampaio Dória, no dia 21 de abril de 1921, publicada na íntegra novamente pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio Paulistano*, além da defesa de acusações sobre os gastos adicionais resultado da unificação das Escolas Normais – secundária e primária –, outro ponto desenvolvido foi o rechaço à acusação de que tinha pronunciado o seu discurso do dia 7 de abril³¹ “*sob uma saraivada de gritos e ovos podres*”:

[...] Inverteram inteiramente a verdade [...] É mentira [...] Deram-me, ao contrário, a honra dos applauso e respeito. Si, ao menos tivesse havido o silencio que protesta, se tivesse havido um aparte, um bocejo, uma desatenção [...] nada que não fosse gentileza, apoio, entusiasmo [...] Mas a mentira não prevalecerá, a Reforma do Ensino triumphará dos seus adversários [...]” (DORIA, 1921 apud O ESTADO DE S. PAULO, 1921, p. 3-4).

O epíteto mentiroso pode ser devido também à contradição surgida com relação ao gasto maior ocorrido com as mudanças de professores nas Escolas Normais, também abordada na sétima conferência. Em determinado trecho, Sampaio Dória explica os gastos maiores que seriam dispendidos com professores na unificação das Escolas Normais Secundárias e Escolas Normais Primárias. Dória ressaltou que a diferença não era de 600 contos, como alguns veículos haviam denunciado. A diferença de despesas pagas aos lentes, depois da unificação, seria segundo ele o montante de 300 contos. Nessa conferência, Sampaio Dória chamou atenção para a ausência de discussão sobre “os principais pontos da reforma”, tais como a “autonomia didática, a pratica pedagógica, introdução da caliphasia³², a passagem do latim para a complementar,... o systema de vencimentos, o processo de concursos, a coincidência de férias...” (DORIA, 1921 apud CORREIO PAULISTANO, 1921, p. 3). Entretanto, a atenção da

³¹ O título da conferência foi *A Reforma de Ensino – Alguns Dados Econômicos*.

³² Arte de pronunciar as palavras com elegância (DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2018).

imprensa estava voltada para os valores gastos com a unificação. Afinal, um dos argumentos para a diminuição do ensino primário para dois anos foi a impossibilidade de construir mais escolas, devido às questões financeiras do governo.

Portanto, outra hipótese de leitura acerca do propósito da charge seria o de transferir o epíteto “mentiroso” de Sampaio Dória para Washington Luís, o verdadeiro “causador da encrenca”. O boneco Pinóquio, com dedo em riste, possivelmente representa Sampaio Dória se defendendo das acusações.

A caricatura objetiva fazer o apontamento do verdadeiro mentor dos erros ocorridos com a implantação da reforma, tidos como mentiras pelos adversários: a figura de Washington Luís, quando diz “*esta charge é contra mim! Fora Dória!*”. Poderia significar, ainda, que a impopularidade da reforma resvalava em Washington Luís e em suas pretensões, razão pela qual ele diz “fora Doria!”, naquele momento já exonerado do cargo de Diretor da Instrução Pública. Ou, ainda, a charge quis insinuar que foi Washington Luís que afastou Sampaio Doria do cargo, sugerindo algo recorrente na política: acusa-se um outro, no caso o Dória, para escusar-se dos próprios erros e das críticas.

Medeiros (2005) notou alguns pontos em comum entre todas as conferências de Sampaio Dória; um deles diz respeito ao tratamento que o reformador dava às oposições: “A exposição das críticas dos opositores da reforma, denunciando, porém, seu caráter enganoso e mentiroso, fruto de intrigas, incompreensões e análise superficial (MEDEIROS, 2005, p. 234).

Figura 65 – *A Cigarra*, ano VIII, n. 161, 1º de junho de 1921, p. 25



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A figura 65, produção de Voltolino, mostra diversas pequenas cenas protagonizadas por crianças em outros lugares que não o espaço escolar. O desenho não define o contexto e os espaços onde poderiam ocorrer, mas deduzimos, pelas atividades, que a rua é um deles. A legenda traz uma frase irônica: “*O Governo confia no talento natural da criança paulista*”. Assumimos que Voltolino denunciava que o Estado estaria deixando de cumprir aquela que é

sua responsabilidade em relação à infância. Portanto, a crítica mais intensa, juntando imagem e texto, é ao Estado e à reforma.

Observando o canto inferior direito da charge, há uma inscrição que assevera ter sido Washington Luís, portanto, o governo, o autor desta última modificação: “O sr. Washington Luís mandou que não se admitam mais nas escolas do estado as creanças de menos de 9 anos (Dos jornaes)” (A CIGARRA, 1921, p. 5).

Ao evidenciar o que poderia ser a rotina do grupo “excluído” da escola, o humor acabou retratando aquilo que parte da sociedade considerava pernicioso para a infância, ou o que a revista e seus leitores consideravam como tal. Voltolino faz a crítica mostrando que tais práticas eram presentes no cotidiano da cidade e que a reforma poderia agravar ainda mais essa situação.

Há três adultos na imagem: a mulher com a criança no colo (mendicância), um homem, segurando uma galinha, cuja roupa sugere furto e malandragem, e outro com o bambu, como se tentasse, com esse instrumento, alcançar ou colher algo; todos eles tentam garantir a vida longe do trabalho. A charge parece insinuar que as crianças estavam aprendendo o que não devem: a violência, o jogo, a mendicância, o trabalho infantil – caso do menino que carrega a mala –, o cigarro na boca de muitas crianças, a sexualidade precoce na dança com os corpos encaixados. A presença de adultos cometendo delitos sugere que, nas ruas, as crianças estariam sujeitas ao convívio com maus exemplos e dedicadas a atividades bem distantes daquelas que deveriam realizar na escola.

Segundo Saliba (1998, p. 320), o maxixe fora considerado uma dança indecorosa, “banida dos lares”, e, por isso, reprovada pelas elites:

[...] perseguida nas ruas pela polícia, a dança (o maxixe) era condenada pela elite, o, no entanto, acabava por ser cantada e dançada no interior das casas brasileiras por sinhazinhas e sinhás, como “um fruto proibido saboreado à socapa, num despertar gostoso dos instintos da raça.

Há uma criança jogando futebol e outra jogando peão. São práticas memoriais do brincar. O jogo de peão tem origem indígena, portanto, mais ligada a uma tradição popular. O jogo de futebol tornara-se bastante apreciado e um dos assuntos frequentes nos periódicos. Aparentemente, era considerado um esporte, tanto que suas notícias figuravam nas revistas, em especial, fotos das arquibancadas lotadas de espectadores – homens e mulheres.

Porém, as cenas do brincar estão inseridas em um quadro irônico e crítico quanto às ações do governo e quanto à reforma; qual a razão de estarem em um mesmo conjunto que sugere vadiagem e delinquência? Talvez a reprovação resida no fato deste “brincar” estar

ocorrendo na rua, ou, como para muitos na época referida, “o brincar” não tinha uma razão em si, e deveria ser cedido para “o aprender”. Moura (1999) ao analisar a construção da identidade da criança e do adolescente, principalmente das camadas mais pobres, usa memorialistas para mostrar o sentido negativo que o espaço da rua vai adquirindo em princípios do século XX:

Mas, a rua é, também, o espaço do ócio, do comportamento visto como imoral, o espaço do crime, o espaço onde se reproduzem formas de sobrevivência tidas como verdadeiramente marginais, onde as misérias sociais estão em permanente e contundente exposição (MOURA, 1999, p. 3).

Figura 66 – *A Cigarra*, ano VIII, n. 161, 1º de junho de 1921, p. 35



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A caricatura da figura 66, inspirada no período de festas juninas, representa Washington Luís e a Reforma do Ensino na forma de um balão. As crianças, algumas descalças, outras calçadas – alusão à condição econômica – demonstram frustração pelo impedimento que uma delas faz com relação a capturar o balão/reforma. A legenda, na forma de um diálogo entre meninos, diz: “Esse balão não devemos queimar. É do padroeiro da vadiação...” (A CIGARRA, 1931, p. 25), dando o tom engraçado à charge, afinal, havia um possível grupo apoiador da reforma: aqueles que não gostavam de estudar. O balão sobe alto, inacessível às crianças, em uma possível alusão ao distanciamento entre crianças e escola. O termo “*padroeiro da vadiação*” associa novamente, neste segundo exemplo, aquilo que a revista queria marcar como sua crítica principal: o tempo ocioso que os regulamentos da reforma estariam criando para uma faixa etária que, uma vez longe da escola, estaria sujeita à má formação e à vadiagem.

Figura 67 – *A Cigarra*, ano VIII, n. 164, 15 de julho de 1921, p.17



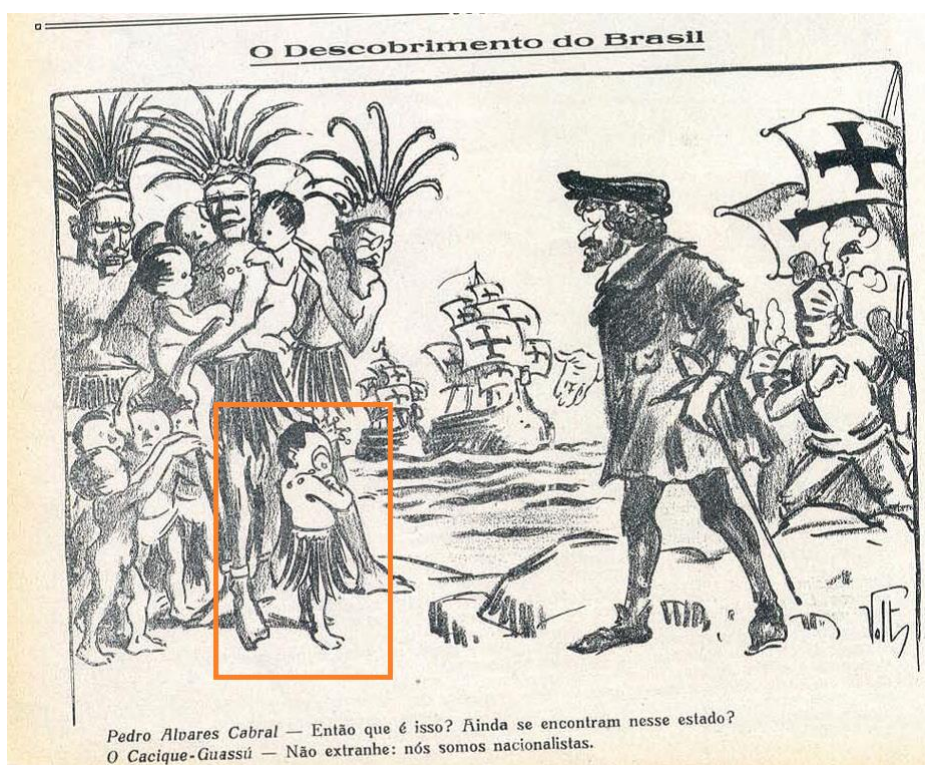
Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A caricatura da figura 67 enfatiza, conforme já referido na figura 5, os maus exemplos e influências aos quais as crianças estariam sujeitas no contato com o mundo adulto, fora do lar e da escola. A cena apresenta um adulto próximo a uma mesa com garrafa e copo, sugerindo o uso de bebida alcoólica. Ele também está fumando, portanto, associado a dois vícios. A imagem do adulto aqui construída está estereotipada, e vincula ausência de trabalho, vícios e maus exemplos.

Salvadori (2019) ao refletir sobre as experiências urbanas de capoeiras e malandros na sociedade carioca, em meados dos séculos XIX e XX, identificou que parte da sociedade, corroborada pelas prescrições e aplicações do Código Penal da época, passou a associar pessoas com formas diferenciadas de sobrevivência – vendedores de música, mendigos, crianças que vendiam orações – com vadiagem e violência. Assim, segundo a autora, o trabalho passava a ser considerado um dever moral e o ócio se tornava uma ameaça. Essas concepções parecem estar presentes na abordagem de Voltolino sobre a escola e sua ausência.

As crianças representadas estão a sorrir, como que envolvidas pelo adulto, sugerindo que esse “tipo” tem habilidade para influenciar crianças. A legenda se refere à cena como “escola ao ar livre”. Os “bons exemplos” deveriam vir da escola e dos professores, porém, a caricatura insinua que as crianças estavam privadas do espaço de formação adequado.

Figura 68 – *A Cigarra*, ano VIII, n. 159, 1º de maio de 1921, p. 26



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

A caricatura da figura acima foi usada inicialmente como apoio para identificação da personalidade política em destaque no quadro vermelho, contribuindo, assim, para a análise das imagens explicitamente relacionadas às questões da reforma. O quadro ridiculariza políticos do PRP e da comissão diretora – Lacerda Franco, Washington Luís, Altino Arantes e Oscar Rodrigues Alves –, transfigurando-os em índios, em uma provável referência à ideia de

caciques locais. A legenda indica que a proposta também foi zombar dos ideais nacionalistas propagados em vários discursos que tratavam do futuro da nação e da educação.

A fala de Pedro Álvares Cabral, “Então que é isso? Ainda se encontram nesse estado?” (A CIGARRA, 1921, p. 26) poderia ser um modo cômico de dizer que, mesmo passados tantos anos, nada havia mudado, e que a culpa do atraso, subtendido por meio dos personagens, seria dos políticos. Vale lembrar que abril é o mês do “descobrimento”, e Voltolino poderia estar usando as comemorações da data para satirizar o comportamento político e para afirmar que, mesmo depois de tantos séculos, continuávamos como no passado. Revesti-los todos de cocares de “cacique” pode ter sido uma forma de nomear estes políticos como chefes locais, aludindo ao coronelismo (bem representado por Lacerda Franco) e pelo clã rodriguessalvista (Oscar Rodrigues Alves e Altino Arantes). O chefe maior, “*cacique-guassú*”, é Washington Luís, por estar na presidência do Estado de São Paulo. O título “*Descobrimento do Brasil*” aponta para uma brincadeira paródica a respeito de uma das datas importantes a serem patrioticamente lembradas pelo povo brasileiro e que faziam parte de sua formação cívica.

Saliba (2010) tece reflexões sobre o recurso paródico frequentemente usado pelas crônicas de humor, durante o período republicano, entre a Belle Époque e a Era do Rádio. Segundo o autor, a paródia se constituiu em uma forma alternativa de representar, com humor, a realidade brasileira naquele período, caracterizada por uma sociedade instável e marcada por diferentes temporalidades:

Para além dos seus reconhecidos sentidos originais de “alusão cômica”, “canto paralelo”, “imitação irônica” – ou seja, de prática textual referente a uma outra prática textual –, a paródia foi, talvez, a forma privilegiada de representar a possibilidade da vida privada brasileira. Mas esta paródia não tinha como horizonte apenas uma outra prática textual, pois, em muitos casos, foi um mecanismo ou uma técnica de representação da própria realidade brasileira. Pelo deslocamento, pela inversão ou pela transposição a paródia predominou, na representação cômica tanto dos espaços públicos por meio do imaginário privado quanto dos espaços privados por meio do imaginário público (SALIBA, 2010, p. 307).

A representação humorística, na forma de uma releitura paródica, inverte posições e desloca sentidos. O discurso nacionalista, tão grandiloquente, presente naqueles que defendiam as medidas coibidoras do ensino de línguas estrangeiras a menores de 10 anos, e outras relativas aos professores de história e geografia, que deveriam ser obrigatoriamente brasileiros natos, assume um aspecto pejorativo. Ridicularizado, o nacionalismo é representado pela caracterização indígena dos políticos; a alusão ao atraso parte dessa mesma caracterização, insinuando-se, pela pergunta de Cabral, que nada mudou: “*ainda estão neste estado?*”.

Outro indício de que a caricatura mantém contato com a temática da reforma Sampaio Dória é a presença de crianças “indígenas” ao redor do cacique Washington Luís, cujo “colo”

é disputado por elas. Aqui, como na caricatura do balão Washington Luís/Reforma do Ensino, chamado de padroeiro da vadiação, há uma “camaradagem” entre o governante e os menores afastados da instrução, como a indicar uma relação amistosa, uma vez que, graças ao político, as crianças poderiam usufruir de espaços longe da escola. A disposição dos elementos na imagem também remete às representações mais conhecidas acerca dos primeiros encontros entre portugueses e indígenas, geralmente feitas com a colocação de dois grupos em contraste por meio de símbolos da viagem e do colonizador, caravelas, indígenas nus e outros elementos que apontam para supremacia do português sobre os índios. Um exemplo, no óleo sobre tela de Oscar Pereira da Silva, de 1922, centenário da Independência, intitulado *Desembarque de Cabral em Porto Seguro*, peça que constitui parte do acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro – figura 69.

Figura 69 – Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras

O principal veículo das caricaturas dessa natureza, envolvendo crianças, foi o periódico *A Cigarra*, talvez devido ao perfil, mais tradicional, ligado aos valores da família. A pesquisa notou que, desde sua fundação, o periódico procurou dar visibilidade, por meio de fotos e textos elogiosos, aos eventos de formatura nas escolas normais e profissionais, assim como às inaugurações de novas escolas.

Notamos, ainda, outra possível vertente do periódico: uma observância maior quanto às situações que poderiam comprometer a integridade física e moral das crianças mais pobres, evidenciada pela presença de crônicas referentes a crianças exploradas, mendicância ou abandono por parte dos responsáveis.

Ao que tudo indica, a revista se colocou ostensivamente contrária à reforma nos quesitos que dificultaram a matrícula das crianças na idade tradicionalmente permitida – 7 e 8 anos – por acreditar na associação entre “afastamento” das crianças da escola e a “aproximação” delas a uma espécie de “libertinagem” nas ruas, fato que as levaria ao mundo dos maus exemplos.

3.2 *Vida Paulista* – Os grupos escolares e a República

Figura 70 – *Vida Paulista*, ano II, n. 5, 1º de dezembro de 1920, p. 1



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Essa capa, assinada por Voltolino, tem como protagonistas dois políticos do período. Comparando-se com a produção d'*A Cigarra*, percebemos que a *Vida Paulista* abordou humoristicamente a reforma em momentos diferentes. À direita, está Rodolpho Nogueira da

Rocha Miranda, senador estadual na 11^a Legislatura (1919-1920). O personagem da esquerda, Virgílio Rodrigues Alves, também foi senador estadual na 11^a Legislatura (1919-1920). A desproporção das alturas, acentuada no caso de Virgílio, pode se referir tanto a uma baixa estatura, como pode ser indicativo de insignificância do sujeito quanto ao caráter ou influência política. Pensamos que o caricaturista quis “rebaixar” este personagem exagerando na proporção da diferença.

A presença de dois senadores estaduais na caricatura ocorre porque, neste período, o projeto de lei n.º 47 havia sido aprovado pelos deputados estaduais e seguiu para o Senado Estadual em 29 de novembro de 1921 (MEDEIROS, 2005), onde, segundo Mathieson (2017), houve pouca discussão. O jornal *A Gazeta* de 27 de Novembro de 1920 trouxe um artigo com o título “*A Reforma do Ensino, além de democrática, é nacionalista*”, no qual faz a defesa do governo quanto às proposições da reforma. Em certa passagem, menciona que Rodolpho Miranda fez um discurso na tribuna do Senado, defendendo a proibição do ensino de língua estrangeira para menores de 10 anos em escolas particulares. Esse discurso foi realizado no dia 23 de Novembro de 1920, e o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou-o na íntegra no dia 27 de Novembro. O jornal *A Gazeta*, ao comentar o discurso de Rodolpho Miranda, deu destaque à passagem em que o mesmo, no período em que foi Ministro da Agricultura, testemunhou a seguinte situação:

Teve ensejo de verificar que nas escolas de muitos núcleos coloniaes do sul se encontravam creanças que não conheciam a língua de sua pátria. Até meninos de forte origem brasileira, que viviam nesse meio, so sabiam falar o alemão” (A GAZETA, 1920, p. 1).

É nesse momento de discussões sobre a reforma da instrução pública no Senado que o jornal *Il Pasquino Coloniale* se posiciona de maneira crítica, usando o recurso das charges de Voltolino – figura 61. No periódico *Vida Paulista*, o momento de debates finais sobre o projeto foi retratado pelo caricaturista de uma maneira peculiar – figura 70. A peculiaridade da caricatura consiste no diálogo que a acompanha. Quando questionado sobre a reforma, Virgílio responde: “... se pegá só a primeira infância, tá muito bão. Mas si vié mechê com a segunda...acho ella inconstitucioná...” (VIDA PAULISTA, 1920, p. 1).

Essa foi a solução encontrada pelos idealizadores da reforma no sentido de ampliar o número de vagas de maneira rápida, já que a construção de novas escolas era inviável devido à alegada falta de recursos. O segundo artigo da lei estabeleceu a gratuidade somente para os dois primeiros anos. De acordo com a proposta da reforma, fariam parte do ensino médio os dois

anos seguintes, terceiro e quarto anos, e uma taxa de matrícula seria cobrada (CAVALIERE, 2003).

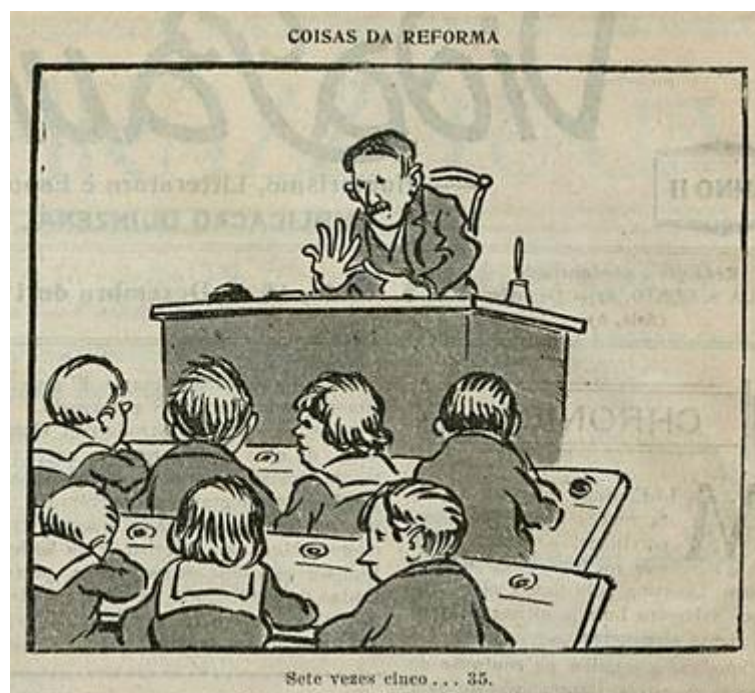
O relator da Comissão de Instrução que realizava a análise da proposta da reforma, deputado Freitas Valle, em discurso publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (1920, p. 3-4) em 25 de novembro, defendeu a constitucionalidade do projeto, sugerindo inclusive que os dois anos do “ensino médio” poderiam ser considerados um ensino “secundário”, justificando assim a cobrança da taxa de matrícula. No dia seguinte, 26 de novembro de 1920, *O Estado de S. Paulo* publica na seção “*Notas e Informações*” uma análise do discurso de Freitas Valle, explicando que o deputado levantou vários argumentos para afirmar que o ensino médio, segundo o projeto, já entraria na categoria de ensino secundário (O ESTADO DE S. PAULO, 1920, p. 4). Ainda nesse mesmo artigo, o jornal apresenta sua opinião a respeito do discurso de Freitas Valle:

Toda esta gymnastica (que bem podemos escusar-nos de esmiuçar) tem um único fim: sustentar a divisão do ensino feita pela reforma, e feita com o único intuito, como é visível; de permitir a criação de uma taxa no terceiro e quarto anos dos grupos, taxa que se espera colher algum recurso para a campanha contra o analfabetismo (O ESTADO DE S. PAULO, 1920, p. 4).

O jornal se coloca contra a taxa a ser cobrada, afirmando que a mesma causará problemas desnecessários. Contudo, mostra-se a favor da reforma, dando a entender que os dois anos seriam suficientes para “exterminar o analfabetismo”. Dentre as principais polêmicas em torno da reforma, discutidas entre os mais expressivos jornais do período, o caricaturista destacou o tema da inconstitucionalidade, talvez o único ponto que poderia de fato colocar um entrave à sua aprovação.

O segundo ponto a ser analisado na resposta de Virgílio Rodrigues Alves é a forma. O “falar errado”, enfatizado pela escrita incorreta, parece colocar os próprios políticos na condição de ignorância. Voltolino dá a entender que, entre os políticos que votavam a aprovação de uma reforma da Instrução Pública cujo objetivo era acabar com o analfabetismo, havia aqueles com uma maneira de falar julgada errada pela norma culta da língua, ou seja, eles próprios, de algum modo, analfabetos. O caipira, no humor, sempre foi representado como pessoa não escolarizada. Voltolino faz um deslocamento importante na discussão, chamando a atenção para um problema maior, anterior. Coloca um político como pouco escolarizado, e a ironia que surge é que este político está julgando uma reforma da instrução pública. Outra possibilidade é a de que a caricatura sugere a existência do regionalismo entre as oligarquias locais – “caipirice” –, contrariamente à postura cosmopolita.

Figura 71 – *Vida Paulista*, ano II, n. 6, 16 de dezembro de 1920, p. 4



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A figura 71 foi publicada após a aprovação final do projeto da reforma pelo Congresso Estadual, convertida na Lei n.º 1.750 de 8 de Dezembro de 1920. Intitulada “*Coisas da reforma*”, a princípio a imagem alude à desqualificação do professor, pois que o mesmo está a contar com ajuda dos dedos. Além do combate ao analfabetismo, a formação dos professores configurou-se em uma preocupação permanente de Sampaio Dória, aspecto que há tempos figurava entre os debates sobre o baixo rendimento das escolas públicas. Dentre as soluções sugeridas, constava a “melhoria da formação do professorado, sobretudo no domínio técnico e metodológico” (ANTUNHA, 1976, p. 157). A suspeita quanto à qualificação do professor se agravava com a dualidade de instituições formadoras de professores para o ensino primário. Na época da reforma, havia dois tipos de escolas destinadas a esse fim: a Escola Normal Primária e a Escola Normal Secundária. A Escola Normal Primária teve sua origem no curso complementar, inicialmente implantado para dar continuidade ao ensino elementar (Lei n.º 88 de 8 de setembro de 1892); porém, com a Lei n.º 374 de 3 de setembro de 1895, ficou estabelecido que, “mediante o acréscimo de um ano de prática de ensino nas escolas modelo” (SÃO PAULO, 1895), o curso complementar estaria apto a formar professores para o ensino preliminar. Somente em 1911, as escolas complementares formadoras de professores primários passam a Escolas Normais Primárias, e as de “padrão mais elevado”, Escolas Normais

Secundárias, que formavam professores para o ginásio e para a Escola Normal (TANURI, 2000).

A imagem do professor pouco qualificado, em especial o do ensino primário, foi usada de forma cômica em algumas representações do humor. No caso da figura 71, o título “*Coisas da reforma*” indica que a causa da piada pertence ao terreno da reforma. O motivo que pode ter alimentado o uso de tal representação teve raízes nas discussões acerca da redução do ensino primário a dois anos, ocorrida na Câmara de Deputados e na imprensa. Tal polêmica colocou em questão se o ensino de dois anos seria suficiente para alfabetizar os alunos. Correlata a essa polêmica, questionou-se qual tipo de ensino seria oferecido ao aluno em tão pouco tempo.

Na primeira conferência, realizada por Sampaio Dória em 13 de novembro de 1920, o reformador toca em pontos de maior celeuma. Ao refutar as acusações de que a redução do ensino para dois anos iria mutilar os grupos escolares, Sampaio Dória alegou que a providência de suprimir os 3º e 4º anos já havia sido tomada em escolas isoladas rurais, pela administração anterior (Oscar Thompson), sem que houvesse oposições a essa medida. Contudo, houve mais um ponto da conferência que pode ter colocado a figura do “mau” professor em destaque, conforme trecho transcrito abaixo, retirado da publicação integral da conferência pel’ *O Estado S. Paulo*:

Alegar-se-á que com dois annos apenas não se aprende quasi nada, nem mesmo se fica sabendo lêr, escrever e contar direito. **É um semi analfabetismo.** Não é alfabetizar. Não é o que convem. Examinemos bem o caso. Em seis mezes se ensina folgadoamente a lêr. [...] Não ponho em dúvida. Mas é que o professor não presta” (O ESTADO DE S. PAULO, 1920, p. 3, grifo nosso).

As representações negativas quanto ao sistema formativo de professores já haviam sido enfatizadas pelo periódico *O Parafuso*, por meio de um humor irônico, conforme exposto no capítulo 2 desta dissertação. Esse periódico abordou criticamente escolas normais e grupos escolares, que em momentos diversos foram nomeados pelo periódico de ensino de “fachada”. Consideramos que tais representações circulavam entre diferentes grupos, constituídos tanto por pessoas comuns quanto por aquelas ligadas direta ou indiretamente ao meio escolar.

Outro exemplo é um artigo com o título “*Dando razão ao Dr. Sampaio Doria... professor é que não presta*”, publicado pel’ *O Combate* no dia 27 de novembro de 1920. Segue a transcrição de alguns trechos, que apontam para favorecimentos concedidos ora pela condição econômica, ora pela aparência das professoras, sugerindo corrupção, favoritismo e vontade pessoal como critérios de escolha:

Escreve-nos uma ex-professora: tenho lido quase tudo o que se tem escripto e procurando ouvir tudo quanto se em dito a respeito da já celebre reformado ensino. E apesar desse afan e interesse em saber as varias opiniões, ainda não encontrei uma que combinasse com a minha, que é, já se vê, a certa, a boa...Fui professora dez anos. Desisti de continuar a leccionar para ser bordadeira. Ganho mais e não e canço tanto...**Por isso sei dizer qual a causa dos analfabetos serem tantos e posso apontar o remédio para o mal...O mal vem desde as escolas normaes. Passam de anno e tiram notas altas as protegidas que nada sabem...**” (O COMBATE, 1920, p. 1, grifo nosso).

A centralidade do professor também evidencia a tendência a se apontar a figura do docente como o principal responsável pelos insucessos do sistema escolar. Porém, outro dado pode ser acrescentado à análise dessa caricatura/charge; após aprovação na Câmara Estadual, o projeto seguiu para a aprovação no Senado – conforme demonstrado na figura 70. A passagem pelo Senado foi aligeirada – termo usado pelo *Correio Paulistano* – pois, nas palavras da Comissão Reunida de Instrução e Fazenda, já havia sido discutido de forma brilhante pela Câmara de Deputados e pela imprensa (MATHIESON, 2017).

Na reta final da aprovação da reforma, estava implícita a garantia de que o governo ofertaria ensino obrigatório e gratuito de dois anos, suficiente para que as crianças aprendessem a ler, escrever e contar. Seria razoável pensar que a representação de um professor que, por dificuldades de contar, recorria ao uso dos dedos, fazia referência à crítica de um ensino resumido, só que inversamente. O humor de Voltolino girava em torno das contradições presentes nos discursos em confronto com a realidade. Pouco tempo antes, o próprio propugnador da reforma havia, em conferência, acusado os professores de incapazes. Em muitas ocasiões, o humor ilumina uma determinada tensão, e deixa ao leitor a tarefa de tirar suas conclusões a respeito.

Nery (2011), em artigo sobre a produção humorística de Raul Pederneiras – caricaturista, ilustrador, pintor, professor, teatrólogo, compositor e escritor (1874-1953) –, analisa certa característica deste “bacharel caricaturista” que, em seus desenhos, mostrou as contradições existentes entre o projeto republicano de embelezamento da cidade do Rio de Janeiro e a persistência de “usos e costumes” próprios do popular. Em certa passagem, a autora reflete sobre o diálogo último com o leitor, que tem a prerrogativa de decidir quem tem razão na contenda colocada pela charge:

O repertório do bacharel caricaturista é todo vincado nessas tensões implicadas no embelezamento da cidade: o desacordo entre projeto e prática é a causa em julgamento. No jogo do humor, seu olhar preside a cena, mas a decisão é do público. Pederneiras honra a tradição da arte que pratica – o caricaturista é, ao mesmo tempo, crítico e guardião dos usos e costumes da sociedade (NERY, 2011, p. 232).

Ainda com relação ao professor representado na caricatura, percebemos que a figura remete a uma pessoa madura. Os alunos entreolham-se diante do professor contando com a ajuda dos dedos. A cena escolar resvala outras várias questões. Não é possível dizer com convicção se se trata de escola isolada ou grupo escolar. Por outro lado, os alunos estão uniformizados, sentados em mobiliário com lugar para a caneta tinteiro. O professor está numa espécie de púlpito, cadeira de espaldar alto, com sineta na mesa, elementos que lembram uma escola do tipo grupo escolar, bem aparelhada e mobiliada. Talvez possamos supor uma última crítica à medida de redução do ensino primário, no que se refere aos acalorados opositores que diziam que o grupo escolar seria mutilado pela reforma. De uma maneira geral, o quadro poderia estar retratando um grupo escolar falido.

Figura 72 – Capa da *Vida Paulista*, ano II, n. 16, 16 maio de 1921



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A charge da figura 72 ilustrou a capa da edição número 16 do periódico *Vida Paulista*, que, datada de 16 de maio de 1921, apresenta ainda mais três desenhos de humor relacionados com as discussões ocorridas na imprensa sobre a reforma.

O título da charge, “*Na Fronteira da Republica Escolar*”, antecipa o tema, indicando que a “piada” usaria como um dos seus elementos as Repúblicas Escolares (mesmo tema figura

4, retirada d'A *Cigarra*). A legenda, “Possível restauração se continuar a crise” (VIDA PAULISTA, 1921, p. 1), permite algumas ponderações: a palavra crise pode se referir às várias dificuldades ocorridas na implantação da lei da reforma, em especial à última, relativa à proscricção das crianças de 7 e 8 anos do sistema de ensino primário, ou à própria exoneração de Sampaio Dória, ocorrida no início de maio de 1921. O termo *crise* também foi usado pelo *Jornal do Comercio*, referindo-se à reforma e ao governo:

[...] eis que surge do alto de uma tribuna o ilustre Sr. Diretor Geral da instrução Pública para explicar um desaguisado ocorrido na República de uma Escola Normal. Mais uma conferência ao invés de um regulamento. Mais desordem nos estabelecimentos de ensino, ao invés de aproveitamento e trabalho. Mais processo para desviar dos estudos a atenção dos alunos, atirando-a para questões e atitudes capazes de fazer rir um frade de pedra. Isto é, **nasceu em crise e em crise há de viver até o momento em que... um golpe de Estado dela dê cabo, restituindo à desejável compostura governantes e governados** (JORNAL DO COMMERCIO, 1921, p. 3 apud MATHIESON, 2017, p. 199-200, grifo nosso).

A palavra também foi empregada pelo jornal *A Gazeta*, porém, com o intuito de refutá-la:

E temos certeza que o leitor concordará conosco ao inteirar-se do caso que deu origem á divergência e de que resultou a crise na Instrução Publica a que se referiram ultimamente os jornaes, - **crise depressa conjurada** e que está longe de constituir qualquer solução de continuidade na escrupulosa execução que vai tendo a reforma do ensino em S. Paulo (A GAZETA, 1921, p. 1).

Ao analisar a imagem, vemos à esquerda um pequeno personagem, usando coroa: trata-se de Oscar Rodrigues Alves, já mencionado no capítulo 1 desta dissertação. Oscar Rodrigues Alves está “acampado” na fronteira de um “campo de batalha” – tenda, mesa com mapa e esquadro. Note-se a presença de alguns privilégios dignos da suposta procedência real: cozinheiro próximo à fogueira e um camareiro a escovar um vestuário. A pose do político lembra Napoleão Bonaparte, introspectivo, aguardando um deslize do adversário. Em outra caricatura, publicada na revista *A Cigarra*, Oscar Rodrigues Alves também foi desenhado a observar os erros políticos e administrativos de Washington Luís – figura 21, inserida no capítulo 1. Convém lembrar que Washington Luís havia sido prestigiado pela imprensa por ter demonstrado independência da Comissão Diretora do PRP na escolha de seu secretariado – vide caricatura d’*O Parafuso* apresentada como figura 81 deste capítulo. A presença de Oscar Rodrigues Alves em charges que retrataram momentos críticos do governo de Washington Luís pode sinalizar para o desacordo entre a comissão diretora e os atos de Washington Luís, fato que se tornou alvo de um humor irônico. O argumento se torna mais consistente se olharmos novamente a legenda: “Possível restauração se continuar a crise”. Consideramos que o termo *restauração* se refere à volta do clã rodriguessalvista. Aventamos a possibilidade de que o termo

crise é usado com dupla referência de destino: crise da reforma da Instrução Pública e do governo estadual.

Figura 73 – *Vida Paulista*, ano II, n. 16, 16 de maio de 1921, p. 5



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

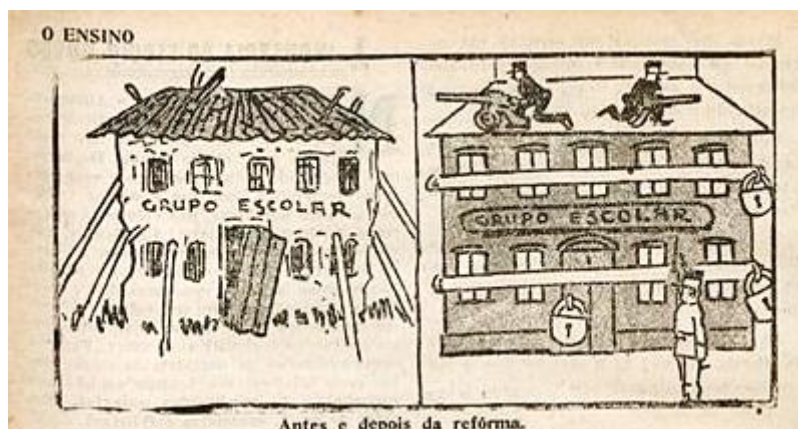
Os grupos escolares foram instituições de ensino emblemáticas do regime republicano, figurando na propaganda de suas propostas inovadoras, a começar pela reforma do sistema escolar herdado do Império. Como menciona Souza (1998), o projeto liberal dos republicanos paulistas encontra na educação o seu campo de ação política e um dos canais de compreensão da sociedade brasileira e de sua proposta de modificação rumo ao progresso. Carvalho (2003) afirma que a escola foi representativa, no início da República, da força instauradora de uma nova ordem, que enterraria o atraso do período imperial e apontaria para um futuro iluminado, no qual saber e cidadania estariam unidos. Como símbolo da nova ordem progressista, a instituição deveria ser representada na suntuosidade dos seus prédios e nos ritos de inauguração de uma nova escola (CARVALHO, 2003).

A figura 73 traz algumas simbologias. Fez-se alusão ao grupo escolar como um barco distante da margem que, todavia, pode ser avistado por um menino. O barquinho que se passa por grupo escolar leva uma palmatória como mastro, elemento típico de uma escola considerada ultrapassada. Seria o barco uma metáfora para referenciar a situação instável dos grupos escolares em relação à reforma? Os dois passageiros estão cabisbaixos. O homem tem uma barba longa e branca, características de uma pessoa de idade avançada – ou seria ele Washington Luís? Juntamente com o elemento da palmatória, esse aspecto pode sinalizar a intenção de caracterizar o grupo escolar como um sistema de ensino antigo. Outra leitura possível é a de que os dois únicos adultos no barco/grupo escolar estariam entristecidos pela

ausência de crianças, a priori o segmento que deveria ser o mais populoso dentro da escola. Nessa segunda hipótese, a charge estaria criticando as dificuldades em torno da matrícula das crianças: número insuficiente de grupos escolares, bem como as imposições da reforma quanto à idade obrigatória e o afastamento das crianças menores.

A criança, a apontar o dedo para o barco, está brincando de “soldadinho”: chapeuzinho de papel na cabeça e montando um cavalinho de pau. A legenda “15 de novembro” (VIDA PAULISTA, 1921, p. 5) faz menção à data cívica de proclamação da República. A menção da data que inaugurou o novo regime, a criança vestida de “soldadinho” e os grupos escolares são signos que juntos fazem o leitor pensar no governo republicano. A crítica se estende do grupo escolar ao sistema de governo que o idealizou. O riso poderia acontecer pela maneira infantilizada com que se alude à república, às datas cívicas e à forma titubeante com que o grupo escolar é representado. Por extensão, é a própria república que vai indo embora: velha, cansada, antiquada.

Figura 74 – *Vida Paulista*, ano II, n. 16, 16 de maio de 1921, p. 5



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A imagem da figura 74 assemelha-se a um desenho de humor, e apresenta duas diferentes fachadas de um grupo escolar para representar dois momentos, antes e depois da Reforma Sampaio Dória. A data de publicação é próxima daquela em que a lei foi definitivamente regulamentada pelo Decreto n.º 3.356, de 31 de maio de 1921.

Monteiro Lobato, em artigo publicado em 19 de novembro de 1920 no jornal *O Estado de São Paulo*, cujo título é “*O Combate à Hydra*”, defendeu a reforma de ensino, naquele momento em discussão na Câmara de Deputados do Estado. Nesse período, os críticos da reforma – principalmente *O Jornal do Commercio* – afirmavam que o sistema escolar seria “mutilado” pela medida. Em certa passagem, Monteiro Lobato usa o argumento de que o

sistema a ser reformado estava “decaído”, chamando-o também de “sistema antigo”. (O ESTADO DE S. PAULO, 1920, p. 3) Desta forma, reforçava a validade da reforma a ser realizada em um sistema decadente, não eficiente no combate ao analfabetismo e comparado por ele a uma “hidra”.

A metáfora da hidra talvez tenha sido utilizada para enfatizar a persistência do problema do analfabetismo no Brasil, ou seja, a dificuldade em eliminá-lo do cenário brasileiro. A hidra, na mitologia grega, era representada por um monstro com corpo de dragão e várias cabeças de serpentes. A lenda conta que sempre que uma cabeça de serpente é cortada, outra nasce no lugar. Apesar do artigo de Monteiro Lobato ter sido publicado em 19 de novembro, dá pistas sobre a natureza das discussões e as concepções em jogo relativamente aos sistemas de então e às possibilidades de transformação.

Críticos à reforma diziam da mutilação de um sistema que era bom em sua proposta original, com elogios aos idealizadores. Defensores da reforma referiam-se ao sistema escolar em vigor como “decaído” e “antigo”. O primeiro sistema, o “antes da reforma”, representando pelo grupo escolar cujo prédio apresenta péssimas condições, apoiado por hastes e com janelas e porta tombadas, alvejado por tantas críticas, está prestes a desmoronar. O novo sistema, após a ação da reforma, mostra-se bem sólido, em sintonia com os argumentos que defenderam essa nova concepção de ensino escolar. Possivelmente, os críticos à reforma partilhavam a concepção de que a qualidade do ensino estava associada aos grupos escolares na sua primeira fase, após a mudança do regime, tendo sido caracterizados por Antunha (1976) como saudosistas. O jornal *O Correio Paulistano*, órgão oficial do PRP, no excerto abaixo, parecia dialogar com estes últimos:

Acrescentamos que não tem razão de ser as apreensões de que vão ser suprimidos os grupos escolares. Os nossos estabelecimentos, que honram o aparelhamento escolar de São Paulo, terão de continuar a existir porque nelles será ministrado o ensino primário de dois annos aos que se matricularem nas condições legais (CORREIO PAULISTANO, 1921, p. 4).

A ironia da imagem que representa o “*depois da reforma*” é a blindagem com que é amarrado o grupo escolar, sugerindo que a entrada e a saída estão vedadas com cadeados, tanto na porta como nas janelas. A blindagem é potencializada pela vigilância de soldados armados com canhões. A proteção exagerada do grupo escolar pode mais uma vez se referir aos obstáculos que se ergueram aos menores de 7 e 8 anos, bem como à taxa de matrícula do ensino médio instituído ou, ainda, à dificuldade de prosseguimento nos estudos por conta da mesma taxa. Os dois momentos, antes e depois da reforma, sinalizam para a mudança, porém, o

segundo indica o surgimento de outros problemas, sinalizando para a ideia de que a reforma não resolveria os problemas

Importante notar que a implantação dos grupos escolares ocorreu nos centros urbanos, que foram privilegiados em detrimento das comunidades rurais e dos bairros afastados. Estes últimos contaram com a escola isolada que, ao contrário dos grupos escolares, ressentia-se com a “falta de materiais escolares, livros, cadernos, salas apropriadas e salários para os professores” (SOUZA, 1998, p. 51).

O humor das figuras 71 e 72 faz críticas ao grupo escolar e àquilo que o sistema representou de injustiça por ter privilegiado poucos e se distanciado da maioria, além de aspectos constituintes da percepção de muitos: a privação de um ensino primário de qualidade e a oferta escalonada de vagas. Consideramos que as formas depreciativas e satíricas de representar o grupo escolar eram uma maneira indireta de criticar o sistema de governo republicano e, em particular, a Comissão Diretora do PRP. Como exposto por Souza (1998) e Carvalho (2003), os grupos escolares foram símbolos da inauguração de um novo regime que traria consigo progresso, civilização e democratização.

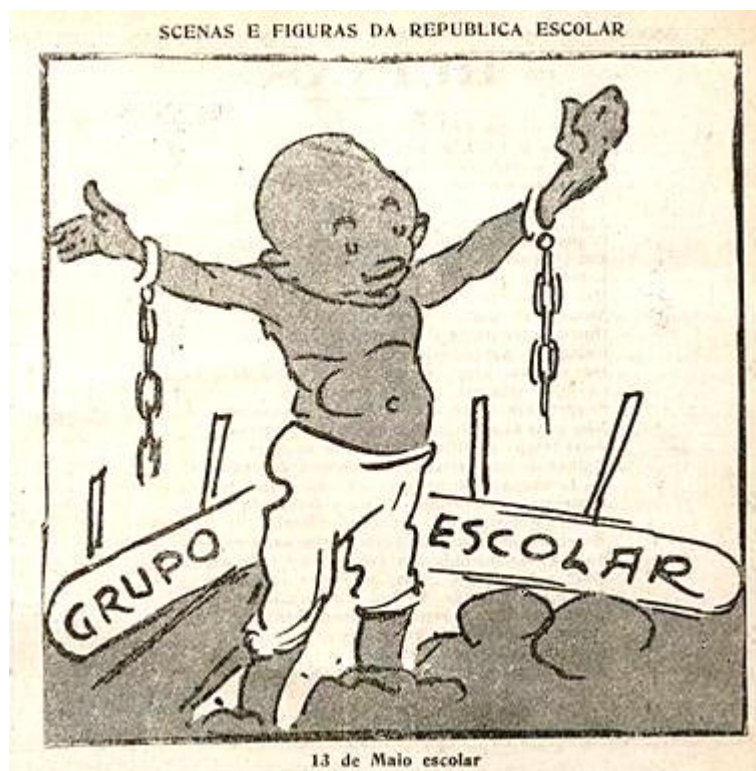
Vale lembrar que o período analisado está inserido no momento de “desilusão pela República”, principalmente, por parte da intelectualidade e literatos que também atuavam como jornalistas. Segundo Sevchenko, (2003, p. 108):

Conspurado pelas adesões maciças e disputas canhestras pelo poder e cargos rendosos, o novo regime esvaziara rapidamente os sonhos que os seus arautos acumularam ao longo de três décadas. Esterilizados pela sua acomodação, os políticos e os partidos que se assenhoraram da situação tornaram-se alvo de violentas críticas por parte dos grupos intelectuais. Censurava-se-lhes a inocuidade política, o vazio ideológico, a corrupção e sobretudo a incapacidade técnica e administrativa que os caracterizava.

Medeiros (2002, p. 5, grifo nosso) indica que as propostas de mudança do sistema escolar, defendidas por Sampaio Dória, vinham atreladas ao seu discurso sobre a preparação do povo para o voto e para a realização da democracia, em um momento de desilusão com o regime republicano e as eleições de fachada:

Diante da onda de desilusão com a República, constatada em seus contemporâneos, ele sinaliza tanto com suas propostas, como com sua concepção **sobre a importância decisiva da formação do povo para votar**, uma solução que chegou a animar e a convencer muitos.

Figura 75 – *Vida Paulista*, ano II, n. 16, 16 de maio de 1921, p. 8



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Ao invocar a data da abolição da escravatura, a caricatura acima faz um jogo de ideias, insinuando que as crianças/escravos estavam livres do grupo escolar. Consideramos que é mais uma crítica ao período de espera a que foram sujeitas as crianças de 7 e 8 anos. A tora com grilhões, instrumento de tortura impingido aos escravizados rebeldes, ganhou a inscrição “grupo escolar”. Seria o quadro uma alusão aos sentimentos ambivalentes das crianças com relação à escolaridade, vista como espaço disciplinador, pouco significativo e em oposição à liberdade das brincadeiras?

Outras conjecturas podem ser feitas: a escravidão e o analfabetismo eram vistos como as causas do atraso brasileiro. Representar o 13 de maio desta forma é também colocar o problema da alfabetização dos negros ou, de modo mais amplo, de sua educação. Assim, embora a imagem mostre uma criança que se liberta da escola, ela o faz ironicamente, para dizer que tanto em um caso, quanto no outro, ou seja, fosse no que se refere ao combate ao analfabetismo em geral, fosse à situação da população negra, pouco se alterou; então, a República seria uma fraude. A crítica à República como uma fraude já aparecera no periódico, em artigo publicado na seção “*Órgão Político*”. Nele, Washington Luís é criticado por pretender reeleger a bancada federal paulista, desconsiderando o caminho democrático do voto:

“O que não está, é resolver-se o assumpto magno, á revelia do eleitorado, assim como quem comanda “molóca” de escravos, em senzalas...” (VIDA PAULISTA, 1920, p. 11, grifo nosso).

O mote do desenho pode ter se originado em publicação de outros veículos, em que relacionavam-se a data comemorativa do 13 de maio e as repúblicas escolares. No dia 13 de maio de 1921, o jornal *Correio Paulistano* havia publicado uma matéria intitulada “13 de Maio – As comemorações de hoje em S. Paulo”, na qual explicitava a programação dos festejos acerca dessa data cívica, em diversas instituições escolares; dentre elas, a organizada pela Escola Normal do Brás, destacando as providências tomadas pela “juvenil República”:

A Escola Normal do Braz, graças aos esforços de seu director, da sua **juvenil Republica** e de seus professores, realizará, pois, com o brilho de sempre, uma festa attrahente e altamente significativa, em commemoração da libertação dos escravos (CORREIO PAULISTANO, 1921, p. 1, grifo nosso).

Figura 76 – *Vida Paulista*, ano II, n. 17, 1º de junho de 1921, p. 8



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A caricatura acima tem por personagem central Washington Luís, em postura semelhante a um professor, com um livro na mão. À sua direita, está o vice-presidente do Estado, Virgílio Rodrigues Alves, desenhado como uma criança que está aprendendo a ler. À

esquerda do presidente, a segurar o braço do professor, está o “coronel” Lacerda Franco³³. Os dois políticos e coronéis fizeram parte do Senado Estadual que aprovou o projeto de lei n.º 47 e o converteram na lei n.º 1.750 de 8 de Dezembro de 1920. Ambos estão usando calças curtas, como alunos do ensino primário.

A figura 76 traz outras informações que a ligam à crítica da reforma. O título é uma espécie de chiste, “*Coisas da instrução*”. Subentende-se, por ele, que as medidas sobre instrução pública continham uma singularidade que poucos compreendiam. Pode indicar, ainda, que a reforma e seus sobressaltos tornaram-se assunto frequente na mídia. Abaixo do título, há uma espécie de introdução, retirada de outros jornais, proporcionando um enquadramento específico, “Só podem frequentar a escola crianças maiores de 9 anos (dos jornaes)” (VIDA PAULISTA, 1921, p. 8), sinalizando que o assunto é mais uma vez o dispositivo que elevou a obrigatoriedade para 9 e 10 anos e o parágrafo único que impediu a matrícula dos menores. A legenda “Antes da idade escolar” conduz o leitor, a refletir sobre as crianças menores de 9 anos. O riso seria provocado pela forma como os “coronéis” foram infantilizados e referidos como analfabetos, ou submetidos a autoridade de seu professor. Neste caso, a relação professor-aluno foi usada como relação de autoridade pessoal.

Pelas mãos de Voltolino, Lacerda Franco ganhou traços faciais embrutecidos, em uma expressão fria e congelada. É próprio da técnica caricatural exagerar certas características faciais ou corporais, em um jogo que Gombrich (1986, p. 300) chamou de “semelhante no dessemelhante”. O autor afirma: “Pois esse é o segredo de uma boa caricatura – oferecer uma interpretação visual de uma fisionomia que desde então não conseguimos esquecer e que a vítima sempre carregará consigo como um homem enfeitiçado” (GOMBRICH, 1986, p. 301).

Novamente, Gombrich (1999, p. 135), em seu texto *O arsenal do caricaturista*, confirma a estratégia de fixar a imagem de políticos de forma caricata, fato que os fazia reconhecidos em diferentes contextos de humor: “A redução da fisionomia a uma fórmula conveniente tornou possível manter determinados políticos constantemente diante dos olhos do público em todos os tipos de papéis simbólicos”.

Interessante notar que a composição de cada um dos rostos dos políticos em questão assume um tipo de expressividade relacionada a um aspecto de personalidade, um modo de agir nas relações políticas ou, ainda, alguma falha na formação cultural e escolar. Gombrich (1986), em suas reflexões sobre o processo de aperfeiçoamento do traço artístico cômico no que tange

³³ Lacerda Franco, além de senador estadual em várias legislaturas (1892-1924), era permanente da Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista; tornou-se senador federal por SP em 1924. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, 2017).

às possibilidades de expressão da linguagem pictórica, cita vários “mestres da sátira grotesca” – Hogarth, Topffer, Cozens – que, gozando da liberdade de experimentação não permitida ao artista sério, chegaram a desenvolver vários ensaios da expressividade possível (GOMBRICH, 1986, p. 306).

Nesta perspectiva, Washington Luís ganha um tom austero, um rosto que não demonstra emoções – sobrelhas sempre cerradas, sem mobilidade –, e que transmite certo distanciamento. Distanciamento do povo e da comissão diretora? Lacerda Franco tem uma expressão feroz, algo que o aproxima dos meios ilícitos e violentos usados nas eleições de Araraquara, enquanto personificação do coronelismo da época. Já Virgílio Rodrigues Alves tem em seu rosto uma expressão vazia, de quem não compreende o que o cerca, indicando falta de inteligência e cultura.

A identificação das caricaturas de Virgílio Rodrigues Alves e Lacerda Franco somente foi possível pela análise de outras charges veiculadas pelos periódicos *O Parafuso* e *Vida Paulista*, cujo foco era um mesmo grupo de personagens – vide figuras 77 e 78.

Figura 77 – *O Parafuso*, ano VI, n. 196, 19 de maio de 1920, p. 1



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Figura 78 – *Vida Paulista*, ano II, n. 5, 1º de dezembro de 1920, p. 5



Fonte: Seção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Mário de Andrade

Com relação às figuras 77 e 78, o jornal *O Estado de São Paulo*, em 5 de maio de 1920, reproduziu o editorial escrito pelo periódico *Municipal* três dias antes. Analisando o texto, foi possível entender o contexto que motivou a produção das duas caricaturas em que o personagem central era Lacerda Franco, e que, possivelmente, tiveram repercussão significativa na imprensa.

Nesse editorial, bastante crítico quanto ao “coronel”, o mesmo é chamado de “*Solano Lopes*” e “*chefe político*” de Araras, sua terra natal. Foram mencionados os pedidos de Lacerda junto a dois presidentes de Estados – Bernardino de Campos e, posteriormente, Altino Arantes – para fornecer-lhe “soldados” para agirem a seu favor nas eleições de Araras. Diante da negativa, Lacerda Franco, nas duas ocasiões, parte para a Europa, fato alardeado pelas caricaturas como “fuga”.

A identificação de personagens caricaturados a partir da própria categoria que ora se constitui um dos objetos de estudo desta dissertação indica que certos políticos tiveram sua forma caricatural fixada e apresentada com frequência em páginas de humor de periódicos com diferentes perfis. Políticos foram caricaturados devido a ações tomadas dentro de uma polêmica maior, que estava sendo noticiada pela imprensa, como foi o caso de Washington Luís, presente em várias caricaturas referentes à Reforma Sampaio Dória, levada a cabo durante sua administração.

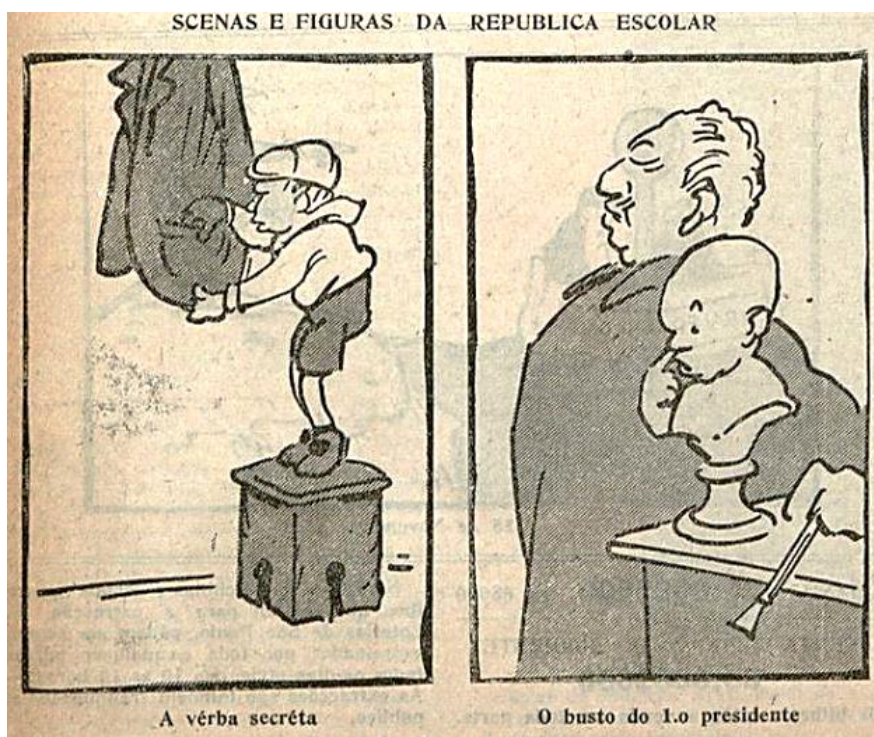
Certos personagens políticos ridicularizados faziam parte da Comissão Diretora do PRP, e foram alvo do humor de Voltolino dentro do contexto de discussões suscitadas pela reforma que tiveram a cobertura da imprensa na época. A crítica humorística, nesse caso, transcendia a polêmica relativa à reforma em si, e se dirigia ao sistema político oligárquico instalado durante a Primeira República, assim como aos meios escusos usados para a perpetuação no jogo político, como era o caso do caudilhismo brasileiro. Conforme mencionado anteriormente, o caudilhismo/coronelismo estava em discordância com os ideais da democracia apregoados diversas vezes por Sampaio Dória.

Desta feita, um humor gráfico que, em uma primeira leitura, incluía elementos ligados às principais discussões da reforma, como, por exemplo, a obrigatoriedade de matrícula escolar para crianças a partir de 9 anos – vide figura 76 –, ao mesmo tempo incluía políticos conhecidos pelo codinome “coronel”, e cujo “clone” caricato já figurara em outras situações que ganharam a versão ridicularizada pelas lentes do humor. Exemplos desta última situação foram Lacerda Franco e Virgílio Rodrigues Alves.

O humor que incluiu a figura de Lacerda Franco e outros elementos integrantes da Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista aponta para um momento em que forças de oposição locais faziam-se sentir. As duas caricaturas veiculadas por periódicos de uma linha mais contestadora – *O Parafuso* – e de crítica política – *Vida Paulista* – indica o enfraquecimento dos “chefes políticos” mais antigos, cada vez menos influentes junto aos cargos mais altos de governança do Estado.

Desta maneira, o humor, também obra de jornalistas, circunscrevia as questões da reforma e suas discussões correlatas dentro do espectro político. Até então, os políticos que haviam conduzido o governo de São Paulo haviam realizado uma má administração em vários setores, inclusive o da educação, permitindo o crescente analfabetismo e a restrição de um ensino de qualidade – grupos escolares – a uma minoria.

Figura 79 – *Vida Paulista*, ano II, n. 16, 16 de maio de 1921, p. 6



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A charge da figura 79 satiriza algumas discussões realizadas pelos opositores da reforma, em particular, relativamente às repúblicas escolares, as quais já haviam sido abordadas por Sampaio Dória na sexta e sétima conferências. À esquerda do quadro, vemos um menino tentando tirar algo, sorrateiramente, do bolso do paletó pendurado na parede. A legenda “*a vérba secréta*” sinaliza para a ideia de que o menino está tirando dinheiro do bolso. É possível que essa imagem esteja relacionada com o dinheiro que as repúblicas escolares teriam que gerir após sua implantação. Uma das propostas da Lei n.º 1.750 de 8 de dezembro de 1920 era unificação das Escolas Normais e Primárias; junto com tal medida, a lei propôs uma reorganização dos conteúdos a serem estudados, dentre eles, a reconfiguração da disciplina educação cívica, separada da cadeira de psicologia e pedagogia, e que seria realizada no formato de uma organização associativa chamada de república escolar, que seria responsável por um montante em dinheiro a ser gerido por ela. O trecho a seguir, retirado da Lei n.º 1.750, Título VII, “Das Escolas Normais”, artigo 8.º, estipulava:

e) destaca-se a educação cívica da cadeira de psychologia e pedagogia, para realizal-a, mediante uma organização associativa, obrigatoria dos estudantes, com uma dotação correspondente a 1/4 das taxas pagas pelos alumnos (SÃO PAULO, 1920).

Em matéria intitulada “*Republicas escolares*”, publicada em 8 de abril de 1921, *A Gazeta* informava:

Como se sabe, a Directoria Geral da Instrução Publica resolveu instituir em cada uma das nossas escola publicas, uma Republica Escolar, cujos cidadãos sejam constituídos pelos alumnos e dotada da mais completa autonomia para a regência dos seus próprios destinos. Para o “custeio” da vida de cada uma dessas unidades republicano-escolares, **foi determinado recentemente pelo Congresso do Estado que seja destinada a quarta parte das taxas de matricula pagas a cada uma delas pelos respectivos alumnos.** Os membros de cada republica escolar, por meio dos respectivos governos e assembleias, por elles eleitos periodicamente, regularão á vontade a aplicação de taes fundos, apprendendo dess’arte a noção da responsabilidade de cada cidadão de uma democracia no governo e condução dos interesses da collectividade (A GAZETA, 1921, p. 1, grifo nosso).

Desse modo, aventamos a hipótese de que o intuito da caricatura fosse colocar em dúvida o destino dos fundos a serem geridos pelas repúblicas escolares. O personagem à direita do quadro, ao lado do busto do “*1º presidente*”, pode ser Cardoso de Almeida, o “Cartola”. Cardoso de Almeida era filho de um líder político de Botucatu e foi Secretário da Fazenda de Altino Arantes, entre outros. No quadriênio de Washington Luís, Cardoso de Almeida assumira o posto de presidência do Banco do Brasil, denotando uma vivência em cargos ligados às finanças públicas (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, 2017). O cognome dr. Cartola – figura 80 –, foi-lhe atribuído pelos críticos humorísticos por representar a elite política, econômica e social. A possibilidade de sua presença nessa caricatura se dá porque a temática está relacionada com possíveis desvios de dinheiro. Desta feita, o humor gráfico, a partir de uma piada sobre os fundos atribuídos às repúblicas escolares, faria, por extensão, alusão ao mau uso do dinheiro público, frequentemente criticado pelos jornais durante a gestão de Washington Luís. O presidente estava sendo bastante atacado pela imprensa devido aos empréstimos que o governo contraía dos bancos londrinos. Havia, ainda, a questão de um gasto superior gerado pela unificação das escolas normais, tema que foi escrutinado por Sampaio Dória na sétima conferência, quando, mais uma vez, defendia-se de críticas, conforme trecho abaixo:

Assim, a atoarda de que, na remodelação das Escolas Normais, a Reforma onera o erário público em 600 contos de réis, e a de que, com a disponibilidade dos seus professores, o Thesouro terá de pagar, a mais, centenas e centenas de contos por anno (DORIA, 1921 apud CORREIO PAULISTANO, 1921, p. 3).

Figura 80 – Capa d’*O Parafuso*, ano V, n. 138, 2 de abril de 1919



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

É razoável pensar que o humor produzido por Voltolino para a *Vida Paulista* conduzia o leitor a pensar nas críticas à reforma baseadas no argumento de que esta promoveria a decadência dos grupos escolares. Ao mesmo tempo, as imagens mostraram o outro lado da questão, o argumento favorável segundo o qual o sistema dos grupos escolares não era bom e estava ultrapassado. Por fim, o humor quis, sobretudo, enfatizar que, independente da polêmica, o resultado continuava a ser pouco promissor para a população. Portanto, a crítica final recaía na administração pouco efetiva e na crença em sua continuidade, já que os comandos permaneciam os mesmos.

O periódico demonstrou, principalmente na seção “*Órgão Político*”, críticas diretas aos meios manipulativos usados pela Comissão Diretora (situacionistas) nas eleições, e o apoio declarado aos dissidentes. Desta maneira, pareceu estar em concordância com seu perfil, ao fazer uma crítica à reforma pelo viés político, deixando transparecer, por meio das charges, a crítica ao sistema republicano em geral e ao governo paulista em particular.

Contudo, notamos que a figura de Washington Luís esteve presente em apenas uma construção humorística – figura 76. Mesmo assim, consideramos que, de uma maneira não muito vexatória, diferentemente do tratamento dispensado aos outros dois políticos, referidos como analfabetos – Virgílio Rodrigues Alves e Lacerda Franco –, demonstrando assim a reprovação da permanência na política das velhas oligarquias dos primeiros tempos da

República. Desta forma, a redação da *Vida Paulista* sinalizava para um desejo de renovação política, também percebido nas demais imagens de humor que usaram metáforas e simbologias nas suas alusões ao sistema escolar e ao regime republicano, simultaneamente.

3.3 *O Parafuso* – os políticos analfabetos

O Parafuso não usou imagens de humor para criticar a reforma da instrução pública. Por outro lado, usou de sua habitual linguagem zombeteira para referenciá-la. Conforme seu perfil editorial, a revista tomou o tema da educação para criticar as autoridades públicas e o mau uso do dinheiro público. Em muitos momentos, é possível pensar que *O Parafuso* foi fundador de algumas piadas que estigmatizaram determinados políticos, e que os demais órgãos da imprensa de entretenimento se apropriaram delas. É o caso da referência a Virgílio Rodrigues Alves e Lacerda Franco como pessoas analfabetas.

Uma primeira abordagem da reforma foi realizada por meio do artigo intitulado “*A Reforma do B.A. BA*”, datado de 15 de dezembro de 1920, período em que a lei já havia sido aprovada na Assembleia Legislativa. O estilo do título antecipava que o periódico usaria de escárnio para se referir à reforma. De maneira jocosa, o editor sugere que a pasta da Instrução Pública era de “interesse” da família Rodrigues Alves, talvez para um próximo quadriênio – “logo que o bárbaro Alarico deixasse a pasta” (O PARAFUSO, 1920, p. 8), referindo-se a Alarico Silveira, Secretário de Negócios do Interior, setor responsável pela Instrução Pública – e que a acusação de inconstitucionalidade também provinha do clã:

Tem dado o que fallar o tal projeto de reforma do ensino primário, **assumpto muito do interesse do coronel Virgillio Rodrigues Totó e do seu reformado sobrinho Kaká.**

Vão matar justamente os dous anos de grupo escolar que formavam o sonho, a ambição, o ideal, o máximo premio, a aureola triumphal com que o sobrinho desejava presentear o tio senador, logo que o **bárbaro Alarico deixasse a pasta.**

Ruiu o castelo idealizado, a documentação completa almejada para unir-se á patente de coronel e á mudez do senador Incitatus.

Deixassem o quarto anno, ainda que acabassem com o primeiro, o segundo e o terceiro! Então, sim, o projeto não seria inconstitucional, não iria de encontro aos interesses da familia ex-reinante” (O PARAFUSO, 1920, p. 8, grifo nosso).

O texto insinua, em mais de uma passagem, que o clã rodriguessalvista e seus aliados concordavam com as críticas à inconstitucionalidade, apesar de, segundo o editor, o quadriênio anterior ter desrespeitado a Constituição e o dinheiro público:

O Governo Washington quer mexer na Lei, na Constituição! Que sacrilégio! O Altino e seus companheiros de farra nunca tal fizeram. A Constituição é muda no que se refere a **grillos**, a reservados, **a fabrica de sapatos de Jundiahy**, **a trusts electricos**, a envenenamentos, a anavhamentos, **comedoiras grossas e bebedeiras grandes a**

custas do Thesouro. Agora, a Reforma do Ensino, isso sim é que é crime feio, cujo exemplo não foi, nunca, em nenhuma ocasião, dada pelo governo extinto” (O PARAFUSO, 1920, p. 8, grifo nosso).

O termo “*grillo*” faz alusão a Oscar Rodrigues Alves, desenhado na caricatura de Voltolino em formato de um grilo, pequenino e insignificante (BELLUZZO, 1992). A “*fabrica de sapatos de Jundiahy*” talvez seja referência aos múltiplos negócios industriais capitaneados pela família dos Lacerda Franco, constituídos a partir das casas comissionárias, bancos e demais comércios financiados pelos capitais cafeeiros acumulados pelo clã³⁴. As expressões “*trusts electricos*” e “*comedoras grossas e bebedeiras grandes a custas do Thesouro*” aludem respectivamente à Light – empresa canadense responsável pelo fornecimento de energia elétrica – e aos banquetes em homenagem a políticos, ambos criticados com frequência por alguns veículos.

O redator admite a presença de comprometimento com o bem público por parte do governo que estava a promover a reforma:

Essa corja criticar vantagens e desvantagens desta ou daquela medida, mesmo movida pela inveja, **do pessoal que a substitue mais limpamente**, admite-se. Mas falar de legalidade ou ilegalidade de uma reforma, ela que nunca respeitou o Código penal, que sempre pisou a Constituição, que agiu arbitrariamente em todas as emergências, que se entupiu de dinheiro sem dar satisfações á policia! É o cumulo do cynismo (O PARAFUSO, 1920, p. 8, grifo nosso).

Em outro trecho, o artigo elogia a iniciativa do governo quanto à indicação do secretariado, eximindo-se de influências: “Quem é o Alarico? Quem é o Dória? Elles tem Chaves, Mottas, Alves, Arantes nos apelidos? É tudo gente nova que aproveitou pouco os ensinamentos que o govono passado pregou como exemplo” (O PARAFUSO, 1920, p. 8, grifo nosso).

A matéria afirma que o “*desfeito*” motivava as críticas vindas dos políticos do quadriênio anterior, possivelmente em razão de ressentimentos por nenhum deles ter feito parte das indicações de Washington Luís na formação de seu secretariado:

Qualquer pessoa que ouça as criticas que os do quadriênio da lama atiram ao projecto de reforma de ensino, compreende que **o despeito de se veem apeados é que movimenta a matilha**, principalmente tratando-se de presa fácil, pois as medidas aviltradas não prestam (O PARAFUSO, 1920, p. 8, grifo nosso).

Por fim, atribuiu aos políticos do quadriênio anterior a crise econômica que o Estado enfrentava, e que também justificava a opção da reforma pela redução do ensino primário, em detrimento da construção de mais escolas; o próximo trecho destaca, ironicamente, que neste

³⁴ A esse respeito, ver Silva (2011).

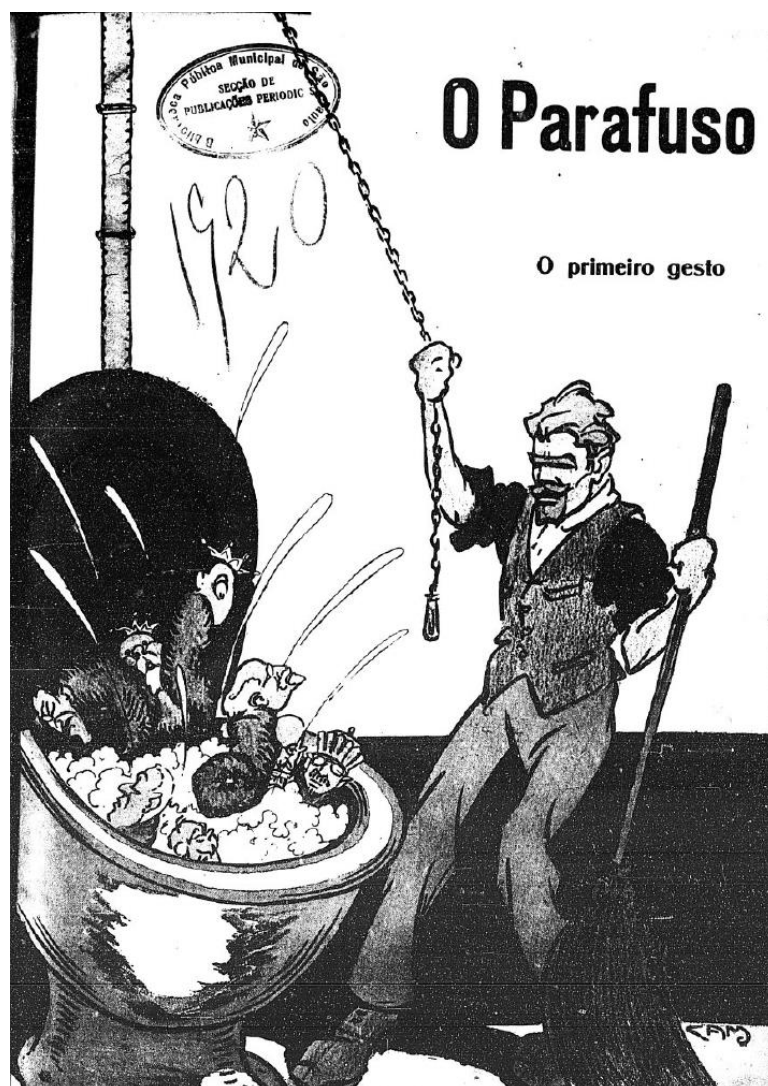
ponto “aprovavam” a reforma, pelo “*dinheiro em caixa*” que Washington Luís estava a promover:

O ideal, para os descarregados, é que o dr. Washington economise, guarde, entesoure, não faça nada a não ser **concertar os rombos deixados por elles**. Quando houver **bastante dinheiro em caixa**, ahi sim farão o possível para trepar novamente, reorganizando a *commandita*³⁵, combinando novo assalto (O PARAFUSO, 1920, p. 8, grifo nosso).

Quando o periódico se refere ao quadriênio anterior, pode estar se dirigindo aos membros da Comissão Diretora do PRP. O periódico já havia feito alusão às “indisposições” do presidente do Estado com relação à comissão, postura que o próprio Washington Luís parecia sinalizar ao compor seu secretariado. Essa temática foi abordada em uma capa, realizada por Voltolino, para a edição 195, de 12 de maio de 1920, com o título “*Primeiro gesto*” – figura 81.

³⁵ Segundo o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (2018), *comandita* significa: “Sociedade comercial em que há um ou mais associados, de responsabilidade solidária, e um ou mais sócios capitalistas, que não intervêm na gerência e cuja responsabilidade não excede o capital subscrito”

Figura 81 – Capa d’*O Parafuso*, ano VI, n. 195, 12 de maio de 1920



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Na latrina, localiza-se Oscar Rodrigues Alves, o Kaká, em posição mais alta, usando coroa; ao seu lado esquerdo, estão Virgílio Rodrigues Alves e Altino Arantes e, do lado direito, Albuquerque Lins, Lacerda Franco, além de um último político usando coroa, não identificado, talvez Olavo Egydio. No lado oposto da latrina, estão Pádua Salles e Herculano de Freitas. Washington Luís, com vassoura em um dos braços, “puxa a descarga”, sugerindo que pretendia “se livrar” desses políticos. O editorial dessa edição, com o título “*O primeiro gesto*”, está em concordância direta com a caricatura. Nele, o redator afirma que o presidente do Estado pretendia “reformular a Comissão Directora”, reduzindo-a a cinco membros (O PARAFUSO, 1920, p. 3). Mais uma vez, fez-se referência ao distanciamento entre políticos e as letras, bem como à condição de “atrasados”, vinculando-os ao universo interiorano:

Cinco homens machos, com coluna vertebral, **amigos do A.B.C. e nunca nove azemolas**³⁶, nove agenciadores de empregos, nove prostitutas de bigodes, nove czaretas de trampa, **nove polichinellos de roça**, nove carrapatos hermafroditas (O PARAFUSO, 1920, p. 3, grifo nosso).

Nessa mesma edição, 226, foi publicada uma carta escrita à mão e assinada por Virgílio Rodrigues Alves. Seu teor refere à compra de um prédio que serviria para abrigar, após adaptação, um grupo escolar ou uma escola reunida. A carta contém vários erros de escrita, evidenciando a limitação do político quanto aos conhecimentos do vernáculo.

³⁶ Segundo o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (2018), *azêmola* significa besta de carga, pessoa estúpida, idiota, parvo.

Figura 82 – O Parafuso, ano VI, n. 226, 15 de dezembro de 1920, p. 11

• O PARAFUSO •

Está em vigor a lei nº. 1750 que auctorisa a reforma do ensino...

O Coronel Virgílio Rodrigues Alves deve ser o director da Faculdade de Educação

O aparelho 2532 Central foi retirado

Agora é que a quadrilha mata Yayá de Mello Freire mais depressa

Sabbado!!
Dez horas da manhã. Pedimos ligação para 2532 Central e a Telephonica recusase a obedecer as nossas ordens. Nossas ordens, dizemos bem. Se temos telephone na redacção é porque pagamos. Se pagamos, podemos usar do aparelho todas as horas e exigirmos as ligações que entendermos.

Levamos meia hora a affirmar que havia o telephone Central 2532. A telephonista, a telephonista encarregada, nada de fazer a obrigação. Perdemos a paciencia e pedimos ligação para a Gerencia. Fomos informados que o aparelho fóra retirado na sexta-feira!

Perdemos meia hora de tempo, quando as idiotas das telephonistas com uma declaração nos teriam evitado tantos aborrecimentos. Porque razão as lorpazinhas não disseram logo:
— O aparelho foi retirado!?

O Dr. Ovidio Pires de Campos até a hora que escrevemos não havia pedido a sua exoneração de medico decorativo de Yayá de Mello Freire. Será que lhe custa desistir da mamata de um conto de réis, para todas as tardes dar um pulinho na rua Major Diogo, 37, onde está instalado, após a retirada do dr. Deolindo Galvão, o carcere da infeliz millionaria?

O dr. Adalberto Garcia como o dr. Pereira de Queiroz, sabem perfeitamente que não mentimos e que não accusamos sem provas.

Logo, urge, que ss. exas. como representantes da Justiça, façam cessar o captiverio de Yayá de Mello Freire.

A infeliz millionaria, que caminhava a passos gigantescos para a cura, depois que o dr. Primitivo Sette assumiu a curatela, tem sido barbaramente maltratada.

A bandida Elisa Grant, uma velhota ladra que é odiada por Yayá, mancomunada com uma franceza, Amelia de tal, deixou a infeliz doente abandonada, deixando-a entregue aos cuidados de tal Rosinha, que auxiliada por Garcia de tal, collaboram na tarefa assassina de precipitar os dias da jovem interdita.

Quer o dr. Adalberto como o dr. Pereira de Queiroz devem visitar a victima do sr. Albuquerque Lins, para que se certifiquem que Yayá precisa de um medico que tenha a dedicação do profissional aliada á competencia alienista.

Que importancia têm para a cura de Yayá as honras de ter como medico assistente o Director da Faculdade de Medicina?

Não é possível que o dr. Ovidio não tenha ouvidos para ouvir o que dizem de si e num gesto nobre deponha o mandato num pires e tome rumo dos Campos do Jordão para retemperar os minutos de susto que lhe causou a meiga e docil Yayá no seu sinistro carcere.

Vamos, senhores juizes. Cumpram com o dever e terão feito justiça á pobre moça, cubica dos parentes ladrões e dos curadores sem entranhas.

DOCUMENTO HISTORICO

Washington.

Não se aborrega pelo tratamento intimo que vamos deixar estereotipado neste bilhete. Nunca tratamos você de v. exa. Nunca tambem o tratamos por tu. A nossa camaradagem não nasceu em nenhum recanto de Barra Mansa e muito menos nos camarotes do finado Polytheama. Como ella nasceu nós já não temos recordações. Pouco importa a sua origem. Hoje é você Presidente do Estado. Amanhan será o que somos, isto é, menos ainda. Nós continuaremos a ser mais do que você é hoje. Nós somos a Opinião Publica. Você é uma particula desta mesma opinião. Você hoje só anda de automovel. Papa opiparos jantares, regados a champagne, á custa do Thesouro. Amanhan, se quiser fazer o mesmo terá que tocar no patrimonio, salvo se o Cattete o tiver como hospede... Mas... palpita-nos que nunca será você Presidente da Republica. Mero palpite, que tanto pode dar certo como falhar. Em materia de palpites, temos um azar p'ra burro. Se jogamos no Virgílio com 99 dá o Rodolpho com 65. Se ariscamos no Lacerda com 31 infallivelmente dá o Olavo com 53. Se sonhamos com o Freitas Valle com 99 dá o Albuquerque Lins com 92 e assim por deante. Logo... o nosso palpite não é cousa que faça você perder as esperanças de ser o successor do Epitacio Pessoa.

Vamos, porém, ao assumpto deste bilhete intimo: A reforma da instrução e a suppressão dos 3.º e 4.º annos.

Até agora não demos um pio... e por signal que a nossa attitude tem merecido censuras.

Agora que está posta em vigor a lei 1750 (bem dizia o Cardoso que você era um galo de briga)

podemos metter a nossa colher de pau e pleitear uma nomeação...

Não se assuste você com o pedido que vamos fazer. Não é para nós. É para o nosso conspecifico vice-presidente que pleiteamos a nomeação de Director da Faculdade de Educação.

O Virgílio é o attestado vivo de que essa celetima levantada pela suppressão dos 3.º e 4.º annos não tem razão de ser. Não é preciso nenhum cidadão brasileiro cursar o 3.º e 4.º annos para ser "troço" na vida! O Virgílio não tem recordação de ter cursado o 1.º e 2.º anno e no entretanto é vice-presidente do Estado, substituto legal de você se amanha por qualquer circumstancia deixar o Governo. O Virgílio é a personificação do quadrupede. O Virgílio nunca digerio as letras do alphabeto. O Virgílio é um asno bem digno da lei 1750. O Virgílio é uma existencia phenomenal que para honra da Instrução Publica Paulista faz jus á immortalidade e á consequente nomeação para Director da Faculdade de Educação.

Não leve a mal o interesse que tomamos na sua nomeação. Nós somos apenas intermediarios. A lembrança não é nossa. Foi o coronel Edoardo que politicamente interpretamos o sentimento de todos os paes que tinham até agora seus filhos matriculados nos 3.º e 4.º annos sem os dissabores da taxa. Desempenhando-nos da tarefa, pensamos ter cumprido o nosso dever e você não ficará querendo mal, quem de longa data o admira.

Para que você não diga que somos má lingua, tornamos publico mais uma vez a carta que o Virgílio endereçou ao Coronel Edoardo.

"O PARAFUSO".

Proximo numero: o que tem feito, até agora, o consul francez em favor do seu patricio Delforge?

O título acima da carta – figura 82 – mostra a razão humorística ao reproduzir uma missiva oficial repleta de erros de português: “Está em vigor a lei 1.750 que auctoriza a reforma do ensino... o coronel Virgillio Rodrigues Alves deve ser o diretor da Faculdade de Educação” (O PARAFUSO, 1920, p. 11). A carta é jocosamente chamada de documento histórico. Em seguida, o periódico apresenta um comunicado – “bilhete” – dirigido a Washington Luís e assinado pel’*O Parafuso*. O “bilhete” aborda o presidente do Estado de modo irreverente, pouco usual em se tratando de pessoa em cargo de liderança político-administrativa, com vistas a lembrar-lhe que o mais importante no cenário político é o povo e sua opinião, colocando novamente em prática o recurso da inversão:

Não se aborreça com o tratamento íntimo que vamos deixar estereotypado neste bilhete. Nunca tratamos você de v.exa. Nunca também o tratamos por tú. A nossa camaradagem não nasceu em nenhum recanto de Barra Mansa e muito menos nos camarotes do finado Polytheama. Como ella nasceu nós já não temos recordações. Pouco importa a sua origem. **Hoje é você presidente do Estado. Amanhan será o que somos, isto é, menos ainda.** Nós continuaremos a ser mais do que você é hoje. **Nós somos a Opinião Publica.** Você é uma partícula desta mesma opinião. Você hoje só anda de automóvel. Papa opíparos jantares, regados a champagne, à custa do Thesouro [...] (O PARAFUSO, 1920, p. 11, grifo nosso).

Destacamos os trechos a seguir, onde é tratado o tema reforma; mais uma vez, a redação se apropriou da imagem de Virgílio Rodrigues Alves e seu suposto perfil inculto – com modos e comunicação que correspondiam ao estereótipo de morador do campo –, para ironicamente banalizar a discussão em torno da “*supressão dos 3º e 4º anos*”, uma vez que, para ascender na hierarquia política, bastavam laços familiares:

Vamos porem ao assunto deste bilhete íntimo: A Reforma da instrucção e a supressão dos 3º e 4º annos.
Até agora não demos um pio... e por signal que a nossa attitude tem merecido censuras.
Agora que está posta em vigor a lei 1.750 (bem dizia o Cardoso que você era um galo de briga) podemos metter a nossa colher de pau e pleitear uma nomeação...
Não se assuste você com o pedido que vamos fazer. Não é para nós. É para o nosso conspícuo vice-presidente que pleiteamos a nomeação de Director da Faculdade de Educação.
O Virgillio é o atestado vivo de que essa celeuma levantada pela supressão dos 3º e 4º annos não tem razão de ser. Não é preciso nenhum cidadão brasileiro cursar o 3º e 4º annos para ser “troço” na vida! O Virgilio não tem recordação de ter cursado o 1º e 2º anno e no entretanto é vice-presidente do Estado, substituto legal de você se amanhã por qualquer circumstancia deixar o governo. O Virgilio é a personificação do quadrupede. O Virgilio nunca digerio o alfabeto. O Virgilio é um asno bem digno da lei 1.750. O Virgilio é uma criatura fenomenal que para honra da Instrucção Pública Paulista faz juz á immortalidade e á consequente nomeação para Director da Faculdade de Educação” (O PARAFUSO, 1920, p. 11, grifo nosso).

Em seguida, o periódico afirma que estava agindo em nome de todos os pais que iam matricular os filhos nos 3º e 4º anos do ensino primário, desta vez aludindo à taxa de matrícula, principal ponto de crítica na imprensa maior:

Não leve a mal o interesse que tomamos na sua nomeação. Nós somos apenas intermediários. A lembrança não é nossa. **Foi o coronel Edoardo que pediu-nos que interpretássemos o sentimento de todos os pais que tinham até agora os seus filhos matriculados nos 3º e 4º anos sem os dissabores da taxa.** Desempenhando-nos da tarefa, esperamos ter cumprido o nosso dever e voce não ficará no querendo mal, quem de longa data vos admira. Para que não diga que somos má lingua, tornamos publico mais uma vez a carta que o Virgilio endereçou ao Coronel Edoardo (O PARAFUSO, 1920, p. 11, grifo nosso).

Figura 83 – *O Parafuso*, ano VI, n. 195, 12 de maio de 1920, p. 17

O PARAFUSO

Largue o osso!

Coronel Virgilio, um gesto de clemencia.
Pegue na cartilha e estude o A B C!
Aproveite agora, enquanto ninguem vê.
E jogue de lado a vice-presidencia!


Foi uma loucura, foi uma imprudencia!
Olhe que o balaço não é p'ra você!
Veja si ainda é tempo de cahir de pé.
De pular d'ahi com alguma decencia!

Coronel, coragem! Depressa desista.
Largue, diga adens, até logo, até á vista.
Boa noite, esconjuro, vou indo, "au revoir"!

Não serve, está errado um velhote sem vista.
De um morro tão alto a tactear pela crista.
Desça, coronel, para não despencar!

VALLE FREITAS.

S. Paulo, 10 de Sept^o de 1910

GABINETE DO SENADO

DO
ESTADO DE S. PAULO

Amo, Sr. Col. Edoardo

*Meus compromissos
O secretario do Interior officia,
traje as meu ass. p'videncia me,
planta, de p'edio e o ulluno p'oco
se far barato como me dizem
o governo comprara, e para
adapcao q' grupo ou Escolas
reunidas - leva um bom
milloramento q' silveiras
e que as ass. devem aucliar
o governo q' que elle se re
caline -*

Como sempre

*Seu Carissimo
M. P. de Almeida*

A carta escrita por Virgílio Rodrigues Alves já havia sido usada pelo semanário em maio de 1920 – mês em que Washington Luís tomou posse como presidente de São Paulo. Algumas passagens denotam erros primários de escrita: “*meus cumprimentos*”, “*pidindo mais plantas dopredio*”, “*adapção*”, “*milhoramentos*”. Alguns versos satíricos foram colocados no topo da carta, escritos por Valle Freitas, aludindo à falta de escolarização e à idade avançada do vice-presidente do Estado. O título “*Largue o osso*” completa o sentido pretendido pela redação: ressaltar o despropósito de haver um cargo político proeminente ocupado por pessoa que o periódico insistia em afirmar ser analfabeto, contrariamente ao que se valorizava na época, a escolarização. Deste modo, a redação realçava a persistência do nepotismo e do clã rodriguessalvista em se perpetuar no jogo político:

Coronel Virgilio, um gesto de clemencia,
 Pegue na cartilha e estude o A B C!
 Aproveite agora, enquanto que ninguém vê,
 E jogue de lado a vice-presidencia!

Foi uma loucura, uma imprudência
 Olhe que o balanço não é pr’a você
 Veja se ainda é tempo de cair de pé,
 De pular dahi com alguma decencia.

Coronel, coragem! Depressa resista.
 Largue, diga adeus, até logo, até á vista
 Boa noite, esconjuro, vou indo, “au revoir”!

Não serve, está errado um velhote sem vista
 De um morro tão alto a tactear pela crista.
 Desça, coronel, para não despencar!
 (O PARAFUSO, 1920, p. 17).

O deputado estadual Freitas Valle foi o presidente da Comissão de Instrução no período de análise do projeto de lei n.º 47. Seu nome foi constantemente associado ao desenvolvimento cultural da cidade, devido a sua atuação como mecenas, daí sua presença na pilhéria realizada pela redação. Durante o período de análise do projeto de lei na Câmara de Deputados e Senado – 4 de novembro de 1920 a 7 de dezembro 1921 –, o redator d’*O Parafuso* continuou a chamar o vice-presidente de analfabeto. Em matéria intitulada “*Cartas a Washington*”, assinado por “*Ninguém*”, torna a ressaltar a falta de conhecimento de Virgílio Alves:

Dos peores, um é o sr. Virgilio Rodrigues Alves. Dizem que é um bom homem. **Mas é inculto como um papúa** e tapado como uma porta. Nem sei como houve cynismo bastante para o fazerem, analphabeto, vice-presidente do Estado” (O PARAFUSO, 1921, p. 15, grifo nosso).

É razoável supor que o periódico pretendia, com seus textos irônicos, colocar em evidência a hipocrisia dos políticos, muitos a julgar medidas de reforma da instrução pública

sem ao menos ter o domínio do vernáculo. O termo “*papúa*” designa um povo da Oceania (DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2018). De acordo com os referenciais da época, os papuas provavelmente eram considerados um povo primitivo, distante dos ideais de civilização e escolarização. Comparar o coronel e vice-presidente com o primitivo foi um meio humorístico de apontar para a primazia dos compadrios na política paulista e desmascarar discursos que pregavam a educação como meio de elevar a nação, mas que, na prática política, não valorizavam essa condição.

Lacerda Franco, senador estadual que aprovou sem objeções o projeto de lei n.º 47, também foi alvo de palavras irônicas e ásperas. Destacamos algumas passagens do mesmo texto escrito e assinado por “*Ninguém*” em que o autor explicita a contradição entre São Paulo ser considerado um Estado modelo em Instrução Pública, líder nacional, como muitos afirmavam, e, ao mesmo tempo, ter como vice-presidente Virgílio Rodrigues Alves e Lacerda Franco na comissão diretora do PRP:

Outro igualmente nocivo é o sr. Lacerda Franco. E’ o prototypo do coronelão chefe de aldeia. Tyrannete intolerante, faz a politica das perseguições. **Eleições, vence-as a cacete se é preciso, pela fraude se é possível.** Seria um chefe municipal que se devia combater pela estreiteza dos seus horizontes e pela sujeira dos seus methodos. E, com esses defeitos todos, é chefe estadual! Devia ser presidente da Commissão Directora, pois que **S. Paulo como Estado-Modelo** e o sr. Virgilio é o seu vice-presidente... (O PARAFUSO, 1921, p. 15, grifo nosso).

Uma última alusão à reforma foi encontrada na edição 237, muito mais de caráter denunciativo – típico recurso do periódico – do que humorístico. A revista publicou a carta de um leitor que criticava a admissão de um professor de descendência italiana para o cargo de professor de português, episódio que estava na contramão do caráter nacionalista da reforma. Segue trecho em que o autor da carta demonstra indignação contra Sampaio Dória:

Hesitei para escrever-lhe esta carta. Hesitei em collocall-a no Correio. A causa? Muito simples. É que O Parafuso é um dos admiradores do dr. Sampaio Doria, pelo que tenho lido. [...] Não vá pensar V. que eu suponha capaz de dar bordoadas sem as merecer. Isso nunca! O Doria porém as merece. Talvez V. não conheça os factos. [...] Conhece V. o sr. Leonardo Pinto? É um italiano puro-sangue, de Basilicati [...]” (O PARAFUSO, 1921, p. 12).

Notamos que a redação d’*O Parafuso* não se aprofundou nas questões relativas à reforma. Como era de seu perfil, abordou a temática para ridicularizar políticos, principalmente, aqueles que eram chamados de coronéis. Estes foram também tema de um humor jocoso nos outros periódicos analisados, sinalizando para um desejo de renovação política, representação que a própria reforma da instrução pública assumia diante de parte da imprensa e da intelectualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações finais, com a convicção de que a temática da educação em imagens e textos humorísticos, seja para o período contemplado nesta dissertação, seja para outros que possam vir a ser investigados, é um campo ainda aberto à exploração dos pesquisadores de história da educação, gostaríamos de, primeiro, recuperar um pouco o percurso percorrido e, a seguir, refletir sobre caminhos futuros.

A dissertação observou que as caricaturas veiculadas nos diferentes periódicos analisados se referiram às mesmas questões postas pela imprensa dita séria com relação às principais polêmicas geradas pela reforma, embora com algumas nuances, como, por exemplo, sua maior incidência no período final da regulamentação da Lei n.º 1.750 de 1920. Na grande imprensa diária, houve uma maior cobertura no momento de análise da proposta do projeto de lei n.º 47, pela Câmara Estadual, dando relevo ao enfoque jurídico, referente à inconstitucionalidade da taxa a ser cobrada na matrícula do ensino médio (MATHIESON, 2017). É possível que, durante a regulamentação, com a lei já em vigor, a sociedade tenha se dado conta do impacto das modificações, daí um novo “arsenal” crítico, desta vez com ênfase no humor.

Figura 84 – *A Cigarra*, ano VIII, n.160, p. 24



Fonte: Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Notamos que as críticas à reforma veiculadas pela revista *A Cigarra* pela via humorística de Voltolino centraram-se na figura de Washington Luís, então presidente do governo de São Paulo, que, na figura 84, tomada como exemplo, é referenciado como o “*homem dos sete instrumentos e que em todos tem desafinado*”. Os sete instrumentos aludiam ao cargo de Presidente do governo e às seis secretárias (Fazenda, Interior, Sanitário, Justiça, Agricultura, Polícia, Força Pública). Analisando as demais charges e caricaturas, ficou notória a intenção desse veículo de responsabilizar o governante por todos os problemas que o Estado de São Paulo enfrentava, tanto nos aspectos econômicos e político-administrativos, quanto na reforma. A caricatura da figura indica que existia uma crítica específica à forma centralizadora com a qual o político conduzia suas funções junto ao executivo.

Entendemos que *A Cigarra* optou por demonstrar sua desaprovação pelo governante de São Paulo muito mais pela via do humor gráfico. Daí a presença de um “pacote” de imagens

veiculadas a partir de março de 1921. Comparativamente aos textos que expressaram desacordo com as ações governistas, nem sempre direto, o arsenal de críticas humorísticas foi acentuadamente superior. Caberia a pergunta: porque a opção pela linguagem do humor?

Cumprido, ainda, ressaltar os aspectos comerciais possivelmente envolvidos em tais estratégias de comunicação, na escolha dos quadros de humor e na demarcação da posição política por parte da redação. As revistas ilustradas eram empreendimentos que buscavam um lugar no mercado editorial em crescimento e, portanto, há de se levar em conta que a adoção de uma configuração mais agressiva quanto a Washington Luís poderia guardar veladamente o intuito de vender mais, ou de agradar ao público leitor. Porém, não há como descartar que havia um posicionamento contrário, da redação, quanto à forma de governar de Washington Luís e, mais enfaticamente, na crítica a aspectos da reforma.

As imagens veiculadas pela *A Cigarra* com relação à reforma colocaram ênfase no afastamento das crianças de 7 e 8 anos da escola, associando-o à vadiagem e aos maus exemplos – figuras 62, 63, 65, 66 e 67 (capítulo 3). A desaprovação pela taxa de matrícula no ensino médio foi expressa pelo periódico uma única vez, por meio de um artigo. Contudo, seu posicionamento a este respeito foi tardio, já que a crítica a este ponto da reforma foi feita com mais ênfase, pela imprensa em geral, durante os debates pela aprovação do projeto de lei. Uma única alusão a Sampaio Dória foi realizada na figura 64 (capítulo 3), da qual depreendemos que o reformador não foi poupado pelo humor. Conforme nossa análise, Sampaio Dória foi personificado em Pinóquio. No entanto, sua responsabilidade por tudo que estava sendo criticado foi relativizada pela presença, mais uma vez, de Washington Luís, chamando para si o protagonismo da charge.

Foi notada, na análise do perfil editorial de *A Cigarra*, a frequência de imagens de crianças, dos espaços do cuidar e de escolarização e, por conseguinte, a atenção que a redação dispensava às futuras gerações. As fotos de enlases e batismos apontam para a valorização dos laços familiares. A revista parecia ter, como uma de suas características, ser porta voz de valores familiares e seu próprio perfil distingue-se por uma direção à leitora feminina, o que justificaria sua crítica às medidas da reforma que eventualmente, afastassem crianças da escola e do ambiente familiar. O último desenho de Voltolino – figura 67 – referente à reforma simboliza a reciprocidade que o periódico fazia entre espaços “longe da escola” e os maus exemplos. Enfim, uma revista voltada para as “classes médias” (LOTITO, 2001, p. 65), atenta ao progresso e à modernização da cidade (CRESPO, 1990). Em artigos publicados sobre educação, transparece a crença da revista na tríade escolarização, formação moral da criança e segurança

social e, em consequência, o repúdio ao seu contrário – distância da escola, vadiagem e criminalidade, expressos nas caricaturas.

Vida Paulista também lançou mão do humor de Voltolino para opinar sobre vários aspectos da reforma. As imagens de humor deste veículo abordaram os grupos escolares e as “repúblicas escolares” como pontos de partida para criticar o regime republicano e suas falsas promessas. O periódico veiculou uma primeira capa abordando o tema da inconstitucionalidade de forma caricata, ridicularizando Virgílio Rodrigues Alves e Rodolfo Miranda, membros do PRP – figura 70, capítulo 3. Dessa maneira, expunha o repúdio ao coronelismo e às mazelas políticas dos chefes locais, de certa forma procurando representar uma vontade pela renovação política.

O periódico demonstrou acompanhar as principais questões que foram debatidas na imprensa diária, desde o início da análise do projeto de lei n.º 47 pela Assembleia Legislativa de São Paulo, pontuando-as com o humor gráfico. A redação também preferiu expressar suas dúvidas quanto à reforma pela linguagem do humor. Assim, na capa de 1º de dezembro de 1920, data em que o projeto já havia sido aprovado pelos deputados, Voltolino chamou atenção para a inconstitucionalidade da taxa de matrícula, discussão já encerrada pela Comissão de Justiça da Câmara. Todavia, pela lente do humor, foi possível insinuar que o analfabetismo grassava também entre os políticos – figura 70, capítulo 3. Ao abordar a transformação dos grupos escolares, mostrando o antes e o depois, ou representando-os na forma de um barco, Voltolino indicava a permanência, entre os debatedores, da insegurança a respeito dos fins da instituição após a reforma, em especial, a possível deserção nos 3º e 4º anos. A competência do professor do ensino primário também é aludida nesse contexto de mudanças, mas talvez devido a uma suposta decadência dos grupos escolares após a reforma – figuras 71, 72, 73 e 74, capítulo 3.

O *Vida Paulista* pontuou também a polêmica em torno dos gastos com as transferências dos professores e planificação dos salários, decorrentes da unificação das Escolas Normais (primária e secundária), no nosso entender, fazendo alusão ao mau uso do dinheiro público – figura 79, capítulo 3. Em suas inserções bem humoradas sobre a educação, usou Freitas Valle como exemplo do lente com múltiplas funções. Sua crítica maior a esse político, que a princípio teve sua vida associada ao incremento cultural da cidade, foi a insinuação da prática de beneficiar parentes por meio de sua influência – figura 55, capítulo 2.

Para aludir às falhas dos lentes, nos critérios de notas e desatenção quanto às estratégias para ludibriar o professor, a redação usou do termo “outros”, evitando nomear pessoas. Da mesma forma, entendemos que, ao nomear apenas alguns políticos, indiretamente associados à reforma e à instrução pública, o periódico se eximiu de uma crítica política mais assertiva,

evitando represálias. Restringiu-se a expressar sua desaprovação pela condução do regime, usando a temática da reforma. É possível que a revista seguisse o princípio de que o analfabetismo e os problemas com a instrução primária só ocorreram pela má administração pública. Exceção feita a Lacerda Franco e Virgílio Rodrigues Alves, figuras 76 e 78 (capítulo 3), que, apesar de não terem seus nomes citados nas caricaturas, eram facilmente identificáveis pelo leitor, tal era a popularização dos tipos políticos de Voltolino usados pelos três periódicos.

O Parafuso constituiu-se no periódico de perfil mais diferenciado em termos de linguagem, conteúdo, estratégias de comunicação visual e publicidade. Para a pesquisa, foi de real valor na identificação dos tipos políticos construídos por Voltolino, assim como de seus apelidos. Em contraposição a inúmeras fotos veiculadas pela *A Cigarra*, foi possível entrever formas de vestir, expressões, adereços, que se tornaram marca registrada dos “personagens” caricatos. *O Parafuso* mostrou uma interpretação particular do jogo político, indicando cisões dentro da Comissão Diretora do PRP. Seu redator, Baby de Andrade, morreu em condições suspeitas, tendo sido propagada por vários veículos a versão de suicídio³⁷.

O Parafuso construiu suas críticas à reforma em concordância com seu estilo de comunicação agressiva e no formato de denúncias, com o objetivo de difamar a imagem de políticos ligados ao PRP. Usou como recurso de humor a inversão, colocando os políticos – principalmente os coronéis – na posição de analfabetos. Elegeu como alvos Virgílio Rodrigues Alves, vice-presidente de Washington Luís, e Lacerda Franco. Washington Luís é jocosamente intimado a nomear Virgílio Rodrigues Alves como diretor da Faculdade de Pedagogia, prometida pela reforma.

O uso, em muitas ocasiões, da figura do analfabeto e, em muitas caricaturas, do caipira (Jeca-Tatu), aponta para o perfil do periódico de fazer-se “justiceiro” das camadas expropriadas. Postura constante da redação com vistas a lembrar ao leitor as reais vítimas da política de privilégios vigente na Primeira República e, ao mesmo tempo, instar à ação. Assim, a redação procurava mostrar que a responsabilidade pelo analfabetismo não era do povo. Monica Pimentel Velloso (2013) refletiu sobre a força dos estereótipos, em particular o Jeca-Tatu, representativo da nacionalidade brasileira que, como Quixote de Cervantes, sugeria “imagens de identificação em negativo”, “como não se deve ser”, portanto, uma presença que “inibe, culpabiliza” e “desencadeia movimento e reações” (VELLOSO, 2013, p. 367). Com isso, parecia ser *O*

³⁷ Artigo do jornal carioca *O Paiz*, edição 13575, de 20 de dezembro de 1921, intitulado “*Suicida-se em S. Paulo, o sr. Benedicto de Andrade, director de ‘O Parafuso’*” (O PAIZ, 1921).

Parafuso, ao colocar em páginas de humor e em sua escrita irônica aquele que as revistas ilustradas queriam esquecer, o Jeca-Tatu – figura 43, capítulo 1.

O periódico mostrou-se rico em abordagens acerca da educação, enfatizando a formação deficiente dos normalistas e assim atribuindo o epíteto de “fachada” às Escolas Normais e Grupos Escolares. Entendemos que a redação foi enfática em associar o espaço escolar com as práticas de compadrio dos chefes locais. Por fim, não poupou Sampaio Dória em uma última carta-denúncia, acusando-o da nomeação de um professor italiano, apesar de todo caráter nacionalista da reforma.

O humor gráfico, visto a partir de três veículos, cada qual com um perfil editorial específico, fez referência à reforma Sampaio Dória. Entendemos que as imagens de humor, pelas mãos de Voltolino, ressaltaram a dimensão política da reforma, principalmente, em dois veículos, *O Parafuso* e *Vida Paulista*. Desta forma, o estudo desse tipo de linguagem de humor permitiu entrever os sujeitos implicados nas polêmicas, além de outros, por representarem uma problemática anterior, responsável pelo cenário em que se encontrava a instrução pública e a necessidade de reforma. Estes últimos pertenceram à oligarquia política mais antiga, vistos pelos veículos da imprensa e pelo humor como os responsáveis primeiros, instauradores das manipulações eleitoreiras, pelo alto índice de analfabetos e, por consequência, pela ausência de uma democracia plena.

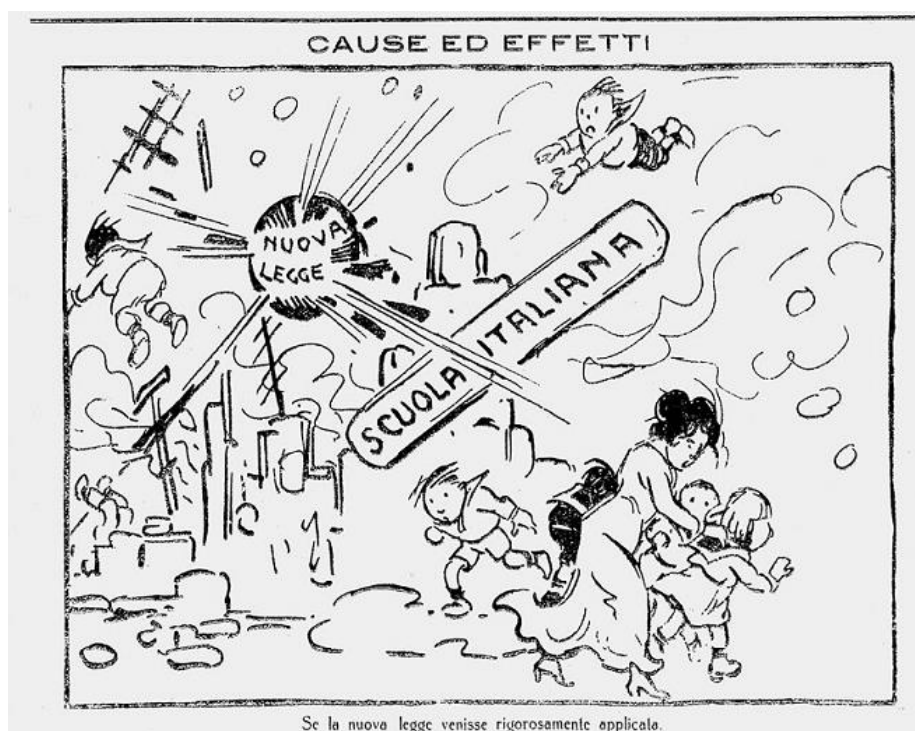
Acreditamos que as variadas formas de críticas à reforma apontam para um sentimento de dúvida pelo seu resultado efetivo, naquela que era sua proposta primeira, a extinção do analfabetismo e a formação do cidadão brasileiro em torno dos valores da Pátria. Conforme conferências de Sampaio Dória, no bojo da reforma, buscava-se a maioria política dos brasileiros, e por conseguinte, o exercício pleno do voto. Porém, ao entrar em contato com as críticas humorísticas sobre a reforma, os escritos irônicos, os personagens políticos que pareciam querer se perpetuar no jogo político, levantamos a hipótese de que, uma vez que as castas políticas permaneciam no comando, pouca esperança havia em mudanças prometidas pela tentativa de escolarização em grande escala com poucos recursos públicos.

O caráter popular do humor gráfico – e de Voltolino – nos leva a pensar no mesmo como recurso comunicacional que abre diálogo com o leitor. Assim, o humor consubstancia muito das impressões, opiniões e restrições correntes na sociedade, constituindo-se, portanto, em objeto de estudo histórico que, além da própria posição editorial, reflete também os pensamentos dos sujeitos que, como no caso da reforma, sofreriam as consequências das mudanças. Voltolino foi fundamental na construção da dissertação, daí sua condição de fio condutor. Além de um artista do traço – e apesar de sua passagem por periódicos de diferentes

naturezas –, não há como refutar seu compromisso com a crítica política e social, contribuindo para tornar mais claro, para leitores e para aqueles não tão afeitos à escrita, as injustiças cometidas pelas elites e governantes daquele período.

Se, de um lado, o humor dialoga com o homem comum, de outro, por ter como suporte veículos de comunicação impressos, leva sua mensagem a instâncias maiores, o que nos faz pensar na capacidade de mobilização da imprensa e de seus recursos comunicacionais. Mathieson (2017) sugere que foi o *Jornal do Commercio* que influenciou na postura do deputado Gama Filho quando o mesmo pediu que o projeto fosse enviado à Comissão de Justiça para tratar da inconstitucionalidade da reforma, diferentemente do que Medeiros (2005) propôs, ao nomear o deputado como o iniciador único de tal procedimento. O periódico *Il Pasquino Coloniale* veiculou mais de uma caricatura sobre a reforma e suas proposições nacionalistas, procurando mostrar que as escolas italianas não eram antagonistas, mas contributivas no processo de crescimento cultural da nação, realçando o aspecto agressivo da reforma para com elas – figura 85. Durante a regulamentação da reforma, a restrição ao ensino de língua estrangeira a menores de 10 anos sofreu uma alteração, passando a constar a sua autorização, desde que o menor já estivesse alfabetizado em português. A consulta a um periódico de língua estrangeira demonstrou o potencial de pesquisa nesse tipo de fonte.

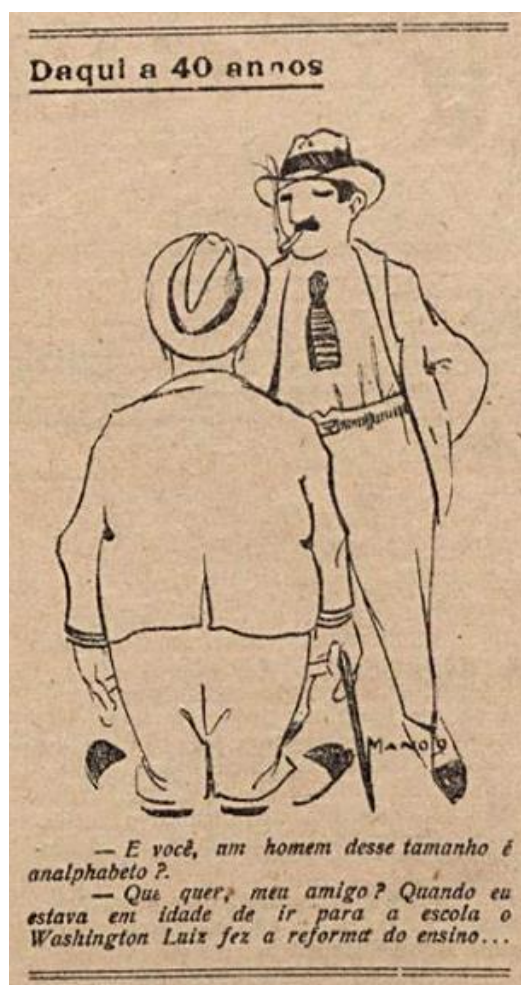
Figura 85 – *Il Pasquino Coloniale*, edição 687, 18 de dezembro de 1920, p. 13



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

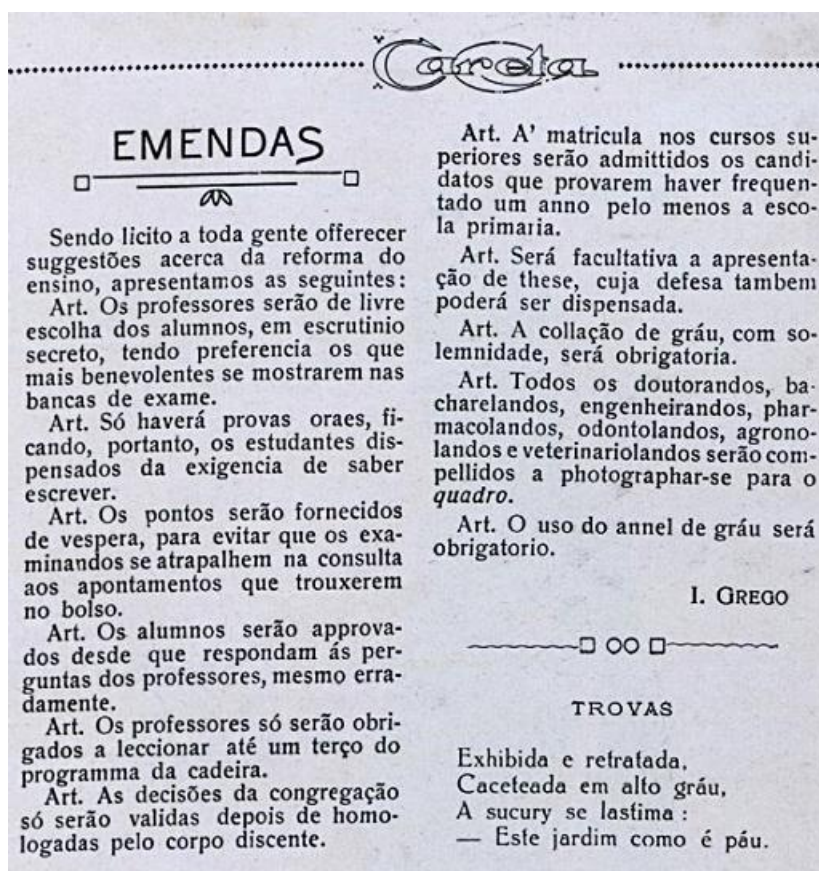
A próxima imagem, figura 86, retirada do periódico *D. Quixote*, contribui para nossas conjecturas sobre a premissa da dúvida contida nas críticas de humor quanto à eficácia da reforma. A redação do *D. Quixote*, periódico de humor carioca, em seção intitulada “*Dom Paulo em São Quixote*”, veiculou esta piada, que captou algumas incertezas referentes à reforma do ensino primário de São Paulo. A imagem também é colocada aqui para indicar que outros caminhos se abrem a partir desta dissertação, com a possibilidade de pesquisa em periódicos do Rio de Janeiro que se expressaram sobre a reforma paulista.

Figura 86 – *D. Quixote*, n. 186, 1 de dezembro de 1920, p. 27



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Outro caminho possível diz respeito às reformas do ensino, ocorridas em outros estados da federação, que fizeram parte do movimento escolanovista e que também passaram pela crítica de humor. O texto irônico, escrito por *I. Grego* e retirado da revista *Careta* – figura 87 – possivelmente referindo-se às propostas cogitadas na época a partir das iniciativas de Carneiro Leão, é um exemplo dessa possibilidade. Percebemos, assim, que a educação e suas reformas foram pauta de periódicos diversos, escrutinados pelo olhar desconfiado do humor a procurar as contradições dos discursos que promoviam as mudanças.

Figura 87 – *Careta*, n. 776, 5 de maio de 1923, p. 31

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Por fim, a dissertação procurou trazer o repertório de humor que cercou a Reforma Sampaio Dória, prioritariamente construído por Voltolino, presente em três veículos, e, por esse caminho, entrever algumas representações que lhe foram atribuídas. Pensamos ter contribuído para a historiografia da educação no sentido de apresentar um novo objeto de estudo – a linguagem de humor –, e de fazer uso de uma metodologia que se serviu do diálogo construído pela imprensa diária em torno da reforma e seus desdobramentos críticos. O recurso de inversão, habilmente usado por Voltolino, permitiu enxergar a possibilidade de colocar o humor como um recurso de comunicação que, pioneiramente, expressou que os verdadeiros responsáveis pelos altos índices de analfabetismo de São Paulo eram os próprios dirigentes, e não o povo, como parte da intelectualidade atestava.

FONTES

a) Revistas e jornais

A CIGARRA. São Paulo, 1919-1921. Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A GAZETA. São Paulo, 27 nov. 1920. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. São Paulo, 8 abr. 1921. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. São Paulo, 9 maio 1921. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. São Paulo, 7 jun. 1921. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CARETA. São Paulo, 5 maio 1923. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 8 maio 1920. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. São Paulo, 22 abr. 1921. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. São Paulo, 8 maio 1921. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. São Paulo, 13 maio 1921. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

D. QUIXOTE. São Paulo, 1º dez. 1920. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

IL PASQUINO COLONIALE. São Paulo, 27 nov. 1920. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

JORNAL DE NOTÍCIAS. São Paulo, 6 nov. 1949. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O COMBATE. São Paulo, 27 nov. 1920. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. São Paulo, 17 dez. 1920. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. São Paulo, 27 abr. 1921. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____. São Paulo, 9 maio 1921. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 14 nov. 1920. Acervo Estadão – O Estado de S. Paulo.

_____. São Paulo, 25 nov. 1920. Acervo Estadão – O Estado de S. Paulo.

_____. São Paulo, 26 nov. 1920. Acervo Estadão – O Estado de S. Paulo.

_____. São Paulo, 27 mar. 1921. Acervo Estadão – O Estado de S. Paulo.

_____. São Paulo, 7 abr. 1921. Acervo Estadão – O Estado de S. Paulo.

_____. São Paulo, 22 abr. 1921. Acervo Estadão – O Estado de S. Paulo.

_____. São Paulo, 1º maio 1921. Acervo Estadão – O Estado de S. Paulo.

_____. São Paulo, 9 maio 1921. Acervo Estadão – O Estado de S. Paulo.

_____. São Paulo, 18 ago. 1962. Acervo Estadão – O Estado de S. Paulo.

O PAIZ. São Paulo, 20 dez. 1921. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O PARAFUSO. São Paulo, 1919-1921. Repositório Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

VIDA PAULISTA. São Paulo, ano II, n. 1, 1 out. 1920. Biblioteca Mario de Andrade, Seção de Obras Raras e Especiais.

_____. São Paulo, ano II, n. 2, 15 out. 1920. Biblioteca Mario de Andrade, Seção de Obras Raras e Especiais.

_____. São Paulo, ano II, n. 2, 3 nov. 1920. Biblioteca Mario de Andrade, Seção de Obras Raras e Especiais.

_____. São Paulo, ano II, n. 5, 1 dez. 1920. Biblioteca Mario de Andrade, Seção de Obras Raras e Especiais.

_____. São Paulo, ano II, n. 9, 1º fev. 1921. Biblioteca Mario de Andrade, Seção de Obras Raras e Especiais.

_____. São Paulo, 1919-1921. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

b) Publicações oficiais

THOMPSON, Oscar. Relatório apresentado ao Exmo. Secretário do Interior. *In: Anuário do ensino do Estado de São Paulo (1919)*. Disponível em:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino. Acesso em: 15 dez. 2018.

SÃO PAULO. Lei n. 1750, de 8 de dezembro de 1920. Reforma a Instrução Pública do Estado. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1920/lei-1750-08.12.1920.html>. Acesso em: 15 dez. 2018.

_____. Decreto n. 3.356, de 31 de maio de 1921. Regulamenta a Lei n. 1750, de 8 de dezembro de 1920.

Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1921/decreto-3356-31.05.1921.html>. Acesso em: 15 dez. 2018.

_____. Anais da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo. Lei nº 1.750 de 1920. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1920/lei-1750-08.12.1920.html>. Acesso em: 5 maio 2019.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cíntia Borges de. **Um país de poucas letras?** Experiências de educabilidade, instrução obrigatória e analfabetismo na “Cidade maravilhosa” (1900-1922). 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ANDRÉ, José Mendes. **Quem não chora não mama!** Panorama do design gráfico brasileiro batravez do humor (1837-1931). 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ANTUNHA, Heládio C. G. **A Instrução Pública no Estado de São Paulo** – A Reforma de 1920. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976. v. 12.

AZÊMOLA. In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2018. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/azemola>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: Hucitec, 2008.

BASTOS, Maria Helena Camara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, José Carlos e GATTI JR, Décio (orgs.). **Novos temas em história da educação. Instituições escolares e educação na imprensa**. Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002. p. 151-174.

BELLUZZO, Ana Maria M. **Voltolino e as raízes do Modernismo**. São Paulo: Marco Zero: CNPQ, 1992.

BELMONTE. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019.
Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10131/belmonte>.
Acesso em: 19 maio 2019. Verbete da Enciclopédia.

BONTEMPI JR., Bruno. **A cadeira de História e Filosofia da Educação da USP entre os anos 40 e 60:** um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. O inquérito sobre a situação do ensino primário em São Paulo e suas necessidades (1914): análise das intervenções jornalísticas e políticas no discurso sobre a educação. **Revista do Mestrado em Educação**, UFS, v. 11, p. 43-50, 2005.

BOTO, Carlota. Nacionalidade, escola e voto: a Liga Nacionalista de São Paulo. **Perspectivas**: Revista de Ciências Sociais, Araraquara, v. 17/18, p. 146-163, 1994/1995. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1982>. Acesso em: 28 maio 2018.

_____. Sampaio Dória (1883-1964): política, democracia e instrução pública. *In*: REGO, Teresa Cristina (org.). **Educadores brasileiros: ideias e ações de nomes que marcaram a educação nacional**. Curitiba: CRV, 2018. p. 53-64.

BRUNELLI, Silvana. **Diálogos entre as artes plásticas e a publicidade no Brasil**. 2007. Tese (Doutorado em Artes Plásticas) – da Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CABALA. *In*: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2018. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/cabala>. Acesso em: 18 maio 2019.

CÁFTEN. *In*: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2018. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/cáften>. Acesso em: 18 maio 2019.

CALIFASIA. *In*: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2018. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/califasia>. Acesso em: 3 jun. 2019.

CAMPOS, Raquel Discini de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): educação e história**. São Paulo: UNESP, 2009.

_____. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 12, n. 01 (28), p. 45-70, jan./abr. 2012.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **Cultura das escolas: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CAMARGOS, Marcia. Freitas Valle e Jacques D'Avray: o senador-poeta. **Revista Acervo Histórico**, São Paulo, n. 2, p. 51-64, 2004. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=524>. Acesso em: 23 maio 2019.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto: Edusp, 1994.

CARDOSO, Maria Angélica. Escolas isoladas paulistas: um modelo desajustado? **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 27, jul./dez. 2013. p. 201-233. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1984723814272013201/2816>. Acesso em: 20 junho 2019.

CARONE, Edgard. **A República Velha II Evolução Política (1889-1930)**. São Paulo: DIFEL, 1977.

_____. **A República Velha (Instituições e Classes Sociais)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História).

CARVALHO, Marta Maria Chagas. **Molde Nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

_____. A escola e a República e outros ensaios. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. **Sampaio Dória**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010. (Coleção Educadores). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4716.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

_____. A Reforma Sampaio Dória, política e pedagogia: problematizando uma tradição interpretativa. In: MIGUEL, Maria Elizabeth; VIDAL, Diana; ARAUJO, José (orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946)**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011 (Coleção Memória da Educação).

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/cidadania_brasil.pdf. Acesso em: 28 dez. 2017.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. **A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CAVALIERE, Ana Maria. Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma paulista de 1920. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 27-44, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a03v29n1.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Epitácio Pessoa. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/epitacio_pessoa. Acesso em: 18 maio 2019.

_____. Antonio Padua Sales. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/>. Acesso em: 18 maio 2019.

_____. Delfim Moreira. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/MOREIRA,%20Delfim.pdf>. Acesso em: 18 maio 2019.

_____. Fernando Prestes. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PRESTES,%20Fernando.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.

_____. Cardoso de Almeida. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALMEIDA,%20Jos%C3%A9%20Cardoso%20de.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

CHATINS. *In*: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2018. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/chatins>. Acesso em: 18 maio 2019.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. *In*: MARTINS, Ana Luiza, LUCA; Tania Regina de (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2015. p. 103-130.

COMANDITA. *In*: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2018. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/comandita>. Acesso em: 22 jun. 2019.

CRESPO, Regina Aída. **Crônicas e outros registros: flagrantes do pré-modernismo (1911-1918)**. 1990. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

_____. Produção Literária e projetos político-culturais em revistas de São Paulo e da cidade do México, nos anos 1910 e 1920. **Revista Iberoamericana**, v. 70, n. 208-209, p. 677-695, jul./dez. 2004.

CRUZ, Heloisa de Faria (org.). **São Paulo em revista: catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedades paulistana (1870-1930)**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

DARNTON, Robert. **Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: Edusp, 1996.

DELIGNE, Alain. De que maneira o riso pode ser subversivo. *In*: LUSTOSA, Izabel (org.). **Imprensa, Humor e Caricatura: a questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 29-46.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1979.

FREHSE, Fraya. **O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império**. São Paulo: Edusp, 2005.

FREITAS Valle. *In*: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa467510/freitas-valle>>. Acesso em: 27 maio 2019. Verbete da Enciclopédia.

GALLOTA, Brás Ciro. **O Parafuso: humor e crítica na imprensa paulistana, 1915-1921**. 1997. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. **São Paulo aprende a rir: a imprensa humorística entre 1839-1876**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

GARCIA, Sheila do Nascimento. **Revista Careta: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2005.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

GOMBRICH, E. H. O experimento da caricatura. In: _____. **Arte e Ilusão: um estudo da Psicologia da Representação Pictórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 289-314.

_____. O arsenal do caricaturista. In: _____. **Meditações sobre um cavaleiro de pau e outros ensaios sobre a Teoria da Arte**. São Paulo: Edusp, 1999. p. 127-142.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAÚJO, José Carlos de Souza; GATTI Jr., Décio (orgs.). **Novos temas em história da educação no Brasil: instituições escolares e educação na imprensa**. Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002. p. 197-225.

HONORATO, Tony. **Escola Complementar e Normal de Piracicaba: formação, civilidade e poder (1897-1921)**. 2011. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2011.

_____; NERY, Ana Clara Bortoleto. Constituição, agentes e usos de uma biblioteca de formação de professores (1897-1923). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 17, n. 2 (45), p. 175-207, abr./jun. 2017.

LEITE, Míriam L. M. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos César de (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 17-50.

LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. São Paulo: José Olympio, 1963.

LOPES, Lara. Reflexões a partir de um olhar sobre as propagandas comerciais nas revistas ilustradas do início do século XX. **Cadernos Pesquisa CDHI**, Uberlândia, v. 26, n. 2, p. 257-268, jul./dez. 2013.

LOTITO, Marcia Padilha. **A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20**. São Paulo: Annablume, 2001.

LUCA, Leonora de. O “feminismo possível” de Julia Lopes de Almeida (1862-1934). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 12, p. 275-299, 1999.

LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: UNESP, 1999.

LUSTOSA, Isabel (org.). **Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 368-419. v. 3.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República**. São Paulo: Fapesp: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Desenho, letra e humor – estereótipos na caricatura do Império. In: LUSTOSA, Izabel (org.). **Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 519-534.

MATHIESON, Louisa Campbell. **O militante e o pedagogo Antonio de Sampaio Dória: a formação do cidadão republicano**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. **Vozes impressas: a Reforma de 1920 em pauta na imprensa**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MEDEIROS, Valéria Antonia. **Antonio de Sampaio Dória e a modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Antonio de Sampaio Dória nos debates educacionais: a longa duração de uma presença ausente. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2.**, 2002, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2002. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0473.pdf> Acesso em: 28 mar. 2019.

MICELI, Sergio. **Poder, Sexo e Letras na República Velha: um estudo clínico dos anatolianos**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 85-102, set. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 jun. 2019.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU: EDUSP, 1976.

NERY, Laura. Nostalgia e novidade – estratégias do humor gráfico em Raul Pederneiras. In: LUSTOSA, Izabel (org.). **Imprensa, Humor e Caricatura: a questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 225-249.

OLIVEIRA, Rodrigo de La Torre. **Públicos leitores em formação: popularização das coleções de livros na Argentina (1901-1924)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ORIANI, Angélica Pall. **“A célula viva do bom aparelho escolar”**: expansão das escolas isoladas pelo Estado de São Paulo (1917-1945). 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2015.

PAPÚA. *In*: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2018. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/chatins>. Acesso em: 10 out. 2018.

PAULILO, André Luiz. Aspectos políticos das reformas da instrução pública na cidade do Rio de Janeiro durante os anos 1920. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 93-122, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n46/a05v2346.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. **Políticas públicas de educação: a estratégia como invenção – Rio de Janeiro, 1922-1935**. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

PERISSINOTO, Renato Monseff. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1999.

PHILOXERA. *In*: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2018. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/chatins>. Acesso em: 18 maio 2019.

PRÉSTIMO. *In*: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2018. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/chatins>. Acesso em: 18 maio 2019.

RIET-CORREA *et al.* Viroses confundíveis com febre aftosa. *Ciência Rural*, Santa Maria, vol. 26, n. 2, p. 323-332, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cr/v26n2/a27v26n2.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. Alfabetização, saneamento e regeneração nas iniciativas de difusão. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 2, p.151-172, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072011000200011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 jun. 2018.

RODRIGUES, Beatriz. **Linguagens urbanas e modernidade na “Babel amalucada”**: cartas caipiras em periódicos paulistanos (1900-1926). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República brasileira. *In*: SEVCENKO, Nicola. (org.) **História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 290-365. v. 3.

_____. **Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. Repercussões satíricas dos processos de escolarização do social nas ondas do rádio (1930-1940). **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 3 (69), p. 195-212, set./dez. 2012.

_____. **Capoeiras e Malandros: pedaços de uma sonora tradição popular**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

SANTOS, Mario Antonio Cabral dos. Entre a lei e o arbítrio: ordem pública e poder de polícia em São Paulo (1890-1920). **Locus: Revista de História, Juiz de Fora**, v. 13, n. 1, p. 171-183, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Marcos A. da. **Caricata República: Zé Povo e o Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVA, Gustavo Pereira da. **Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897)**. 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

SILVA, Manoel José Ávila da. Rui Barbosa, a cidadania e a história: as eleições de 1910 e 1919. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2003.

SIMÃO, Alexandre. **Mario Pinto Serva e as fronteiras do campo educacional (1915-1928)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2017.

SOUZA, Pablo Bráulio de. **Vida Paulista (1903-1905): semanário ilustrado de humorismo, crítica e arte**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

SCHWARZ-LÜPKE, Marc von. Triste imperador: Guilherme 2º no exílio. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/triste-imperador-guilherme-2%C2%BA-no-ex%C3%ADlio/a-17493283>. Acesso em: 21 jan. 2019.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Entre gueixas e samurais: a imigração japonesa em revistas ilustradas (1897-1945)**. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TANURI, Leonor Maria. **O Ensino Normal no Estado de São Paulo, 1890-1930**. São Paulo: Faculdade de Educação: Universidade de São Paulo, 1979.

_____. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, ago. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 jun. 2019.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. O traço como texto – a história da charge no rio de Janeiro de 1860 a 1930. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2001. (Coleção Papéis Avulsos, n. 38).

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Educação e experiência. *In: Os românticos*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002. p. 11-47.

VELLOSO, Mônica Pimentel. A mulata, o papagaio e a francesa: o jogo dos estereótipos culturais. *In: LUSTOSA, Izabel (org.). Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. P. 365-387.

VILHENA, João Eduardo Cezar. **Metrópole na ponta do lápis**: charges e urbanização na cidade de São Paulo (1900-1914). 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.